



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES**  
**FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

**PRISCILA SARAIVA DE MOURA SOUZA**

**EM BUSCA DE UMA CIDADE MODERNA: TRANSFORMAÇÕES URBANAS E  
REPRESENTAÇÕES DE PARNAÍBA EM SEU *ALMANAQUE* (1924 - 1941)**

**SÃO GONÇALO**

**2024**

PRISCILA SARAIVA DE MOURA SOUZA

**EM BUSCA DE UMA CIDADE MODERNA: TRANSFORMAÇÕES URBANAS E  
REPRESENTAÇÕES DE PARNAÍBA EM SEU *ALMANAQUE* (1924 - 1941)**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Carolina Huguenin Pereira

Co-orientadora: Profa. Dra. Maria Letícia Corrêa

SÃO GONÇALO

2024

PRISCILA SARAIVA DE MOURA SOUZA

**EM BUSCA DE UMA CIDADE MODERNA: TRANSFORMAÇÕES URBANAS E  
REPRESENTAÇÕES DE PARNAÍBA EM SEU *ALMANAQUE* (1924 - 1941)**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social

Aprovada em 22/03/2024

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Ana Carolina Huguenin Pereira (Orientadora)  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (PPGHS)

---

Profa. Dra. Maria Letícia Corrêa (Co-orientadora)  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (PPGHS)

---

Profa. Dra. Ana Paula Barcelos  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (PPGHS)

---

Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. – UERJ (PPGHS)

---

Profa. Dra. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz  
Universidade Federal do Piauí – UFPI (PPGHB)

---

Prof. Dr. Antonio Maureni Vaz Verçosa de Melo  
Universidade Estadual do Piauí – UESPI (História/UESPI)

---

Gustavo Villela da Costa  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. – UERJ

---

Priscila Nascimento Marques  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. – UERJ

SÃO GONÇALO (RJ)

2024

Às minhas orientadoras que foram um sinal de esperança e motivação

## AGRADECIMENTOS

Definitivamente, não foi fácil chegar ao fim dessa jornada. Por mais solitário que seja o caminho da pesquisa e da escrita de uma tese, pude contar com a magnífica ajuda de pessoas muito especiais, a quem gostaria de agradecer.

A minha mãe Rosa Saraiva de Moura, que sempre me inspirou, sendo meu exemplo de luta e persistência, cuja força e trabalho me alimentaram, me vestiram, me educaram, a quem devo o que sou e o que serei.

Ao meu pai Jozival de Souza pela acolhida que possibilitou esse sonho se tornar possível, por cada minuto de preocupação.

Ao meu marido, Charles Marques Rosal, pela paciência e incentivo, pelo apoio nas horas difíceis, principalmente por cuidar dos afazeres domésticos enquanto as leituras e a escrita eram necessárias

Às minhas orientadoras, Profa. Dra. Ana Carolina Huguenin Pereira e a Profa. Dra. Maria Leticia Corrêa, minha gratidão e admiração, pela orientação impecável, a compreensão e o incentivo nas horas de desânimo, e pela confiança depositada em mim.

Ao Prof. Dr. Rui Aniceto Fernandes e a Profa. Dra. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz pelas preciosas leituras e contribuições no exame de qualificação.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHS) da UERJ, que acolheu o meu projeto, aos professores e professoras das disciplinas do doutorado e aos demais servidores da UERJ/PPGHS. Em especial, quero agradecer a Profa. Dra. Helenice Aparecida Bastos Rocha, que acompanhou de perto a minha adaptação a cidade e a instituição.

Agradeço aos amigos de curso Kleber Oliveira dos Santos e Camila de Souza Freire, juntos compartilhamos as alegrias e as angústias da escrita.

Aos amigos Antonio Maurenir Verçosa de Melo e Livia Suelen Meneses que contribuíram e incentivaram a pesquisa.

Aos familiares, Ana Maria de Souza Ávila, Lane Lima, Márcia Ávila e Patrícia Saraiva que compartilharam amizade e proporcionaram momentos de muitas alegrias.

À FAPERJ pelo auxílio financeiro.

*“Cada história se situa no ponto de interseção entre o arquétipo e uma conjuntura, em outras palavras, entre imagens herdadas e acontecimentos específicos e individuais”*

*(BURKER, 2018, p. 10)*

## RESUMO

No Brasil, tal como aconteceu na Europa, o século XX pode ser caracterizado pelo fascínio as cidades, a afirmação do espaço urbano como espaço-síntese da modernidade nacional. Podemos destacar também o crescimento da circulação da língua escrita, com a ampliação do mercado editorial e um aumento de título de livros, revistas e jornais. Acrescenta-se a essa lista os panfletos de campanhas endereçadas ao público feminino e infantil e os almanaques. Entre os impressos que circularam no país, desde os anos 1920, o *Almanaque da Parnaíba*, editado no Piauí, com periodicidade anual e circulação em todo o Brasil, contribuiu não somente com a difusão de novos hábitos e costumes, como também participou da formação de um imaginário social parnaibano nas primeiras décadas do século XX. A cidade de Parnaíba era apresentada, nesse impresso, como “moderna”, bela e atraente, destacando-se o seu potencial comercial e sua importância econômica dentro do Estado do Piauí. Esta tese analisa o *Almanaque da Parnaíba* entre os anos de 1924 e 1941, focando na divulgação das reformas realizadas na cidade, e na vinculação de noções sobre o papel que as mulheres parnaibanas deveriam assumir no casamento e no cuidado com os filhos.

**Palavras - chave:** Almanaque; Cidade; Almanaque da Parnaíba; Parnaíba

## **ABSTRACT**

In Brazil, as happened in Europe, the 20th century can be characterized by the fascination with cities, the affirmation of urban space as a synthesis space of national modernity. We can also highlight in Brazil in the first half of the 20th century the growth in the circulation of written language, with the expansion of the Brazilian publishing market and an increase in the number of books, magazines and newspapers. Added to this list are campaign pamphlets aimed at women and children and almanacs. Among the printed materials that circulated in Brazil since the 1920s, the *Almanaque da Parnaíba*, published in Piauí, with annual periodicity and circulation throughout Brazil, contributed not only to the dissemination of new habits and customs, but also participated in the formation of a social imaginary from Parnaíba in the first decades of the 20th century. The city of Parnaíba was presented, in this form, as “modern”, beautiful and attractive, highlighting its commercial potential and its economic importance within the State of Piauí. This thesis analyzes the *Almanaque da Parnaíba* in the period between the years 1924 and 1941, focusing on the dissemination of reforms carried out in the city, the dissemination and linking of notions about the role that Parnaíba women should assume in marriage and in caring for children.

**Keywords:** Almanac; City; Parnaíba Almanac; Parnaíba.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização de Parnaíba, da Capital Oeiras e demais Vilas .....	21
Figura 2- Mapa da Vila de São João da Parnaíba em 1798.....	25
Figura 3 – Fachada principal da Casa Inglesa .....	37
Figura 4 – Porto das Barcas em 1924.....	40
Figura 5 -Ancoradouro provisório em Amarração, construído em 1918 .....	43
Figura 6 - “Escritório da Comissão de estudos e melhoramentos do porto de Amarração” .....	44
Figura 7 - “Aspecto das obras do novo cais de Parnaíba, no Estado do Piauí” .....	45
Figura 8 - “E.F. Central do Piauí.....	48
Figura 9- Bairro atingido pela enchente em Parnaíba, 1940 .....	53
Figura 10- Parnaibanas sofrendo com as enchentes, 1940 .....	54
Figura 11- Planta da cidade de Parnaíba, 1927 .....	56
Figura 12 – Diário Oficial do Piauí .....	61
Figura 13 - Monumento da Águia construído em homenagem ao Prefeito Ademar Neves .....	64
Figura 14 - Residências ecléticas na Avenida Getúlio Vargas.....	66
Figura 15- Armazéns do Porto das Barcas .....	68
Figura 16 - Monumento da Águia com destaque para o Porto das Barcas.....	69
Figura 17 - Carregador d’água, Parnaíba, década de 1940.....	74
Figura 18 - Santa Casa de Misericórdia.....	77
Figura 19 – Lactário Suzane Jacob.....	78
Figura 20–Capa do primeiro número do Almanaque da Parnaíba .....	93
Figura 21 – Anúncio do vinho português Alvaralhão .....	102
Figura 22 – Benedicto dos Santos Lima em sua mesa de trabalho.....	103
Figura 23 – Edifício onde se editava o Almanaque da Parnaíba .....	104
Figura 24 - Edifício do Banco do Brasil, localizado na Praça Municipal .....	106
Figura 25–Embarque de babaçu no Porto Salgado .....	107
Figura 26 – Editorial do Almanaque da Parnaíba .....	111

Figura 27 – Homenagem do Almanaque da Parnaíba ao poeta parnaibano Jonas da Silva	112
Figura 28 –Fotografia de Augusto César, filho do comerciante Humberto Fonseca.	113
Figura 29 - “A velhinha Luzia Maria Raymunda”.	114
Figura 30 – “Manoel Brabo”.	115
Figura 31- Página Infantil	116
Figura 32 – Maria do Socorro.....	117
Figura 33 – Filha de Batista Fontenele .....	118
Figura 34 – João de Deus Pires Leal – Governador do Piauí .....	134
Figura 35 - Juarez Távora .....	136
Figura 36 – Vultos celebres da Revolução .....	142
Figura 37 – Intervenor Landri Sales .....	144
Figura 38 – Semana da Pátria .....	149
Figura 39 – Obra da ponte João Luís Ferreira .....	150
Figura 40 – Hospital Getúlio Vargas .....	153
Figura 41 – Arquivo Público do Piauí .....	153
Figura 42 – Homenagem a Vargas .....	154
Figura 43 – O presidente Getúlio Vargas em Teresina .....	155
Figura 44 –Capa do Almanaque de 1940 .....	155
Figura 45 –Ademar Neves, prefeito de Parnaíba.....	158
Figura 46 –Apresentação do dossiê Embelezamento urbano .....	159
Figura 47 –Embelezamento Urbano .....	160
Figura 48 – Leprosário São Lázaro .....	163
Figura 49 –Três belos instantes .....	164
Figura 50 – Torre da caixa d’água do mercado de frutas de Parnaíba .....	166
Figura 51 – Mercado de frutas de Parnaíba.....	167
Figura 52 – Capa da edição do Almanaque de 1934. ....	168
Figura 53 – Maternidade Dr. Marques Bastos.....	172
Figura 54 –. Mirócles Vêras .....	173
Figura 55 – Mirócles Vêras e Bembém .....	174
Figura 56 - Mirócles Campos Vêras, o governador da cidade .....	175
Figura 57 – Jardim Landri Sales.....	176
Figura 58 - Jardim Landri Sales .....	176
Figura 59 - Amplificadora municipal. ....	178
Figura 60 - Prefeito Mirocles Veras discursando na Amplificadora Municipal.....	179

Figura 61- Anúncio da Sociedade Ericsson do Brasil .....	181
Figura 62 – Mulher Moderna.....	199
Figura 63 – Fay Wray .....	201
Figura 64 -KathrynCarver .....	202
Figura 65 - Anúncio do sabonete Lever .....	203
Figura 66 – Datilografia em Parnaíba.....	214

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 PARNAÍBA E OS PROJETOS DE INTEGRAÇÃO PARA O PIAUÍ .....</b>	<b>19</b>
2.1 CAPITANIA DE SÃO JOSÉ DO PIAUHY: TRAÇOS E PONTOS .....	19
2.2 DOS DESEJOS DE MUDAR: DISCUSSÕES SOBRE AS MEDIDAS PARA IMPULSIONAR O COMÉRCIO .....	27
2.3 A EXPANSÃO DA ECONOMIA EXTRATIVA.....	35
2.4 PARNAÍBA ENTRE ASPIRAÇÕES E DESAFIOS .....	42
2.5 PARNAÍBA: RUAS E ARQUITETURAS.....	54
2.6 VIVÊNCIAS DESAFORTUNADAS NA CIDADE MODERNA .....	67
<b>3 CIDADE DE PAPEL: PARNAÍBA SOB A ÓTICA DO ALMANAQUE.....</b>	<b>81</b>
3.1 O SURGIMENTO DOS ALMANAQUES NA EUROPA E NO BRASIL: UMA BREVE INCURSÃO .....	81
3.2 O ALMANAQUE DA PARNAÍBA: UMA PROMISSORA ESPERANÇA .....	90
3.3 BENEDICTO DOS SANTOS LIMA: SOBRE A TRAJETÓRIA DE UM COMERCIANTE E PUBLICISTA PARNAIBANO E A PRIMEIRA EDIÇÃO DE SEU ALMANAQUE DA PARNAÍBA.....	100
3.4 ALMANAQUE DA PARNAÍBA AO PÚBLICO .....	109
<b>4 A REVOLUÇÃO DE 1930 EM PARNAÍBA: A PERSPECTIVA DO ALMANAQUE.....</b>	<b>121</b>
4.1 EM PROL DO BLOCO NORTE .....	121
4.2 ALMANAQUE DA PARNAÍBA, DO “LITERO-COMERCIAL” AO POLÍTICO....	132
4.3 ALMANAQUE DA PARNAÍBA: A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA NACIONAL .....	145
4.4 ADEMAR NEVES E MIRÓCLES CAMPOS VERAS: OS PREFEITOS DE VARGAS.....	156
<b>4.4.1 Ademar Neves, o remodelador da cidade.....</b>	<b>156</b>
<b>4.4.2 MiróclesVéras: de médico a prefeito .....</b>	<b>169</b>
<b>5 AS MULHERES NAS PÁGINAS DO ALMANAQUE: “NATUREZA FEMININA” E EDUCAÇÃO.....</b>	<b>182</b>
5.1 ENSINANDO A SER MULHER: O DISCURSO PEDAGÓGICO DO ALMANAQUE .....	183
5.2 AS MÚLTIPLAS FACES DA “MULHER MODERNA” .....	198

5.3 TRABALHO FEMININO: CONTROVÉRSIAS ENTRE O PROGRESSO E A PROTEÇÃO INFANTIL.....	210
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>228</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>237</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Entre os anos 1920 e 1940, palavras como “modernização”, “modernidade” e progresso eram constantes nos imaginários e nas falas, tanto de representantes do governo quanto da gente do povo - cada grupo, evidentemente, guardava seus significados e suas apropriações para tais conceitos<sup>1</sup>. Esse ideário remete a um grande processo que transcorreu desde o início do século XIX e atingiu o século XX, marcado por palavras como: “Moderno, modernidade, modernismo e modernização, palavras de ordem no começo do século XX”<sup>2</sup>. As mudanças tecnológicas possibilitadas pelo avanço do conhecimento científico atingiram diversos aspectos da vida cotidiana, mas não sem encontrar resistência. Amar, falar, vestir, fazer política, a educação, a ciência e a sociedade se modificavam, no contexto de um conjunto amplo de transformações que atravessava os mais diversos elementos da vida social, inclusive o casamento, a família e a maternidade. Nesse sentido, queremos, no presente trabalho, refletir sobre como o *Almanaque da Parnaíba*, entre os anos de 1924 e 1941, buscou representar a cidade, as mulheres, as crianças e os homens que nela viviam. Segundo Roger Chartier, a representação é uma forma de compreender o funcionamento da sociedade, definir as operações intelectuais que lhe permitem apreender o mundo, e “embora aspirem à universalidade”, “[as representações] são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem as utiliza”.<sup>3</sup>

Nossa análise centra-se, especialmente, nas representações sobre a cidade, as relações de gênero, e a política, e toma como fonte o único periódico de circulação anual de Parnaíba. O *Almanaque da Parnaíba* surgiu no contexto de transformações no cenário da cidade e de crescimento econômico, dado o auge da economia extrativa no Piauí e sua integração, por meio das redes comerciais, aos mercados regional, nacional e global. A cidade de Parnaíba possuía destaque comercial devido a sua proximidade com o litoral. A dinâmica proporcionada pelo extrativismo da cera de carnaúba e do babaçu possibilitou transformações e remodelações do espaço urbano e da infraestrutura viária, como nos projetos de construção e melhoramento dos portos (Fluvial das Barcas e Porto de Amarração), em que pese esses melhoramentos terem sido

---

<sup>1</sup>LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da. 2012. Apud HERSCMANN, M.; PEREIRA, Carlos Alberto. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 9-10.

<sup>2</sup> MAGALHÃES, Guido. *Força e luz: eletricidade e modernização na República Velha*. São Paulo: Editora UNESP/FAPESP 2000, p. 20.

<sup>3</sup> CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.5, n. 11, jan./abr., 1991, p. 17.

pensados por e para um grupo seletivo de pessoas – destacadamente, a elite dos comerciantes parnaibanos.

A partir desse contexto, buscamos assinalar as representações sobre um processo de urbanização, ver a cidade a partir da perspectiva do *Almanaque*, as mudanças urbanísticas que interferiam no cotidiano, no lazer, no consumo, na instrução e na política parnaibana. É pertinente, portanto, compreender a forma como o anuário é imaginado, produzido e distribuído, não somente através do seu editorial, mas considerando qual o tipo de público consumiria o produto e como o mesmo procurava atingir seus leitores e suas leitoras, estabelecendo assim uma relação entre o impresso e o público-alvo.

O *Almanaque da Parnaíba* originou-se da iniciativa do comerciante Benedicto dos Santos Lima, conhecido como Bembém. Entre 1924 e 1982 circulou de forma ininterrupta, mesmo que sofrendo transformações em seu escopo ao longo das décadas. O financiamento das edições provinha dos comerciantes locais, por meio da publicidade. Desse modo, o empreendimento dialoga diretamente com a elite comercial. Entre 1924 e 1941 Bembém esteve à frente do anuário, fase do seu surgimento e também do crescimento de seções e aumento significativo da quantidade de páginas. Analisar o período em que o idealizador do *Almanaque* esteve à frente nos permitiu analisar a atuação de um intelectual local<sup>4</sup> que possuía projeção nacional e buscava publicar sobre diferentes temas: economia local e nacional, política, lazer, medicina, religião, educação e diferentes textos direcionados ao público feminino.

Para analisar o contexto de surgimento do *Almanaque* fez-se uma imersão no contexto da cidade, desta forma, buscamos compreender o universo no qual o anuário estava inserido e como se deu o processo de criação da sua primeira edição na cidade de Parnaíba. É possível, em linhas gerais, apontarmos que o *Almanaque* apresentava um ideal de cidade descrita como “moderna” e “civilizada” em suas páginas. O período foi também atravessado pelos sobressaltos da política nacional, a Revolução de 1930, a ascensão de Vargas, e o Estado Novo. Nesse contexto, como veremos, o anuário assumiu uma postura de adesão ao novo regime.

O *Almanaque da Parnaíba* procurou construir um certo ideal de modernização urbana, ligado à elite comercial da cidade e consolidar práticas ditas “modernas”, em meio a uma série de reformas e melhoramentos urbanos que marcaram o período aqui pesquisado. As formas de saber técnico-científico que compuseram, de forma indelével, a base do imaginário moderno,

---

<sup>4</sup>Angela de Castro Gomes ao destacar o campo artístico, cultural e político do Rio de Janeiro nos anos 1920, conceitua os intelectuais locais, especialmente os cariocas, como atores pioneiros e privilegiados na construção de projetos e na intervenção social. “O pequeno mundo intelectual carioca” potencializava a comunicação e a nacionalização de estilos e valores. C.f.: GOMES, Angela de Castro. Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: o caso de festa. *Luso-Brazilian Review*, v. 41, n.1, 2004, p. 83.

segundo Herschmann e Pereira foram “a medicina (normatizando o corpo), a educação (conformando as “mentalidades”) e a engenharia (organizando o espaço).”<sup>5</sup>. Em um embate entre o “antigo” e o “novo”, como aponta Herschmann, “era preciso normatizar, conformar e organizar, ou seja, fazia-se imperativo sobrepujar as formas de vivências anteriores”<sup>6</sup>. A ideia de modernização do país apresentava diferentes formas de efetivação, como organizar a população sob preceitos de civilidade, “higienizar” as cidades e os costumes<sup>7</sup>. Diversas instâncias da vida social como a política, novos padrões de consumo, novas formas de sociabilidade e uma produção cultural também dita moderna estavam em questão.

Ao analisar uma sociedade e o seu tempo, instiga-nos prescrutar, através das publicações do *Almanaque*, as seguintes questões norteadoras desta tese: de que forma se constituiu o *Almanaque* frente ao contexto de transformações que a cidade de Parnaíba experimentava no período analisado? Que mecanismos (sociais, políticos, culturais, etc.) possibilitaram a construção do anuário? Como a cidade, a educação, a política e a mulher são representadas no *Almanaque*? O que o editorial do *Almanaque* defendia e propagava?

Como assevera Marlyse Meyer, é pertinente atentar-se às muitas possibilidades de construção de um diálogo entre a história dos impressos, a singularidade dos almanaques e a relação do documento histórico com o público leitor<sup>8</sup>. Escolheu-se aqui o *Almanaque da Parnaíba* para estabelecer esse diálogo. Deste modo, esta pesquisa busca investigar o papel desempenhado pelo *Almanaque*, através da análise de seu conteúdo sobre a cidade. Enfatiza-se ainda a história de seu fundador e primeiro editor, Benedicto dos Santos Lima.

O *Almanaque da Parnaíba* aparece como objeto de reflexão de dois pesquisadores: Jeferson Luís Marinho de Carvalho<sup>9</sup>, na tese *Almanack da da Parnahyba: leituras da educação em suas páginas* (1924-1982). A pesquisa de Carvalho analisa as instituições de ensino do Estado e a representação da educação no anuário em dois aspectos: como processo civilizador e enquanto educação formal escolarizada.

---

<sup>5</sup>HERSCHMANN, Micael M., PEREIRA, Carlos Alberto Messenger. O imaginário moderno no Brasil. IN. HERSCHMANN, Micael M., PEREIRA; MESSENDER, Carlos Alberto (org.) *A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.13

<sup>6</sup>*Ibid.* p.13.

<sup>7</sup>BARRETO, Aparecida de Lourdes Paes. *Higienismo e educação escolar na Paraíba republicana: do discurso médico à prática educativa*. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2010, p. 64-65.

<sup>8</sup>MEYER, Marlyse (Org.). *Do Almanak aos Almanagues*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

<sup>9</sup>CARVALHO, Jeferson Luís Marinho de. *Almanack da Parnahyba: leituras da educação em suas páginas* (1924-1982), 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio do Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2016.

A tese de Cleto Sandys Nascimento de Sousa<sup>10</sup> *Almanack da Parnahyba: desejo de modernidade sob o véu da barbárie*- Piauí (1924-1941) apresenta uma reflexão sobre as capas das edições, os calendários e as campanhas que, segundo o autor, o *Almanaque* encabeçou em prol do desenvolvimento de Parnaíba. Sousa apresenta ainda a trajetória de Bembém, o intelectual fundador do *Almanaque*, seus prefácios e seções de charadas.

A opção pelo tema dessa pesquisa considerou a relação entre cidade e *Almanaque*. A presente tese procura abordar também as interações que se processaram na ótica de gênero, como as mulheres foram representadas pelo referido periódico, que disseminava conselhos e normas de conduta destinadas a elas; e na ótica política, o *Almanaque* repercutiu a ascensão de Getúlio Vargas ao poder adotando uma postura de adesão.

Para analisar um *Almanaque* enquanto fonte histórica, é de fulcral importância estarmos atentos a uma gama de questões. Tania Regina de Luca<sup>11</sup> adverte que trabalhar com imprensa requer cuidado acerca de questões como o material publicado, o destaque que é dado a determinados personagens ou assuntos – bem como à abordagem e ao layout –, a linguagem e, sobretudo, o grupo responsável pela publicação, o que pode circunstanciar os múltiplos interesses que envolvem a mesma. Luca salienta que, ao tomarmos os impressos enquanto fonte e objeto de pesquisa historiográfica, é necessário proceder, rigorosamente, uma crítica competente dos mesmos, que contemple os aspectos já mencionados.

Faz-se necessário destacar que o *Almanaque* é uma publicação bastante variada e irregular. Nos momentos iniciais demonstra uma preocupação em apresentar a cidade, mostrava-se engajado em trazer o público leitor para as suas páginas, através de homenagens e imagens fotográficas, também se dedicou as questões políticas com posicionamentos específicos e ainda as questões de gênero. Ao longo do recorte temporal estudado, no total, dispomos de 18 edições no íterim de 1924 e 1941, o que não representa, efetivamente, todas as edições de um periódico que ainda circula, mas cobre seguramente uma parcela significativa desde o seu surgimento. Com grande frequência o *Almanaque* omitia a autoria dos artigos apresentados. Sua primeira edição foi distribuída aos fregueses da Mercearia Bembém como uma forma de presentear-los. Apesar de sua produção se dar no Piauí, o anuário era enviado para todo o território nacional.

---

<sup>10</sup> SOUSA, Cleto Sandys Nascimento de. *Almanack da Parnahyba: desejo de modernidade sob o véu da barbárie*- Piauí (1924-1941), 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia(UFU), Niterói, 2010.

<sup>11</sup> LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN PINSKY, C. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p.113.

Para cumprir o escopo da pesquisa, organizamos o trabalho que se segue em quatro capítulos. No primeiro, “Parnaíba e os projetos de integração para o Piauí”, contextualizamos historicamente a cidade de Parnaíba, buscamos compreender como o projeto de integração da Província do Piauí – desde a mudança da capital até a navegação do rio Parnaíba – favoreceu a cidade de Parnaíba. Como a cidade – a partir de seu desenvolvimento comercial, resultante da expansão da atividade extrativa – passou também por uma modernização de sua infraestrutura urbana. O capítulo traz mapas, quadros, tabelas e imagens que tornam sua leitura e análise mais completa e dinâmica.

No segundo capítulo, “Cidade de papel: Parnaíba sob a ótica do *Almanaque*” contextualizamos o surgimento do tipo ou gênero almanaque na Europa e no Brasil, e as particularidades desse tipo de publicação, que traz textos e imagens concernentes à vida social, econômica e cotidiana da cidade, bem como a trajetória do idealizador do *Almanaque da Parnaíba*, Benedicto dos Santos Lima.

No terceiro capítulo intitulado “A Revolução de 1930 em Parnaíba: a perspectiva do *Almanaque*”, examino duas categorias caras ao anuário: “Norte” e revolucionários “nortistas”, apresentando como o mesmo as define e a partir de quais critérios. Em seguida, dialogando diretamente com essa questão, busco entender os vários significados atribuídos à figura de Juarez Távora na publicação, e aos interventores nomeados logo após a vitória do movimento de 1930. Nesse caso, tem destaque a construção da figura dos mesmos como “heróis” do Norte e do Brasil. Ainda nesse capítulo, investigo as representações do *Almanaque* acerca dos prefeitos que governaram Parnaíba no Governo Provisório de Getúlio Vargas e no Estado Novo. A dinâmica política local é examinada a partir das fotografias e dos elementos que as compõem, da composição de imagens com recortes fotográficos de políticos, e que expressam seus feitos e realizações como inaugurações de prédios públicos e obras de infraestrutura urbana.

No sentido de perscrutar as representações sobre a mulher, especialmente no papel da esposa, no quarto capítulo, intitulado “as mulheres nas páginas do *Almanaque*: “natureza feminina” e educação”, percorremos as páginas do anuário para investigarmos as representações de gênero nas publicações do *Almanaque*. Há um processo de reforçar o papel doméstico feminino, afim de validar o lar como espaço privilegiado de atuação das mulheres. Rainha do lar e mãe devotada emergem nos textos do *Almanaque* como as figuras mais contundentes, obliterando, muitas vezes, as diferenças sociais e amalgamando todas as mulheres no papel de esposas e mães. O referido capítulo traz análises de crônicas, poemas, fotografias, anúncios e advertências destinados ao público feminino do anuário.

## **2 PARNAÍBA E OS PROJETOS DE INTEGRAÇÃO PARA O PIAUÍ**

*“As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas*

*regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.” (Calvino, 1990, p. 44)*

## 2.1 CAPITANIA DE SÃO JOSÉ DO PIAUHY: TRAÇOS E PONTOS

Os primeiros esforços governamentais para definir o território a leste do Estado do Grão-Pará e Maranhão surgem em meados do século XVIII, visando à comunicação e à produção pecuarista dessa região. Tal área, depois de um primeiro período de litígio (desde 1718), subordinada a esse estado, seria oficialmente conhecida como capitania de São José do Piauí - por meio de carta régia de 19 de junho de 1761 - em alusão ao nome do rei português, D. José I. Sua capital estabeleceu-se na já existente Vila da Moucha, que foi elevada à categoria de cidade, passando a denominar-se Oeiras, nome que homenageia o ministro Sebastião José Carvalho e Melo, Conde de Oeiras, Marquês de Pombal, e articulador das políticas de D. José I.

Nessa mesma data as freguesias existentes foram transformadas. Santo António do Surubim, Nossa Senhora do Desterro do Rancho do Prato e Santo António do Gurgueia converteram-se, respectivamente, em Campo Maior, Marvão e Jerumenha. Em Piracuruca e Aroazes as autoridades implantaram as vilas de São João de Parnaíba e Valença do Piauí. Parnaguá foi a única vila a manter a nomenclatura original<sup>12</sup>.

O território da capitania de São José do Piauí, segundo Fabiano Santos, possuía localização estratégica. O autor destaca a partir da análise de correspondências trocadas entre João Pereira Caldas<sup>13</sup>, o primeiro governador da nova capitania, e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o governador do Estado, as negociações para a execução de levantamentos topográficos que resultassem num mapa definidor daquela que seria a “porta de entrada por terra” do Estado do Grão-Pará e Maranhão<sup>14</sup>. Essa deliberação para a demarcação do território e a consequente apropriação do mesmo se fazia necessária tendo em vista que o mesmo “já

---

<sup>12</sup>ARRAES, Esdras. Plantar povoações no território: (re) construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697-1761. *Anais do Museu Paulista*, v.24, n.1. jan-abr.2016. São Paulo, p. 285.

<sup>13</sup>Militar nascido na freguesia de Cambezes, em Monção, no dia 4 de agosto de 1736, foi o mais jovem dos governadores atuantes na jurisdição do Estado. De família distinta, tornou-se fidalgo da Casa Real com oito anos incompletos. Filho do brigadeiro Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, chegou a Belém na companhia deste e de um irmão mais novo, Gonçalo José, para secundar os trabalhos de demarcação de limites previstos no Tratado de Madri. SANTOS, Fabiano V. dos. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. São Paulo: Annablume, 2011, p. 193.

<sup>14</sup> SANTOS, Fabiano V. dos. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. São Paulo: Annablume, 2011, p.193.

vinha sendo penetrado por outros europeus, exatamente na foz do rio Parnaíba, onde se situa hoje a cidade de Parnaíba.”<sup>15</sup>

Para isso foi contratado o engenheiro Henrique Antonio Galúcio<sup>16</sup> responsável pela confecção do Mapa Geográfico da Capitania do Piauí, a primeira representação cartográfica da referida área. De acordo com Laurent Vidal, Henrique Antonio Galúcio era membro da expedição de demarcações prevista no quadro das cláusulas do Tratado de Madri, que fora enviada de Lisboa para Belém. Uma comissão constituída de engenheiros, cartógrafos, um astrônomo, um matemático e um desenhista chegou ao Brasil em 1753 e deu início ao inventário sistemático da região limítrofe entre os domínios luso-espanhóis. Foram organizadas várias campanhas de reconhecimento do território, o mapeamento dos fortes, dos postos de missão, das vilas e das paróquias<sup>17</sup>.

Ressalta-se que a composição urbana pombalina ainda não estava formada durante a confecção do Mapa Geográfico da Capitania do Piauí. Segundo Renata Araújo<sup>18</sup>, esta representação teve um papel fundamental para a implantação de uma rede formada por vilas e pela cidade de Oeiras. Segundo a autora, foi inaugurado um novo paradigma referente ao processo de urbanização na capitania. As projeções políticas e o “mapa base” priorizavam questões espaciais voltadas para o controle social dos colonos:

Este processo fez com que o quadro numérico de vilas criadas no Brasil tenha aumentado consideravelmente na segunda metade do século XVIII. O que não só deu a ver de maneira mais premente as áreas de ocupação já existentes no interior do território como, em vários casos, criou novas frentes de ocupação e estabeleceu um novo paradigma para o processo subsequente de urbanização que teria continuidade no século XIX. Uma pedra de toque deste processo está no Piauí e na sua cartografia<sup>19</sup>.

A demarcação do território no Piauí deve ser entendida como parte das políticas colonizadoras do Estado português que buscava demarcar sua presença nos territórios de expansão colonial. Difere, por exemplo, de Minas Gerais onde o avanço da urbanização ocorreu com a descoberta das minas de ouro e diamante. Na Capitania do Piauí essa demarcação originou a estrutura espacial administrativa piauiense.

---

<sup>15</sup>MARQUES, José da Guia. *O papel da Igreja na colonização do Norte do Piauí*. Teresina: Secretaria Estadual da Cultura, 1987, p. 08.

<sup>16</sup>Galuzzi, Galúcio, Galluzzi, e Gallúcio foram as diferentes formas de grafia encontradas para o sobrenome do engenheiro.

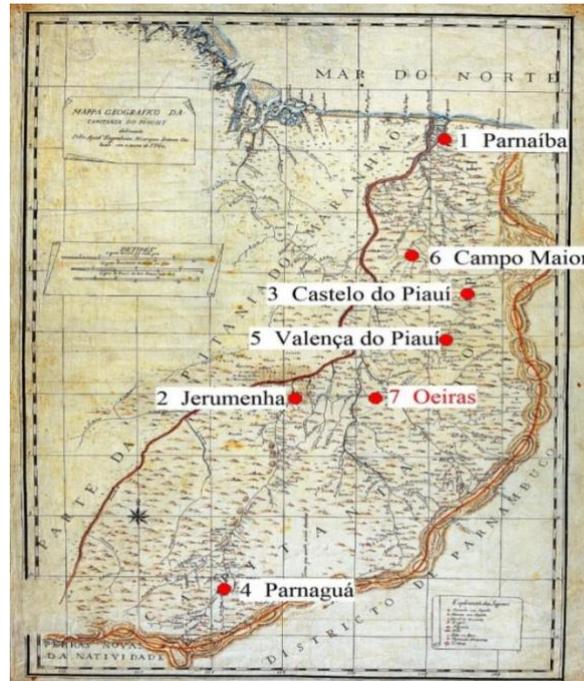
<sup>17</sup>VIDAL, Laurent. *Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 99.

<sup>18</sup>ARAÚJO, Renata M. *O Piauí e sua cartografia*. IV Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica, Porto, 2011, p. 10. Disponível em <http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/49.pdf>. Acesso em 06 de agosto de 2021.

<sup>19</sup>*Ibid.* p. 10.

Segundo Araújo<sup>20</sup> o mapade Galúciopermitiu a Mendonça Furtado ver o Piauí literalmente como território, estabelecendo o que deveria ser a estruturação do mesmo. Abaixo podemos ver o mapa com destaque para as vilas e a capital Oeiras como determinava a Carta Régia de 1761.

Figura 1- Localização de Parnaíba, da Capital Oeiras e demais Vilas



Fonte: Mapa Geográfico da Capitania do Piauí, delineado por Henrique Antonio Galúcio (1760). ASSIS, Nívia Paula Dias de. *O Mapa Geográfico do Piauí, de Antonio Galluzi*. 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Belo Horizonte: CRCH-UFMG, 2016. p.70.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda<sup>21</sup>, a criação de cidades é, entre todos os instrumentos de controle, o mais duradouro e eficiente. Logo, fundar cidades foi um meio específico, um recurso eficaz, que as nações conquistadoras encontraram de criar órgãos locais de poder nas terras conquistadas. Sobre a experiência portuguesa de colonização na América o autor afirma haver distinções. Holanda pontua que na experiência espanhola as cidades foram erguidas com minúcia e zelo: agrupamentos urbanos organizados em traços retilíneos, as construções das cidades eram iniciadas a partir da praça maior. Enquanto a colonização portuguesa foi marcada pelo imprevisto e o imediatismo. Nas vilas e cidades da América

<sup>20</sup>*Ibid.* p. 10.

<sup>21</sup>HOLANDA, Sérgio Buarque de. O semeador e o ladrilhador. In: *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 95.

Portuguesa, não havia uma política urbanística bem definida, suas características principais eram a espontaneidade, a irregularidade e a falta de planejamento.

Uma versão diferente é apresentada por Nestor Goulart Reis, que afirma que a política urbanística da América Portuguesa- iniciada com a fundação de cidades como Salvador, Olinda, Rio de Janeiro e São Luís- apresentava os mesmos atos normatizadores para vilas e cidades.<sup>22</sup>

A instalação da capitania de São José do Piauí e a elevação da Vila da Moura à categoria de cidade representaram não somente a conquista da Coroa portuguesa, como também um instrumento civilizacional, a elas caberia a função de trazer para o seio da civilização e do poder do estado os habitantes dispersos na extensão territorial da atual capitania, “o que antes era excepcional, torna-se a política corrente do Estado Português”.<sup>23</sup>

A vila de São João da Parnaíba foi ainda mais emblemática nessa missão de integração, já que exercia - através do porto fluvial chamado de Porto das Barcas - um comércio bastante ativo. A existência do porto antecede a resolução da criação da vila, para a criação dos mesmos as Ordenações Portuguesas exigiam um número mínimo de 6 ou 7 famílias residentes, exigiam ainda a Igreja, o Pelourinho, e os edifícios onde pudessem ser instalados a Casa da Câmara e a Cadeia<sup>24</sup>. Quanto à distribuição urbanística e ao espaçamento físico, a Coroa portuguesa seguia também posturas prescritas nas Ordenações Reais. As casas deveriam ter lotes pré-traçados, seguindo planos retangulares, denotando clara preocupação com a ordem e a transmissão de autoridade por parte dos administradores.

A freguesia do Porto das Barcas já contava com uma população de “1747 brancos livres e 602 escravos”<sup>25</sup>. Entreposto situado às margens do rio Igarapé (primeiro braço do Delta do Parnaíba), construído para a guarda de animais e o acondicionamento da carne bovina, no Porto das Barcas “se dava o abate de doze mil rezes e o preparo de carnes secas e courana”<sup>26</sup>. Segundo Carlos Eugênio Porto a freguesia do Porto das Barcas prosperou devido à grande movimentação das embarcações do rico português Domingos Dias da Silva, vindo do Rio Grande do Sul, em

---

<sup>22</sup>REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil (1520-1720)*. São Paulo: EDUSP, 1969, p. 6.

<sup>23</sup>PEREIRA, Magnus Roberto de Melo. Considerações sobre a situação urbanística do período pombalino. *Ágora*. Santa Cruz do Sul, v.1, mar. 1995, p. 79.

<sup>24</sup>SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí*. v. 3. Belo Horizonte: [s.l.], 2007, p. 27. Segundo Junia Motta Antonácio Napoleão do Rego, os símbolos do poder português, como os forais e o pelourinho foram poucos. Por exemplo, pelourinhos teriam sido erguidos somente em Campo Maior (mantido até 1844) e Valença. REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. *Dos Sertões aos Mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1850 – 1950)*, 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2010. p.22.

<sup>25</sup>REGO, *op.cit.*, p.40.

<sup>26</sup>Ibid.p. 22

meados do século XVIII<sup>27</sup>, e que se tornou um notável fazendeiro, grande agricultor e comerciante. Dias da Silva estabeleceu o comércio diretamente com Lisboa, dominou economicamente o Piauí e o Maranhão, e comercializado principalmente o charque, vendido para o Pará, Pernambuco, Maranhão, Bahia e o Rio de Janeiro<sup>28</sup>. Dono de várias embarcações, além do charque e do couro, oriundos dos rebanhos bovinos da região, Domingos Dias da Silva comercializava produtos como fumo, algodão e semente. Depois de sua morte, em 1793, seus filhos Simplício e Raimundo Dias da Silva deram continuidade a esse comércio<sup>29</sup>.

Apesar da estrutura que o Porto das Barcas possuía, o governador João Pereira Caldas escolheu como sede da vila o povoado Testa Branca, “um lugarejo insignificante, com quatro fogos apenas, oito pessoas livres e onze escravas”<sup>30</sup>. Sobre os núcleos Testa Branca e Porto das Barcas temos a seguinte descrição do Livro do Centenário da Parnaíba:

Testa Branca, porém não tinha significação. E o esforço parnaibano demonstra, logo que, ele não serve. Há a poucos quilômetros, o porto das barcas, que inspira confiança no futuro. Mas João Pereira Caldas não consente a mudança da sede.[...] Porto das Barcas, em razão do seu grande estabelecimento de charqueadas, mantém, já, incipiente comércio com Pernambuco, Bahia, Maranhão, Pará e Rio. População ativa, trabalhadora, progressista. João Pereira Caldas governou dez anos: 1759 a 1769. Em 1770, no governo de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, o povo parnaibano conseguiu a transferência oficial da sede da Vila para o Porto das barcas, onde segue, hoje, vitoriosamente, Parnaíba<sup>31</sup>.

Assim, a partir de 1770 com a transferência da sede da vila de São João da Parnaíba para o Porto das Barcas, foram erguidos os primeiros edifícios tais como a Casa Grande de

---

<sup>27</sup>Em 1758 já se encontrava na Vila de São João da Parnaíba o abastado comerciante João Paulo Diniz, pioneiro na indústria do charque. João Paulo Diniz nasceu em Portugal e faleceu depois de 1792 em Parnaíba. Foi fazendeiro, agricultor, industrial e comerciante, criou oficinas de carne-seca, ou charque, ao longo das duas margens dos rios Parnaíba e Balsas. Em 1768 foi indicado pelo governador do Maranhão para o posto de administrador da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão na feitoria de Parnaíba. Em 1769 é encarregado pela mesma autoridade de abastecer com carne, em larga escala, o mercado de Belém do Pará. Vencendo as adversidades, ancora no porto de Belém do Pará em 1770, com duas sumacas carregadas de carne seca. Tornou-se um dos mais importantes fazendeiros da época na região, pioneiro da industrialização de carne-seca, não somente no Piauí, mas também no Brasil, precedendo Maranhão, Pará, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Foi um dos iniciadores da feitoria do Porto das Barcas para a comercialização do charque, do couro -que era exportado para a Europa via Portugal - entre outros produtos. NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí: pré-história, primeiros contatos com a terra, primórdios da colonização e ausência de governo*. Teresina: FUNDAPI, 2007, p. 162-168. Domingos Dias da Silva chegou à vila em 1760.

<sup>28</sup>PORTO, Carlos Eugênio Porto. *Roteiro do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, p. 69.

<sup>29</sup> BARBOSA, Edson Gayoso Castelo Branco. *O Parnaíba: contribuição à história de sua navegação*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986. p. 54.

<sup>30</sup> FIGUEREDO, Diva Maria Freire. *O monumento habitado: a preservação de sítios históricos na visão dos habitantes e dos arquitetos especialistas em patrimônio*. O caso de Parnaíba. Recife, 2001, p.18.

<sup>31</sup>CORREIA, Benedicto Jonas; LIMA, Benedicto dos Santos. *O livro do centenário de Parnaíba*. Parnaíba: Gráfica Americana, 1944, p. 46.

Domingos Dias da Silva, a Casa de Câmara e a cadeia<sup>32</sup>. Em 1772, o então ouvidor-mor Antônio José de Moraes Durão elaborou um importante documento intitulado “A Descrição da Capitania de São José do Piauí”. Esse relatório apresenta detalhes da estrutura urbana já consolidada, destaca a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça como uma edificação sólida, em cantaria, mesmo sem a cobertura. Contudo, ressalta também a questão da insalubridade, ocasionada pela proximidade entre as residências, os abatedouros e os curtumes<sup>33</sup>. Segundo Olavo Pereira da Silva Filho<sup>34</sup> foi a partir da proximidade do porto fluvial com a vila que, ainda no governo de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, surgiram os primeiros cuidados com a higiene e o paisagismo local. O então governador determinou que as charqueadas deveriam ficar distantes da povoação.

Silva Filho<sup>35</sup> afirma ainda que Parnaíba foi a primeira vila da Capitania que teve um plano regulador previamente implantado, estruturava-se em ruas alinhadas que se assemelhava ao urbanismo cartesiano, o *cardus* e *decumanus* dos romanos. Por isso sua paisagem é mais ordenada que nas outras vilas. O autor afirma ainda que Parnaíba foi o único núcleo urbano do Piauí que reunia duas igrejas na mesma praça. Outra particularidade distinguiu Parnaíba das demais povoações. Enquanto as demais evoluíram a partir de um único centro referenciado pela igreja, Parnaíba teve dois núcleos: o Porto das Barcas – prefixação portuária de origem comercial; e a Praça da Matriz – pós-fixação de natureza institucional, na qual se concentrava a autoridade religiosa e o poder civil.

A primeira cartografia do Piauí, de 1798, mostra “uma planificação arquitetônica da vila, traçada segundo ordens diretas do próprio governador da capitania, João Amorim Pereira”<sup>36</sup>. Na planta é possível observar a proximidade do porto fluvial com a vila, o traçado em dimensões retangulares situadas em um centro quadrangular. A planta traz ainda destaque para o rio Igarapu, o que, segundo Figueredo, “revela a sua primazia como ponto de referência da localidade; o rio é a ligação com outros centros, a porta de entrada de gêneros e pessoas, o meio de comunicação e transporte que propicia a troca de mercadorias”<sup>37</sup>.

---

<sup>32</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). V.1, 2006, p.

<sup>33</sup>DURÃO, Antonio José de Moraes. Descrição da capitania de São José do Piauí, 1772 Apud FIGUEREDO, Diva Maria Freire. *O monumento habitado: a preservação de sítios históricos na visão dos habitantes e dos arquitetos especialistas em patrimônio*. O caso de Parnaíba. Recife, 2001, p. 31.

<sup>34</sup>SILVA FILHO, op. cit., p. 82.

<sup>35</sup>Ibid.p.36

<sup>36</sup>REGO, op. cit., p. 27.

<sup>37</sup>FIGUEREDO, op. cit., p. 20.

Figura 2 - Mapa da Vila de São João da Parnaíba em 1798



Fonte: “Mapa Exacto da Villa D’São João da Parnaíba”. IPHAN. Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII. Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, abril de 2008. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/files/volume\\_parnaiba/pi](http://portal.iphan.gov.br/files/volume_parnaiba/pi). Acesso em 06 de agosto de 2021. Com Identificação dos locais segundo a nomenclatura atual.

Na imagem acima podemos identificar a ocupação ao longo do rio Igarapé, o Porto das Barcas, a Praça da Graça, a Igreja de Nossa Senhora da Graça, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Parnaíba, construída para os escravos da família Dias da Silva, e a antiga Rua Grande, atual Avenida Getúlio Vargas.

Dez anos depois da criação das primeiras vilas e da elevação de Oeiras à condição de cidade-capital, nem mesmo esta contava com uma estrutura mínima necessária à instalação eficaz de qualquer aparelho administrativo. Circunstâncias que ficavam agravadas no tocante às demais vilas. O relato do ouvidor Antônio José de Moraes Durão na Descrição da Capitania atesta a precariedade dos aspectos físicos, econômicos e sociais da cidade de Oeiras:

Não tem relógio, Casas de Câmera, Cadeia, açougue, ferreiro ou outra alguma oficina pública. Servem de Câmara umas casas térreas de barro e sobre que corre litígio. A cadeia é cousa indigníssima sendo necessário estarem presos em troncos e ferros, para segurança. A casa do açougue é alugada e demais cousa nenhuma. As casas da cidade todas são térreas até o próprio palácio do

Governo. Tem uma rua inteira, outra de uma só face e metade de outra. Tudo o mais são nomes supostos; o de cidade verdadeiramente só goza o nome<sup>38</sup>.

Enquanto Oeiras, a capital da Capitania, contava apenas com o título de cidade e não apresentava condições estruturais mínimas de urbanidade, os relatos do ouvidor, ao se reportar às demais vilas, mostram que a situação era ainda pior, com exceção das vilas de Campo Maior e São João da Parnaíba que apresentavam melhores condições materiais.

As condições de vida na Capitania do Piauí eram difíceis, visto que o caráter desagregador da pecuária tinha ressonância no pequeno comércio e a criação de gado tinha como congênera a agricultura<sup>39</sup> de subsistência. Sobre a Capitania do Piauí Raimundo Nonato Monteiro de Santana afirma que “não havia comunicação com o resto do país ou do mundo, pois a povoação do Piauí se confina[va] pela parte da nascente com os sertões desertos que correm para Pernambuco.”<sup>40</sup>. Sobre o estado de subsistência e estagnação das vilas, o autor acrescenta que houve no Piauí “realmente a época do couro. O gado comercializado era pouco, o que restringia o suprimento de bens e serviços importados. Tudo ficava a cargo das próprias unidades produtivas”<sup>41</sup>.

Utilizando o couro, por processos manuais ou com instrumentos rudimentares, a indústria familiar preparava os grosseiros artefatos com que satisfaziam as necessidades internas das fazendas, e “só vinha de fora aquilo que era inteiramente impossível produzir na própria unidade”<sup>42</sup>. Nesse contexto, Santana aponta que “não restava outra saída para a economia senão a busca pelo litoral, só a vila de São João da Parnaíba aumentava e prometia cada vez mais”<sup>43</sup>. Parnaíba se destacava não só “pelo negócio do porto de mar que se lhe introduzia, senão também pelas fábricas e manufaturas com que se acha[va]”<sup>44</sup>.

---

<sup>38</sup>MOTT, Luiz. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. 2 ed. Teresina: APL, 2010, p.58.

<sup>39</sup>A agricultura não era a principal atividade dos produtores, “era praticada como uma atividade de subsistência em propriedades menos extensas”. Segundo Luiz Mott, nem todos os imóveis existentes no Piauí eram latifúndios, nem tampouco dedicavam-se exclusivamente à criação bovina. O termo fazenda era usado para propriedades onde se criava gado vacum e cavalari. Já os sítios eram terras de cultivo, separadas das áreas de criação. *Ibid.* p. 70.

<sup>40</sup>SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos*. Teresina: FUNDAPI, 2008, p.123

<sup>41</sup>*Ibid.* p.123.

<sup>42</sup>*Ibid.* p. 124.

<sup>43</sup>*Ibid.* p. 145.

<sup>44</sup> Ofício da Junta Governamental ao Capitão-general Joaquim de Melo Póvoa, de 4 de março de 1775.

## 2.2 DOS DESEJOS DE MUDAR: DISCUSSÕES SOBRE AS MEDIDAS PARA IMPULSIONAR O COMÉRCIO.

No século XVIII muitos já estavam convencidos da necessidade de mudar a sede da capital da Província para um espaço próximo às margens do Rio Parnaíba, que facilitasse a circulação de pessoas e mercadorias, bem como viabilizasse a comunicação da Província com outras partes do Império. Parnaíba à época surgia como esperança de integração econômica, a presença do porto viabilizaria um movimento de exportação do interior da província para o litoral.

A cidade de Oeiras, sede administrativa da capitania, foi considerada inviável por alguns governadores da província por sua localização de difícil acesso, longe dos rios e principalmente do mar, o que resultou no desejo de mudança da capital<sup>45</sup>. Gonçalo Botelho de Castro, o segundo governador da capitania do Piauí objetivava transferir a capital para a Vila de São João da Parnaíba, as tentativas, sem êxito, aconteceram entre 1792 a 1814 com propostas encaminhadas ao Rei.

As solicitações de mudança da capital para a Vila de São João da Parnaíba apontavam, além da sua localização, a aridez do solo oeirense onde “os gêneros consumidos vinham de dez, quinze, vinte e mais léguas em cavalos, com preços mais altos que em Portugal”<sup>46</sup> como atesta os ofícios de 08 de abril e 19 de agosto de 1798 enviados pelo governador João Amorim Pereira ao Ministro de Ultramar, Rodrigo de Sousa Coutinho.

A discussão em torno da transferência da sede da Capitania do Piauí para a Vila de São João da Parnaíba estendeu-se por quase todo o século XVIII e XIX. Em 1850, um grande número de moradores de Campo Maior, Piracuruca e Parnaíba dirigiram-se ao presidente, reivindicando a mudança da capital, uns querendo a nova sede em Parnaíba e outros na Vila Nova do Poti. Foi decidido então pela Vila Nova do Poti, a mudança da capital da província para a respectiva vila aconteceu em 1852 passando a chamar-se Teresina, um local no meio do caminho, às margens do rio Parnaíba. Acreditou-se que seria a melhor localização para uma capital, posto que serviria ao desenvolvimento da navegação e ainda arrebataria de São Luis toda a produção do Piauí que era escoada através da cidade maranhense de Caxias e do rio

---

<sup>45</sup>NETO, Adrião. *Geografia e História do Piauí para estudantes: da pré-história à atualidade*. 3 ed. Teresina: Geração 70, 2004, p. 40.

<sup>46</sup>SANTANA, R. N. Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos*. Teresina: FUNDABI, 2008, p. 134.

Itapecuru. Para o presidente da província, José Antônio Saraiva<sup>47</sup>, a cidade de Oeiras não poderia continuar como capital, devido à sua localização e a dificuldade de escoamento da produção; por sua vez, Parnaíba também não era apropriada, porque ficava muito distante e o caminho a percorrer seria muito grande<sup>48</sup>.

As motivações para a transferência da capital de Oeiras para a Vila Nova do Poti são melhor compreendidas tendo em vista as mudanças mais amplas em curso. No século XIX o capitalismo crescia, as atividades industriais se diversificavam, as invenções tecnológicas e as transformações nas relações de trabalho eram as grandes transformações desse novo mundo. Soma-se a isso a navegação a vapor, as ferrovias, e o telégrafo, que revolucionaram a comunicação e o transporte, interligando as cidades e as pessoas. As transações comerciais se expandiam e a economia capitalista apresentava sinais claros de desenvolvimento. Para Eric Hobsbawm o século XIX foi a “Era da fumaça e do vapor”.

A presença de estradas de ferro e, numa escala menor, máquinas a vapor, introduzia então o poder mecânico em todos os continentes e em países não-industrializados. A chegada da Estrada de Ferro era em si mesmo um símbolo revolucionário, já que a construção do planeta como uma economia única era, de várias formas, o aspecto mais espetacular e de maior alcance da industrialização<sup>49</sup>.

Para continuar esse processo de expansão fazia-se necessário que outros espaços atendessem a nova dinâmica de produção e comercialização de matérias-primas e deveriam também incorporar os novos hábitos de consumo da economia moderna. Segundo Richard

---

<sup>47</sup>José Antônio Saraiva nasceu em 1º de março de 1823, no município de Santo Amaro, na província da Bahia. Formou-se em Ciências Jurídicas, em 1846. Iniciou sua vida pública como presidente da Província do Piauí, para a qual foi nomeado em 9 de junho de 1850, tomou posse em 7 de setembro daquele ano. O seu mandato durou até 12 de março de 1853. Dentre outras realizações de sua administração estão: a reorganização da justiça, a criação das vilas Pedro II e São João do Piauí. Segundo Monsenhor Chaves, Antônio Saraiva foi eleito deputado pela Bahia e deixou Teresina no dia 12 de março de 1853. Presidiu também as províncias de Alagoas, Pernambuco e São Paulo. Foi Ministro de várias pastas do Império: Marinha (1857) e do Império (1861) Negócios Estrangeiros e interinamente da Guerra (1865). Nessa ocasião Antônio Saraiva tratou da abertura do Amazonas à livre navegação. Ministro da Fazenda (1880 e 1885, nos Gabinetes de 28 de março e de 6 de maio), quando ocupou a Presidência do Conselho, na ocasião ele fez aprovar a Lei nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, que instituiu as eleições diretas “por distritos”. Tal legislação ficou conhecida como Lei Saraiva ou Lei do Censo de 1885. Ainda cabe ressaltar o outro projeto de sua autoria – a Lei do Sexagenário ou Lei Saraiva-Cotegipe, sancionada em 28 de setembro de 1885, tornava livres todos os escravos com mais de 60 anos. Em 1889, com a proclamação da República, Saraiva voltou para a Bahia. Foi eleito senador para o Congresso Constituinte em 1890-1891. Não obstante, por motivos de doença e por sua decepção com os caminhos políticos que a jovem República seguia, ele renunciou à vida pública e permaneceu em Salvador (Bahia) até a sua morte a 21 de julho de 1895, aos 72 anos de idade. TAVARES, Elisângela. Saraiva. O ‘rapazola’ que transferiu a capital. In: SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Júnior, 2002. p. 17; CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Apontamentos Biográficos e Outros*. 2. ed. Teresina: FCMC, 2013, p. 509-512.

<sup>48</sup> *Ibid.* p. 40.

<sup>49</sup>HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital: 1848-1875*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.60.

Graham<sup>50</sup>, em meados do século XIX, o projeto de país posto em construção procurava agregar a nação à Europa e ao sistema do capitalismo moderno, o caminho apontado era consolidar o país como produtor e exportador de matérias-primas de origem agrícola, animal ou extrativista.

É no quadro dessa nova conjuntura onde se pretendiam como menciona Graham, agregar a nação à Europa, que se evidenciam algumas iniciativas da Província do Piauí no combate ao isolamento e na dinamização da economia. As reivindicações do presidente da Província e dos comerciantes estavam em torno da navegação do rio Parnaíba. Defendia-se a implantação da navegação a vapor para dinamizar o comércio, a já mencionada transferência da capital, que mudou o eixo das relações sociais e econômicas que estavam situadas no interior e no sul do Estado, para o norte, à beira do rio Parnaíba, a criação de uma alfândega em Parnaíba<sup>51</sup>. E uma quarta questão foi à anexação da vila de Amarração a Parnaíba. Objetivavam com isso a integração da província no contexto nacional com o maior desenvolvimento econômico e uma perspectiva de autonomia do comércio da Praça de São Luís do Maranhão, promovendo seu comércio direto com a Europa.

A título de exemplo, temos o presidente da Província Zacarias de Góis e Vasconcelos que, em relatório de 1º de agosto de 1845, salienta que “o rio hoje corre desprezado, e se estabelecida com regularidades à navegação, algum dia mudará a face nas cousas na Província, quanto a sua riqueza e prosperidade”. E, depois, em Relatório de 11 de fevereiro de 1846, lamentou “não temos estradas, senão trilhas. [...]Encurtai as distâncias”. Acreditava-se que, “descendo pelo Parnaíba os algodões, os couros, e mais produtos da Província, e não pelo Itapecuru, dar-se-ia às forças produtivas da Província a direção que era conveniente”<sup>52</sup>.

No Relatório do presidente da Província, em 1857, a pecuária aparece como a primeirafonte de riqueza no Piauí, mas não se constituía como uma atividade suficiente para modificar o caráter de subsistência da economia piauiense. Essa situação pode ser percebida em documentos como o Relatório de 2 de julho de 1857, apresentado à Assembleia Legislativa pelo presidente da Província do Piauí João José de Oliveira Junqueira, informando que:

---

<sup>50</sup>GRAHAM, Richard. *Sociedades em contrastes: A Grã-Bretânia e o Brasil*. In: Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1973, p.23.

<sup>51</sup>Como a preocupação básica era a integração da economia provincial aos mercados nacional e internacional, as atenções voltaram-se para a criação da alfândega, que foi instalada em 1817 em Parnaíba, mas só entrou em funcionamento, de fato, em 1834. A iniciativa de criação da alfândega partiu dos comerciantes parnaibanos e tinha por finalidade a inspeção do algodão e o aumento da fiscalização sobre os produtos contrabandeados. Transportados pelo rio Parnaíba, passando pela alfândega da própria vila, a exportação seria direta, mais barata, mais cômoda e mais segura. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959, p. 56.

<sup>52</sup> SANTANA, op. cit., nota 3, p. 74.

[...] não se modificara a situação, a agricultura consistia no cultivo do algodão, da mandioca, do tabaco, arroz, milho e outros grãos e alguma cana, que mal chegam para o consumo; apenas o algodão é exportado [...] assim como alguma aguardente. Quinze anos depois, a lavoura não existia senão em escala diminuta, não passava de pequenos ensaios<sup>53</sup>

Em 1815, quando se fizeram as primeiras exportações de algodão pelo porto de Parnaíba “atingiu 2.100 arrobas e 6 libras (31.503kg), atingindo em 1855, 42.000 arrobas, de algodão em pluma”<sup>54</sup>. A exportação do algodão prometia maior oportunidade econômica com vistas ao comércio internacional. “Na vila do Poti construía-se barcos para conduzir o produto pelo Parnaíba, pois a Casa Inglesa [firma inglesa que se estabeleceu em Parnaíba] comprava-o pelo mesmo preço do Maranhão. O presidente Saraiva animava, aliás esse propósito”<sup>55</sup>.

Segundo Santana, o algodão era considerado, nesse período, o principal ramo da agricultura da região. No entanto, os lucros obtidos, além de relativamente pequenos, serviam para pagar as compras feitas no exterior de mercadorias de consumo e outros bens<sup>56</sup>. Relatórios provinciais atestam que a guerra de secessão americana contribuiu para o aumento da produção brasileira, com reflexos no Piauí: “[...] apesar das causas que entorpecem a agricultura na Província, a produção do algodão fez algum progresso em razão da alta extraordinária do preço e da excessiva procura dessa matéria-prima nas fábricas inglesas”<sup>57</sup>.

O Piauí exportou algodão para a Inglaterra até o fim do século XIX quando surgia outro produto de exportação internacional, a borracha de manijoba. Sobre a importância das exportações do algodão Queiroz afirma que “sobretudo nas décadas de 1850 e 1860 podem ser caracterizadas como uma fase de bom desempenho das exportações tanto do gado quanto do algodão, definindo-se, pois, como uma conjuntura de prosperidade para a Província”<sup>58</sup>.

Em 1880 as exportações em Parnaíba ganhavam impulso e a vila de Amarração fora anexada à Província do Piauí, o que possibilitaria a saída dos produtos piauienses pelo mar. A anexação foi discutida mais assiduamente por João Lustosa da Cunha Paranaguá, senador pela província do Piauí, e Domingos José Nogueira Jaguaribe, senador pela província do Ceará.

<sup>53</sup> JUNQUEIRA, João José de Oliveira. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Piauí em 2 de julho de 1857. [S.l.:s.n.], 1857.

<sup>54</sup> SANTANA, op. cit., nota 3, p. 79.

<sup>55</sup> VASCONCELOS, Zacarias de Góis e. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Piauí em 11 de julho de 1846 [S.l.: Sn.], 1846; SARAIVA, José Antônio. Relatório à Assembleia Legislativa Provincial em 3 de julho de 1851. Oeiras: Saquarema, 1851.

<sup>56</sup> SANTANA, op. cit., nota 3, p. 153.

<sup>57</sup> JUNQUEIRA, João José de Oliveira. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Piauí em 1º de julho de 1858. [S.l.:s.n.], 1858; AMARAL, José Mariano Lustosa do. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Piauí em 27 de junho de 1859. [S.l.:s.n.], 1859; ALMENDRA, Antônio de Sampaio. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Piauí em 28 de maio de 1864. [S.l.:s.n.], 1864.

<sup>58</sup> QUEIROZ, Teresinha. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2006, p. 19.

Paranaguá que propunham uma troca: a vila de Amarração ficaria no Piauí e o Vale do Crateús passaria a ser do Ceará<sup>59</sup>.

A questão litigiosa nos permite identificar a busca de comerciantes do Piauí por oportunidades de expandir seus negócios. Para além do projeto de lei que garantiu a troca dos territórios entre a província do Piauí e a do Ceará, é interessante perceber, a partir das calorosas discussões geradas no Senado em função dessa demanda posta pelo governo provincial do Piauí, os esforços em prol do desenvolvimento econômico da região. Segundo Celso Pinheiro filho, em julho de 1880, três meses antes da publicação do Decreto nº 3.012, o periódico *A Imprensa* trazia uma série de transcrições dos embates protagonizados pelos representantes do Piauí e do Ceará no Senado. O cerne dos debates era justamente a relevância de Amarração para a província do Piauí<sup>60</sup>. Buscando fundamentar sua argumentação, bem como apontar os motivos pelos quais o senador cearense Domingos José Nogueira Jaguaribe, conseqüentemente a província do Ceará, deveria aceitar a troca, o senador piauiense, João Lustosa da Cunha Paranaguá, assinalava em sua fala que o interesse na permuta dos territórios já existia por parte do Ceará desde 1827, quando os próprios deputados daquela província tinham considerado de “interesse público” o desmembramento para o Piauí da faixa territorial correspondente a Amarração. Na edição de *A Imprensa* do dia 10 de julho de 1880 lê-se o seguinte:

[...] Consideramos muito a propósito e de utilidade publica e boa administração que da província do Ceará se desmembre para a do Piauí todo o território e litoral que ficar para oeste por uma linha divisória que se deve tirar da tromba da serra da Ibiapaba á barra do rio Timonha, incorporando-se ao termo e freguesia da Parnaíba: que do Piauí se desmembre para o Ceará o sertão de Crateús, que fica da cordilheira da Serra Grande para leste, incorporando-se ao termo e freguesia da vila de S. João do Príncipe, enquanto não se criar vila e freguesia na povoação de Piranhas, como convém<sup>61</sup>

A Vila de Amarração foi descrita por Benjamim de Moura Baptista, que destacou o fato de a mesma estar situada na foz do rio Igarçu, um dos braços do Delta do Parnaíba, tendo como principal atividade econômica a fabricação do sal, tanto para consumo interno, como para exportação aos estados vizinhos. Além do sal, a pesca era uma atividade econômica realizada pelos moradores, bem como uma pequena agricultura de subsistência para consumo interno e a criação de gado. No entanto, o aspecto mais enfatizado a respeito da vila, referia-se ao seu

---

<sup>59</sup>BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. *Amarras e desamarras: cotidiano e modernização em Amarração no litoral do Piauí. (1880-1930)*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal-UFPI. Teresina, 2019, p.23.

<sup>60</sup>PINHEIRO FILHO, Celso. *História da Imprensa no Piauí*. 3ed. Teresina: Zodíaco, 1997, p.255.

<sup>61</sup>A IMPRENSA, Teresina, ano 16, n. 647, 10 jul.1880, p. 3

potencial econômico, por ser “o único porto marítimo que possuímos.”<sup>62</sup> Segundo Marcus Pierre Baptista<sup>63</sup> a importância atribuída à Vila de Amarração, vinculada à existência de seu porto, está relacionada ao contexto econômico do início do século XX, e à expectativa de que a inserção no mercado externo promoveria o desenvolvimento e a modernização do estado do Piauí a partir das exportações da cera de carnaúba, borracha de maniçoba e do babaçu.

É importante salientar que enquanto o poder administrativo apostava na anexação do porto de Amarração e na transferência administrativa para as margens do rio Parnaíba, para se comunicar com outras vilas e cidades, “o mesmo não se pode dizer de homens e mulheres pobres, livres ou escravos que utilizavam os caminhos pelo interior do Piauí, considerados insuficientes, como rotas migratórias para os ‘flagelados da seca’”.<sup>64</sup>

A cidade de Parnaíba a partir de 1877 foi porta de entrada para os retirantes da seca, no entanto, não foi à única. A cidade de Teresina, por ser a sede do governo provincial, e por localizar-se à margem do rio Parnaíba, também concentrou muitos retirantes. O jornal *A Época* calculou em “vinte mil almas a emigração que recebemos do Ceará”<sup>65</sup> e discorreu ainda sobre migração interna diante da falta de suprimentos:

Com a continuidade da crise localidades do Piauí que até então recebiam retirantes passaram a ver suas populações abandonarem os campos, seguindo o exemplo dos vizinhos cearenses: ‘com as nossas plantações inteiramente extintas, ameaçada de perder toda a nossa criação, com emigração tão crescida e naufragada, em uma província pobre, sem recursos, sem vias prontas de comunicação com os grandes mercados do império, é tristíssima e sumamente dolorosa – se não desesperadora nossa situação. Alguns proprietários da província – como os de Príncipe Imperial e Jaicós quase que estão despovoados, porque sua população não encontrando ali mais os meios de subsistência, se internara pelo interior em demanda de outros municípios e especialmente desta capital a procura de recursos.’<sup>66</sup>

O articulador do jornal *A Época* sinalizava uma perda do potencial econômico da capitania, destaca a mortalidade do gado e a falta de gêneros cereais, como uma evidência de uma mudança no eixo econômico da capitania, da pecuária para o extrativismo. Ganhou destaque também uma medida de controle tomada pelo governo provincial frente ao grande número de retirantes em Teresina. O articulista pontuou que o governo provincial mandou “encher os vapores da companhia dessa gente pobre e ordena que ela seja atirada na cidade de

---

<sup>62</sup>BAPTISTA, Benjamin de Moura. *O Piauí*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1920. p. 154.

<sup>63</sup>BAPTISTA, op. cit., nota 40, p. 46.

<sup>64</sup>BARBOZA, Edson Holanda Lima. *Zonas de contato no Piauí Oitocentista: rotas de retirantes e escravizados*. *Revista Vozes, Pretérito & Devir*. Teresina: Universidade Estadual do Piauí. Ano 1, v. 2, n.1, 2013, p. 310.

<sup>65</sup>EDITORIAL. A seca e os emigrantes. *A Época*, Teresina, 13 de abril de 1878, p. 1.

<sup>66</sup> *Ibid.* p. 1.

Parnaíba ou no Porto de Amarração e depois que se arrume”<sup>67</sup>. As perspectivas dos retirantes que seguiam na busca por trabalho não seriam nada favoráveis. Segundo o articulista do jornal, “será, portanto, fatal a sorte que espera essa pobre gente, que se trata de retirar desta Capital para ir morrer mais longe, fora das vistas do governo”<sup>68</sup>.

Segundo Edson Holanda Barboza “livrar-se dos retirantes e seus corpos, rebeldes ou doentes, foi a iniciativa tomada pelo governo provincial, para quem a mortalidade deveria acontecer ‘fora das vistas do governo’”<sup>69</sup>. Barboza afirma que a recepção dos retirantes em Parnaíba/Amarração não era nada acolhedora, e destaca uma publicação vinculada na imprensa teresinense intitulada “Como se morre de fome em Parnaíba”. Tratava-se de uma carta assinada por um homem com pseudônimo de “o cabeça chata”, e relatava cenas do trabalho no Porto fluvial das Barcas em troca de comida. A comissão só dava trabalho a quem carregasse areia, o cotidiano começava às 6 horas da manhã, quando os retirantes seguiam com suas vasilhas a buscar areia para o aterro que se prepara no porto salgado. “O pagamento irrisório de uma caneca de arroz, pouco mais ou menos, a cada pai ou mãe de família, que tivesse em casa 8 a 10 bocas, a espera dessa migalha concedida em 24 horas, à exceção dos dias santificados (...) em que não se devendo trabalhar, não se pode exigir da comissão cousa alguma”<sup>70</sup>. A carta finaliza conclamando a emigração: “Emigrantes, fugi, não esperais os trinta dias fatais que a comissão vos aguarda, fugi e já para outra província, do contrário vossa extinção será certa”<sup>71</sup>.

No contexto da crise da pecuária, da situação de pobreza do Estado e dos retirantes da seca, havia também outra realidade: o surgimento de um novo ciclo econômico, o extrativismo e o advento da navegação a vapor, que propiciavam a movimentação de mercadorias do litoral para outras cidades à margem do rio Parnaíba, e do litoral para outros portos.

O extrativismo dinamizou e intensificou a participação do Piauí na dinâmica das trocas materiais. Os comerciantes parnaibanos compreendiam as incalculáveis vantagens advindas da exploração do rio. Das iniciativas dos comerciantes parnaibanos podemos citar o pedido encaminhado a José Antônio Saraiva, em 1851, onde solicitavam a reabertura do Canal do Igararaçu, então, obstruído por bancos de areia. O pedido estava assinado José Coelho de Miranda, José Francisco de Miranda Osório e um representante da firma inglesa Andrew Miller & Co, entre outros. O assoreamento do canal Igararaçu provocou vários prejuízos, como a perda

---

<sup>67</sup>NOTICIÁRIO. O governo e os emigrantes. *A Época*, Teresina, 13 de abril de 1878, p. 4.

<sup>68</sup>*Ibid.* p. 4

<sup>69</sup>BARBOSA, op. cit., p. 316.

<sup>70</sup>COMO SE MORRE de fome na Parnaíba. *A ÉPOCA*. Teresina, 24 de agosto de 1878, p. 3. Apud BARBOSA, op., cit., p. 316

<sup>71</sup>*Ibid.* p. 316.

de brigues ingleses, dois deles pertencentes ao inglês Andrew Miller<sup>72</sup>. Os comerciantes parnaibanos tinham conhecimento da importância do uso das águas do Parnaíba, posto que:

[..] a cidade era entreposto natural da Província, pois tinha um porto fluvial que precisava de ligação com a produção do interior e um porto de mar para escoamento da produção para o restante do Brasil e para o exterior. Os parnaibanos cobravam das autoridades solução para os problemas que atravancavam a chegada e a saída de mercadorias a seus portos. Estavam inclusive dispostos a resolver sozinhos o problema<sup>73</sup>.

O governo imperial envidou esforços para fomentar a navegação a vapor, porque estava claro que o desenvolvimento nacional dependia de um sistema fluvial com efetivo funcionamento. Assim, para a produtividade desse setor, necessitava-se de investimento financeiro, melhoria da navegação dos rios do território nacional e subvenção a empresas de navegação fluvial. Para tanto, estudos foram realizados, com o fito de conhecer os rios, por exemplo, no caso do Parnaíba, pesquisas foram desenvolvidas antes da implantação da navegação a vapor. A título de exemplo, segundo Gercinair Gandara, estão o ofício n. 5 de 08 de julho de 1853 (relatório sobre o Parnaíba para navegação de barcos a remo e a vapor e exame da Barra do Igarau); Ofício de 05 de maio de 1854, enviado ao ministro do Império, sobre o relatório de João Nunes Campos no rio Parnaíba, da Barra do Igarau até Teresina, a fim de conhecer a navegabilidade do rio; Ofício de 19 de dezembro de 1855, com análise da boca do Igarau até as Canárias e até a barra de Amarração<sup>74</sup>.

A Companhia de Navegação a Vapor foi criada durante gestão de João José de Oliveira Junqueira, que presidiu o Piauí de 5 de dezembro de 1853 a 9 de agosto de 1855. Junqueira, após analisar os estudos feitos pela Companhia de Navegação, obteve autorização de José Antônio Saraiva (Ministro da Marinha) para encomendar o vapor Uruçuí, de propriedade do Conde de Mauá. O vapor deixou a cidade do Rio de Janeiro no dia 9 de novembro de 1858 e através do Porto de Amarração atracou em Parnaíba no dia 31 de março de 1859<sup>75</sup>.

As máquinas, movidas com energia proveniente do vapor, viabilizariam mais velocidade, autonomia e capacidade de transportar mercadorias. A navegação a vapor, instituída em 1858 com a criação da Companhia de Navegação a Vapor<sup>76</sup>, contribuiu com o

---

<sup>72</sup> REGO, *op.cit.*, p. 70-71.

<sup>73</sup> *Ibid.* p. 71.

<sup>74</sup> GANDARA, *op. cit.*, p. 149.

<sup>75</sup> CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Teresina: subsídios para a história do Piauí*. Teresina: FCMC, 2013, p. 68-69. Outra aquisição marcou a navegação a vapor do rio Parnaíba: a aquisição do vapor Conselheiro Paranaguá, que chegou na barra de Amarração em 29 de janeiro de 1865.

<sup>76</sup> FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: FCMC, 1988, p. 221. Em 1868 era construído o que seria o terceiro vapor “com dimensões mais adequadas às condições de navegação do rio Parnaíba do que os demais da Companhia”. *Ibid.*, p. 214-221.

desenvolvimento dos serviços contínuos de navegação entre a capital Teresina e a cidade de Parnaíba.

### 2.3 A EXPANSÃO DA ECONOMIA EXTRATIVA

Com o fim do século XIX e início do XX, o fim do ciclo das charqueadas, o advento da navegação a vapor no rio Parnaíba, a anexação da vila de Amarração com o seu ancoradouro, observou-se o desenvolvimento das atividades de comércio de importação e exportação e o fluxo de capital estrangeiro.

Na primeira metade do século XX o comércio conciliava a atividade de extração e beneficiamento dos produtos oriundos do extrativismo vegetal como a cera de carnaúba, as folhas de jaborandi, a mamona, o algodão; extração do óleo de coco babaçu, das amêndoas do tucum e da oiticica, e ainda os produtos de origem animal, como o couro bovino. Esses gêneros chegavam a Parnaíba através das companhias de navegação fluvial e marítima de origem brasileira, inglesa, francesa e alemã, responsáveis pelo transporte de quase tudo o que se produzia. Para o exterior eram enviadas matérias-primas que já haviam recebido algum tipo de beneficiamento, caso em que se inseriam a cera e o pó da carnaúba, e o coco babaçu<sup>77</sup>.

O desenvolvimento do comércio de importação e exportação em função do uso do rio Parnaíba e da estrutura portuária da vila de Amarração favoreceram o surgimento de firmas comerciais dos mais variados produtos, varejistas e atacadistas e proporcionaram a expansão da atividade de casas comerciais já estabelecidas e das suas instalações. Como exemplo podemos citar a Casa Inglesa e a Casa Marc Jacob (francesa). Segundo Junia Napoleão do Rego<sup>78</sup> essas casas comerciais chegaram a ser consideradas, durante as décadas 1930-1950, como as maiores exportadoras de Parnaíba. Atuavam na exportação de produtos e matérias-primas locais para o exterior, assim como importando, em sua maioria de países europeus.

A Casa Inglesa estabeleceu-se em 1849, sua razão social era Andrew Miller & Co. Posteriormente, foi gerenciada por Paulo Robert Singlehust e passou a chamar-se Singlehust Nicholson & Co. O solar da Casa Inglesa, localizado na Avenida Presidente Getúlio Vargas, próxima do cais e dos grandes armazéns ali existentes era, segundo Carlos Araken, “um toque britânico de classe em nossa cidade”<sup>79</sup>. No contexto das transformações, da nova dinâmica no Porto das Barcas, de reformas urbanas, os casebres pontuavam a beira do cais lado a lado dos

---

<sup>77</sup>REGO, op. cit., p. 47.

<sup>78</sup>REGO, op. cit., p. 96.

<sup>79</sup> ARAKEN, Carlos. *Estórias de uma Cidade muito amada*. Parnaíba: [s.e.], 1988, p. 79.

armazéns. Os trabalhadores da região viviam lado a lado com a imponência dos armazéns e com as novidades trazidas pelas casas comerciais.

Em livro sobre os ingleses no Brasil, Gilberto Freire<sup>80</sup> informa que os britânicos se destacaram com a venda de alimentos de qualidade, como manteiga inglesa, cerveja champagne. A esses produtos acrescentam-se as porcelanas; os tecidos; os perfumes que chegavam para o consumo das elites nos principais centros do País. Em Parnaíba, dentre as mercadorias recebidas pela Casa Inglesa, destacava-se a venda de tecidos, miudezas, ferragens e produtos agrícolas, a maior compradora e exportadora de cera de carnaúba do Estado. Junia Rego analisando o Diário da Casa Inglesa em 1875, dentre os artigos mencionados identifica produtos tipicamente ingleses registrados, uma grande variedade de tecidos: “madapolão, chita larga, morim, algodãozinho, musseline, marroquim, bretanha, cambraia, riscado xadrez e brim liso, entre outros, além de artigos masculinos como chapéu do Chile, camisas e meias de homem e objetos em ferro como facas”<sup>81</sup>.

A Casa Inglesa possuía navios cargueiros da Red Cross Line, que, em 1858, efetuavam o comércio de importação e exportação entre Parnaíba e a Inglaterra. Em 1869 chegou a Parnaíba o jovem inglês James Frederick Clark, que com apenas 14 anos, veio de Liverpool e trouxe consigo uma carta de apresentação e um contrato de aprendizagem para trabalhar na Casa Inglesa por cinco anos. Aos 25 anos, tornou-se sócio da Casa Inglesa. Como mantinha um convívio íntimo com as famílias economicamente favorecidas de Parnaíba, casou-se, em 1884, com dona Anna Gonçalves Castelo Branco, moça piauiense, mas educada na Inglaterra<sup>82</sup>. Segundo Nunes<sup>83</sup>, no final do século XIX, James Clark passou a ser o único proprietário de uma das firmas exportadoras mais significativas do Piauí e do Nordeste, agora individual, e sob razão de James Frederick Clark. A Casa Inglesa foi pioneira, introduzindo vários produtos na região, tais como querosene, gasolina, o primeiro automóvel e o primeiro motor a diesel. Também emprestava dinheiro a juros enquanto não havia instituições bancárias no local. Abaixo imagem da Casa Inglesa:

---

<sup>80</sup>FREIRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1948, p.189.

<sup>81</sup> REGO, op., cit. p. 163.

<sup>82</sup>NUNES, Maria Cecília Silva de Almeida. A influência britânica em Parnaíba. In: ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). *Gente de longe: histórias e memórias*. Teresina: Halley, 2006. p. 335.

<sup>83</sup>Ibid.p. 336.

Figura 3- Fachada principal da Casa Inglesa.



Legenda: Fachada principal da Casa Inglesa com destaque para a Avenida Getúlio Vargas. Parnaíba, segunda década do século XX. Fonte: Acervo do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba

Parafrazeando Carlos Araken, a presença dos ingleses simbolizava o requinte em Parnaíba. Segundo Márcia Raspanti, durante o século XIX a Inglaterra passou a ser a maior referência em termo de “requinte” para brasileiros que desejavam viver de forma “elegante” e em dia com as novidades vindas da Europa<sup>84</sup>. Das recepções feitas pelos ingleses em Parnaíba o memorialista destacou:

Quem não lembra com saudades o Terraço da Casa Inglesa? Foram noites de grande esplendor. O encantamento começava na imponência da escadaria da entrada, de madeira nobre, revestida de grossa passadeira de veludo vermelho. Os metais dourados brilhavam, e faziam sombra aos aristocráticos lustres de cristal. No primeiro piso estava o terraço, misto de jardim e dancing, cercado de belas palmeiras, iluminação suave, que em noites de lua, por ela era substituída. A fidalguia e os requintes do dono da casa, os rapazes Bruce e Sepinho, figuras saudáveis e belas, muito ingleses, por estirpe e por educação. O uísque legítimo correndo solto, fazia a cabeça de todos. Eram noites realmente deslumbrantes, difíceis de esquecer. Ali estava o que melhor havia em nosso meio, todos absolutamente seguros de sua posição, e da solidez de seu patrimônio. Bons e belos tempos aqueles.<sup>85</sup>

<sup>84</sup>RASPANTI, Pinna. O que “eles” vestem: moda, vaidade e masculinidades no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (Org.). *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 201.

<sup>85</sup>ARAKEN, op. cit., p. 78.

Segundo Nunes<sup>86</sup>, com a presença dos ingleses em Parnaíba, começou a existir toda uma produção de ideias de que a Inglaterra era hegemônica no trabalho e na superioridade cultural. A partir disso a autora compreende que no século XIX e no início do século XX essa ideia de hegemonia inglesa ganhou concretude e passou a refletir nos hábitos e costumes daquela sociedade, agregando também no despertar de uma vocação empresarial, no contexto do qual a Casa Inglesa era vista como um espaço de formação técnica-profissional, que exigia de seus funcionários competência, disciplina, responsabilidade e ética profissional.

Em 1873 já funcionava em Parnaíba outra importante casa comercial, a casa Marc Jacob, dos irmãos franceses Moïse e Lazard Jacob que exportavam os produtos da região para os países da Europa. Os couros de boi, ainda produzidos nas charqueadas de Parnaíba, eram exportados após a sua secagem ao sol, para diversos países, mas, preponderantemente, para Portugal. Aos poucos foram sendo agregados a este comércio produtos comprados ao longo do rio Parnaíba, e transportados para a cidade de Parnaíba em barcas puxadas por rebocadores; a tonelagem dessas barcas foi pouco a pouco aumentando, e algumas chegaram a alcançar a capacidade de 100 toneladas de cargas. Na ida as embarcações transportavam sobretudo sal grosso, adquirido pelas populações ribeirinhas para uso próprio e para o gado. No retorno, das embarcações eram coletados os produtos da atividade regional, couros de boi, peles de animais silvestres, peles dos pequenos animais de criação (carneiros e bodes) e paulatinamente, os produtos do extrativismo vegetal<sup>87</sup>. A Casa Marc Jacob, para além da exportação da cera de carnaúba, algodão, couros, babaçu e revenda de derivados de petróleo, fundou as lojas “Rosemary”.<sup>88</sup> Segundo Neuza Veruska, a Casa Marc Jacob “se desenvolveu junto à navegação fluvial, possuía rebocadores vindos da Inglaterra. Moïse e Lazard voltaram para a Europa em 1924, e não deixaram descendentes. Desse modo, a empresa foi vendida a seu sobrinho Roland Gabriel Jacob que chegou a Parnaíba em 1921”<sup>89</sup>.

No início do século XX a borracha de maniçoba tornara-se a nova fonte de renda da economia piauiense, “impulsionada pela demanda dos países industrializados, sobretudo a Inglaterra, que constituía como principal comprador”<sup>90</sup>. O incremento na procura e a

---

<sup>86</sup> NUNES, Maria Cecília S. *A influência Britânica em Parnaíba-PI*. In: ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de; EUGÊNIO, João Kennedy. *Gente de longe: histórias e memórias*. Teresina: Halley, 2006, p.345

<sup>87</sup> JACOB, Marc Theophile. *A pequena e brava família Jacob*. In: ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de; EUGÊNIO, João Kennedy. *Gente de longe: histórias e memórias*. Teresina: Halley, 2006, p. 289-290.

<sup>88</sup> ARAÚJO, José Luís Lopes. *O rastro da carnaúba no Piauí*. *Almanaque da Parnaíba*, 1985. n.p.

<sup>89</sup> MELO, Neuza Brito de Arêa Leão. *O Ecletismo parnaibano: hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX.* 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011, p. 48.

<sup>90</sup> QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1900-1920*. Teresina: FUNDAPI, 2006, p.33.

correspondente alta dos preços da maniçoba estão intimamente ligados ao “crescimento das indústrias automobilística e elétrica, sobretudo a primeira, em franca expansão no início do século”<sup>91</sup>.

A borracha de maniçoba dinamizou a economia piauiense se tornando uma das principais fontes de receita do Piauí em 1902<sup>92</sup>, contudo, esse período foi de curta duração, decaindo em 1915. A partir de 1907, a cera de carnaúba e o babaçu ganharam destaque e chegaram a ocupar a pauta principal da receita a partir de 1914, como destaca Teresinha Queiroz:

Até 1917, a contribuição da maniçoba é das mais significativas no conjunto das exportações do Estado. É, até 1913, a principal fonte da receita pública. É superada, a partir de 1914 pela cera de carnaúba, que assume o papel desempenhado pela borracha, qual seja, o de maior gerador de receitas para o Estado.<sup>93</sup>

Como resultado da expansão da economia extrativa, o comércio piauiense alcançaria seu maior desenvolvimento. A exploração da borracha de maniçoba e a navegação a vapor contribuíram para a concentração do povoamento e para a ocupação e incorporação de novas áreas à economia do Estado. A carnaúba destacava-se entre os produtos de maior fluxo econômico, como um dos grandes motores do desenvolvimento piauiense. Depois de testadas as suas propriedades, o produto recebeu forte demanda do comércio internacional e durante mais de uma década alavancou praticamente toda a economia do estado.

A exploração da maniçoba “representou para o Piauí a fase inicial de nova conjuntura em que a dinâmica da economia passou a ser dada pelas exportações de produtos extrativistas para o mercado internacional”<sup>94</sup>. Das casas comerciais que exportavam borracha de maniçoba e babaçu, além da Casa Inglesa e Marc Jacob, muitos estabelecimentos apareceram de forma mais expressiva. No ano de 1913, em Parnaíba operavam “José Mentor & Cia, J Aristides & Cia, J. Narciso & Cia, Marc Jacob & Cia, M. Ullmann & Cia (matriz na Bahia), Jonas M. Correia, James Frederick Clark, Madeira Veiga & Cia e Franklin Veras & Cia”<sup>95</sup>. A produção da borracha do Piauí e do leste do Maranhão- esta em pequena escala –chegava aos portos de Amarração e Tutóia-MA através da cidade de Parnaíba, a navegação mais frequente era do rio Parnaíba, no trecho Floriano-Parnaíba-Tutóia. Assim, a cidade de Parnaíba recebia a maniçoba

---

<sup>91</sup> Ibid. p. 33.

<sup>92</sup>PIAUI. *Mensagem apresentada á Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira*. Estado do Piauí. Teresina: Tipografia do Piauí, 1902, p. 16.

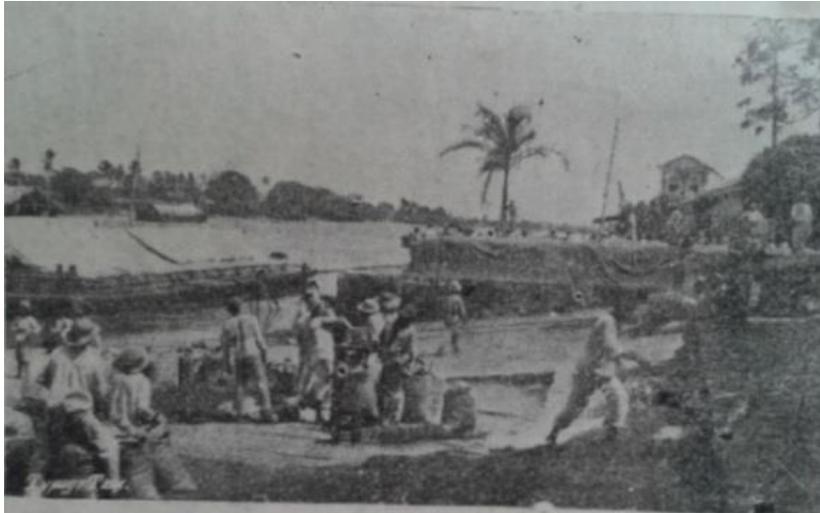
<sup>93</sup>QUEIROZ, 2006, p. 138.

<sup>94</sup>QUEIROZ, op., cit., p. 186.

<sup>95</sup> Ibid. p. 138.

e todos os gêneros de exportação do Piauí. Abaixo, imagem do embarque do babaçu no Porto das Barcas.

Figura 4 – Porto das Barcas em 1924



Fonte: “Embarque de babaçu no Porto Salgado<sup>96</sup>, á rua Grande, principal ancoradouro da navegação do rio Parnaíba”. PARNAÍBA PIAUÍ. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 1, p. 35, 1924, p. 35.

O escoamento da maniçoba, do babaçu, a arrecadação alfandegária da cidade, o transporte e venda de matérias-primas pelos canais fluviais e marítimos trouxeram melhoramentos para a cidade de Parnaíba, os quais são descritos pelo jornal *O Diário do Piauí* em 1914:

A Avenida Jayme Rosa, que começa próximo ao porto do Bebedouro, será prolongada até o porto do cortume, tendo a extensão de cerca de três mil metros; Esta bastante adiantado o levantamento da planta do bairro Tucuns. A intendência municipal desta cidade fez reparar completamente o armazém da pólvora, extinguindo grandes formigueiros existentes no interior do prédio e arredores, vão entrar em reparos sucessivamente todos os prédios municipais; O cemitério igualdade está recebendo um serviço completo de conservação, ficando agora concluída a construção do aumento começado no ano passado; O cemitério velho foi convenientemente limpo, sendo demolida a capela em ruínas que começava a desabar; Ontem foram afixadas placas esmaltadas da rua do Patriota e também os números dos prédios que atingiram a noventa e dois. Vão ser encomendadas placas para as demais ruas e praças; chegaram ontem, mil e setecentas mudas de árvores enviadas pelo horto florestal do Rio, para arborização da cidade, inclusive mil pés de eucaliptos para a zona pantanosa. Está concluído o serviço de escoamento das águas fluviais depositadas nos pântanos dos bairros Coroa e Olaria. A Intendência quer iniciar o aterro e saneamento dessa zona pantanosa dependente apenas de decisão da Companhia de Vapores, sobre o terreno destinado a alfândega, por onde tem de começar o referido serviço; Continua executado com máxima

---

<sup>96</sup>Até os anos de 1970, o que chamamos hoje de Porto das Barcas era o histórico Porto Salgado, pelo grande desembarque de sal, consumido pelas oficinas de couro e carne salgada. Porto das Barcas, ou Sítio dos Barcos foi o arraial onde se formou a vila de Nossa Senhora de MontSerrat de Parnaiba (1708), depois Vila de São João da Parnaíba (1770).

regularidade o serviço de limpeza das ruas e praças, bem como da remoção do lixo das casas particulares; Estão abertas no bairro Nova Parnaíba todas as ruas e avenidas de cumprimento de mil e quinhentos metros, que comunicam a antiga a antiga cidade com margem do Igarassú e vão ser abertas ruas e avenidas transversais<sup>97</sup>.

Nesse contexto de desenvolvimento comercial, a cidade de Parnaíba contava, em 1900, com 19.413 habitantes, em 1920 com 24.142 e em 1942 chegou a 42.062 habitantes<sup>98</sup>. Segundo José Luis Lopes Araújo<sup>99</sup>, os fatores capazes de explicar esse rápido crescimento populacional são a chegada dos retirantes cearenses em Parnaíba, em 1900, fugindo da seca; o crescimento econômico impulsionado com a vindadas famílias Clark e Jacob.

Segundo Maria Nunes e Irlane Abreu, havia em Parnaíba “uma sociedade bastante distinta daquelas que viviam em núcleos urbanos interioranos, diferença essa que se expressava em sinais externos de riqueza o casario, mobiliário, adornos, utensílios domésticos, trazidos da Europa”<sup>100</sup>. Conforme referido, os comerciantes parnaibanos estavam ligados ao mercado internacional, que era o principal destino de seus produtos – amêndoa de babaçu, cera de carnaúba, couro e peles. Os navios desciam o rio Parnaíba carregados de produtos locais, que eram enviados para o exterior, através da cidade de Parnaíba, e voltavam com mercadorias produzidas fora do Estado e distribuídas nas suas principais cidades. Destacavam-se, além das matrizes da firma Marc Jacob S.A., James Frederich Clarck (Casa Inglesa), já mencionadas, Pedro Machado S. A., Morais Importação S.A., Poncion Rodrigues, Ranulpho Torres Raposo e Neves e Cia., dentre outras iniciativas de menor porte. As quatro primeiras funcionavam como casas importadoras e exportadoras e as três últimas como representações comerciais. Todas elas possuíam filiais em Teresina, estimulavam atividades paralelas e correlatas e, principalmente, dinamizavam o comércio local. Segundo JuniaAntonaccio Rego,<sup>101</sup> no que diz respeito ao volume de divisas de exportação, pode-se considerar que, nas décadas de 1930-1950, os três maiores exportadores em Parnaíba eram Roland Jacob, a Casa Inglesa dos Clark e o estabelecimento dos Morais Correia.

O ciclo extrativista que efetivamente impulsionou a economia piauiense foi o da cera de carnaúba. A utilização do produto era vasta: desde óleo de iluminação, até velas, pílulas, emplastos, unguentos, sabonetes, material isolante, discos fonográficos, polimentos, graxas,

---

<sup>97</sup>DO ESTADO. Diário do Piauí. Ano IV, n. 109. Teresina, de 16 de maio de 1914, p. 1.

<sup>98</sup>QUEIROZ, Teresinha de Jesus M. Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo.3. Ed. Teresina: EDUFPI, 2011, p.20.

<sup>99</sup>ARAÚJO, José Luís Lopes. O rastro da carnaúba no Piauí. *Almanaque da Parnaíba*, 1985. n.p.

<sup>100</sup>NUNES; ABREU, op. cit., p. 100.

<sup>101</sup>REGO, op.cit., p. 217.

lubrificantes, encerados, papel carbono e matéria prima bélica (componente na fabricação de pólvora durante a II Guerra Mundial). De 1939 a 1949, a cera de carnaúba era responsável por 70% da receita estadual. Neste contexto, o Piauí chegou a alcançar o 7º lugar nas exportações nacionais nos anos de 1941 e 1942<sup>102</sup>.

Parnaíba, que vivia seu fastígio econômico, além de possuir as principais firmas de exportação e importação do estado do Piauí, passou a contar com indústrias de transformação de produtos originários das atividades extrativistas, como refinaria de cera de carnaúba, curtumes e produtos de óleos vegetais<sup>103</sup>. Grandes fortunas se formaram e, ao mesmo tempo, a exploração dos carnaubais, por ser uma atividade que absorvia muita mão de obra, propiciou rendimentos a grandes contingentes da população do norte do Estado. Ocorre, contudo, que grande parte do capital acumulado esvaiu-se na importação de bens manufaturados. O Piauí exportava couro, sementes selecionadas, cera de carnaúba e algodão e importava tecidos, motores, veículos, produtos farmacêuticos, geladeiras e outros produtos industrializados e de maior valor agregado. Os produtores, em geral, investiram muito pouco na melhor capacitação e produtividade de seus negócios. O ciclo de extração e exportação da cera de carnaúba teve seu declínio logo após a II Guerra Mundial, devido à substituição do produto por sintéticos e derivados de petróleo no mercado mundial, e, em meados da década de 1950, verifica-se a queda brusca dessa atividade e a desorganização do processo de exportação<sup>104</sup>.

#### 2.4 PARNAÍBA ENTRE ASPIRAÇÕES E DESAFIOS

Parnaíba vivia, nas décadas de 1920 a 1940, o frenesi do comércio de mercadorias exportadas e importadas que adentravam a cidadee tinham como porta principal de entrada e saída o Porto de Tutóia, localizado no vizinho estado do Maranhão, distante poucas milhas náuticas. O acesso ao Porto de Tutóia se dava através dos “braços do delta do rio Parnaíba contornando a ilha do Guerindó, que era muito grande e tornava a navegação muito demorada e mais perigosa pois havia uma pequena parte de mar aberto”<sup>105</sup>. Sua utilização representava o encarecimento do frete e das mercadorias devido à distância a ser percorrida, além dos gastos

---

<sup>102</sup>TAJRA, Jesus Elias; TAJRA FILHO, Jesus Elias. O Comércio e a indústria no Piauí. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. (Org.). *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: Halley, 1995,p. 144.

<sup>103</sup> Ibid. p. 145.

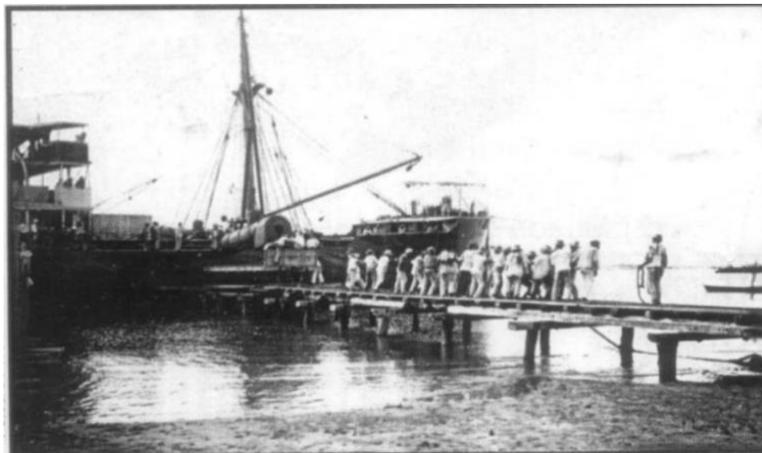
<sup>104</sup> Análise Estrutural do Piauí: Indústria, Comércio e Setor Externo – Carta Cepro, 1982.

<sup>105</sup>REGO,Junia Motta Antonaccio Napoleão do. *Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010, p. 109.

com estiva e armazenagem. A saída de mercadorias por esse porto acarretava ainda o pagamento de impostos e tarifas alfandegárias ao governo do Maranhão.

Os comerciantes parnaibanos iniciaram, então, uma campanha junto ao governo federal para a construção do porto marítimo em Amarração, por onde já se faziam exportações, através de um ancoradouro. Este “esteve em funcionamento ao longo da segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX”<sup>106</sup>. Esse ancoradouro provisório foi mandado construir em 1918, em Amarração, pelo engenheiro-chefe da Estrada de Ferro, Dr. Miguel Bacellar, para descarga de materiais. Abaixo podemos ver uma imagem do vapor Mantigueira, da Lloyd Brasileiro, atracado, descarregando duas locomotivas destinadas a Estrada de Ferro Central do Piauí:

Figura 5 – Ancoradouro provisório em Amarração, construído em 1918



Fonte: “Foto da descarga de duas locomotivas no trapiche de Amarração em 1920”.

Fonte: Acervo pessoal de Diderot Mavignier.

Junia Napoleão do Rego afirma que, apesar da cidade contar com três portos – Fluvial das Barcas, “Porto” de Amarração (ancoradouro) e nas suas imediações o Porto de Tutóia (MA) –, nenhum deles operava de forma realmente eficiente. Assim, no inverno as mercadorias seguiam do porto maranhense por um canal do rio Parnaíba até o Porto Fluvial das Barcas, que dava acesso direto a Parnaíba. O Porto fluvial recebia as embarcações à vela, a remo e depois a vapor e ligava Parnaíba a outras cidades do estado<sup>107</sup>.

Parnaíba enfrentava dificuldades devido à falta de infraestrutura adequada, como nos informa Barbosa:

Os navios de preferência entravam no Parnaíba pela barra das Canárias<sup>108</sup>, mais próxima do porto de Parnaíba, apenas cerca de duas léguas, enquanto

<sup>106</sup>BAPTISTA, op. cit., nota 40, p. 71.

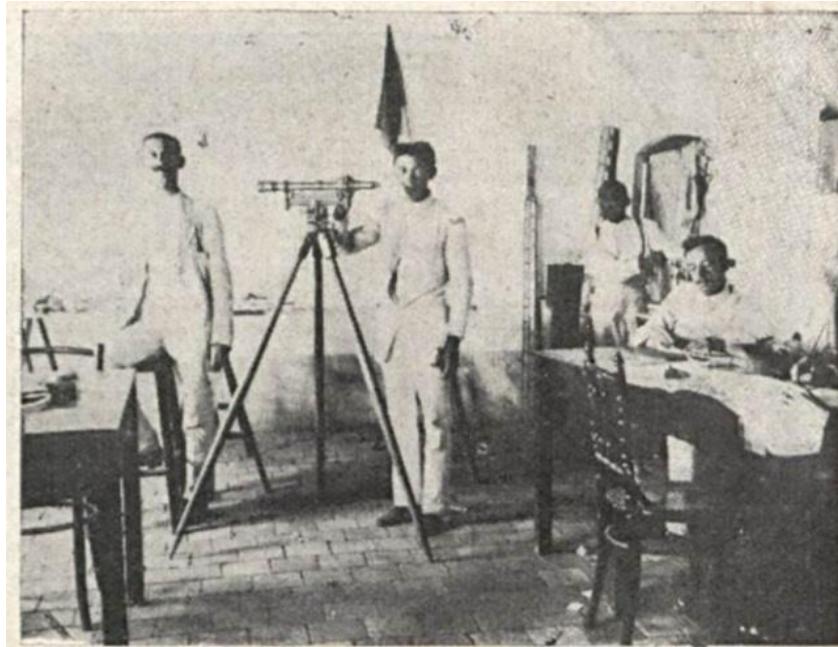
<sup>107</sup> REGO, op. cit., nota 24, p. 96.

<sup>108</sup> Conforme Edson Gayoso C. Branco Barbosa, o rio Parnaíba, após a boca do Igarapé, era conhecido como rio das Canárias. BARBOSA, op. cit., p.40

Tutóia ficava a uma distância de 20 léguas. Entretanto, os navios que chegavam a Canárias ancoravam distante da terra: O trecho a percorrer até a cidade que ficava afastada do litoral, na sua maior parte se fazia em montarias por caminhos difíceis, o que se agravava na época invernos. <sup>109</sup>

O projeto de construção de um porto modernizado em Parnaíba era considerado necessário e nessa causa se engajaram intelectuais e comerciantes parnaibanos. Mesmo revistas da Capital Federal incentivaram com bastante afinco a empreitada. A revista *O Malho* recebia informações da Associação Comercial de Parnaíba, do governador do estado do Piauí e por correspondentes não identificados, como demonstra o registro a seguir:

Figura 6 - “Escritório da Comissão de estudos e melhoramentos do porto de Amarração”



Fonte: ASPECTOS DO PIAUÍ. *O Malho*. Rio de Janeiro, ano 11, n.p., 28 dez. 1912.

A fotografia mostra a Comissão de estudos e melhoramentos do porto de Amarração, criada em 1912, por influência do então deputado federal Joaquim de Lima Pires Ferreira <sup>110</sup> junto ao Governo Federal. O trabalho da Comissão se estendeu por doze anos, apresentando a

<sup>109</sup>BARBOSA, op.cit., nota 56, p. 56.

<sup>110</sup> Joaquim de Lima Pires Ferreira nasceu em Barras (PI) no dia 16 de julho de 1869. Em 1890 bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Recife e em novembro desse mesmo ano foi nomeado promotor público de Barra de São João (RJ). Um mês depois foi designado juiz pretor do Rio de Janeiro e nomeado oficial de gabinete do presidente Floriano Peixoto. Foi deputado federal pelo Piauí de 1895 a 1898. Reelegeu-se em 1900, 1903, 1906, 1912 e 1915. Em 1947 elegeu-se senador pelo Piauí, exercendo mandato até 1955. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 23 de dezembro de 1958. Cf: Joaquim de Lima Pires Ferreira. [verbete]. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joaquim-de-lima-pires-ferreira>>. Acesso em 04 de setembro de 2021.

planta da barra e o projeto de melhoramento portuário, e a preparação do local para a construção do porto com a paralisação das dunas. Em 1922, o presidente Epitácio Pessoa decretou a construção do Porto de Amarração, ordenando a compra dos materiais necessários que, em grande parte, já estavam depositados no local. O plano da obra sofreu várias reviravoltas e revezes, de acordo com os interesses dos governadores e interventores, eleitos ou indicados, que não chegaram de fato a iniciá-la.<sup>111</sup>

O Porto Fluvial das Barcas também ganhou destaque na revista *OMalho*. A publicação exaltava as reformas a partir de 1913, expôs os detalhes da obra e também do primeiro plano de urbanização local, divulgando iniciativas como a elaboração da planta do bairro Nova Parnaíba e, a partir de 1916, os trabalhos para a construção da Estrada de Ferro. A imagem que a revista construía de Parnaíba era a de uma cidade que, mesmo em meio às adversidades, buscava estratégias e caminhava na direção do “progresso” econômico e de melhoramentos. Abaixo imagem da reforma do porto fluvial na cidade:

Figura 7 - “Aspecto das obras do novo cais de Parnaíba, no Estado do Piauí”



Fonte: PROGRESSO DO PIAUHY. *O Malho*. Rio de Janeiro, ano 12, n.p., 11 jan. 1913.

A revista *OMalho* passou a publicar artigos e imagens que versavam sobre a reforma do cais de Parnaíba. Intensificados ao longo de todo ano de 1913, tais artigos receberam títulos como: “Progresso do Piauí”, ora “Progresso do Brasil” ou “Um surto de progresso no Piauí”. Essa reforma do porto fluvial foi apresentada buscando enfatizar que a cidade estava mudando,

<sup>111</sup>PINTO, José Vieira. O município de Amarração. *Almanaque da Parnaíba*, ano 4, 1927, p.31.

ou passando por um processo de modernização econômica bem-vinda e necessária para a promoção do “progresso” na própria cidade, no estado, e em nível mais abrangente, no país.<sup>112</sup>

Nos anos 1920, a revista persistiu com publicações sobre o Porto marítimo de Amarração, na divulgação das reformas do Porto Fluvial das Barcas e celebrando a inauguração da Estrada de Ferro. Lê-se na edição de novembro de 1923:

Vão ser iniciados, dentro em pouco, no Estado do Piauí, importantes trabalhos ferroviários, que, como é fácil de ver, enormemente concorrerão para o desenvolvimento dessa importante unidade da Federação, até a pouco tempo caracterizada pela absoluta falta de estradas de ferro. E, a 19 do mês corrente, já será inaugurada a estação de Piracuruca, a 150 km do litoral, num dos mais ricos municípios do Estado, com numerosas fazendas de gado, e considerável fabricação de cera de carnaúba. Mas, enquanto não for construído o Porto de Amarração, ainda o principal estará por fazer, pois só com a execução desse melhoramento terá plena eficiência a via férrea que cada vez mais vai se estendendo pelos férteis campos do Piauí, e ligando uns aos outros os seus importantes centros de comércio e indústria<sup>113</sup>.

Na promoção desse tripé (Porto de Amarração, reforma do Porto Fluvial das Barcas e Estrada de Ferro), a cidade teria a esperança de ganhos econômicos.

A partir das duas primeiras décadas do século XX, incentivadas pelo governo estadual, muitas empresas de navegação se instalaram em Parnaíba e utilizaram regularmente o ancoradouro de Amarração. A lei estadual n. 229, de 21 de junho de 1900, ao conceder subvenção anual de dezoito mil contos de réis à companhia que fizesse a ligação Recife-Amarração, levou a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão a firmar contrato com o governo do Piauí, em 1901, pelo qual se comprometia a fazer seis viagens mensais à Amarração<sup>114</sup>. Outras companhias nacionais e estrangeiras estabeleceram escritório em Parnaíba como discorre Iweltman Mendes:

Escritório e agentes de grandes empresas de navegação marítima começam a se instalar em Parnaíba. As inglesas Red Cross Line e a BoothLine, as alemãs Hamburg Sud e HAPAG (Hamburg-AmerikaLinie); a Portuguesa Transportes Marítimos do Estado e as nacionais Lloyd Brasileiro, Costeira de Navegação (Companhia) Pernambucana e (Companhia) Maranhense, todas passam a operar regularmente em Amarração nas duas primeiras décadas do século XX<sup>115</sup>.

---

<sup>112</sup>PROGRESSO DO PIAUHY. *O Malho*. Rio de Janeiro, ano 12, n.p., 11 jan. 1913/ PROGRESSO DO BRASIL. *O Malho*. Rio de Janeiro, ano 12, n.p., 11 jan. 1913/ UM SURTO DE progresso no Piauí. *O Malho*. Rio de Janeiro, ano 22, n.p., 27 jan. 1923.

<sup>113</sup>VAI SER UMA BELEZA. *O Malho*. Rio de Janeiro, n.p., 3 nov. 1923.

<sup>114</sup>MENDES, Iweltman. *Porto de Amarração: histórico de um sonho*. Parnaíba: SIEART, 2008, p.18

<sup>115</sup> Ibid.p.18.

Pesquisas<sup>116</sup> apontam que a abertura desses escritórios em Parnaíba foi resultado de um ato de proibição, publicado no jornal *O Estado* em 1903, em que o Ministério da Fazenda - por pressão da bancada piauiense na Câmara dos Deputados e no Senado- proibia a entrada de navios de longo curso no porto de Tutóia, por prejudicar os interesses econômicos do Piauí e de Parnaíba, tendo em vista que os recursos dos impostos alfandegários sobre o comércio estadual ficavam para os cofres maranhenses. Segundo Gandara, apesar dessa proibição, “o Ministro da Fazenda manteria a jurisdição da Capitania dos Portos de Parnaíba sobre o Porto de Tutóia, onde deveriam ser feitas baldeações das mercadorias de qualquer procedência para aquela cidade no delta parnaibano”<sup>117</sup>.

Conforme referido, Parnaíba sofria com a ausência de um porto marítimo adequado que permitisse a continuidade das exportações. O porto de Tutóia, que serviu aos interesses econômicos da cidade, deixou de fazer parte da rota de algumas empresas de navegação sob a justificativa de problemas graves com assoreamento. Conforme Edson Castelo Branco Barbosa a “Companhia Lloyd excluiu em 1907 o porto de Tutóia das escalas que os vapores daquela referida companhia faziam naquele ancoradouro, ocasionando incalculáveis prejuízos ao comércio regional”<sup>118</sup>. A imprensa piauiense também se manifestou através do jornal *O Apóstolo*:

[...] certamente ainda não nos foi possível a resolução do momentoso problema, que mais interessa ao nosso progresso – a nossa aproximação dos grandes centros de atividade!. A poderosa companhia Lloyd, ouvindo as reclamações dos comandantes de seus vapores, acaba de excluir o porto de Tutóia das escalas que os mesmos faziam ocasionando, assim, incalculáveis prejuízos ao nosso comércio. Ainda desta vez, aos Srs. Presidente da República e Ministro da Viação, chegarão nossas reclamações, por intermédio daqueles que estão a frente dos interesses do nosso caro Estado, para que em breve, se restabeleça as viagens dos vapores do Lloyd, ao porto de Tutóia<sup>119</sup>.

Os comerciantes parnaibanos enfrentaram problemas com a paralisação de companhias como a Lloyd. Cientes da importância da navegação, recorreram à revista *OMalho*, em 1922, através de um telegrama. Na mensagem, que transcrevemos na íntegra, é descrita enquanto dolorosa a situação do comércio na cidade:

‘Por motivo do abandono em que a direção da Lloyd Brasileiro deixou o porto de Amarração, onde, neste mês, não entrou nenhum navio daquela empresa’. E acrescenta esse despacho: ‘É urgente que o governo tome uma providência, e promova, antes do Lloyd se lembrar dos africanos do sul, a navegação de cabotagem, evitando que uma região nacional importante fique sem

<sup>116</sup>MENDES, op. cit., p. 18; GANDARA, op. cit., p.364; Rego, op.cit., p.118.

<sup>117</sup>GANDARA, op. cit., p.364.

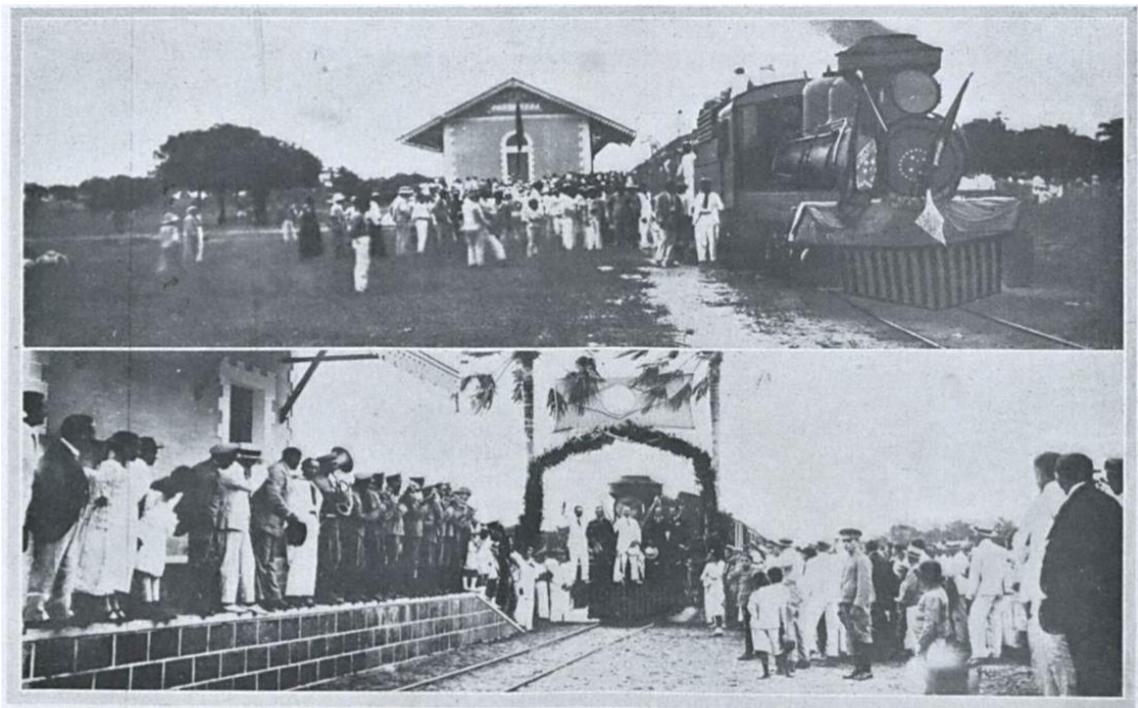
<sup>118</sup> BARBOSA, op. cit., p. 98.

<sup>119</sup>*O Apóstolo*. Ano I, n. 12, Teresina, 19 de dezembro 1907, p.1.

abastecimento e isolada do resto do país'. Tem todo o cabimento esse pedido e essa crítica. Antes de se pensar na África do Sul, é de toda a justiça cuidar-se do Brasil. Um porto nacional não pode ser abandonado por uma empresa nacional, largamente subsidiada pelo Tesouro, também nacional. Se o porto de Amarração não está em condições de receber paquetes de grande calado, não faltam a Lloyd Brasileiro outros navios adequados a esse serviço. E, quando lhe faltassem, correr-lhe-ia o dever de os arranjar de qualquer maneira, para cumprir o seu contrato de cabotagem, em virtude do qual lhe é prestado o auxílio do erário público. Preocupar-se com a inauguração de linhas para a África, sem primeiro atender a todas as exigências da nossa navegação de cabotagem, é um erro e um desprezo injustificáveis.<sup>120</sup>

A revista publicou não apenas reivindicações de comerciantes e políticos parnaibanos quanto à ausência de um porto adequado ao comércio internacional e nacional e a situação de isolamento que isto acarretaria, mas também destacou as estratégias para escoar a produção e as transformações de cunho modernizantes já concluídas na região. Abaixo, imagem reproduzida em *O Malho*, intitulada “Um surto de progresso no Piauí”:

Figura 8 - “E.F. Central do Piauí



Legenda: – 1) Inauguração da Estação de Bom Princípio, no km 51 – Partida do trem inaugural da Estação de Parnaíba. 2) Chegada do trem à estação de Bom princípio – O engenheiro chefe, Dr. Miguel Bacellar, cortando a fita simbólica, da entrada ao trem inaugural”. Fonte: UM SURTO DE progresso no Piauí. *O Malho*. Rio de Janeiro, ano 22, n.p., 27 jan. 1923.

<sup>120</sup>NOTAS DA SEMANA. *O Malho*. Rio de Janeiro, ano 21, n.p., 4 mar. 1922.

Nas imagens, observamos a inauguração da Estação de Bom Princípio e a partida do trem na Estação de Parnaíba. O primeiro trecho ligando Portinho a Cacimão na região norte do Piauí foi inaugurado em 1916, sendo outros trechos inaugurados entre os anos de 1920 a 1937, atingindo cidades e povoados como Amarração, Bom Princípio, Flecheiras, Cocal, Deserto, Piracuruca e Piri-piri<sup>121</sup>. Segundo a revista a estrada de ferro, sinônimo de progresso em todo o país, completava o que a mesma chamava de aquisições essenciais para o progresso da cidade piauiense. Assim, divulgava a imagem de uma cidade que se modernizava. A partir da década de 1920, muitas outras obras foram enaltecidas na revista, como o estádio de futebol, a reforma da Praça da Graça, a construção de outras praças e a pavimentação de ruas. São citadas as realizações do Governo Municipal, suas atuações na área de instrução pública, como a criação do Grupo Escolar Miranda Osório, e o saneamento do mercado público. As notícias e artigos de *O Malho* descreviam as transformações em Parnaíba, enfatizando a cidade como progressista e privilegiada entre as demais do Estado, “a próspera cidade do Estado do Piauí”<sup>122</sup>, “a próspera cidade nortista, de que tanto se ufana o Estado do Piauí”<sup>123</sup>. Abaixo, quadro com algumas publicações que versam diretamente sobre a questão do progresso e da modernização de Parnaíba na revista *O Malho*.

Tabela 1 – Textos diversos sobre Parnaíba na revista *O Malho* no período de 1910 a 1935

Título	Ano
Hotel Parnaibano	1910
Aspectos do Piauí	1912
Progresso do Piauí	1913
Costumes do Piauí	1913
Progresso do Brasil	1913
Notas da Semana	1922
O centenário em Parnaíba Piauí	1922
O centenário em Parnaíba	1922
Vai ser uma beleza	1923
Um surto de Progresso no Piauí	1923

<sup>121</sup> VIEIRA, Lêda Rodrigues. *Cidade ferroviária: história e memória da ferrovia piauiense na cidade de Parnaíba, 1916 a 1930*. ANPUH – Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009, p. 1.

<sup>122</sup> O CENTENÁRIO EM PARNAÍBA. *O Malho*. Rio de Janeiro, ano XXI, n. 1.058, 23 de dezembro de 1922.n.p.

<sup>123</sup> O CENTENÁRIO EM PARNAÍBA (PIAUI). *O Malho*. Rio de Janeiro, ano XXII, n. 1060, 6 de janeiro de 1923.n.p.

O centenário em Parnaíba (Piauí)	1923
O Piauí de hoje	1934
A cidade de Humberto de Campos	1935

Fonte: elaborada pela autora, 2023

A análise desse conjunto de publicações sintetizadas no quadro acima nos permitiu refletir sobre os contornos do processo de construção de projetos de modernização comercial e urbana, uma forma de vincular Parnaíba à imagem de um “progresso” contínuo/crescente. Isso fica perceptível nos últimos títulos destacados, que remetem ao ideal de “progresso” e valorizam o “Piauí de hoje” em detrimento do “Piauí de ontem”. O que se observa são textos que celebram os esforços por transformações e melhoramentos urbanos e que apoiam as reivindicações parnaibanas em prol do melhoramento das condições de escoamento da produção e do comércio de exportação e importação.

A despeito do impulso provocado pela exportação da cera de carnaúba no desenvolvimento econômico do Piauí, o intenso movimento comercial necessitava de infraestrutura para o escoamento da produção. Gercinair Gandara<sup>124</sup> observa que, a partir da implantação da navegação a vapor, os navios passaram a percorrer assiduamente o rio Parnaíba, integrando comercialmente as cidades do seu vale à cidade de Parnaíba, e está aos portos brasileiros e do exterior. *O Livro do Centenário de Parnaíba* fornece um quadro das companhias que operavam na cidade na década de 1940. A navegação do rio Parnaíba compunha-se de dezesseis empresas organizadas e dois convênios, União Fluvial Ltda., de Parnaíba, e Empresa Fluvial Ltda., de Floriano. O total das embarcações dessas empresas se eleva a 130.

São as seguintes as Companhias nacionais, operando exclusivamente para o interior do país (cabotagem): LLOYD BRASILEIRO P/N – Agente: João Cância Rodrigues; COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA DA <ORGANIZAÇÃO HENRIQUE LAGE>- Agentes: Franklim Vêras & Cia; COMPANHIA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO – Agente Décio Lobão; S.N.A.P.P. – Agente: C.S. Veras; São as seguintes as Companhias estrangeiras, operando para o exterior (navegação de longo curso): BOOTH & C. – Agentes: Booth & C. (London) Ltd.; THE NORTHERN PAN AMERICAN LINE – Agentes: Mavignier e & Cia.;

<sup>124</sup>GANDARA, Gercinair, Silvério. *Rio Parnaíba... Cidades-beiras: (1850-1950)*. Teresina: EDUFPI, 2010. p. 116.

LAMPORT & HOLT LINE LTD – Agente: Roland Jacob; MOORE Mc CORMACK LINE – Agentes: Narciso, Machado & Cia..<sup>125</sup>

Renato Castelo Branco atribui o fim da navegação a vapor, na região, ao assoreamento do Rio Parnaíba, e lamenta que “ontem, caudaloso rio navegável..., perdeu a sua hegemonia na movimentação das riquezas do estado pelo assoreamento do seu talvegue, retido por obstáculos”<sup>126</sup>. O rio Parnaíba foi cenário de um tráfego fluvial intenso, segundo Gandara, onde havia “o vaivém ininterrupto de gaiolas, vapores de diversos tipos, rebocadores, lanchas, alvarengas, barcas, botes canoas e as poéticas balsas feitas de talo de buriti, constituindo uma frota de cerca de 200 embarcações”<sup>127</sup>, que logo chegou ao fim.

Outro problema eram as enchentes do rio Parnaíba, registradas desde o século XIX, que, conforme afirma Baptista:

[...] na época das chuvas extravasa, pois seu leito não contém o manacial caído das nuvens que o vem assoberbar. As águas transbordam... Pertence ao tipo de rios desordenados, sem data exata do começo da enchente. É rio de regime excessivo. Com seus afluentes possui um regime torrencial e carrega grande quantidade de aluviões<sup>128</sup>

Outras dificuldades que prejudicavam a navegação e o comércio eram relativas ao embarque e desembarque de mercadorias que dependiam das marés, afetando a navegação no braço do rio Parnaíba, o Igaráu. Este, segundo afirma Gustavo Dodt<sup>129</sup>, é muito estreito e tortuoso e, além disso, fica próximo do local onde o Igaráu se aparta do rio principal, um baixo denominado ‘Maria Pequena’, que dá passagem só nos dias de maré viva. Dodt descreve ainda o assoreamento com formações de coroas de areia que impediam os navios de maior calado de ancorar, os mesmos tinham que esperar as marés para entrar e sair, e acrescenta:

Em vista destas circunstâncias chamei repetidas vezes a atenção dos presidentes e da província para este ponto, propondo a abertura de um canal que separando-se do rio principal no lugar S. José, na ilha Grande, devia entrar

<sup>125</sup>CORREIA, LIMA, op. cit., p. 64-65.

<sup>126</sup>CASTELO BRANCO, op. cit., p. 74.

<sup>127</sup>GANDARA, op. cit., p. 350.

<sup>128</sup> BAPTISTA, op. cit., p. 168.

<sup>129</sup>Do estudo de Gustavo Dodt resultou um relatório no ano de 1871, em que o engenheiro determinou e descreveu as nascentes do rio. Para ele, o “rio Parnahyba nasce de dous olhos d’água ao pé da serra da Tabatinga, que também é denominada às vezes Tungatinga ou Mangabeira. Compete com mais exatidão à chapada que forma a continuação daquela serra ao poente das cabeceiras do Riosinho, que é um confluente do Parnahybinha, como este do Parnahyba. Nas cabeceiras de uma destas baixas, bem ao pé do talhado da terra, em terreno enxuto, coberto em parte do pedregulho e das pedras soltas, com um mato rasteiro e muito trançado (carrasco) nasce o Parnahyba de dous olhos d’água”. DODT, Gustavo. Relatório de 1871. *Descrição dos Rios Parnaíba e Gurupi*. Relatório sobre a exploração dos mesmos, seguidos de uma Memória sobre o Porto de São Luiz do Maranhão por ordem do Sr. Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro, Presidente da Província do Piauí. Relatório de 1871, apresentado à Ass. Geral Legis. Na 4ª sessão da 14ª Legislatura. Publicado em 1872. Ministério da Agricultura. (Ministro Candido Borges Monteiro). p. 06 apud GANDARA, op.cit., p. 72..

no Igarapu, um pouco acima dos Tucuns. Nesta direção existe já uma barra natural por onde correm as águas das enchentes.<sup>130</sup>

As enchentes causaram muitos transtornos à cidade. Em agosto de 1940, o então prefeito Mirócles Vêras, o Presidente da Associação Comercial de Parnaíba Celso Nunes, e o interventor do Estado Leônidas Melo emitiram telegrama ao presidente Getúlio Vargas “relatando a situação de penúria em que se encontram os habitantes dos bairros pobres daquela cidade, solicita[ndo] um auxílio pecuniário para os mesmos”<sup>131</sup>.

Mirócles Vêras descreve a situação da cidade, profundamente atingida pelas enchentes do rio Parnaíba, da seguinte maneira:

A população deste município grande parte atingida incomum enchente rio Parnaíba, obrigada a abandonar casas, lavouras destruídas da inundação. Bairros inteiros desta cidade invadidos pelas águas se acham em ruína, sendo moradores removidos para abrigos noutros bairros, situação precária. Situação tornou-se mais grave aflitiva por ocorrer justamente após serem dispensados serviços construção prolongamentos E. F. Central Piauí mais de quinhentos chefes família ficaram sem trabalho. Interventor Leonidas Melo em recente viagem [...] observou pessoalmente extensão flagelo, iniciou solicitamente auxílio vítimas, secundado por esta prefeitura dentro possibilidades seus escassos recursos.<sup>132</sup>

As enchentes causavam “sérios prejuízos às lavouras, consideráveis danos às redes de estradas carroçáveis do Estado”<sup>133</sup>. Naquele ano a água invadiu os bairros Coroa, Quarenta e Tucuns, “habitados por gente pobre, ficando sem teto cerca de duas mil pessoas”<sup>134</sup>. Nas cartas encaminhadas ao Presidente foram anexadas sete fotografias das ruas atingidas pela enchente, duas das quais reproduzimos abaixo.

Figura 9- Bairro atingido pela enchente em Parnaíba, 1940

---

<sup>130</sup> DODT, Gustavo. *Descrição dos Rios Parnaíba e Gurupi*: Relatórios sobre a exploração dos mesmos seguidos de uma memória sobre o porto de São Luís do Maranhão. Maranhão: Tip. Do País. Impresso por M.F.V. Pires, 1 de maio de 1873, n.p.

<sup>131</sup> Protocolo 7.718-40, 7. 921-40, 7.974-40 - Solicitação das autoridades parnaibanas encaminhadas ao Sr. Secretário da Presidência da República em 29 de agosto de 1940 pelo chefe do gabinete civil da presidência. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

<sup>132</sup> VERAS, Mirócles Campos. *Carta ao Sr. Presidente*. Parnaíba, 10 abr. 1940, n.p.

<sup>133</sup> MELO, Leônidas. Telegrama. Teresina, 7 de abr. de 1940, n.p.

<sup>134</sup> Ibid, n.p.



Fonte: Fonte: NUNES, Celso Augusto de Moura. *Exmo. Snr. Getúlio Dornelles Vargas*. Parnaíba, 10 de abril de 1940, n.p. Acervo do Arquivo Nacional. Fundo: Gabinete Civil da Presidência da República, 1930 a 1945

A fotografia mostra as condições das moradias dos ribeirinhos em Parnaíba e o alto volume de água da enchente. Celso Nunes observa que tais fotografias revelam a situação dos parnaibanos e que, com as mesmas, tem-se uma ideia dos estragos causados pelas águas do rio Parnaíba nos bairros inundados. Segundo o comerciante, as enchentes estavam aumentando a desgraça nos lares atingidos pela violência da enxurrada, “desalojando os pobres caboclos de suas palhoças ou derribando os mocambos que somente os poderes públicos poderão substituir, em lugares mais salubres, por residências mais compatíveis com o gênero humano”.<sup>135</sup>

Figura 10- Parnaibanos sofrendo com as enchentes, 1940



Fonte: NUNES, Celso Augusto de Moura. *Exmo. Snr. Getúlio Dornelles Vargas*. Parnaíba, 10 de abril de 1940, n.p. Acervo do Arquivo Nacional. Fundo: Gabinete Civil da Presidência da República, 1930 a 1945.

<sup>135</sup> NUNES, Celso Augusto de Moura. *Exmo. Snr. Getúlio Dornelles Vargas*. Parnaíba, 10 de abril de 1940, n.p.

Na imagem acima, observa-se uma gestante juntamente com outros moradores. Segundo Josenias Silva “a situação dos moradores que habitavam esta ‘outra’ cidade não era em nada comparável a dos que moravam no centro. A falta de estrutura básica, as enchentes costumeiras em épocas de chuva, as muriçocas, as doenças”<sup>136</sup> assolavam as populações ribeirinhas, distantes da opulência econômica das firmas comerciais da cidade.

## 2.5 PARNAÍBA: RUAS E ARQUITETURAS

Parnaíba conseguiu obter significativos ganhos com a exportação de produtos extrativistas na primeira metade do século XX. Mesmo enfrentando o assoreamento e as enchentes do Rio Parnaíba, a cidade era descrita, pelo *Almanaque da Parnaíba*, como a capital econômica do Piauí, sua cidade principal<sup>137</sup>.

As descrições de Parnaíba por partes de cronistas e memorialistas destacam as transformações do espaço físico da cidade, em especial as construções arquitetônicas. Como assevera Aldo Rossi, “ao descrever uma cidade, ocupamo-nos predominantemente de sua forma; essa forma é um dado concreto que se refere a uma experiência concreta.”<sup>138</sup>. Bresciani destaca nesse sentido que “as cidades são antes de tudo uma experiência visual, [...] um lugar saturado de significações acumuladas através do tempo”<sup>139</sup>.

Processos de reformas urbanísticas ocorreram em outras cidades brasileiras em períodos relativamente próximos. A cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, apresentava uma realidade

---

<sup>136</sup>SILVA, Josenias dos Santos. *Parnaíba e o avesso da belle époque: cotidiano e pobreza (1930 – 1950)*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Piauí-UFPI. Teresina, 2012, p. 94

<sup>137</sup>ESTADO DO PIAUÍ. *Almanaque da Parnaíba*, ano 1, 1924, p. 11.

<sup>138</sup>ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.13.

<sup>139</sup>BRESCIANI, Maria Stella M. *História e historiografia das cidades, em percurso*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 237.

grandiosa, em termos econômicos, no início do século XX. Nesse momento, a capital era importante ponto de mediação dos recursos da economia cafeeira. A partir disso, o Rio de Janeiro aparece como um dos principais centros financeiros do mundo, em íntimo contato com o comércio europeu e o americano.

Em função disso, conforme afirmavam as lideranças políticas da época, fazia-se necessário promover uma remodelação dos hábitos sociais e da estrutura urbana da cidade, que já não atendia às necessidades de uma economia crescente e internacionalizada. Fica evidente, então, que as elites políticas do novo regime republicano pretendiam acabar, ou pelo menos disfarçar, a imagem de cidade insegura, insalubre e imprópria para receber novos investimentos, por meio de demolições e de intensificação e rigidez na vigilância sanitária e médica. Isso fica claro com o alargamento de avenidas, construções de prédios a partir de modelos europeus e práticas de fiscalização sanitária, como a promulgação da Lei da Vacina obrigatória, aglutinando-se ao descontentamento populacional e desencadeando o conflito conhecido como Revolta da Vacina, em 1904. Os cegos “modernizadores”, como destaca Sevcenko, buscavam modelos do outro lado do Atlântico para modificar a imagem da cidade do Rio de Janeiro, conhecida como “túmulo dos estrangeiros”<sup>140</sup>.

Ao analisar processos de modernização do espaço urbano, que se espalharam por grande parte do mundo, principalmente no século XIX e início do século XX, as cidades se apresentam como a “maquinaria e o herói da modernidade”<sup>141</sup>, é o que melhor representa os projetos de urbanização, como forma de inserção do país em um modelo burguês de vida, a exemplo do que ocorria nos demais países ocidentais, como França e Alemanha.

Num clima de efervescência econômica do século XIX até o fim da Primeira República, a cidade de Parnaíba apresentou sinais de modernização como a implantação dos serviços de transporte- desde o fluvial ao marítimo, passando pelo aéreo, ferroviário e rodoviário-, o calçamento poliédrico, os serviços de comunicação como os Correios e o Telégrafo, instalados em 1817 e 1892 respectivamente, o ajardinamento das praças do centro, a inauguração da usina elétrica e a circulação dos automóveis pela cidade.

A cidade assistiu ao surgimento de novas instituições e a implantação de uma nova infraestrutura. Dentre outros empreendimentos podemos citar uma linha de bonde (1891), a Santa Casa de Misericórdia (1896), Colégio Nossa Senhora das Graças (1907), o vice-

---

<sup>140</sup>SEVCENKO, Nicolau. *Pindorama revisitada: cultura e sociedade em tempos de virada*. São Paulo: Petrópolis, 2000. p. 60.

<sup>141</sup>CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer*. 13. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 174.

consulado Britânico (1913), o início da construção da estrada de ferro, sob a fiscalização do engenheiro Miguel Furtado Bacelar (1916), o Banco do Brasil (1917) -a primeira agência bancária local, e do Piauí e a 23ª do País. Data de 1917 também a criação da Associação Comercial de Parnaíba, destinada à união da classe, amparo e direito dos sócios.

Na segunda década do século XX a cidade de Parnaíba possuía um traçado definido, que atendia as demandas da sua localização a beira de um porto fluvial. Quem por ele entrava tinha acesso a Avenida Getúlio Vargas (antiga Rua Grande), a principal artéria urbana de Parnaíba. A avenida conduzia o visitante desde o porto à Praça da Graça e terminava na Estação Ferroviária, num trecho de 1500 metros aproximadamente.

Figura 11 – Planta da cidade de Parnaíba, 1927.



Fonte: “Planta organizada pelo Departamento de Repartição de Terras de Parnaíba, 1927”. SILVA, Josenias dos Santos. *Parnaíba e o avesso da belle époque: cotidiano e pobreza (1930 – 1950)*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Piauí-UFPI. Teresina, 2012, p. 28.

A cidade possuía imponentes sobrados que pertenciam aos comerciantes exportadores, eram eles a Casa Inglesa, o Casarão de Simplício Dias, o casarão do Miranda Osório (que não existe mais) e outros. Os sobrados foram construídos no século XVIII de esquina com a atual Avenida Getúlio Vargas o que permitia uma variação de detalhes arquitetônicos, tinham duas

fachadas que permitiam aos proprietários distinguir-se pelo aparato decorativo. Desde a indústria do charque, a navegação, e a exportação da cera de carnaúba, a cidade passou a exibir riqueza em sua arquitetura, “uma sociedade nova e uma ‘nova’ cidade com um sentido de autonomia extremamente elevado, liberta do ‘isolacionismo’ que o sertão impunha”<sup>142</sup>. A localização privilegiada ea presença das casas comerciais tornavam Parnaíba uma cidade modelo.

Parnaíba importava diretamente da Inglaterra e da Alemanha, armas, munições, tecidos e roupas feitas, calçados, chapéus, louças, talheres, azeite, manteiga, queijo, presunto, massas alimentícias, farinha de trigo, medicamentos, sabão, ferragens, tintas, artigos de armarinhos, moda, escritório, dentre outros. Da Guiana Francesa recebia o Piauí também louças, espelhos, conservas alimentícias, manteiga, farinha de trigo. Diretamente da França vinham medicamentos, vinhos, charutos, peixe em conserva, cigarros e muitos outros artigos<sup>143</sup>.

A partir das já mencionadas atividades comerciais, se afirmaram na cidade as influências vindas do exterior, que deixaram marcas visíveis na arquitetura da cidade no século XX, especialmente na Avenida Getúlio Vargas e na Praça da Graça. A cidade de Parnaíba sofreu mudanças acentuadas no início do século XX, quando a elite comercial, junto com o poder público, deu início a um processo de remodelação da cidade. Como exemplo dessas mudanças, podemos citar o bairro Nova Parnaíba e ainda os espaço de sociabilidades que surgiram na cidade.

As construções definiam o bom momento do ciclo extrativista, a exemplo podemos citar o Cine Teatro Éden (1924),o clube de festas Cassino 24 de Janeiro (1925),o grupo escolar Miranda Osório (1927). Além disso,destacam-se as reformas na Praça da Graça e a construção dos casarões ecléticos<sup>144</sup>. Nas décadas de 1930 e 1940 os esforços em prol de melhorias urbanas se intensificaram, Elis Regina da Silva Oliveira destaca que:

Entre os anos de 1930 e de 40, momento de transformações políticas e que irão repercutir sobremaneira nos modos de pensar em viver na cidade, que o empenho das elites em modificar o traçado urbanístico da cidade se farão sentir mais fortemente [...] com a construção do calçamento poliédrico no centro da cidade [...] jardins, praças [...]<sup>145</sup>.

---

<sup>142</sup> GANDARA, op.cit. p. 252.

<sup>143</sup> NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*, v. 4. Teresina: Imprensa Oficial do Estado do Piauí, 1974, p.153-155.

<sup>144</sup>Sobre a arquitetura eclética de Parnaíba ler: MELO, Neuza Brito de Arêa Leão. *O Eclétismo Parnaibano: hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2011.

<sup>145</sup>LIMA, Elys Regina de Oliveira. Impactos da Modernidade: Parnaíba no início do século XX. In: SOUZA, Francisco de Assis de. (Org.). *Fragmentos históricos: experiência de pesquisa no Piauí*. Parnaíba: Sieart, 2005, p. 212.

Para compreendermos essas transformações urbanas é necessário compreender o ideal instituído em prol da construção de um “novo Brasil”, no contexto de um novo projeto republicano que afetou de diversas maneiras o Estado do Piauí e, mais especificamente, a cidade de Parnaíba. A nova organização política administrativa implantada por Getúlio Vargas caracterizava-se pela forte centralização das decisões. Sobre esse aspecto Erick Assis de Araújo acrescenta:

Muito pode ser dito do final da primeira República à efeméride de 1930, entretanto é inegável a capacidade que se forjou do Estado em centralizar as atividades políticas e administrativas do País. Aliás, a unidade centralizadora é uma proposta que está no bojo da Revolução de 1930, numa clara crítica ao federalismo, o qual possibilitara a hegemonia de alguns estados sobre os demais. Neste sentido, é representativa a ação da queima das bandeiras estaduais promovidas pelo novo regime de 1937 como forma simbólica de destruição do modelo anterior<sup>146</sup>.

Sobre as medidas tomadas por Vargas, em especial a centralização do poder, o historiador Boris Fausto acrescenta que Vargas tomou pra si o comando do Executivo e Legislativo, dissolveu o Congresso Nacional e os legislativos estaduais e municipais<sup>147</sup>.

Após a vitória da “Revolução de 1930”, que no Piauí estourou em 04 de outubro de 1930, foi baixado, nessa mesma data, o Decreto nº 1.104, que dentre outras medidas cassava o mandato dos intendentes municipais e criava os cargos de interventores, nomeados pelo governo do Estado. Segundo Francisco Alcides do Nascimento<sup>148</sup>, o primeiro interventor piauiense foi Humberto de Arêa Leão, e em seguida assumiu Lemos Cunha. Os governos de ambos foram marcados por instabilidade e caráter efêmero. A solução veio por meio de um decreto de Vargas ao indicar o cearense Landri Sales Gonçalves, que permaneceu à frente do poder, no Piauí, de 1931 a 1935.

Nascimento<sup>149</sup> afirma que existiam alguns requisitos que um candidato a interventor deveria apresentar. Tais requisitos eram: ser natural de outro Estado, militar, e não ter contato com os grupos políticos que desestabilizaram as gestões anteriores. Landri Sales preenchia os requisitos o que contribuiu para sua nomeação como forma de resolver a conturbação que fez com que as administrações anteriores não conseguissem se sustentar. Durante as décadas de 1930 e 1940 o governo do Piauí foi basicamente dominado por dois interventores: Landri Sales, e Leônidas de Castro Melo, que esteve no poder entre 1935 e 1945, assumindo o cargo aindano

---

<sup>146</sup>ARAÚJO, Erick Assis de. *Nos labirintos da cidade: estado novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza*. Fortaleza: INESP, 2007, p. 62.

<sup>147</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13. Ed. São Paulo: Edusp, 2009, p. 333.

<sup>148</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A Revolução de 1930 no Piauí (1928-1934)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994, p. 66.

<sup>149</sup>Ibid. p. 79.

regime constitucional e mantendo-se nele após a instalação da ditadura do Estado Novo. Nesse contexto, podemos visualizar melhor a centralização político-administrativa na qual o Piauí esteve inserido.

Os dois interventores, seguindo as diretrizes varguistas, prestavam contas a Vargas por meio de Relatórios de Governo. Os preceitos ditados pelo presidente, para o país, eram absorvidos pelos interventores e repassados também para Parnaíba. A atenção à centralização nos interessa na medida em que nos permite entender os pressupostos desse “novo” Estado no pós-1930. De acordo com Ângela de Castro Gomes, a proposta era estabelecer um “novo começo na história do país”<sup>150</sup>. Segundo Nascimento<sup>151</sup>, tal pensamento emergiu em contraposição à Primeira República, caracterizada, pelo novo regime, como um período marcado pelo “atraso”. O autor atenta ainda para a ressonância dessas ideias onde a cidade passa a ser o local por excelência para a construção do “novo”:

Os ideólogos que construíram o projeto de um Brasil Novo ou Novo Brasil desenvolveram mecanismos que tinham a pretensão de incutir na sociedade a ideia de que havia um conflito entre o velho e o novo e que este último estava sendo burilado cotidianamente. Era uma tentativa de destruir lembranças e tradições ligadas à República Velha posta por terra por segmentos dissidentes da elite brasileira. Os governantes piauienses incorporaram a ideia do novo como sinônimo de moderno e voltaram as suas vistas para a cidade que concentrava as ações político-administrativas<sup>152</sup>

Dentro dessa perspectiva de um país novo era preciso também edificar um Piauí novo e progressista. Nessa perspectiva, o interventor Landri Sales em seu Relatório de Governo referente ao período em que esteve na interventoria do Piauí, conclui informando ao presidente Vargas que executou um “vasto programa de realizações materiais”<sup>153</sup>. Ressalta, ainda, o crescimento do patrimônio público estadual, que era frequentemente destacado pelos governantes, e tinha como seu principal suporte a valorização econômica da cera de carnaúba. O interventor destaca ainda um momento de prosperidade com destaque para obras públicas no município e afirma que “o ano foi de atividade proveitosa, não só para a prosperidade econômica e financeira das comunas, como para as suas realizações materiais. Tomaram impulso imprevisto as obras públicas das municipalidades”<sup>154</sup>.

---

<sup>150</sup>GOMES, Ângela de Castro Gomes. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 191)

<sup>151</sup>NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina(1937-1945)*. Teresina-Pi: Fundação Cultural Monsenhor Chaves,2002, p. 338.

<sup>152</sup>NASCIMENTO, op. cit., 2002, p. 338.

<sup>153</sup>PIAUI. Relatório apresentado ao presidente Getulio Vargas pelo interventor LandrySales Gonçalves – 1931-1935. Teresina: Imprensa oficial, 1935, p. 130.

<sup>154</sup>Ibid. p. 55.

Leônidas de Castro Melo foi o quarto interventor a assumir o estado do Piauí, impulsionou o discurso de que o Piauí era um Estado Progressista. Esse discurso fica perceptível ao analisarmos uma Mensagem de Governo encaminhada à Assembléia Legislativa do Piauí, em 1936. A mensagem destaca a atenção dada às obras públicas e enfatiza uma situação econômica favorável:

Estávamos, todos o sabem, em boas condições. Avançávamos, em franco progresso. As rendas, como aliás se vêm mantendo, excediam a previsão orçamentária. Havia a sensação de um largo bem-estar econômico. E porque assim estivéssemos, o meu ilustre e inesquecível antecessor, com a louvável compreensão que todo administrador deve possuir [...] não hesitou no empreendimento das vultosas obras que encontrei em andamento<sup>155</sup>.

Leônidas Melo, assim como Landri Sales, destaca o progresso dos municípios, enfatiza ainda o acompanhamento feito pelo seu antecessor em cada município. Sobre a atuação de Landri Sales ele atesta que as “cidades anteriormente decadentes, até mesmo as mais próximas da capital, esbarradas por largos anos à força do indiferentismo dos prefeitos, progrediram rapidamente, na curta duração do governo ditatorial”<sup>156</sup>.

Em outro relatório apresentado a Vargas em 1938, Leônidas Melo mantém a mesma empolgação com as rendas públicas piauienses que, graças a “alta cotação de seus gêneros exportáveis, o Estado não há negar, atravessa uma época promissora”<sup>157</sup> e acrescenta que “as rendas públicas se elevam assim a cada ano, permitindo-nos desfrutar senão o progresso dos grandes Estados, pelo menos a agradável perspectiva de uma crescente prosperidade”<sup>158</sup>.

A mesma euforia contida nos relatórios dos interventores supracitados pode ser percebida na capa do jornal governamental *Diário Oficial* do dia 12 de março de 1940. Como se pode observar na imagem abaixo:

Figura 12– Diário Oficial do Piauí



<sup>155</sup> PIAUÍ, 1936, p. 3. PIAUÍ. Mensagem de Governo apresentada a Assembleia Legislativa do Piauí pelo interventor Leônidas Melo. Teresina: Imprensa Oficial, 1936, p. 3.

<sup>156</sup> PIAUÍ, op. cit., 1936, p. 50.

<sup>157</sup> PIAUÍ, Relatório apresentado ao presidente Getúlio Vargas pelo interventor Leônidas de Castro Melo. Teresina: Imprensa Oficial, 1938, p. 13.

<sup>158</sup> Ibid. p. 13-14.

Fonte: Capa do Diário Oficial do Piauí com destaque para a cera de carnaúba, algodão, babaçu, oiticica e petróleo, itens que movimentavam a economia do Estado. DIÁRIO OFICIAL, Teresina, 12 de março de 1940, p. 01

A capa do jornal traduz a euforia dos interventores e afirma que “o Piauí confia nos produtos do seu solo, no ímpeto construtivo de seus filhos e na energia criadora de seus governos”<sup>159</sup>. Ainda é afirmado que no Piauí “cria-se uma civilização e se escreve a história do progresso piauiense em marcha” e destaca que nesse movimento estão envolvidos “homens de letras e homens de negócios”. Nessa perspectiva o jornal deixava claro sua intenção - por meio dos intelectuais e da sua própria posição enquanto veículo de informação - de criar uma imagem de um Piauí de progresso econômico e “civilização”.

O mesmo jornal reproduz, em fevereiro de 1941, uma matéria do jornal maranhense *Imparcial* que versava sobre o papel da cera de carnaúba no progresso econômico piauiense. A matéria continha uma entrevista com um trabalhador ligado ao governo piauiense, Paulo Oliveira, que destacou:

O crescimento do Estado não sofreu redução na arrecadação, com a terrível situação da guerra europeia, porque o principal produto de exportação, a cera de carnaúba, explorada em larga escala, é toda absorvida pelos Estados Unidos: as suas cotações se mantêm firmes e a procura é cada vez maior<sup>160</sup>

O Diário Oficial se mostrou um entusiasta do respectivo momento político e econômico. Entre os entusiastas da Era Vargas, podemos citar também o literato parnaibano Berilo Neves<sup>161</sup> que foi um divulgador do regime, ao exaltar as ações de Vargas no Piauí e fora dele. Sua atuação foi mais acentuada durante a interventoria de Leônidas Melo. O literato agia “com a criação de linguagens que traziam em seu conteúdo os conceitos que norteariam os discursos

---

<sup>159</sup> DIÁRIO OFICIAL, Teresina 12 de março de 1940, p. 01.

<sup>160</sup> DIÁRIO OFICIAL, Teresina 11 de fevereiro de 1941, p. 02.

<sup>161</sup> Berilo da Fonseca Neves nasceu em Parnaíba em 1901 e faleceu no Rio de Janeiro em 1974. Farmacêutico e químico pela Bahia, Professor de português do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Crítico literário. Por volta de 1930 a 1935 foi um dos escritores mais populares do país, por seu ataque impiedoso às mulheres. Membro da APL, da Academia Parnaibana de Letras. Foi presidente do Tauring Club do Brasil, conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa. Colaborou com diversos periódicos entre eles: Almanaque da Parnaíba (PI), Gazeta (PI), O Povo (CE), e nos periódicos cariocas como a Revista da Semana, O Malho, Careta, A Noite e o Jornal do Comércio. Publicou os contos: Adão (1929), A Mulher e o Diabo (1930), Século XXI (1934). Língua de Trapo, aforismo e paradoxos em 1934; Cimento Armado (1936), crônicas; Eça de Queiroz (195), ensaios. O Diabo em Férias, Pampas e Cochilas, Caminhos de Damasco, O Espírito Cristão na Formação da Independência Nacional. Cf. BASTOS, Cláudio. *Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí*. Teresina: Fundação cultural Monsenhor Chaves, 1994, p. 394.

varguistas para estabelecer uma unidade nacional, como progresso, modernização, desenvolvimento, brasilidade, nacionalidade, civismo e unidade nacional”<sup>162</sup>.

Como exemplo dessa atuação de promover o estado do Piauí, pode-se citar duas publicações do Departamento Estadual de Estatística, organizadas pelo diretor geral João Bastos. Nas publicações Berilo Neves descreve as belezas do estado, a atividade econômica e destaca com nostalgia a cidade de Parnaíba, a “Cartago Piauiense”. Rememora a paisagem da cidade da sua infância, “a velha matriz, onde aprendeu a rezar, até o seu velho cemitério, onde aprendeu a crer na eternidade”<sup>163</sup>.

Berilo Neves afirma que a cidade de Parnaíba “nasceu do comércio, como a Fenícia antiga. E, como a Fenícia antiga, semeou outras cidades...ágeis e laboriosos, os parnaibanos criaram uma civilização própria [...] eles diziam: ‘Parnaíba, Norte do Brasil’. Foi assim que Cartago começou”<sup>164</sup>. Acrescenta:

Da Parnaíba modesta da minha infância o Trabalho e o Tempo fizeram uma grande e formosa cidade. Ademar Neves, Nestor e Mirócles veras pontilharam-na de jardins, calçaram-na de pedra, enrouparam-na a moderna, com todos os mimos da indumentária urbanística dos nossos dias. O milagre da cera transformou-a, dando-lhe não vulgar opulência. O comércio expandiu-se; a população duplicou-se-lhe. Maior centro mercantil do Estado, Parnaíba corre parselhas com Teresina, no primor das atividades produtoras e na ousadia das construções ciclópicas. Foi ela a primeira cidade do Estado a ver um automóvel. Foi das primeiras a conhecer o telefone. No seu dorso fecundo assentou Miguel Bacelar o primeiro metro de trilho que já ornou a terra piauienses.<sup>165</sup>

O literato louva o trabalho do governo municipal de Ademar Neves e Mirócles Veras, em especial os jardins, os calçamentos e toda a indumentária urbanística, que, segundo Berilo Neves, dava para Parnaíba ares europeus. Sobre o interventor Leônidas Melo acrescenta: “estadista que tem a alma humanitária de um clínico”<sup>166</sup>. O interventor é descrito como clínico que conseguiu diagnosticar problemas, solucionar e fazer isso de forma humanitária.

Nas publicações de Berilo Neves Parnaíba adquiria um lugar de destaque. Abaixo trecho que o literato menciona três cidades do Piauí na década de 1940.

---

<sup>162</sup>MELO, AntonioMaurenirVaz Verçosa de. *Compartilhando ideias e tecendo o poder: atuação dos intelectuais piauienses na Era Vargas no Piauí (1930-1945)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. UERJ/FFP, São Gonçalo, 2021, p. 303.

<sup>163</sup>NEVES, Berilo. Parnaíba...Cartago Piauiense. In: *Estado do Piauí*. Departamento Estadual de Estatística/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico. Teresina, 1942, p. n.p.

<sup>164</sup> Ibid. n.p.

<sup>165</sup>NEVES, Berilo. Parnaíba...Cartago Piauiense. In: *Estado do Piauí*. Departamento Estadual de Estatística/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico. Teresina, 1942, p. n.p.

<sup>166</sup>NEVES, op.cit.,1942 n.p.

Teresina, Parnaíba, Floriano... são cidades belas e modernas, que estariam bem em qualquer estado do Brasil. Teresina, sobre ser a capital do Piauí, é a cidade das linhas retas. Parnaíba é a grande metrópole comercial do Estado. Floriano – a Parnaíba do sul, laboriosa como uma formiga e honesta como um “quaker”.<sup>167</sup>

A grande metrópole comercial, como afirma Berilo Neves, ganhou essa roupagem moderna na administração de Ademar Neves<sup>168</sup> que assumiu o Governo municipal da cidade em 25 de fevereiro de 1931 - por indicação da Associação Comercial de Parnaíba - permanecendo no cargo até 25 de maio de 1934. Este período é marcado pelo início da modernização urbana de Parnaíba. De sua tentativa de remodelar a cidade aos moldes dos grandes centros urbanos brasileiros e europeus, Ademar Neves acabou figurando no imaginário popular como o “remodelador” da cidade. Segundo Maria da Penha Fonte e Silva, Ademar Neves tomou medidas que tiveram o intuito de “remodelar” Parnaíba, e “civilizá-la” no rastro de outras cidades que já haviam passado por esse processo ao longo dos séculos XIX e XX.

A autora destaca que na administração do mesmo começou uma grande remodelação urbana da cidade, a transformação de Parnaíba. Teve início o calçamento poliédrico do centro da cidade, que até então era um grande areal, transformando Parnaíba num grande canteiro de obras que se estendia da antiga Estrada de Ferro Central do Piauí passando pelo mercado público, no centro da cidade. Ademar Neves construiu jardins, como o do Rosário, em frente à igreja do mesmo nome, construiu a Praça Coronel Jonas Correia, em frente ao mercado público, e, na atual Avenida Presidente Getúlio Vargas, foram erguidos o coreto e o Pavilhão Bar, hoje desaparecidos com a construção da ponte Simplício Dias sobre o rio Igarauçu. Ademar Neves demonstrava preocupação com a limpeza pública e o serviço de higiene, junto ao Mercado Público, construiu uma estrutura no mercado de frutas, para venda exclusiva de frutas e verduras, em bancas de mármore. Foi criada ainda a delegacia de Higiene Municipal, a qual se incumbia da fiscalização de bares, hotéis e do matadouro. Não era permitida a matança de animais sem a presença e o visto do médico municipal. A Usina Elétrica foi remodelada,

---

<sup>167</sup> NEVES, Berilo. O Piauí histórico e paisagístico. In: BASTOS, João. *O Piauí e o IBGE*. Departamento estadual de Estatístico, Teresina, 29 de maio de 1946, n.p.

<sup>168</sup> Ademar Gonçalves Neves nasceu em Parnaíba no dia 19 de novembro de 1883, filho do major Felipe Gomes Neves, de ascendência portuguesa e de Maria Madalena Gonçalves, de tradicional família parnaibana. Ademar Neves fez seus estudos de primeiras letras em Parnaíba, seguindo posteriormente para São Luís (MA), Lisboa, e por fim, Manchester, na Inglaterra, onde se formou em Contabilidade e Comércio. De volta à Parnaíba, assume a firma comercial da família, fato que, em pouco tempo, destaca-o como um dos sólidos comerciantes da cidade. Ademar Neves faleceu em 7 de fevereiro de 1954, e foi sepultado no cemitério do Caju, naquela cidade. SILVA, Maria da Penha Fonte e. *Ademar Gonçalves Neves: “o remodelador da cidade”*. Parnaíba, PI: Gráfica Americana, 1983, p. 26.

ampliando sua rede de iluminação. “Sua administração [a de Ademar Neves] foi assim timbrada por grandes realizações e o seu dinamismo e sua operosidade não tiveram limites.<sup>169</sup>

Em homenagem ao prefeito Ademar Neves, foi construído o Monumento da Águia, na década de 1930, localizado no início da Avenida Presidente Vargas, em frente ao cais de Parnaíba. O monumento pretendia exaltar o poderio político local e a modernização da cidade, onde a águia, de asas abertas, deveria simbolizar o voo em direção ao progresso, coroando assim as transformações urbanas pelas quais a cidade passava.

Figura 13 - Monumento da Águia construído em homenagem ao Prefeito Ademar Neves



Fonte: Acervo do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba

Na foto acima é possível observar o Monumento da Águia e atrás dele, o casarão dos Dias da Silva, à direita. Essa imagem apresenta o início da Avenida, e é possível observar os armazéns e as casas comerciais. No monumento, os olhos da águia ficavam voltados para o Porto das Barcas, para o rio, como que a observar a atividade comercial que se realizava ali.

A Avenida Presidente Getúlio Vargas se tornaria “a menina dos olhos” dos empreendedores das reformas paisagísticas. Recebeu maior atenção da elite local, dos comerciantes que lá estabeleceram seus casarões e do poder público. Outro espaço a receber essa atenção foi a Praça da Graça, que era o centro comercial e de lazer na cidade. Uma das

<sup>169</sup>SILVA, Maria da Penha Fonte e. *Ademar Gonçalves Neves: “O remodelador da cidade”*. Parnaíba, PI: Gráfica Americana, 1983, p. 26-28.

principais preocupações do governo municipal à época era a expansão do calçamento nos respectivos espaços, refletindo desejo de embelezar a cidade, sobretudo esses espaços.

Dois elementos que fizeram parte do imaginário moderno dos governantes em diversas partes do país: o embelezamento urbano e o ideário sanitarista. Segundo Fabio Gutemberg de Sousa, esses pressupostos se tornaram comuns em muitas reformas urbanas ocorridas no Brasil desde a segunda metade do século XIX, que traduziam preocupações estéticas e higiênicas especialmente direcionadas para as áreas centrais das cidades. De acordo com esse autor, tais fundamentos “foram articuladas em torno do ideário de civilização e progresso comum em países como França e Inglaterra; no século XX, seriam incorporados projetos de urbanização de cidades norte-americanas”<sup>170</sup>.

O memorialista Carlos Araken traduz a vivência na cidade de Parnaíba, em meio às influências dos comerciantes que mudavam para a cidade, através da influência e do fascínio exercidos pelo cinema:

[...] aqui floresceu uma geração dourada, que seguia os padrões clássicos do sonho daqueles dias: Hollywood. [...] Tudo para ser bem, tinha que ter o seu padrão. O casal Ben-HurVéras, simbolizava bem o *glamour* e a sedução dessa época. *Jovens e bonitos, ocupavam um palacete na Rua Grande. De nossa casa na Eunice Wear, ouvíamos ao cair da noite, o som potente de sua eletrola, espalhando músicas do Bing Crosby e de Frank Sinatra. Tinham cães de raça com pedigree, e carros estrangeiros. De educação europeia trajavam-se adequadamente para o jantar. Dava gosto vê-los em seus trajes elegantes e sofisticados.*<sup>171</sup>(Grifo Nosso)

Araken escreveu sobre a Avenida Getúlio Vargas, o glamour dos palacetes, dos jovens e da educação europeia dos mesmos. A artéria urbana é colocada como símbolo do glamour e da riqueza da época. A cidade de Parnaíba – e o estado do Piauí como um todo – durante a Era Vargas<sup>172</sup>sentiu os reflexos das mudanças e direcionamentos da política nacional; e de certa forma se incorporou às novas diretrizes político-econômicas do período, seja através das interventorias e da sua inserção efetiva no comércio internacional<sup>173</sup>, seja a partir do surgimento de novas demandas por melhorias na infraestrutura urbana e de transportes. Assim, como resultado da expansão da economia extrativa, houve progresso material na cidade.

<sup>170</sup> SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no nordeste do Brasil (1930-1945). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v 23, n. 46, 2003, p. 63.

<sup>171</sup> ARAKEN, op. cit., p. 84.

<sup>172</sup>NASCIMENTO, Francisco Alcides do Nascimento. *A Revolução de 1930 no Piauí: (1930-1934)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

<sup>173</sup> Embora se deva deixar claro, que sua condição era a de uma economia de características eminentemente agrário-exportadora. Seria leviano da parte de quem estuda esse período da história do Brasil, comparar ou generalizar essas mudanças no âmbito da economia brasileira sem considerar as diferenças regionais, assim como, não relativizar a própria dinâmica de crescimento regional em virtude de todo um processo histórico de formação econômica, social e urbana, que é específica e não necessariamente homogênea.

A Avenida Getúlio Vargas, como mencionado, foi a principal vitrine da remodelação arquitetônica de Parnaíba. Na figura abaixo é possível observar algumas das construções que trouxeram destaque àquela avenida.

Figura 14– Residências ecléticas na Avenida Getúlio Vargas



Fonte: Acervo do Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba

Parnaíba se destacou na construção das casas residenciais, e nesse sentido houve o visível “aburguesamento” da Avenida Getúlio Vargas. Do porto até ao centro é possível perceber a construção de palacetes e casas de representação comercial. Com relação à economia, nota-se a montagem tanto de uma estrutura administrativa voltada para o comércio desenvolvido no cais, quanto de uma infraestrutura direcionada para atender às necessidades de uma classe social em ascensão, ou seja, a burguesia e seus espaços de atuação, sejam eles destinados a diversão ou transação econômica. A Avenida Getúlio Vargas apresenta um sítio histórico da primeira metade do século XX, que reflete a época de maior desenvolvimento econômico, cultural e arquitetônico da cidade, fato devido principalmente às suas relações comerciais e aos valores culturais e políticos da sociedade que a produziu. Segundo Melo:

A importância das moradias também esteve presente na cidade de Parnaíba. É evidente como os setores economicamente dominantes na cidade, na primeira metade do século XX, no esforço por distinguir-se socialmente, utilizavam suas residências como símbolos de ascensão social. Contudo, quando de fato se estudam essas casas, são percebidos não apenas os aspectos relacionados ao ambiente externo ou a fatores materiais e econômicos, mas também são perceptíveis as influências culturais e históricas, e ainda as diversas relações que existem entre os seus habitantes.<sup>174</sup>

A Avenida Getúlio Vargas que foi o símbolo máximo do processo de modernização aqui descrito, uma vitrine onde se podiam admirar as construções modernas e o progresso da cidade. Com início no Porto das Barcas, o cais por onde entravam os produtos importados, onde se destacam os enormes armazéns que estocavam os produtos que chegavam e saíam para os mais diferentes destinos.

## 2.6 VIVÊNCIAS DESAFORTUNADAS NA CIDADE MODERNA

O Porto das Barcas, margeando o rio Igaracu, era emoldurado por gigantescos prédios que outrora abrigaram indústrias, depósitos e oficinas. Como se sabe, a influência dos portos na vida das cidades altera seu ritmo próprio, complexificando as relações sociais, principalmente aquelas que giram em torno do mundo do trabalho. A cidade de Parnaíba teve sua história marcada pela presença de um porto fluvial, que desde os primeiros núcleos urbanos serviu de norte para seu crescimento e formatação econômica. O Porto das Barcas acompanhou os ciclos da economia piauiense, congregando em cada uma das suas fases diversas categorias profissionais que, ora em rio, ora em terra, faziam circular os mais variados produtos. Ao longo da primeira metade do século XX, o Porto das Barcas, juntamente com sua alfândega, foi o “eldorado” da economia parnaibana. Prova disso foram os lucros crescentes e a euforia dos comerciantes locais e os que tinham negócios em Parnaíba. O traçado da cidade de Parnaíba se explica a partir de sua relação com o rio e, conseqüentemente, com o porto que se avoluma diante dela e parece convergir todas as ruas em sua direção. As edificações urbanas que compõem a paisagem da cidade, bem como os casarões do cais e do centro denotam o grau de influência das atividades do rio na vida dos cidadãos que dependiam economicamente do movimento e do trabalho do cais para sua sobrevivência. A cidade de Parnaíba se destacou pela

---

<sup>174</sup>MELO, Neuza Brito de Arêa Leão. *O Eclétismo Parnaibano: hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2011.p. 102.

opulência das edificações no porto fluvial, os grandes armazéns que acolhiam os produtos que chegavam e saíam para os mais diferentes destinos como vemos abaixo:

Figura 15–Armazéns do Porto das Barcas



Fonte: Porto das Barcas com destaque para os armazéns e para o rio Parnaíba. Acervo do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba.

As fotografias da cidade durante as décadas de 1930 e 1940, “são reveladoras, da tentativa de se criar um novo padrão de comportamento e consumo.”<sup>175</sup>. Do cais a Praça da Graça o que se observa é uma exaltação a beleza arquitetônica por meio de fotos e descrições, cria-se assim a imagem de uma cidade glamorosa. Essas imagens exercem neste espaço de mudança uma forte função social, como assevera Charles Monteiro<sup>176</sup>, constituem uma espécie de cópia da realidade, como um documento verídico que corroborava a veracidade da

---

<sup>175</sup>LIMA, Frederico Osanam Amorim. *Um pirilampo nas páginas do Almanaque*: Imagens reluzentes de uma Parnaíba que deseja ser, se vendo. In: SOUSA, Cleto Sandys Nascimento de; LIMA, Frederico Osanam Amorim Lima. *Parnaíba: a cidade que nos habita*. Parnaíba: Sieart, 2013, p. 21.

<sup>176</sup> Ibid.p. 165.

interpretação dos fatos abordados. São fotografias que fazem crer, ingenuamente, que os contrastes sociais que marcavam a cidade foram extintos. “São imagens em sua maioria reluzentes, que convergem para um ponto em comum: a cidade que se queria ter era esta que se estava dando a ver”<sup>177</sup>

Os ângulos escolhidos não se dão de forma inocente, faz parte de um conjunto de valores que a elite local utilizou para construir uma imagem da cidade tal qual gostaria. Como afirma Charles Monteiro, uma fotografia é sempre “uma imagem ambígua e polissêmica, passível de múltiplas interpretações de acordo com o meio que a veicula, seu intérprete, os contextos e os tempos de sua produção e recepção”<sup>178</sup>

As imagens da Avenida Getúlio Vargas sinalizam a largura da mesma, os casarões comerciais e as residências ecléticas. Tais escolhas não são evidentemente casuais. Elas partem de um conjunto de valores que a elite local buscou divulgar para construir uma imagem da cidade tal qual eles gostariam. Criando a ideia de que o parnaibano vive o novo tempo, integrado a questões nacionais, sejam elas políticas, sanitárias ou de urbanização.

Tais reformas no contexto urbano tornavam mais flagrante a divisão entre as duas cidades, a cidade de ruas alinhadas e residências luxuosas e a cidade de casebres com suas ruas irregulares à beira do rio Parnaíba.

Figura 16 – Monumento da Águia com destaque para o Porto das Barcas.



<sup>177</sup> Ibid. p.165

<sup>178</sup> MONTEIRO, Charles. Imagens sedutoras da modernidade urbana. Reflexões sobre a construção de um novo padrão de visualidade urbana nas revistas ilustradas na década de 1950. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 7, n. 53, 2007, p. 160

Fonte: “Aspecto do grande embarque de dez mil sacas de babaçu, de uma só vez para o exterior, pelo porto de Parnaíba”. CPDOC

Na imagem acima, o Monumento da Águia, fotografado na parte de trás com destaque para o porto fluvial, os casebres, o rio, os trabalhadores e as sacas de babaçu. Os casebres de palha destoam da imagem da cidade, em especial a Avenida Getúlio Vargas onde monumento se encontra. (ver imagem 13).

Diferente da Avenida Getúlio Vargas com seus casarões ecléticos, e do cais com destaque apenas para os armazéns (ver imagem 23), o cenário do cais era composto pelos trabalhadores da estiva carregando e descarregando as embarcações, empilhando as sacas dentro ou fora dos galpões. Renato Castelo Branco<sup>179</sup>, dando conta na década de 1930 de alguns detalhes deste agitado e abarrotado espaço do Porto das Barcas:

No cais, quando os armazéns estavam abarrotados de mercadoria esperando navio para embarque, empilhavam-se às vezes, ao ar livre, sacas de babaçu ou carnaúba, fardos de algodão ou de jaborandi, ou peles de boi, cobertas com enormes encerados, como proteção contra as chuvas. E entre as sacas e os armazéns, fervilhavam os estivadores, a catraia, os vareiros, os embarcadiços, só de tangas, pés descalços, tronco nu, uma faca marinheira pendurada na cintura, ou um grande punhal, o ‘espin’, que é sua arma seu companheiro, seu tudo. À cabeça levava um saco de estopa, ora em carapuça para proteger do sol e da chuva, ora em ‘rodia’ para amortecer o peso das cargas. E entre estapopulação inquieta, brincalhona, debochada, passava em manga de camisa os empregados de escritório, lápis atrás da orelha, caderninho na mão, contando as mercadorias, controlando as sacas transportadas pelos estivadores das barcas para os armazéns, dos armazéns para as barcas.<sup>180</sup>

O literato, ao observar o espaço do cais, identifica o movimento dos estivadores, a catraia, os vareiros, os embarcadiços, só de tangas, pés descalços e troncos nus contrastando com os empregados dos escritórios que passavam em manga de camisa.

Nas lembranças de infância de Renato Castelo Branco, Parnaíba foi descrita como espaço urbano marcado, de um lado, pela presença de fausto, infraestrutura, serviços e comodidades – palacetes, ruas calçadas, luz elétrica e considerado um grande centro de atividade econômica,

---

<sup>179</sup>Renato Pires Castelo Branco nasceu em Parnaíba (PI) em 1914. Formado em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil em 1937, destacou-se de fato como Publicitário sendo um dos fundadores da Associação Paulista de Propaganda (APP) e da Escola de Propaganda do Museu de Arte de São Paulo. Como escritor, Renato Castelo Branco publicou mais de vinte obras de temas que vão do romance histórico a livros de memória. Destacam-se: “O Piauí: a Terra, o Homem, o Meio” (1970); “Tomei um Ita no Norte” (1981) e “O Rio Mágico” (1987). Renato Castelo Branco ocupou a cadeira n.15 da Academia Parnaibana de Letras (APAL). Faleceu em São Paulo no ano de 1995.

<sup>180</sup>CASTELO BRANCO, Renato. *Tomei um ita no Norte (memórias)*. São Paulo: LREditores, 1981. p.20.

com sua efervescência comercial e, do outro, pela presença constante da miséria e do esquecimento:

A cidade, propriamente, tinha em minha infância uns quinze mil habitantes – era o centro, com jardins arborizados, - ruas calçadas, luz elétrica, igrejas altas e bonitas e um palacete moderno e imponente erguendo-se, de quando em quando, entre o casario baixo, de estilo colonial. Em frente à cidade fica o rio, onde ela termina com seu cais de pedra, bem alto, e uma fileira de grandes armazéns de propriedade dos exportadores. [...]. Daí Parnaíba se estendia, primeiro através das ruas comerciais, onde ficavam as casas exportadoras e importadoras e os escritórios de representação. Depois vinham as lojas dos turcos, os armarinhos, as casas de tecidos. Depois as residências dos empregados do comércio, casas baixas e antigas, pintadas de cores vivas – vermelho, amarelo, azul. E por fim, a zona chique, dos palacetes, dos chalés, dos bangalôs de estilo moderno, cercados de casuarinas, de mangueiras, de palmeiras, de jardins floridos. Em torno deste núcleo, estendiam-se os bairros proletários, uma enorme cinta de palhoças e casebres, onde as ruas não eram calçadas, não havia jardins nem praças arborizadas e onde os fios elétricos não chegavam.

Parnaíba, nas décadas de 1930 e 1940, foi marcada por contradições onde uma pequena parcela da população usufruiu dos elementos modernos já presentes no cenário urbano enquanto a maioria conviveu, em bairros pobres, com a falta de infraestrutura e as péssimas condições de sobrevivência. É nesse ambiente de contradições que a cidade presenciava mudanças em seu cenário urbano, espaços remodelados, de trabalho e vida comercial intensa, do ir e vir de trabalhadores, automóveis, pessoas em direção aos mais diferentes lugares: fábricas, lojas, cinemas, igrejas e praças. Enfim, um cenário marcado, também, por problemas: aumento populacional, falta de moradia, de higiene, de saneamento básico, além das lutas e disputas políticas que envolveram, sobretudo, a elite política e comercial da cidade.

Na década de 1930, Parnaíba ainda apresentava ruas “irregulares, cheias de curvas pronunciadas e sem orientação” e que terminavam “em praças triangulares na cidade velha”, algumas consideradas “modernas” e “belas”. A cidade dotou-se de construções públicas e particulares como o Hospital e o Leprosário, além de calçamento de ruas e praças. No campo da aviação, a presença dos aviões da *Condor* e da *Panair*.

Mesmo em meio às contradições, nesse período, Parnaíba era conhecida como o principal empório comercial do Piauí, com a presença de várias indústrias de grande vulto: Fabrica Cortez, para extração do óleo de babaçu e fabricação de sabão; Usina São José, de beneficiar algodão; Fábrica Aliança, para beneficiamento de cereais; Fábrica Estrela, de fabricação de sabão; fábrica de mosaicos. Ainda outras de sabão, curtumes, calçados, chapéus, vimes e oficinas gráficas. Em sua área de influência, vários povoados se beneficiavam economicamente de sua importância comercial como, por exemplo, Rosápolis, Morros da Mariana, Marruás,

Bom Princípio e Cocal, “sendo este de animadoras proporções, com destacado intercâmbio comercial com o Ceará, por meio de movimentada estrada carroçável para Viçosa”<sup>181</sup>

O Porto das Barcas por onde entravam as riquezas e inovações era estigmatizado por sua sujeira, e as doenças, o espetáculo da miséria e más condições de vida dos trabalhadores eram perceptíveis. Parnaíba, além dos problemas de salubridade e higiene sofria com a fraca iluminação elétrica e os problemas com o abastecimento de água. Sobre a cidade de Parnaíba de 1930, dois atores que vivenciaram a cidade, Carlos Penna Botto<sup>182</sup> e Goethe Pires de Lima Rebelo encenam descrições semelhantes a respeito das condições físicas e dos serviços públicos da cidade. Penna Botto, nomeado em 3 de outubro de 1929 a Capitão dos Portos do Estado do Piauí, embarca para Parnaíba no dia 25 de outubro de 1929 e ao desembarcar na cidade no dia 4 de novembro de 1929 para assumir o cargo, descreve sua chegada e suas primeiras impressões:

Noite negra! Apenas se viam as lâmpadas de azeites das barcas e alvarengas atracadas á margem do rio. Rio estreito e raso, e por duas ou três vezes a Gaivota tocou o fundo com a quilha, correndo riscos de encalhar. Disseram-me que ‘havia chegado’!! Era ali Parnaíba!! Forçaram-me a acreditar, mas nada havia que tivesse aparência remota de cidade... Um silencio de morte, um calor úmido de sudário! Quinze ou vinte lâmpadas bruxoleantes pendiam de inertes barcaças e dançavam macabras n’um fundo atro; em terra, na praia que dizia ser o Porto Salgado, percebia-se uma lanterna que zigzagueava agitada por alguém.<sup>183</sup>

As primeiras impressões, ao desembarcar no cais, foram que Parnaíba não tinha aparência de cidade. Depois de atingir o centro urbano ao amanhecer, após descansado da viagem, Penna Botto percorreu o centro da cidade e descreveu:

A cidade de Parnaíba é muito pequena, atrasada (embora nela resida muita gente culta e adiantada), feia, sem encantos, mal cuidada, e possui estiolante clima equatorial [...] Parnaíba é uma Angra dos Reis ‘melhorada’... Tem o povo mais culto e mais alegre do que o de Angra, mas tem o clima pior, tem

---

<sup>181</sup>VIEIRA, Lêda Rodrigues. *O progresso vem de jegue: modernização no Piauí entre a ansiedade e inércia* (o caso de Parnaíba, 1889-1930). 2007. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007. p. 104.

<sup>182</sup>Carlos Penna Botto foi um homem de carreira na Marinha brasileira, em 1929 Penna Botto foi nomeado para a capitania dos portos do Piauí e ficou 9 meses na cidade de Parnaíba. A passagem de Penna Botto no Piauí está registrada no livro *Meu exílio no Piauí* (1931). Também obteve inserção política, sendo um dos fundadores da Cruzada Brasileira Anticomunista em 1952, e participando ativamente do processo de sucessão presidencial em 1955, com a deposição de Carlos Luz no episódio do Cruzador Tamandaré. Em 1961, lançou o livro *A desastrosa política exterior do Presidente Jânio Quadros*

<sup>183</sup>PENNA BOTTO, Carlos. *Meu exílio no Piauí*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931. p. 61.

a terrível areia por toda parte, na estação das secas, tem pântanos e charcos na estação das águas, e está isolada do mundo exterior.<sup>184</sup>

Quanto às repartições públicas, Penna Botto, ao relatar a sede da Capitania dos Portos, descreveu:

Aqueles aposentos nus e desguarnecidos eram a morada que a Marinha dava aos seus servidores naquelas longínquas plagas...[...] Depois do conforto dos hotéis europeus, do Desna, e da minha residência no Rio, - as cadeiras cambaleantes da sala de jantar, o guarda-comidas viveiro de baratas e formigas, o sofá único da sala de visitas, as paredes caiadas e despidas de cinco vastas salas, a água de poço, e o banheiro no quintal !!...<sup>185</sup>

A sede da capitania funciona na Rua Duque de Caxias, número 10, um sobrado com grandes quartos, quase sem mobília e às escuras. Penna Botto faz referência à iluminação elétrica da cidade que funcionava somente até meia noite, já Lima Rebelo afirma que a usina elétrica funcionava das 18 as 21 horas. Parnaíba não tinha serviços de água potável, esgoto, gás. O telefone é inaugurado em 25 de maio de 1940, quando o prefeito Mirocles de Campos Veras, junto com outras autoridades estaduais e federais inaugurou o sistema de expansão da rede telefônica que passou a contar com duzentas linhas. O primeiro telefone instalado foi o da prefeitura na década de 1940.

Em Parnaíba apesar da chegada de muitos elementos modernos, Penna Botto ao descrevê-la apresenta um cenário que nega o ideário de urbano desenvolvido:

A cidade de Parnaíba não tem a menor higiene. Caboclos ebrios perambulam livremente pelas ruas. Os suínos e os cachorros também... O lixo foi durante muitos meses amontado nos becos vizinhos à rua principal da cidade[...] a exalação pútrida, e os mosquitos, baratas, moscas, urubus e etc[...] Não há água encanada, nem esgoto, nem calçamento.<sup>186</sup>

Quanto ao abastecimento de água, existiam duas modalidades de fornecimento: algumas famílias possuíam poços para o abastecimento próprio, no quintal, e caixa d'água, encanamento e bomba manual ou catavento para encher a caixa elevada. Esta água, antes de ser consumida, era fervida e filtrada. A segunda modalidade de abastecimento era a dos aguadeiros que iam apanhar água à beira do rio com jumentos apetrechados de cangalhas que abasteciam a cidade. A água apanhada do rio era vendida aos habitantes da cidade por quatrocentos réis a carga de 60 litros. A precariedade do consumo de água na cidade de Parnaíba que piorava de fevereiro a junho devido as chuvas que a deixavam mais barrenta. Penna Botto ao tratar da água e da alimentação em Parnaíba acrescenta:

---

<sup>184</sup> Ibid. p. 89.

<sup>185</sup> PENNA BOTTO, op. cit., p. 117.

<sup>186</sup> PENNA BOTTO, op. cit., p. 118.

Jamais dela bebi, nem mesmo filtrada. Bebia água de coco, e na sua falta leite, guaraná ou chá. Verduras são raras em Parnaíba. A alimentação é má, os gêneros alimentícios produzidos pelo Estado são de inferior qualidade: - arroz, feijão, batatas, farinha e açúcar. O leite é bom no inverno, mas tem gosto de caroço de algodão no verão. O pão já ficou dito que é ‘pão-borracha’ aquele que o ‘diabo-amassou’.<sup>187</sup>

Abaixo, a imagem da água sendo captada direto do rio revela além das condições precárias do abastecimento de água um dos trabalhos exercidos pelos moradores do cais na busca pela sobrevivência, a imagem traz a pobreza e simplicidade do trabalhador parnaibano, apresentando um cenário sem calçamento, sem grandes construções e a simplicidade do trabalhador e morador do cais de Parnaíba.

Figura 17 - Carregador d'água, Parnaíba, década de 1940.



Fonte: Acervo de Helder Fontenele

A água captada diretamente do rio não raro chegava misturada à própria sujeira dos animais, ao sabão das lavadeiras. Lima Rebêlo descreve o tratamento domiciliar dispensado à água que as famílias recebiam mediante o trabalho desses carregadores, segundo ele:

O tratamento doméstico dessa água super-poluída consistia em manter mergulhado, dentro do pote, durante algum tempo, um pedaço de pedra-hume amarrado à ponta de um cordão e deixar que os micróbios e detritos fossem arrastados ao fundo do vasilhame, com a decantação provocada pela pedra-hume na poeira da argila em suspensão na água. Posteriormente a água, já decantada, era filtrada através de uma bacia lavada em pedra-pome e depois

<sup>187</sup>Ibid. p. 119.

fervida, para só então ser servida. Êta trabalhadeira danada... Por isso, só a minoria das famílias adotava esse tratamento. Muitas usavam a água do rio como recebiam.<sup>188</sup>

Quanto à limpeza pública, com pouquíssimos recursos financeiros, a Intendência Municipal via-se em sérias dificuldades para atender a todos os setores da administração. A Intendência mantinha apenas um pequeno serviço, mal organizado e insuficiente. Mal organizado porque era deixado ao critério dos carroceiros e feito com número insuficiente de carroças comuns. Elas eram puxadas por mulas e o lixo era depositado nas caçambas abertas. As carroças comuns daquele tempo eram mal adaptadas. Quando em movimento deixavam cair porções de lixo pelas ruas, que espalhados pelo vento, voltavam a sujar as ruas. Esse serviço abrangia apenas as ruas e praças, sem cogitar o lixo doméstico. Cada domicílio que providenciasse sobre seu lixo da melhor maneira possível. Acerca do lixo das residências, assevera Penna Botto:

Muitas casas particulares e comerciais descarregavam as suas águas servidas para as ruas. Dava-se isso na rua Duque de Caxias, onde se achava a Capitania Oficiei ao Sr. Intendente Municipal sobre o assunto, mas depois verifiquei que era legal carregar águas sujas para as vias públicas, desde que fossem pagos os impostos municipais a respeito [...] Resignei-me a ter viveiros de muriçocas defronte da Capitania e a inalar o perfume dos dejetos das casas vizinhas. A rua principal da cidade, Afonso de Vizeu justamente a mais esburacada, sobretudo na época das chuvas.<sup>189</sup>

Dada a sujeira, o precário abastecimento de água e más condições dos trabalhadores do cais, como os veleiros, as lavadeiras e os trabalhadores em geral, surgiu a Santa Casa de Misericórdia. Foi fundada no dia 26 de abril de 1896, sob os moldes inspirados nos ideais filantrópicos da Princesa D. Leonor de Portugal e do frade espanhol Frei Miguel de Contreras, por iniciativa do Dr. Manuel Fernandes de Sá Antunes, que contou com o apoio de algumas importantes figuras parnaibanas, tendo como fim fundamental de cuidar dos doentes carentes de recursos, indigentes abandonados e com atividades num plano de assistência social relevante.<sup>190</sup>

As charqueadas atraíram muitos veleiros para as atividades de exportação de carnes secas e couros (que antecede a exportação da cera da carnaúba). Com o abate de milhares de reses, inúmeras eram as epidemias que assolavam a cidade de Parnaíba devido ao ar corrompido,

---

<sup>188</sup>LIMA REBELO, Goethe Pires de. *Tempos que não voltam mais: crônicas sobre a Parnaíba antiga*. 19?, p. 53.

<sup>189</sup>PENNA BOTTO, 1931, p. 120.

<sup>190</sup>SANTA Casa de Misericórdia. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba: Academia Parnaibana de Letras, n, 63, 1996. p. 222.

fétido, causado pelo sangue e miúdos espalhados. Inumeráveis eram as moscas e outros mosquitos que causavam moléstias aos moradores. Com apenas 13 metros acima do nível do mar, o quadro de saúde tendia a piorar na época chuvosa quando as ruas ficavam intransitáveis, cobriam-se de alagadiços e lagoas. E o povo não contando com assistência médica procurava a cura dos seus males nos remédios caseiros.<sup>191</sup> Para atender às necessidades hospitalares dos trabalhadores, dos pobres da cidade de Parnaíba, foi criada a Santa Casa de Misericórdia, que representa o esforço de parnaibanos em prol da higienização. Sobre tais iniciativas assevera Jacob:

Parnaíba sempre teve o defeito e virtude cívica de resolver os seus problemas, quando lhe faltou a assistência dos governos estadual e nacional. Foi assim quando se construiu na cidade o primeiro hospital – a Santa Casa de Misericórdia -, quando se adquiriu e instalou a primeira e a segunda usina de geração de energia elétrica, quando foi adquirida a primeira central telefônica e, ao depois, fez-se a sua ampliação.<sup>192</sup>

A Santa Casa estava instalada em um antigo e vasto casarão residencial que outrora pertenceu ao Coronel Pacífico da Silva Castelo Branco. O mesmo passou por regular reforma a fim de satisfazer os fins hospitalares. Em 1927 o provedor Antônio do Monte Furtado iniciou a construção de um pavilhão para pensionista inaugurado em junho de 1928. Em 1931, já não satisfazendo às exigências de higiene e às de acomodações para enfermos indigentes, serviços cirúrgicos e auxiliares, foi demolido o antigo casarão, e, tendo sido adquirido terreno contíguo, foi desse modo aumentada a área existente, e edificado o atual Hospital, com grandes dependências.<sup>193</sup>

Reconstruído para satisfazer fins hospitalares, o novo prédio da Santa Casa de Misericórdia estava pronto a socorrer a população pobre de Parnaíba e contava com serviço cirúrgico, médico e de pediatria. A enfermaria masculina possuía 12 leitos e a feminina 8. O serviço de pediatria funcionava em uma única enfermaria com 10 leitos. O pavilhão do pensionato possuía dois pavimentos divididos em 21 compartimentos, podendo comportar, em caso de necessidade, até 60 leitos, possuindo alojamento para 8 banheiros. Possuía ainda uma enfermaria especial para acidentados, com 8 leitos e mais algumas dependências como: farmácia, salas de raio x, capela, secretaria, almoxarifado, gabinetes de consultas com as

---

<sup>191</sup>ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba: Academia Parnaibana de Letras, nº 63, 1996. p. 220.

<sup>192</sup>JACOB, Marc Theophile. A pequena e brava família Jacob. In: ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino; EUGÊNIO, João Kennedy. *Gente de longe: histórias e memórias*. Teresina: Halley, 2006. p. 294.

<sup>193</sup>CORREIA; LIMA, op. cit., p. 150.

respectivas salas de curativos, em número de 3, cozinha com moderno fogão à lenha, copa e residência das irmãs<sup>194</sup>.

Figura 18 - Santa Casa de Misericórdia



Legenda: Santa Casa de Misericórdia, Parnaíba, meados do século XX. Fonte: Acervo Helder Fontenele

Os pobres da sociedade parnaibana necessitavam de atendimento médico, tendo em vista que não dispunham de condições financeiras para tratamento. Lima Rebêlo trata a sociedade parnaibana e a assistência médica:

Da elite, faziam parte o rapaz e a moça; da plebe, o caboclo e a cunhã. A segregação social era rígida e não admitia misturas. A assistência médica era feita por quatro ou cinco médicos, com os seguintes critérios: atendiam à classe alta em suas casas, à classe média, em seus consultórios; aos pobres, na Santa Casa de Misericórdia, mantida em parte pela Prefeitura e em parte por doações da classe alta<sup>195</sup>

<sup>194</sup> Ibid.p.150-151.

<sup>195</sup> LIMA REBELO, 19?.p. 19.

Além da criação e ampliação da Santa Casa de Misericórdia, em 16 de janeiro de 1938, outra iniciativa empresarial em prol da saúde é a fundação do Lactário Suzanne Jacob, em 22 de janeiro de 1935, inaugurado em 16 de janeiro de 1938, que tinha por “finalidade amparar, zelar pela higiene completa e alimentação adequada e sadia, a infância pobre do município de Parnaíba<sup>196</sup>.

Figura 19 – Lactário Suzane Jacob



Legenda: Lactário Suzane Jacob, Parnaíba, meados do século XX.  
Fonte: REGO, 2010, p. 200

Fundado em 1938 por Roland Jacob em homenagem à memória de sua mulher, Suzanne Jacob, o lactário, de início fornecia leite preparado em pequenas mamadeiras (cerca de seis para cada criança), feitas com leite em pó nestogeno, de leite de gado, ou mucilagem de arroz, tudo de acordo com prescrições de uma especialista de alimentação infantil que acompanhava o preparo dos alimentos, a higienização das mamadeiras, o peso das crianças e sua evolução. Sobre Suzanne Jacob:

Suzanne foi talvez a primeira mulher que se envolveu publicamente com a face da pobreza da cidade. Rica, tratou de criar um lactário que fornecesse leite às famílias que não podiam comprá-lo para seus filhos. Mas a morte de

<sup>196</sup>CORREIA; LIMA, op. cit., p. 154.

surpresa em 19 de abril de 1933, sem que ela pudesse ver pronta a sua obra. Seu marido levou a frente a intenção de Suzanne e, em 1937, inaugurou o lactário Suzanne Jacob, com sede original na rua Riachuelo. Com o tempo e boa administração, o Lactário fez-se uma entidade que tomou vulto e ainda hoje aí está, como organização não governamental com o nome de posto de Puericultura Suzanne Jacob (PPSJ)<sup>197</sup>

As transformações e melhorias urbanas em Parnaíba através das reformas dos prefeitos Ademar Neves (1931-1934) e Mirócles Veras (1934- 1945) configurou-se na maior transformação já verificada no espaço da cidade até aquele momento. Essas reformas modificaram profundamente a estrutura urbana da área central. O período de 1930 a 1940 foi crucial não só pelo volume de obras empreendidas, mas também porque essas obras delinearão o modelo de desenvolvimento urbano pretendido, que estava associado à ideia de saúde, higiene, limpeza e beleza. Quanto à ideia de saúde e higiene, o projeto modernizador foi bem sucedido no que se refere à criação da Santa Casa de Misericórdia e do Lactário Suzane Jacob, no entanto, a cidade sofria com o abastecimento de água precário, sofriam principalmente os moradores do cais, que não tinham condições financeiras para possuir um poço próprio, e consumiam água do rio sem nenhum tratamento. O embelezamento de Parnaíba apresenta uma nova forma de habitar a cidade com novos espaços de lazer, preocupação com saúde, a atenção se concentra em uma parte da cidade, modernização e embelezamento para poucos.

Tabela 2 – Estado do Piauí – receitas sobre exportações (em mil réis) 1917-1920

Ano	<i>Cera de carnaúba</i>	<i>Babaçu</i>	<i>Algodão</i>	<i>Borracha</i>
1917	352:977\$182	94:475\$860	88:618\$235	100:813\$616
1918	412:660\$628	109:752\$480	103:604\$000	31:686\$176
1919	461:540\$114	122:759\$806	115:876\$955	45:534\$288
1920	383:630\$339	103:625\$668	97:822\$901	115:075\$740

Fonte: QUEIROZ, 2006, p. 40.

A partir da estatística acima se observa a economia do Piauí engajada ao mercado internacional. É interessante também observar como a dinâmica de desenvolvimento econômico era encarada por aqueles que dele se beneficiaram. Como exemplo podemos citar o surgimento

<sup>197</sup>JACOB, Marc Theophile. A pequena e brava família Jacob. In: ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de; EUGÊNIO, João Kennedy. (Orgs.). *Gente de longe: histórias e memórias*. Teresina: Halley, 2006, p 294.

do *Almanaque da Parnaíba*, que se propunha celebrar a integração de Parnaíba à dinâmica do capitalismo internacional, o ritmo de desenvolvimento e a pujança comercial da cidade.

Em janeiro de 1932, a revista *O Malho* noticiava o recebimento de um exemplar do *Almanaque da Parnaíba* nos seguintes termos:

Dos Srs. B. S. Lima & Companhia, editores do Almanaque da Parnaíba, publicação piauiense que conta já nove anos de existência, recebemos um exemplar da edição deste ano, como sempre, bem organizada, tanta gráfica como literariamente. Contando quase duzentas páginas de texto, com capa artística de J. Adonias, artista piauiense, o Almanaque da Parnaíba, procura, com a sua publicação, colocar o seu estado no mesmo nível dos seus irmãos da Republica.<sup>198</sup>

Assim, torna-se pertinente analisar o *Almanaque* e o ideal de cidade que o mesmo pretendia divulgar. O *Almanaque da Parnaíba*, a partir das pretensões do seu editor e colaboradores, incumbia-se do papel de orientar a cidade em direção ao “progresso”, de acordo com projetos de modernização defendidos por comerciantes parnaibanos. Suas páginas pretendiam-se mensageiras de uma nova ordem urbana— modernizada e modernizante. A seguir, passaremos a uma análise da publicação e dos ideais de cidade que procurava divulgar.

---

<sup>198</sup>ALMANAQUE DA PARNAÍBA para 1932. *O Malho*, Rio de Janeiro, ano XXXI, 23 de janeiro de 1932, n.p.

### 3 CIDADE DE PAPEL: PARNAÍBA SOB A ÓTICA DO *ALMANAQUE*

Neste capítulo, aborda-se o *Almanaque da Parnaíba* e as particularidades dessa fonte, que traz textos e imagens concernentes à vida social, econômica e cotidiana da cidade. Nossa análise se concentra entre os anos 1924 e 1941, período em que Benedicto dos Santos Lima esteve à frente da produção e edição da publicação.

#### 3.1 O SURGIMENTO DOS ALMANAQUES NA EUROPA E NO BRASIL: UMA BREVE INCURSÃO

*O Almanaque é um livro destinado a todos e que todos, mesmo os menos letrados ou os analfabetos, podem 'ler'.*<sup>199</sup>

Os almanques possuem uma proposta de publicação que aborda diferentes gêneros textuais, somados a imagens, a charadas e a calendários. São publicações de grande circulação, destinadas a um amplo público leitor, e que se pretendem, ao mesmo tempo, úteis, prazerosos e didáticos, aceitando cartas e contribuições de seus leitores. Segundo Roger Chartier, “sua importância para a cultura brasileira se mede em suas enormes tiragens de dois ou três milhões de exemplares e sua forte presença nas lembranças de leituras, ou de escuta, dos mais modestos leitores”.<sup>200</sup>

Os almanques, desde o século XVII, de natureza literária e editorial, difundiam textos de gêneros muito diversificados. Sua origem é anterior e se expandiram após a invenção da imprensa. Segundo Carlos Roberto Saraiva da Costa Leite os almanques foram traduzidos do Oriente para o Ocidente, oriundos dos calendários, no final da Idade Média.<sup>201</sup> Quando surgiram, eram utilizados, principalmente, para o conhecimento sobre feriados, dias festivos, ciclo lunar e solar e traziam em seu conteúdo “indicações astronômicas, predições relativas às mudanças de tempo, temperatura e acontecimentos políticos, ao lado de conselhos higiênicos, receitas de medicina popular e notícias sobre uma vastidão de assuntos”.<sup>202</sup> Os primeiros redatores foram os astrólogos e os médicos.

<sup>199</sup> CHARTIER, Roger. Introdução: o livro dos livros. In: PARK, Margareth Brandini. *Histórias e leituras de Almanques no Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1999. p.9.

<sup>200</sup> Ibid. p. 10.

<sup>201</sup> LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. Um mergulho no passado. *OBSERVATÓRIO da Imprensa*, 2016. Disponível em: <<http://www.observatordaimprensa.com.br/memoria/um-mergulho-no-passado/>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

<sup>202</sup> CASA NOVA, Vera Lúcia. *Lições de Almanaque: um estudo semiótico*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996. p. 18.

No Brasil, além dos almanaques gerais, os mais divulgados e pesquisados são os almanaques de farmácia, editados desde as primeiras décadas do século XX até a década de 1970.<sup>203</sup> Esses eram patrocinados por laboratórios farmacêuticos que promoviam e divulgavam seus produtos, veiculando ideias de higienização, saúde, felicidade, força e beleza, atreladas aos fármacos.

Esses almanaques alcançaram amplas tiragens, eram de distribuição gratuita ou destinada aos fregueses que adquiriam medicamentos, e, segundo Margareth Brandini Park, neste universo, o *Almanaque Biotônico Fontouraé*, sem dúvida, o mais importante deles. Impulsionado pelo sucesso do folheto *Jeca-Tatuzinho*, distribuído anteriormente pelas farmácias, o primeiro número saiu em 1920, elaborado e ilustrado por Monteiro Lobato, com uma tiragem de 50.000 exemplares.<sup>204</sup> Surgia num contexto em que predominavam discussões acerca de projetos e ideias nacionalistas, e de defesa da “trilogia Educação, Saúde e Força. O nacionalismo, através desta trilogia, queria tirar o povo brasileiro da letargia, combater pelo país e reforçar o caráter nacional”.<sup>205</sup>

O personagem *Jeca-Tatuzinho* circulava por todas as seções da imprensa, pelos acontecimentos esportivos, comentários políticos, cartazes de teatro, campanhas sanitárias e bancos escolares, e havia surgido “em comunhão ao que ocorre no país, em termos de medicina social, medicina sanitária, trabalhos de saneamento básico e reurbanização, ideias de Progresso e Civilização que marcaram as décadas iniciais do século XX no Brasil”.<sup>206</sup>

Sobre as funções e a circulação dos almanaques de farmácia no Brasil, Regina Marteleto e Stella Dourado ressaltam:

Produzidos e difundidos com múltiplos propósitos, dentre eles o de circular informações úteis, manter e renovar tradições culturais, relatar os eventos e personagens do seu tempo. São considerados como a versão mais completa dos anuários e calendários e conservam uma relação especial com a passagem do tempo. Cada país tem uma história de almanaques. No Brasil os de maior circulação foram os almanaques de farmácia, dentre eles o do Biotônico Fontoura. Eram publicados pelos laboratórios farmacêuticos e distribuídos pelas farmácias. Entre os tipos de Almanaque populares, o *Lunário Perpétuo* de Gerónimo Cortés (1555-1615), este de grande difusão e uso no Nordeste do país, principalmente pelas mãos de poetas, artistas populares, cantantes, emoladores que nele buscavam inspiração. No entanto, e apesar de seu

<sup>203</sup> GOMES, Mário Luiz. Vendendo saúde! Revisitando os antigos almanaques de farmácia. *História, Ciência, Saúde*, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, out./dez. 2016. p. 1007- 1018.

<sup>204</sup> PARK, Margareth Brandini. *Histórias e leituras de almanaque no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura no Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999. p. 108.

<sup>205</sup> Ibid. p. 112.

<sup>206</sup> Ibid. p. 121.

significado social, cultural e informacional em cada época, esses livretos quase se perderam, sobretudo no Brasil, restando poucas coleções dispersas.<sup>207</sup>

Os almanaques de farmácia têm sido objeto de pesquisa de muitos historiadores, a exemplo podemos citar os estudos realizados por Margareth Brandini Park, em *Histórias e leituras de almanaques no Brasil*; Marlyse Meyer, em *Do almanaque aos almanaques*<sup>208</sup> e Vera Casa Nova em *Lições de almanaque*,<sup>209</sup> que analisam a questão das imagens e da publicidade de produtos farmacêuticos em diversas publicações. Essas pesquisas forneceram subsídios para a análise das características e informações gerais sobre os almanaques e sobre a importância desse tipo de publicação. As autoras, em especial Park, fazem uma análise das práticas de leitura a partir de cartas dos leitores.

Desde os séculos XVII e XVIII essas publicações dedicavam espaço em seus editoriais para anotações do leitor. Dessa forma, traziam expressões e representações da vida cotidiana, “assim ocorreu na Inglaterra, nos quais [eram] intercaladas páginas em branco, ou na Itália, com as primeiras agendas, que deixavam para cada dia da semana ou para cada parte do dia, espaços para as anotações pessoais”.<sup>210</sup> Tais publicações possibilitam uma análise sobre as relações entre a forma impressa e a escritura dos leitores. Nesse sentido, as cartas por eles enviadas também eram uma forma de ligação estabelecida com o público. Somavam-se a elas as imagens que remetiam ao cotidiano, como as fotografias de batismos, de casamentos e de festas religiosas.

Os almanaques, com as anotações reveladoras da vida cotidiana de pessoas comuns, foram percebidos não somente como um veículo de publicidade. Passaram a ser objeto de análise e interesse de muitos historiadores, entre eles, Peter Burke,<sup>211</sup> Roger Chartier,<sup>212</sup> Robert Darnton,<sup>213</sup> Carlo Ginzburg<sup>214</sup> e Natalie Zemon Davis,<sup>215</sup> que se dedicaram ao estudo da sociedade e da cultura com foco nas pessoas comuns, anônimas, no modo como elas

---

<sup>207</sup> MARTELETO, Regina Maria; DOURADO, Stella Moreira. Os Almanques e a circulação social dos objetos culturais: bibliografias, coleções, rastros de leitura. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 25, 17 out. 2019. p. 354-372. Edição Especial V Seminário Internacional, A Arte da Bibliografia.

<sup>208</sup> MEYER, Marlyse. *Do almanak aos almanaques*. São Paulo: Atelier Editorial, 2001.

<sup>209</sup> CASA NOVA, op. cit., nota 4.

<sup>210</sup> CHARTIER, op. cit., nota 1, p. 12.

<sup>211</sup> BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

<sup>212</sup> CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

<sup>213</sup> DARNTON, Robert. *O beijo de Lammourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>214</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>215</sup> ZEMON DAVIS, Natalie. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

formulavam ideias sobre o mundo por meio de histórias, cerimônias, crenças populares e religiosidades, desde a Idade Média até o Renascimento e o Iluminismo.

Tais historiadores contribuíram para a análise das práticas de escrita e leitura e nos instigaram a pensar sobre quem eram os leitores, os editores e os mediadores de publicações de grande circulação, a exemplo dos almanaques. Contribuíram ainda com análises sobre acirculação desses impressos pelos países, principalmente da Europa, observando diferenciações, circularidade de ideias e o variado fluxo de elementos culturais no contexto de uma sociedade na qual avançava a cultura escrita e o letramento. Eles contribuíram, com seus estudos, para um exercício de ruptura com a noção de divisão rígida entre formas culturais ditas “superiores” ou elitizadas, e as ditas “inferiores” ou populares.

Darnton, ao selecionar narrativas de camponeses contadores de histórias, plebeus e pequenos burgueses do século XVIII na França, analisa de que forma intelectuais e pessoas do povo vivenciavam e lidavam com problemas comuns, “reproduzidos em escritos ficcionais ou não ficcionais cheios de ‘descrições’, guias, almanaques e relatos feitos por amadores sobre a vida cotidiana, disputas sociais, celebridades locais”.<sup>216</sup>

Com a contribuição da História Cultural, nas pesquisas sobre almanaques passam a ser analisados não apenas quem os produziu ou financiou, mas seus leitores, enquadrados no universo dos estudos sobre práticas de escrita, leitura e representação. Buscam-se, assim, os suportes de circulação, as táticas e as estratégias de apropriação pelos leitores. Segundo Chartier, seria “muito arriscado qualificar sem nuances o almanaque de ‘popular’. Certo, seu público é bem popular, se entende por isso que ele é formado por muitos leitores que pertencem aos meios pobres e mais humildes da sociedade”.<sup>217</sup>

Zemon Davis, ao enfrentar (e relativizar) a divisão rígida entre cultura popular e erudita e apontar a circularidade de ideias e saberes na sociedade francesa, argumenta:

Livros populares não são necessariamente escritos por *petitesgens*.<sup>218</sup> Mestre André Le Fournier, autor de uma compilação de receitas e de cosméticos caseiros para mulheres, em 1530, era catedrático na Faculdade de Medicina de Paris e não foi, de modo algum, o único acadêmico titulado a fazer tal coisa. *Petitesgens* tampouco são os únicos consumidores e leitores dos livros populares. O *Grand Calendrier et Compost des bergers*, por exemplo, protótipo do almanaque francês, talvez fosse lido pelo camponês, mas seguramente o era pelo rei.<sup>219</sup>

---

<sup>216</sup>DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015., p. 143.

<sup>217</sup> CHARTIER, op. cit., nota 1, p. 9.

<sup>218</sup> Termo francês de conotação pejorativa, que pode ser traduzido também como: gentalha, arraia-miúda e plebe.

<sup>219</sup> ZEMON DAVIS, op. cit., nota 17, p. 158.

Zemon Davis frisa que os livros populares não são necessariamente escritos por pessoas pobres, que tampouco são os seus únicos consumidores e leitores. Portanto são as significações que cada leitor imprime aos livros que permitem sua classificação. Chartier, além de destacar os riscos de classificar o almanaque como popular, afirma ainda ser inútil querer identificar a cultura popular a partir da distribuição supostamente específica de certos objetos ou moldes culturais. O que importa de fato, tanto quanto sua distribuição, sempre mais complexa do que parece, é sua apropriação pelos grupos ou indivíduos.<sup>220</sup>

Chartier destaca o caráter inovador da escrita e afirma que os dois modos de transmissão cultural - oral e escrita- se imbricam: a palavra proferida é fixada por escrito, e a leitura de algo escrito muitas vezes é feita em voz alta. Desse modo, “pelas sociabilidades diversas da leitura em voz alta, existe nas sociedades antigas uma cultura do escrito mesmo entre aqueles que não sabem nem produzir nem ler um texto”.<sup>221</sup>

A invenção da prensa tipográfica no século XVI, vinculada ao progresso do conhecimento, ocasionou a produção de livros em grande escala, reduzindo o seu tempo de produção para semanas e até dias, promovendo a cultura escrita.

De acordo com Chartier, no século XVII há uma popularização da escrita e da cultura popular, “são numerosos os exemplos de usos ‘populares’ de objetos, de ideias, de códigos não considerados como tais, e numerosos também os materiais e as formas de uma cultura coletiva das quais as elites só se separou lentamente”.<sup>222</sup> No entanto, é grande a repressão à antiga cultura folclórica a partir de normas e interdições impostas pela Igreja, “uma época de ouro da cultura popular, viva, livre, profusa, e a época das disciplinas eclesiásticas e estatais, que a reprimem e submetem”.<sup>223</sup>

Na França surgem algumas dessas formas de escrita popular, por exemplo, os *colpotarge*, títulos da *Bibliothèque Bleue* criados pelos Oudot em Troyes, como tipos de literatura de cordel, impressos em grandes quantidades e vendidos por ambulantes a preços baixos. Segundo Américo Pellegrini Filho, “há coleções que mostram terem alcançado grande presença como veículos populares de difusão de informações e opiniões”.<sup>224</sup>

Assim, textos de épocas e gêneros diversos “de origem letrada e erudita, tais como os romances de cavalaria, os contos de fadas, os livros de devoção, as obras

---

<sup>220</sup> CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. *EstudosHistóricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995. p. 179-192.p. 189.

<sup>221</sup>Id. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004. p. 11.

<sup>222</sup>Ibid. p.8.

<sup>223</sup>Ibid. p.14.

<sup>224</sup> PELLEGRINI FILHO, Américo. *Comunicação popular escrita*. São Paulo: Edusp, 2009. p.23.

práticas”,<sup>225</sup> alcançavam leitores de menor erudição a partir de adaptações realizadas pelos editores para compor livros mais populares. Pellegrini Filho, ao analisar as manifestações populares da escrita, classifica os almanaques como “Brochuras Populares” e acrescenta:

Os almanaques tiveram considerável utilidade na vida de populações rurais e urbanas, principalmente na Europa, sendo que alguns títulos ainda permanecem, mantendo assuntos de interesse geral – feiras anuais, prognósticos do clima, informações sobre agricultura e criação de animais, calendário, astronomia, informes relativos ao governo e assuntos gerais.<sup>226</sup>

Segundo Jacques Le Goff, existem diversos tipos de almanaques, que surgiram e se espalharam pelo mundo enquanto publicações populares que traziam em si imensa diversidade de temas:

Ilustrados com signos, figuras, imagens, o almanaque dirige-se, sobretudo, aos analfabetos e a quem lê pouco. Reúne saberes astronômicos, com os eclipses e as fases da lua; religioso e social, com as festas e especialmente as festas dos santos que dão lugar aos aniversários no seio das famílias; científico e técnico, conselhos sobre os trabalhos agrícolas, a medicina, a higiene; histórico, com as cronologias, os grandes personagens, os acontecimentos históricos ou anedóticos; utilitário, com a indicação das feiras, das chegadas e partidas dos correios; literário, com anedotas, fábulas, contos; e, finalmente, astrológico.<sup>227</sup>

Como assevera LeGoff, os almanaques em sua origem eram confeccionados com um material mais barato e vendido por um preço acessível. Suas imagens e textos versavam a respeito de temáticas tão diversas como saúde, religião e astrologia, atraíam leitores mais e menos instruídos.<sup>228</sup>

No Brasil, a chegada dos almanaques está associada aos portugueses durante a colonização. Segundo Leite,<sup>229</sup> os almanaques chegaram ao Brasil por meio de importações contrabandeadas da Europa, devido ao fato de a Coroa Portuguesa ter proibido a circulação de periódicos na Colônia. A Imprensa Régia surge após a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil em 1808 e a partir daí surgiram os primeiros periódicos e tipografias nacionais. O primeiro almanaque brasileiro foi o *Almanach para a cidade da Bahia*, publicado em 1812 pela Tipografia de Manoel Antônio da Silva Serva. De acordo com Leite, tal publicação seguiu o modelo europeu e exercia a função de calendário, informando os feriados e dias comemorativos: “eram repletos de imagens que representavam os pequenos textos publicados”,<sup>230</sup> apresentando

<sup>225</sup> CHARTIER, op. cit., nota 23, p. 9.

<sup>226</sup> PELLEGRINI FILHO, op. cit., nota 26, p. 145.

<sup>227</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990. p.527.

<sup>228</sup> Ibid.

<sup>229</sup> LEITE, op. cit., nota 3.n.p.

<sup>230</sup> Ibid.

as “fases da lua, dados estatísticos e curiosidades sobre os mais variados temas”.<sup>231</sup>O segundo almanaque publicado no Brasil foi o *Almanach do Rio de Janeiro* em 1816, pela recém-criada Impressão Régia.

A circulação dos almanaques no país tornou-se mais ampla com a chegada de Pierre Plancher dos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert, que publicaram respectivamente o *Almanak dos negociantes do Império do Brasil* (1827) e o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro* (1849), mais conhecido como *Almanaque Laemmert*. Pierre Plancher, tipógrafo e livreiro, famoso na França por editar obras vinculadas ao pensamento iluminista, chegou ao Brasil em 23 de fevereiro de 1824, fugindo, após ascensão do conde d’Artois – sob o título de Carlos X – ao trono francês, por ser partidário de Napoleão.<sup>232</sup> Após o Tratado de Paz,<sup>233</sup> o Brasil apresentava firmes ligações com a França, e Plancher aportou no Rio de Janeiro trazendo consigo:

uma tipografia completa, com prelos e caixas de tipos, e um grande número de catálogos e livros por ele editados, além de seu impressor Justin Victor Cremière, e abriu rapidamente, na rua do Ouvidor, n 80, a *Typografia de P. Plancher-Seignot*.<sup>234</sup>

Pierre Plancher foi um dos primeiros a se dedicar e a contribuir para a circulação dos almanaques no Brasil quando a Impressão Régia parou de produzi-los, além disso, esta modalidade de publicação foi revigorada, tornando-se um sucesso de vendas.<sup>235</sup> Entre as publicações mais conhecidas, saiu de sua tipografia, em 1827, o *Almanak dos negociantes do Império do Brasil* e, em 1832, o *Almanak nacional do comércio do Império do Brasil*.

Segundo Joana Monteleone, a chegada de Plancher “se mistura com a história das tipografias e livrarias no país”.<sup>236</sup> Laurence Hallewell aponta-o como o principal editor-livreiro francês da primeira metade do século XIX, e enfatiza que, se em 1808, com a vinda da família

---

<sup>231</sup>Ibid.

<sup>232</sup> MOLINA, Matías M. *História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 232-233.

<sup>233</sup> O tratado de Paz de 1814 ou o Tratado de Paris foi um acordo assinado entre a França e os principais países europeus, que versava sobre a saída de Napoleão do governo francês e o restabelecimento das fronteiras francesas. A partir dessa decisão, a França voltou a ter relações com os demais países como, por exemplo, Portugal e suas colônias que passaram a negociar novamente com os franceses. In: *Coleção de tratados, convenções, contratos e atos públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as demais potências desde 1640 até o presente por José Ferreira Borges Castro*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1857. t. IV. p. 474-509.

<sup>234</sup> BERGER, Paulo. *A Tipografia no Rio de Janeiro: impressores bibliográficos 1808-1900*. Rio de Janeiro: Cia. Industrial de Papel Pirahy, 1984. p. 15.

<sup>235</sup> FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. Comércio de Livros: livreiros, livrarias e impressores. *Escritos*. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, v. 5, n. 5, 2011. p. 41-52. p. 45.

<sup>236</sup> MONTELEONE, Joana. O tempo dos almanaques: imprensa e cotidiano na Belle Époque carioca. In: BESSONE, Tânia; RIBEIRO, Gladys Sabina (org.). *Imprensa, livros e política no Oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 53.

real, o Brasil tinha apenas duas livrarias e uma tipografia, após a sua chegada, em 1929, o país teria 9 livrarias, 7 tipografias e uma fundidora de tipos.<sup>237</sup>

Os irmãos Eduardo e Henrique Laemmert, de origem alemã, tiveram também grande relevância para o desenvolvimento da tipografia no Brasil. Eduardo Laemmert aportou no Rio de Janeiro em 1827 para atuar na filial brasileira dos livreiros Hector Bossange e Jean Pierre Aillaud. Após seis anos no país, Laemmert inaugurou seu próprio estabelecimento comercial, e em 1837, período que seu irmão desembarcou no Brasil, inaugurou outro empreendimento, a *Tipografia Universal*. A partir da iniciativa dos irmãos, em 1838 a *Livraria Universal* torna-se *E & H Laemmert*.

Os irmãos Laemmert ganharam visibilidade especialmente com a edição do *Almanaque Laemmert* e das *Folhinhas de Laemmert*. Os tipógrafos investiam em um mercado ainda pouco explorado ao fornecer guias de bolso e produções semelhantes, publicações destinadas à leitura rápida e de valor acessível, com as *Folhinhas de Laemmert* de produção anual.<sup>238</sup> Segundo Gilberto Ferrez essa publicação tinha objetivo de infundir “moral cívica e cristã”.<sup>239</sup>

Os irmãos germânicos ganharam destaque com o *Almanaque Laemmert*. O periódico, “um dos maiores e mais longevos almanaques do país”,<sup>240</sup> circulou de 1844 até a década de 1940. Por meio de seus anúncios, divulgava serviços profissionais (liberais e públicos) dos mais diversos ramos de atividade: periódicos publicados na corte, instituições religiosas, sociedades de leitura, comércio, livrarias, tipografias, colégios (privados, públicos, religiosos, militares), hospitais, asilos, associações, e oferecia, ainda, uma “radiografia dos espaços públicos e privados”<sup>241</sup> da Corte e da província, depois estado do Rio de Janeiro.

Em 1847, o *Diário do Rio de Janeiro* publica uma notícia sobre o *Almanaque Laemmert* enfatizando a importância da impressão de um guia com dados sobre o Rio de Janeiro:

ALMANAQUE administrativo, mercantil e industrial para 1847  
Publicaram os Srs. Eduardo e Henrique Laemmert o quarto ano do seu *Almanaque* e é forçoso confessar que esta empresa, em que os Srs. Laemmert entraram sós, desajudados de qualquer auxílio, tem hoje chegado a grande exatidão e perfeição.

<sup>237</sup> HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2005.

<sup>238</sup> *Ibid.* p. 236-237.

<sup>239</sup> FERREZ, Gilberto. A obra de Eduardo Laemmert. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 329, n. 331, abr./jun. 1981. p. 192-201. p. 197.

<sup>240</sup> MONTELEONE, op. cit., nota 38, p. 55.

<sup>241</sup> LIMEIRA, Aline de Moraes. *Educação particular e publicidade no Almanak Laemmert (1844/1859)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. p. 18. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/producao-intelectual/documentos/educacao-particular-publicidade-almanak-laemmert>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

Diversas vezes se tem tentado a publicação do Almanaque no Brasil, que afinal não puderam continuar: era necessário ter perseverança e coragem para contar todos os embaraços, lutar com eles e superá-los. Os Srs. Laemmert a tiveram, e já vão no 4º ano da publicação.

Não há necessidade de demonstrar o que todos sabem – a utilidade dos almanaques. Em livros tais não há só o interesse do momento: geralmente são eles depósito de estatísticas importantes e curiosas, instrutivas e que podem ser base de trabalhos externos e proveitosos, que não coligidos a tempo, perdem-se e com prejuízo.

Damos parabéns aos Srs. Laemmert pela constância que tem progredido este trabalho, e auguramos para o seu *Almanaque* estabilidade e apoio do público, se, como é de esperar, continuarem a esforçar-se como se esforçarão para a redação e coordenação d'este 4º volume.<sup>242</sup>

Para além de enfatizar a *exatidão e perfeição* do *Almanaque Laemmert*, o texto aponta a importância desse tipo de publicação, que não apresentaria *só o interesse do momento*, mas atuava como guia, apresentando informações importantes sobre o comércio e a indústria. Segundo Monteleone, ao longo do século XIX, não apenas o significado, mas a maneira de editar e ler os almanaques expressaram as transformações econômicas e políticas do período.

Neste contexto de transformações, os almanaques exerceram papéis importantes no que diz respeito à divulgação de novas ideias e comportamentos individuais e sociais. Ainda segundo Monteleone, ao longo dos séculos XVIII e XIX, os almanaques abarcaram “de folhinhas de calendário, a uma espécie de lista hierárquica dos nobres, funcionários e servidores públicos, guias das cidades e um lugar de veiculação dos produtos decorrentes da revolução industrial”.<sup>243</sup>

É a partir dessas mudanças e do sucesso editorial do *Almanaque Laemmert* que o século XIX registra o surgimento de outros almanaques, em diversas regiões do país. Como exemplo podemos citar: o *Almanach Administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais* (1864), o *Almanach Administrativo Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco* (1872), o *Almanak Mercantil e Industrial da Província do Ceará* (1873) e o *Almanak Popular do Rio de Janeiro e Imperial Cidade de Niterói* (1878). Apesar de apresentarem conteúdos equivalentes, tais publicações foram formando tipologias específicas a partir da incorporação de novos elementos, possibilitando uma considerável diversificação. Além de almanaques de cidades, passaram a ser publicados almanaques literários, de farmácia, jornalísticos e comerciais.

### 3.2 O ALMANAQUE DA PARNAÍBA: UMA PROMISSORA ESPERANÇA.

<sup>242</sup> BIBLIOGRAFIA. Almanaque administrativo, mercantil e industrial para 1847. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 26, n. 7395, 2 jan. 1847. p. 1.

<sup>243</sup> MONTELEONE, op. cit., nota 38, p. 53.

Em 1924, no âmbito de uma já consolidada tradição de publicação, difusão e popularização de almanaques no Brasil, surgiu em Parnaíba, por iniciativa do comerciante Benedicto dos Santos Lima, conhecido como Bembem,<sup>244</sup> o *Almanaque da Parnaíba*. A cidade funcionava como um importante entreposto comercial para o estado do Piauí, núcleo das exportações de produtos extrativistas. Nesse contexto, o comerciante defendeu que a cidade “carecia da publicação de um opúsculo que patenteasse o grau já intenso, do adiantamento do seu povo. Vem daí a iniciativa nossa em publicar este singelo Almanaque”.<sup>245</sup>

Em Parnaíba já circulavam alguns folhetos ilustrativos e alguns almanaques que consistiam em coletâneas sobre diversos assuntos, tais como calendários, fases da lua, poesias, notas biográficas, enigmas, divertimentos, comentários históricos, geográficos e científicos.<sup>246</sup> Eram pequenas enciclopédias, patrocinadas por empresas que anualmente promoviam ali os seus produtos. Dos almanaques que circulavam, os mais conhecidos eram “o ‘*Almanaque Bristol*’, o ‘*Almanaque do Pensamento*’ e o sofisticado ‘*Almanaque Bertrand*’ – Lisboa (Portugal)”.<sup>247</sup>

A primeira publicação a levar o nome de “almanack” no Piauí foi o *Almanaque Piauiense*, que surgiu em Teresina em 1879. Sobre o mesmo, Celso Pinheiro Filho acrescenta:

Propriedade e redação de Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco. Trazia dados estatísticos e notícias várias do interesse da província. Nele, seu redator, com precisão e conhecimento, traçou os apontamentos biográficos de inúmeros piauienses ilustres e personalidades que se interessaram pelo Piauí. Em 1901, teve nova fase, sob a direção de João Pinheiro.<sup>248</sup>

Em 1901, quando relançado por João Pinheiro, o *Almanaque Piauiense* trazia algumas propagandas comerciais e densas matérias sobre a história do estado. Também teve vida efêmera, desaparecendo na segunda edição. Alguns anos depois, em 1937, Antônio Lemos, retomou a iniciativa, fazendo circular mais algumas edições deste anuário.

---

<sup>244</sup>Benedicto dos Santos Lima, mais conhecido por Bembem, era natural do povoado de São Raimundo, no município de São Bernardo (Maranhão). Nascido em 27 de maio de 1893. Foi comerciante e editor do *Almanaque da Parnaíba* durante dezoito anos. Atuou ainda como gerente do jornal *A Praça*, diretor-proprietário do jornal *Aljava* e co-editor do *Livro do centenário da Parnaíba*. O comerciante foi o primeiro presidente da Associação profissional dos jornalistas de Parnaíba, membro da Associação Brasileira de Imprensa, membro da Academia Charadística Luso-Brasileira e patrono da Cadeira número 3 da Academia Parnaibana de Letras. Cf.: SANTOS, Orphila Lima dos (Org.). *Benedictos dos Santos Lima: intelectual autodidata*. [S.l.: s.n.], 1993.

<sup>245</sup>LIMA, Benedicto dos Santos Lima. Ao público. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 3, 1926, n.p.

<sup>246</sup>SANTOS, op. cit., nota 46, p. 18.

<sup>247</sup>Ibid. p. 18.

<sup>248</sup>PINHEIRO FILHO, Celso. *História da Imprensa no Piauí*. Teresina: Halley S. A. Gráfica e editora, 1997, p. 224.

Além do *Almanaque Piauiense*, circulou em Teresina, em 1908, o *Almanaque da Farmácia dos Pobres*, do farmacêutico Thomaz Paz. Tratava-se de um esforço publicitário que contribuiu para difundir cuidados com a saúde; e, no município de Oeiras, surgiu o *Almanaque para 1923*, de Orlando Barbosa de Carvalho, voltado para a propaganda política.<sup>249</sup> Pinheiro Filho pontua ainda a circulação no Piauí do *Almanaque do Cariri*.<sup>250</sup> Em geral essas publicações tinham vida curta e não se caracterizavam exatamente como instrumentos de propaganda comercial.

O *Almanaque da Parnaíba*, “um anuário com todas as características dos almanaques em voga: calendário, santos do dia, ilustrações, propagandas, artigos de conteúdo cultural”,<sup>251</sup> foi o primeiro almanaque que conseguiu manter-se regular. Seu primeiro número apresentava uma brochura de 44 páginas. Foi, também, o primeiro periódico em formato de livro a surgir na cidade, publicado em caráter sistemático, de circulação anual, que, em 1945, alcançou o número de 500 páginas. Circulou por quase seis décadas ininterruptas, até 1982.<sup>252</sup> Depois disto, a publicação seguiria circulando, com interregnos, até 2013, como podemos ver no quadro abaixo:

Tabela 3 – Quantitativo de publicações do *Almanaque da Parnaíba*

<b>Período (ano)</b>	<b>Nº da Edição</b>	<b>Total de Edições</b>	<b>Responsável</b>
1924 a 1941	1 a 18	18	Benedicto dos Santos Lima
1942 a 1981	19 a 58	40	Ranulpho Torres Raposo
1982 e 1985	59 e 60	02	Manoel Domingos Neto
1994 a 1999	61 a 66	06	Academia Parnaibana de Letras (APAL)
2004	67	01	APAL
2006	68	01	APAL
2013	69	01	APAL

Fonte: *Almanaque da Parnaíba* (edições de 2004,2006,2013).

<sup>249</sup> MAVIGNIER, Diderot dos Santos; MOREIRA, A. M. *Conhecendo história e geografia do Piauí*. Parnaíba: Gráfica Ferraz, 2007. p. 35.

<sup>250</sup> O *Almanaque do Cariri* teve sua primeira edição na cidade de Crato-CE em 1949 e a segunda edição em Teresina. Edição especial dedicada ao centenário da Capital do Piauí (1952).

<sup>251</sup> LIMA, Benjamim dos Santos Lima. Natal de 1923: nascimento do Almanack da Parnaíba. *OBembem*. Parnaíba, ano 1, n. 7, p. 10, 21 jul. 2008.

<sup>252</sup> Em Parnaíba, na década de 1920, surgiram diversos periódicos, jornais e folhetos de cunho religioso e escolar. Entre eles *A Boa Semana, A Propaganda, O Trabalho, O Marítimo, Polyanteia, O Perdão, A Pátria, A Campanha, A Imprensa, Jornal do Comércio, A Conquista, 19 de Outubro, Gazeta da Parnaíba, O Consolador, A Notícia, A Tribuna, A Razão, Alcyon, Mocidade Jornal, Palace Jornal, A Tela, O Dia, O Independente, A Verdade, A Praça e O Popular*. Cf.: IMPRENSA EM PARNAÍBA. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 1, n. 7, 1929.

Quanto à regularidade e longevidade do *Almanaque*, Manoel Domingos Neto<sup>253</sup> assevera que dois ingredientes foram primordiais, “primeiro surgiu um contingente de comerciantes com capacidade e disposição para pagar anúncios publicitários imprescindíveis a uma publicação do gênero”.<sup>254</sup> O segundo ingrediente seria o surgimento “de um grupo de senhores com veleidades literárias, amantes de crônicas, poesias, conversas espirituosas e longas discussões teológicas e filosóficas”.<sup>255</sup>

Para além do incentivo dos comerciantes e intelectuais locais, o desenvolvimento da economia da cidade e o contato comercial com a Europa favoreceram o surgimento de publicações como o *Almanaque da Parnaíba* e contribuíram para o desenvolvimento do aparelho administrativo que florescia com o comércio e com o crescimento do mercado consumidor local. Sobre o potencial comercial da cidade e o florescimento de novas publicações, Pinheiro Filho acrescenta:

Acontece que Parnaíba teve oportunidade de possuir jornais antes mesmo que Oeiras e Teresina, devido ao *empório comercial que representava, e a ligação marítima com as demais províncias e depois Estados do Brasil, e países do mundo*. Não sentiu, porém, esta necessidade, pois que ali se recebiam regularmente jornais do Maranhão, de Pernambuco e da corte.<sup>256</sup>(grifo nosso)

O autor destaca o elevado nível intelectual da elite da cidade, afirmando que “a imprensa parnaibana já nasceu madura.”<sup>257</sup> O primeiro jornal a ser editado na cidade foi o *Eco da Parnaíba*, em 25 de fevereiro de 1863<sup>258</sup>, cinco meses depois surgia a *Ligado Progresso* em 16 de julho de 1863. Em 1864 surgiu o jornal *A Violeta*, destinado ao público feminino, ou às “senhoras” da cidade. Até o surgimento do *Almanaque da Parnaíba*, foram 33 periódicos, entre jornais e revistas, “que surgiam e desapareciam, conforme as conveniências do momento”.<sup>259</sup>

Em sua primeira edição, o *Almanaque* já aparece ilustrado, contando com um significativo número de imagens (caricaturas e fotografias), anúncios, artigos, sonetos,

---

<sup>253</sup> Manoel Domingos Neto nasceu em Fortaleza (CE) no dia 5 de dezembro de 1949. Doutor em História pela Universidade de Paris. Um dos fundadores e coordenadores do Núcleo de História Oral do Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí – CEPRO. Autor de *Seca Seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense* (1987), *O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no vale do Parnaíba* (2010). Cf.: MANOEL DOMINGOS: o brilho da inteligência no vasto universo acadêmico. *O Bemem*. Parnaíba, ano 2, n. 15, 21 mar.2009, p.7.

<sup>254</sup> DOMINGOS NETO, Manoel. A trajetória do *Almanaque da Parnaíba*. In: SANTOS, Orphila Lima dos (Org.). *Benedicto dos Santos Lima: intelectual autodidata*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1993. p.73-82.

<sup>255</sup> *Ibid.* p. 75.

<sup>256</sup> PINHEIRO FILHO, op. cit., nota 50, p. 106.

<sup>257</sup> *Ibid.* p. 106.

<sup>258</sup> Surgia dez anos após o lançamento do primeiro jornal em Teresina.

<sup>259</sup> PINHEIRO FILHO, op. cit., nota 50, p. 106.

calendário com as fases da lua, charadas, e uma relação das casas comerciais de Parnaíba. Incluía ainda anúncios de produtos e serviços variados, de:

naturezas comerciais, desde empresas de navegação com escritório na cidade oferecendo seus serviços de transporte, produtos farmacêuticos e medicinais, modas, motores, perfumaria, prestação de serviço, além de anúncios do comércio varejista local.<sup>260</sup>

A capa trazia uma reprodução xilográfica da Merceria Bembem, que, desde então, “procurou se constituir em uma usina de experimentos tipográficos imprimindo uma formatação original e de qualidade”.<sup>261</sup>

Na capa do *Almanaque*, lia-se: “Lembrança da Merceria Bembem”, assinalando a publicação como uma espécie de “presente” do seu editor para os amigos e fregueses de sua loja. A ilustração exposta na capa da primeira edição, sinalizava a que público se destinava o anuário, como vemos abaixo:

Figura 20 –Capa do primeiro número do Almanaque da Parnaíba.



Fonte: ALMANAQUE DA PARNAÍBA PARA 1924. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 1, n. 1, 1924.

A capa da primeira edição retrata um casal em trajes finos, sentado a uma mesa da Merceria Bembem, comendo e bebendo de forma descontraída, talvez comemorando a passagem do Ano Novo ou celebrando o lançamento do próprio *Almanaque*. Interessante descrição dessa capa é feita por Junia Motta Rego:

<sup>260</sup> SILVA, Josenias dos Santos. Almanack da Parnahyba: Política, sociedade e cultura em revista. In: LIMA, Frederico Osanam Amorim (Org.). *A cidade que nos habita*. Parnaíba: Sieart, 2013. p.83.

<sup>261</sup>Ibid. p. 82.

A capa tem estampado um desenho em bico de pena, à mão livre, em preto e branco, assinado no canto inferior direito por B.Freire, datado de 1923. O leitor é convidado a observar um casal sentado à mesa, numa sala de jantar, como se olhasse por uma janela. A sala é ornamentada com cortina de tecido e lustre. À mesa, o cavalheiro está sentado de frente, e a dama sentada na cabeceira, à sua esquerda. Ela levanta um copo, parecendo brindar o cavalheiro. Usa vestido longo, decotado, estilo tomara que caia, com ombros à mostra. Os cabelos estão presos por um pente, estilo espanhola. O cavalheiro usa terno, gravata borboleta e sapato bico fino. Na mesa, coberta por uma toalha, além de uma garrafa de vinho, copo, prato e travessa com alimento. A cena remete a um ambiente íntimo e sofisticado, a um ritual civilizado. Acompanha o desenho a frase: ‘Lembrança da Merceria do Bembem, de Benedicto dos Santos Lima, Parnaíba (Estado do Piauí)’.<sup>262</sup>

A primeira tiragem<sup>263</sup> do *Almanaque da Parnaíba* foi de 1.000 exemplares. A capa e a contracapa eram iguais, seguidas do anúncio da Merceria Bembem, do editorial de apresentação e dos artigos sobre a cidade, a política e a conduta social de homens e mulheres. Apresentavam-se ainda charadas, a relação das casas comerciais de Parnaíba, e fotografias de instituições e construções locais.

A partir do ano de 1925, surgia a folha de rosto, com o nome do periódico, a indicação do ano e o preço de 1\$000 réis. O *Almanaque* foi editado no tamanho 16x23 centímetros e manteve essa dimensão, apresentando pouquíssimas alterações, em todas as edições que seguiram. Sobre o conteúdo do *Almanaque da Parnaíba*, Pinheiro Filho acrescenta:

Além de notícias do interesse de todos, trouxe sempre em seu bojo as melhores páginas esparsas sobre a história do Piauí, e colaboração literária dos mais destacados nomes de nossa terra. Entre a quem esteve afeta a parte artística da apresentação, deve ser apontada a figura de J. Adonias Monteiro, um grande desenhista.<sup>264</sup>

Enquanto publicação de conteúdos diversificados, o *Almanaque* conseguiu trazer artigos sobre a cidade, a economia, e formas de lazer, tudo isso aliado a propagandas de mercadorias e empresas da cidade. Conforme referido, no Brasil circularam diferentes tipos de almanaques, visando diferentes públicos-alvo. O *Almanaque da Parnaíba* se propunha a divulgar as transformações ocorridas na cidade, reclamar melhorias em prol das exportações dos produtos extrativistas, da saúde, da higiene e de melhoramentos e reformas urbanas.

Surgia como um projeto, uma proposta de escrever sobre a cidade, de defini-la e exaltar seu potencial econômico e civilizacional. Revelou-se, neste sentido, uma publicação peculiar,

---

<sup>262</sup>REGO, op. cit., p.274.

<sup>263</sup>Com exceção da primeira edição, não foi possível saber a tiragem do *Almanaque da Parnaíba*, visto que sua impressão foi realizada em gráficas diferentes. O primeiro exemplar foi impresso na Tipografia Renascença em Fortaleza-CE, e os demais, ora Fortaleza, ora em Belém-PA.

<sup>264</sup>PINHEIRO FILHO, op. cit., nota 50, p. 108.

configurando-se como portadora de um discurso na cidade e sobre a cidade; pretendendo-se, ainda, a voz da classe comercial de Parnaíba. Os comerciantes estavam diretamente envolvidos na confecção e na circulação, através do *Almanaque*, e de uma série de iniciativas políticas e comerciais, de um projeto de modernização urbana e econômica, constantemente exaltando, nas publicações do periódico, o potencial comercial da cidade. Neste contexto, o almanaque explora e promove temas como a modernização<sup>265</sup> da cidade, as transformações urbanas forjadas num contexto de ascensão econômica de Parnaíba, tendo o extrativismo como principal atividade produtiva.

Os almanaques de cidade se caracterizam por uma estrutura de publicações bem diversificada, abordando centros urbanos específicos e atuando como livros-guia.<sup>266</sup> O *Almanaque da Parnaíba* se apresentava como livro-guia, constituindo “um repositório precioso de informações úteis, passatempos, curiosidades e distrações, sendo, portanto, um livro de necessidade em toda casa. Para o sertanejo, é, às vezes, o livro único”.<sup>267</sup>

A existência dos livros-guias, segundo Burke,<sup>268</sup> era comum em grandes cidades europeias, como Roma, Veneza, Amsterdã, Nápoles e Paris. Tais publicações orientavam a localização de prédios públicos e estabelecimentos privados. Segundo Vanda Anastácio:

Na França, por exemplo, durante o reinado de Luís XV, ao lado dos almanaques de cariz popular, que incorporavam informações destinadas ao mundo rural, *surgiram almanaques destinados ao público cidadão e aos membros da aristocracia e da realeza*. É o caso do *Almanach Royal* francês, por exemplo, que viria a ter, a partir do início do século XVIII, um sucessor alemão que ficou famoso e teve grande longevidade – o *Almanach de Gota*. Este tipo de almanaque incluía dados sobre as casas reinantes europeias e a vida de corte, listagem dos detentores de cargos políticos e administrativos, informações sobre a composição do corpo diplomático, etc., e teve um paralelo português no *Anuario da Corte Portuguesa* publicado na última década do século XIX.<sup>269</sup> (grifo nosso)

Os almanaques de cidade, conforme referido, destacam-se por abordar o calendário cultural de centros urbanos, o calendário religioso, as fases da lua, os guias de cuidado com a

---

<sup>265</sup> O termo modernização é aqui empregado no sentido com o qual opera Marshal Berman, destacando que o termo está associado, de modo geral, a intensas transformações no espaço e na sociedade. A modernização é caracterizada pelo autor como um turbilhão de transformações manifestadas, entre outros aspectos, por meio dos processos de industrialização e de urbanização impulsionados por contínuos avanços técnico-científicos, que modificam as relações de produção e de trabalho, e ensejam mudanças constantes na paisagem social, econômica e territorial. Cf.: BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

<sup>266</sup> BURKE, op. cit., nota 13, p. 70.

<sup>267</sup> LIMA, Benedicto dos Santos Lima. Ao Público. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 1, 1924.

<sup>268</sup> BURKE, op. cit., nota 13, p. 70.

<sup>269</sup> ANASTÁCIO, Vanda. *Almanaques: origem, gêneros, produção feminina*. Santiago de Compostela: Veredas 18, 2012. p.59.

saúde para homens e mulheres, traziam ainda textos literários, biografias, dados estatísticos, relação das casas comerciais, dados históricos e geográficos. Pretendiam-se, desta forma, guias de informações para a vida do cidadão. Outra característica é sua periodicidade: diferentes de outras publicações, os almanaques circulavam anualmente e possuíam durabilidade por seu formato de livro, o que possibilitava maior circulação de cada exemplar.

É neste sentido que o editor defende o *Almanaque da Parnaíba* enquanto não apenas uma publicação de caráter meramente mercantil, mas como um anuário imprescindível e necessário, no lar, no escritório, na cidade e no povoado, em razão da multiplicidade das suas informações e da variedade da sua leitura, que distrai e instrui, ensina e orienta.<sup>270</sup>

O editor considerava por informações úteis os interesses dos comerciantes locais, responsáveis por seu financiamento, e os do governo municipal. Defendia-se que, através da promoção da higiene, do trabalho e de melhorias na infraestrutura urbana, a cidade seguiria rumo ao “progresso”. Progresso esse a ser promovido por pessoas que se empenhariam no trabalho, homens e mulheres fortes e saudáveis. Esse projeto de progresso confiava no avanço da sociedade a partir da ciência, da técnica e do desenvolvimento econômico.

Desse modo, o *Almanaque* congregava uma multiplicidade de temas, se pretendia um completo guia, e promovia aspectos e interesses econômicos, através do mapeamento das casas comerciais, dos produtos e valores exportados pela classe comerciante da cidade. Explorava-se ainda temas relativos à educação, e a orientações de conduta, saúde, moda e beleza.

Assim, o *Almanaque da Parnaíba*, com sua estrutura temática diversificada, apresentava textos curtos que, em consonância com o escopo desse tipo de publicação, introduziam determinados assuntos e temas que a publicação visava promover. Essa característica era apontada na seção Expediente,<sup>271</sup> em 1934: “Não serão publicadas mais de duas composições de cada colaborador, cujos trabalhos não devem exceder de uma página, salvo quando se tratar de assunto histórico e biográfico, de interesses piauienses”.<sup>272</sup>

O *Almanaque da Parnaíba*, em um primeiro momento, se imbuía da preocupação de apresentar a cidade, e as transformações urbanas em curso. Veiculava, além das propagandas do comércio e das petições para a cidade, a divulgação de saberes científicos. Segundo Casa Nova, os almanaques divulgavam saberes científicos e tradicionais com o objetivo de instruir e educar os indivíduos, diluindo-os para uma linguagem de fácil compreensão.<sup>273</sup>

---

<sup>270</sup> LIMA, Benjamim dos Santos. Aos nossos amigos. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 5, 1928.

<sup>271</sup> Seção Expediente criada para informar ao leitor as condições de publicação, local de entrega dos manuscritos, das fotografias, das matérias e dos prazos

<sup>272</sup> EXPEDIENTE. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 10, p. 241, 1934.

<sup>273</sup> CASA NOVA, op. cit., nota 4, p. 61.

Os saberes científicos se manifestavam, por exemplo, em anúncios, artigos de alerta e de promoção de cuidados com a saúde. Entre eles podemos citar o artigo de Jesus Medeiros, intitulado “Uma surpresa desagradável para as mulheres”.O texto alertava contra o uso excessivo de pó de arroz, pois o produto continha em sua composição o óxido de zinco e de chumbo. O articulista alertava: “Essa doença, que está se generalizando em todo o Brasil, consiste em uma afecção do nariz e tem o nome terrível de *Renite seca posterior*”.<sup>274</sup> Além de alertas relativos à saúde, o almanaque lançava ainda conselhos referentes à higiene e outros cuidados com o corpo.

Esta multiplicidade de temas (sociabilidades, economia, política, calendários, literatura) deveria ser promovida dentro de um editorial de textos curtos, seguindo o seguinte critério de seleção estipulado pelo editor:

COLABORAÇÃO: Qualquer pessoa que desejar colaborar para este anuário, deverá mandar os seus trabalhos até 15 de julho. Somente aceitaremos trabalhos que sejam inéditos ou especial para o *Almanaque da Parnaíba*. Recusaremos quaisquer materiais que já tenham sido publicadas. Trabalho para este gênero de periódico deverá ser o mais curto possível.<sup>275</sup>

O *Almanaque da Parnaíba* buscou ser uma publicação de baixo custo. Sua impressão era monocromática, com miolo em P&B,<sup>276</sup> com exceção da capa, colorida. Algumas poucas edições encontram-se com páginas de fundo colorido em azul ou rosa e, a partir da década de 1940, a cor de algumas gravuras ou textos apareceu em azul, em meio ao tradicional preto. Seu modo de impressão foi a Relevografia, em especial a Tipografia.<sup>277</sup> Suas páginas apresentam, como padrão, a seguinte distribuição: páginas de numeração par, na maioria das vezes destinadas à publicidade, e páginas de numeração ímpar, que apresentavam textos diversos. As páginas de textos apresentam-se divididas em duas colunas. Nas edições da década de 1920, essas colunas eram divididas por uma ornamentação central ou por colunagem,<sup>278</sup> sendo comum também apresentarem bordas ornadas.<sup>279</sup>

<sup>274</sup> MEDEIROS, Jesus. Uma surpresa desagradável para as mulheres. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, n. 7, n.p., 1930.

<sup>275</sup> COLABORAÇÃO. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 222, 1933.

<sup>276</sup> P&B resume a classificação dada a originais em preto e branco. Cf.: COLLARO, A.C. *Produção gráfica: arte e técnica da mídia impressa*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. p.149.

<sup>277</sup> Impressão realizada mediante matriz em alto relevo. Os elementos que são impressos ficam em relevo na matriz e são entintados, imprimindo-se mediante pressão sobre o suporte.Processo hoje em desuso para a produção industrial de impressos. Cf.: OLIVEIRA,Marina. *Produção gráfica para designers*. 2. ed. Rio de Janeiro: AB Editora, 2002. p. 37-38.

<sup>278</sup>“Divisão da página em módulos verticais que norteiam a disposição do texto nesse sentido”. In: COLLARO, op. cit., nota 78, p.146.

<sup>279</sup> CARVALHO, 2016.

Apesar de editado e lançado ao público por um comerciante parnaibano que buscou meios de baratear a edição, o *Almanaque da Parnaíba* é uma publicação direcionada, sobretudo, à elite local, além de ligada, diretamente, à sua iniciativa, diferenciando-se, assim, do que afirmam Marteleto e Dourado em sua análise sobre os almanaques brasileiros. Para as autoras, tais publicações tinham “caráter de publicações populares dirigidas às camadas menos ilustradas social e culturalmente”.<sup>280</sup>

Na publicação, encontram-se desde anúncios de empresas comerciais (mercearias, farmácias, indústrias, lojas), a fármacos (elixir, pomadas, tônicos) e produtos de higiene e beleza. Casa Nova aponta os anúncios como disseminadores de:

(...) informações, marcadas pela ideologia, por ela devidamente controlada, a publicidade do almanaque nos envia, assim, a um tipo de discurso que se inicia na década de vinte –o discurso da cultura do consumo, que a cidade divulga através de seu agente principal.<sup>281</sup>

O próprio *Almanaque da Parnaíba* avulta a importância da publicidade em suas páginas ao destacar um artigo de 1938 assinado por João Bastos:

A publicidade é uma atividade digna, honesta e alevantada, representando um grande veículo para difusão de tudo aquilo que necessitando de ser conhecido deve ser propagado e divulgado em todos os meios, em todos os centros. Ela é útil a toda a gente, a todas as profissões. Amparemos, pois, sob todos os aspectos a publicidade piauiense, na convicção de que, com isso concorreremos, também, para a grandeza do estado.<sup>282</sup>

Observa-se que a publicidade, no *Almanaque da Parnaíba*, ocupa grande destaque. Os anúncios, ao financiar a publicação, determinavam, em grande medida, a sua existência, que se iniciou com um número de páginas reduzido e, conforme a publicação conseguia novos anunciantes, seu número de páginas crescia. É possível observar, por meio de uma nota publicada em 1934, que o anuário abria espaço para novos anunciantes, e destacava, nesse sentido, a grande tiragem e os diversos lugares por onde o almanaque circulava, como podemos ver abaixo:

É comerciante? É industrial? PONHA-SE EM EVIDÊNCIA ANUNCIANDO NO ALMANAQUE DA PARNAÍBA, ANUÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO EM TODO O BRASIL. Conhecido nas principais praças da Europa e América do Norte, especialmente em Portugal, França, Alemanha, Inglaterra e New-York.<sup>283</sup>

<sup>280</sup> MARTELETO; DOURADO, op. cit., nota 9, p. 356.

<sup>281</sup> CASA NOVA, op. cit., nota 4, p. 90.

<sup>282</sup> BASTOS, João. A publicidade. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 14, p. 295, 1938.

<sup>283</sup> É COMERCIANTE? *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 33, p. 234, 1934.

Dada a importância dos anunciantes para a manutenção do anuário, destacamos alguns que estiveram presentes no Almanaque entre 1924 a 1941. Para além da Mercearia Bembem (propriedade do editor), podemos citar a Casa Inglesa, a Sapataria Moderna, a Livraria Universal, a Padaria Portuguesa, a Loja Antonio Torres Machado, o Hotel Carneiro e a Farmácia Parnaibana, que divulgava diferentes anúncios de elixir e fármacos para os cuidados com a saúde, muito presentes nas edições da década de 1920 até 1940. Muitos deles apresentavam-se em páginas inteiras, frisavam a oferta de produtos estrangeiros identificando-os como “modernos”, eficazes e “inovadores”.<sup>284</sup> Os produtos e estabelecimentos anunciados procuravam ainda ressaltar o seu suposto asseio, ordem e conforto, relacionados a mercadorias e a maquinários modernos.

Sobre a linguagem e as estratégias de publicidade do *Almanaque da Parnaíba*, e da publicidade parnaibana em geral, o poeta e escritor Alcenor Candeira Filho pondera:

A propaganda em Parnaíba daquele tempo lidava apenas com textos e imagens estáticas. Nesses anúncios rudimentares, enfadonhos, avultam os textos prolixos, com enumeração dos produtos disponíveis. As ilustrações eram raras e, a exemplo dos textos, pouco inventivas. Aqui e ali a fotografia do empresário-anunciante, ou da fachada da sede do estabelecimento, ou da principal mercadoria a venda.<sup>285</sup>

Entretanto, deve-se destacar que os recursos editoriais e gráficos da referida época eram limitados. Em muitos editoriais redigidos por Bembem, as palavras de otimismo sobre o potencial crescimento do *Almanaque* foram substituídas por queixas diante da dificuldade de manter a continuidade da publicação, que exige “sacrifícios” e “esforços” constantes. Candeira Filho em sua exposição crítica afirma ainda que:

[...] a publicidade da época, nitidamente amadorística; não se harmonizava com os princípios elementares da propaganda – que recomendavam o uso de textos curtos, claros, leves, comunicativos –, trazia pelo menos um aspecto positivo: enumerando exaustivamente suas atividades e suas mercadorias, os comerciantes, sem o saberem, estavam escrevendo importante página da história econômica da cidade, relacionada justamente com seu período de glória e de exuberância (1920-1950). Ao longo dos anos o *Almanaque* contou com centenas de anunciantes. Alguns desses eram empresários de fora que disputavam o mercado local. A maioria era constituída de firmas parnaibanas. Pelos anúncios podemos conhecer os produtos em oferta, as características do

---

<sup>284</sup>“Padaria e biscuitaria Palmeira, a mais bem montada neste estado, única recebedora dos vinhos de mesa Colares e Verde do Douro” BISCOITARIA PALMEIRA. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 1, 1924, p. 19.; “[...]Temos contrato com casas de primeira ordem, do sul e estrangeiro, para podermos sempre apresentar um sortimento aprimorado”. MERCEARIA VIOLETA. *Almanaque da Parnaíba*.Parnaíba, ano 1, 1924, p. 21. “Referências bancárias de primeira ordem. Usa os principais códigos modernos”.ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba, ano 1, 1925, p. 15.

<sup>285</sup> CANDEIRA FILHO, Alcenor. *Almanaque da Parnaíba*. Teresina:Gráfica e Editora da UFPI, 1997. p. 101.

mercado, a competição entre os empresários, a mentalidade dos clientes e negociantes, o modismo[...].<sup>286</sup>

O poeta acaba por evidenciar a importância da publicidade para o *Almanaque* e para a análise da história local, marcadamente em seus aspectos econômicos. O autor procura demonstrar a importância do anuário não só no conhecimento das firmas e dos produtos, mas também dos interesses comerciais de anunciantes que, em sua maioria, eram parnaibanos respeitados ou empresários de outras regiões que almejavam se estabelecer no mercado local.

### 3.3 BENEDICTO DOS SANTOS LIMA: SOBRE A TRAJETÓRIA DE UM COMERCIANTE E PUBLICISTA PARNAIBANO E A PRIMEIRA EDIÇÃO DE SEU *ALMANAQUE DA PARNAÍBA*.

Para a análise do *Almanaque da Parnaíba* e do editor é imprescindível mencionar a pesquisa de Cleto Sandys Nascimento de Sousa, autor da tese “*Almanack da Parnahyba: desejo de modernidade sob o véu da barbárie em Parnaíba – Piauí (1924-1941)*”. O autor dedica o capítulo “Benedicto dos Santos Lima: uma vida entre o balcão, jornais, charadas e o Almanaque”<sup>287</sup> à trajetória e à atuação de Bembém.

Sousa aponta como fio condutor da sua análise a mercearia Bembém e estabelece um diálogo com memorialistas parnaibanos. O autor aponta ainda uma lista de literatos e outros intelectuais que frequentavam a mercearia e lista as “trinta e cinco empresas que divulgaram seus produtos e serviços”<sup>288</sup> no *Almanaque*. O editor é retratado como um imigrante que se estabeleceu em Parnaíba em busca de sucesso e prosperidade, e que foi responsável por produzir um anuário, “um periódico com personalidade, com a ‘cara de Parnaíba’, um Almanaque de ‘sua cidade e para a sua cidade’”<sup>289</sup> e acrescenta:

Benedicto foi bastante fiel à cidade Parnaíba e região, escrevendo bastante sobre ela: textos e ensaios sobre o Piauí, sua história, sua gente, sua geografia e as belezas naturais do estado. Escreveu ainda sobre outros intelectuais piauienses e nordestinos principalmente. Seus escritos sobre essas temáticas representaram e representam uma contribuição muito significativa para a historiografia piauiense de uma maneira geral. No entanto, percebemos ainda certo distanciamento crítico e uma falta de abertura para temas de caráter internacional. Benedito publicava, no início do século XX, textos discutidos

---

<sup>286</sup>Ibid. p. 101.

<sup>287</sup> Capítulo 2 da tese.

<sup>288</sup> SOUSA, Cleto Sandys Nascimento de. *Almanack da Parnahyba: desejo de modernidade sob o véu da barbárie-Piauí (1924-1941)*, 2018. Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal de Uberlândia(UFU), Uberlândia, 2018.

<sup>289</sup> Ibid. p. 95.

em outros periódicos que estavam sendo produzidos nos grandes centros do Brasil<sup>290</sup>

Benedicto dos Santos Lima, fundador do *Almanaque*, era proprietário da Merceria Bembém, onde os homens cultos da cidade se reuniam e debatiam assuntos diversos, “estabelecendo-se verdadeiras tertúlias intelectuais”.<sup>291</sup> O estabelecimento possuía uma estante de livros dos mais diversos e uma coleção de dicionários. Bembém era um apreciador de publicações de diversos tipos, entre elas os anuários. Edison Cunha, um dos frequentadores dessas “tertúlias”, membro da Academia Piauiense de Letras, descreve as reuniões às portas da Merceria da seguinte maneira:

A esquina da Rua Duque de Caxias adquiriu [...] maior vivacidade, com as constantes tertúlias literárias, constantes e diárias, tornando-se o ponto de convergência de jornalistas, intelectuais, políticos e comerciantes. Os mais variados assuntos literários e problemas econômicos, comerciais e políticos partidários ali se debatiam, num ambiente de ordem e confiança.<sup>292</sup>

A Merceria foi o primeiro empreendimento comercial de Bembem. Tratava-se de um empório variado. Do seu estoque eram apreciados a aguardente Beditina e o vinho de mesa Alvaralhão, que chegavam em galões vindos de Pernambuco e eram engarrafados em Parnaíba.<sup>293</sup> Abaixo, anúncio do produto:

Figura 21 – Anúncio do vinho português Alvaralhão

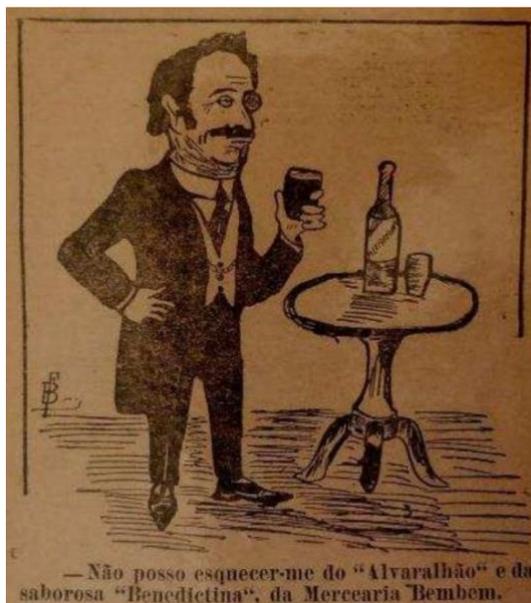
---

<sup>290</sup> Ibid. p. 99.

<sup>291</sup> SANTOS, Sólida Genuína dos. Benedicto dos Santos Lima – sua vida, uma história. In: SANTOS, Orphila Lima dos (Org.). *Benedicto dos Santos Lima: intelectual autodidata*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1993, p. 17-18.

<sup>292</sup> CUNHA, Edison. Um lutador. In: SANTOS, Orphila Lima dos (Org.). *Benedicto dos Santos Lima: intelectual autodidata*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1993. p. 71-72.

<sup>293</sup> SANTOS, op. cit., nota 46, p.26.

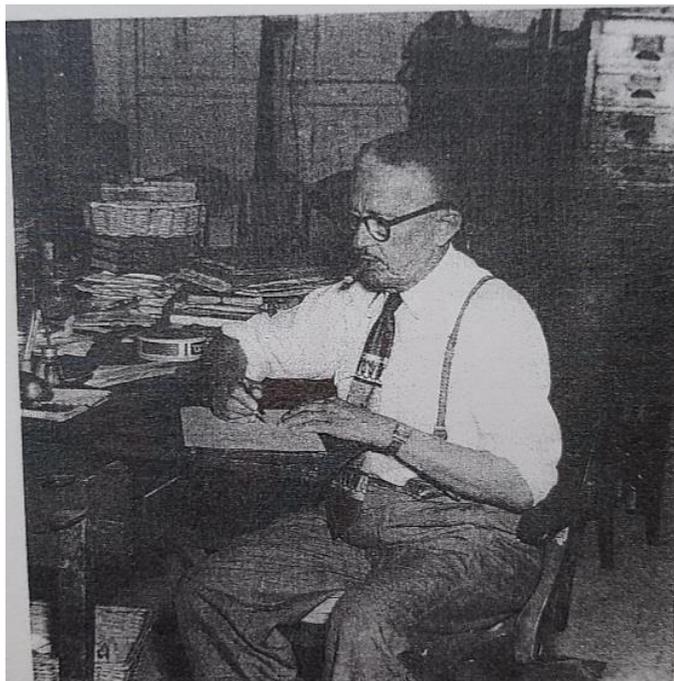


Fonte: ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba, ano 1, n.1, p. 16, 1924.

Na imagem, o cliente da Merceria Bembem é representado em trajes finos, camisa social, gravata, colete, terno, e sapatos sociais. Retrata-se assim um homem elegante, consumindo vinho português, e transmite-se a ideia de que a merceria era frequentada por uma clientela refinada e de alto poder aquisitivo.

Após a criação do *Almanaque da Parnaíba*, Bembem contribuiu para a fundação do jornal *A Praça*, lançado em 1º de novembro de 1927. Em 1935, se tornou sócio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) com a carteira de nº 1.196, como correspondente do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Em 1936, criou o jornal *Aljava*, que noticiava os acontecimentos políticos, sociais, religiosos e esportivos da cidade de Parnaíba e do estado do Piauí. Bembem dirigiu este jornal até 1958, ano de sua morte.

Figura 22 – Benedicto dos Santos Lima em sua mesa de trabalho



Fonte: SANTOS, op. cit., nota 46,p. 27.

No ano de 1944, em comemoração ao centenário de Parnaíba, Bembem e Benedicto Jonas Correia publicaram *O Livro do Centenário de Parnaíba*, que, segundo eles, talvez tenha sido “o primeiro estudo sistemático”<sup>294</sup> que se publicou na época sobre a cidade. Com 420 páginas, a publicação objetiva representar a Parnaíba a partir de vários aspectos: histórico, geográfico, administrativo, comercial, econômico, financeiro, associativo e cultural. A publicação trazia, ainda, dados estatísticos e ilustrações de suas primeiras ruas, praças, monumentos e personalidades da época.

Benedicto dos Santos Lima, ao longo das décadas em que esteve dirigindo o Almanaque, tornava “o lançamento de cada edição um acontecimento social, comemorado com banda de música e *champagne*, presentes as autoridades e personalidade locais”.<sup>295</sup>

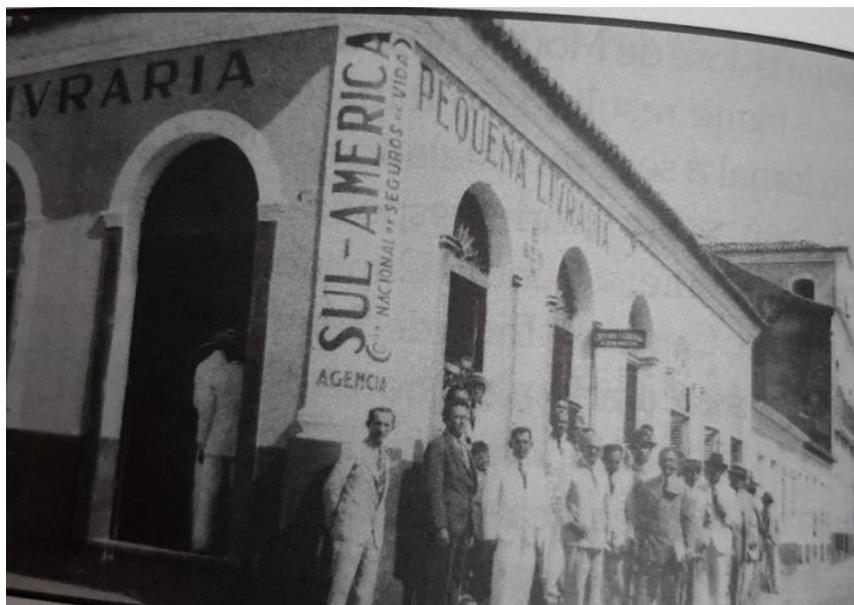
Com o passar do tempo, a mercearia Bembem transformou-se na Pequena Livraria, funcionando como editora, depósitos de livros e artefatos de papéis. Os encontros entre intelectuais e figuras de destaque da cidade continuaram a ocorrer regularmente, reunindo nomes como Abdias Neves, Berilo Neves, Benu da Cunha, Edson Cunha, entre outros. Participavam também dessas reuniões especialistas em assuntos comerciais, em propagandas e entretenimento.

---

<sup>294</sup> CORREIA, Benedicto Jonas; LIMA, Benedicto dos Santos. *O livro do centenário de Parnaíba*. Parnaíba: Gráfica Americana, 1944. p. 15.

<sup>295</sup> Ibid. p. 108.

Figura 23 – Edifício onde se editava o Almanaque da Parnaíba



Fonte: PINHEIRO FILHO, op. cit., nota 50, p. 108.

As primeiras edições do *Almanaque da Parnaíba* passam um período importante da história da cidade, de transformações urbanas e de crescimento econômico. O *Almanaque*, em sua primeira edição, divulgou as intervenções no espaço urbano de cunho “modernizante” e “civilizatório”, buscando representar Parnaíba como um centro comercial desenvolvido. Apresenta, neste sentido, detalhes sobre as reformas na infraestrutura urbana, sobre as administrações políticas que se engajaram nesse objetivo e a participação da iniciativa privada. Um artigo de destaque da primeira edição do *Almanaque* é intitulado: “Parnaíba: influência da municipalidade na sua evolução”. O texto procura destacar a “evolução” pela qual passava Parnaíba rumo ao “progresso”, considerando a participação ativa do povo parnaibano e do poder municipal como fatores que permitiriam a implementação de uma série de melhoramentos dentro do espaço urbano. Sobre a cidade de Parnaíba, o volume de 1924 destacava:

Aquele que pela vez primeira visita hoje Parnaíba, quase impossível se lhe torna fazer uma apreciação exata do rápido ascendente que vem tendo nossa urbe, na senda do progresso, conquistando, pelo esforço exclusivo de seus habitantes e da Comuna, o principal lugar entre as demais cidades do Estado. O mesmo já não sucede a quem a visitou um decênio antes e hoje a revê; ser-lhe-á difícil ocultar a surpresa provocada pelo desenvolvimento, pela verdadeira transformação porque vem ela passando de ano para ano.<sup>296</sup>

<sup>296</sup>PARNAÍBA: INFLUÊNCIA da Municipalidade. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 1, p. 2, 1924.

O artigo esboça em linhas gerais a “evolução progressiva” da cidade, suas “novas construções elegantes e confortáveis”, ao passo que a mesma “se ausentava dos seus velhos prédios afeiados”.<sup>297</sup> A modernização aqui é traduzida nas transformações urbanas, no registro do que o artigo chama de “evolução progressiva”, referindo-se às transformações arquitetônicas e a instalação e o melhoramento dos serviços públicos, como os de eletricidade:

Data mais ou menos de 1917, essa como que febre de melhoramentos que avassalou Parnaíba. Quando no início daquele ano, assumiu o Governo Municipal o Dr. Nestor Gomes Vêras. [...] Um ano depois, esse povo, como que tomado de surpresa, aplaudia aquele moço empreendedor que vinha montar a usina de luz elétrica, melhoramento a que se juntaram logo outros, como ajardinamento de nossa principal praça pública, construções de prédios municipais, reforma de outros etc.[...] Ao Dr. Nestor Veras sucedeu no governo o Cel. José Narciso da Rocha Filho [que] entre outros empreendimentos de importância, julgou de mais urgente necessidade a instrução pública e o saneamento.[...] Deu-nos um Mercado Público que no dizer dos entendidos é um dos melhores do Norte, dotado de 62 talhos de mármore rigorosamente asseados, e cuja construção obedeceu aos indispensáveis dados da engenharia sanitária[...] remodelou o matadouro, em cujo serviço foi observado o mesmo rigor.<sup>298</sup>

Para além da usina de luz elétrica, do ajardinamento da praça pública, da construção de prédios municipais, do grupo escolar Miranda Osório, do mercado público e do serviço de limpeza pública, o periódico destaca ainda outros elementos que caracterizariam a assim denominada “evolução progressista”. Pautado por uma preocupação do município com a higiene, enfatiza:

A fiscalização dessas novas construções cujos traçados são submetidos a seu exame e aprovação definitiva, já que no que diz respeito a arquitetura, já quanto as disposições sanitárias, evita deste modo as irregularidades outrora postas em prática em tais obras, e que tanto afejavam suas ruas.[...] contínua vigilância sobre os charcos que contornam a cidade, drenando-os cuidadosamente. A arborização das praças públicas vai se completando, e o serviço de limpeza pública é perfeito[...] Parnaíba marcha resoluta na sua *evolução progressiva*.<sup>299</sup> (grifo nosso)

Dessa forma, o *Almanaque* foi o veículo que divulgou, exaltou e promoveu a dinâmica de desenvolvimento econômico e de modernização urbana que Parnaíba experimentava à época. A primeira edição promovia um *tour* pela cidade, apresentando-a como progressista, marcada pelo desenvolvimento do espaço urbano e comercial através de fotografias dos prédios, ruas,

---

<sup>297</sup>INFLUÊNCIA DA MUNICIPALIDADE na sua evolução. *Almanaque da Parnaíba*. Fortaleza:Tipografia Renascença, ano 1, 1924. p. 1-2. Grifo nosso.

<sup>298</sup>Ibid. p. 2.

<sup>299</sup>Ibid. p. 2.

praças e jardins. Algumas imagens voltam-se especificamente para o registro de tais transformações, como a recente inaugurada agência do Banco do Brasil, da Rua Duque de Caxias, uma das principais à época, do mercado público, da Igreja da Padroeira Nossa Senhora das Graças, localizada na praça municipal, do Edifício da Santa Casa de Misericórdia, da Fachada principal do Hotel dos viajantes e do jardim da praça municipal, “um dos principais logradouros da cidade”.<sup>300</sup>

Os novos espaços públicos são retratados e destacados pelo *Almanaque*, principalmente aqueles no entorno da Praça da Graça, ambiente planejado para ser o novo centro comercial da cidade, que abrigava a sede do Banco do Brasil em Parnaíba, inaugurada em janeiro de 1917, como a primeira agência bancária do Piauí a 23ª do País:

Figura 24 - Edifício do Banco do Brasil, localizado na Praça Municipal.



Fonte:ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba, ano 1, n.1, 1924.

A fotografia realça as transformações na infraestrutura urbana e valoriza a cidade como empório comercial piauiense, destacando Parnaíba como a “cidade principal”<sup>301</sup> do estado, o que contribuía para a vinculação da imagem de uma cidade próspera. Soma-se a isso, a constante menção aos empresários e comerciantes vindos de outras regiões, no contexto de um novo ciclo de expansão econômica. O desenvolvimento econômico da cidade esteve ligado à sua proximidade com o litoral e ao intercâmbio de mercadorias diretamente com os estados

<sup>300</sup> JARDIM PÚBLICO. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 1, n. 1, 1924.

<sup>301</sup> ESTADO DO PIAUÍ. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 1, n. 1, 1924.

vizinhos e países da Europa, por meio do porto maranhense de Tutóia e do porto de Amarração,<sup>302</sup> atual cidade de Luís Correia.

Para retratar e promover a atividade econômica da cidade, por exemplo, a publicação apresenta uma fotografia do cais de Parnaíba, com uma cena do processo da exportação de babaçu. A mesma retrata a movimentação de trabalhadores, como vemos abaixo:

Figura 25–Embarque de babaçu no Porto Salgado



Fonte: ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba, ano 1, 1924.

Das nove fotografias publicadas nesta edição, esta é a única que não apresenta avenidas, praças ou instituições. Esses espaços fotografados serão, por inúmeras vezes, retratados no Almanaque, em ângulos ou perspectivas diferentes, sempre uma visão externa.

As fotografias publicadas no *Almanaque* eram expostas em página inteira e visavam representar as transformações que a cidade experimentava no período. Muitas vezes, essas imagens eram acompanhadas de pequenos textos, que descreviam as edificações e espaços

<sup>302</sup> Na verdade, o Porto de Amarração era um porto natural – inviável para os padrões atuais -, mas que à época, embora com alguma dificuldade, ainda conseguia operar. Segundo o historiador Iweltman Mendes, desde o século XVII se aventou a construção de um Porto em Amarração (atual Luís Correia). Este “sonho”, no dizer do autor, ainda se (des)enrola como uma verdadeira epopeia política e administrativa. Portanto, sempre quando falar aqui em Porto de Amarração pressupõe-se um histórico de lutas pela melhoria da infraestrutura entre o transporte marítimo e fluvial no estado do Piauí; que vai desde a ordenação de sondagem da região pelo Conselho Ultramarino (1699), passando pela autorização da abertura do Canal do Igaracu (1849) ligando o Porto fluvial de Parnaíba ao litoral, pela campanha de construção do Porto de Amarração encampada pela Associação Comercial de Parnaíba nas décadas de vinte e trinta do século XX, até os dias de hoje. Cf.: MENDES, Francisco Iweltman. *Porto de Luís Correia: histórico de um sonho*. Parnaíba: SIEART, 2008.

<sup>302</sup> MATTO, João do. Retalhos. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 1, n. 2, 1925.

públicos como modernos, amplos, higiênicos, confortáveis e elegantes, no esforço de demonstrar aos leitores um ideário de progresso, que a cidade e os cidadãos deveriam almejar, destacando sempre residências luxuosas, pertencentes à elite urbana.<sup>303</sup>

Havia assim o empenho de vincular uma imagem positiva de Parnaíba como centro urbano política e economicamente desenvolvido, com gestores preocupados com o desenvolvimento da cidade e com instituições que dinamizavam suas relações comerciais.

O *Almanaque* pretendia-se, conforme nos referimos, um guia geral da cidade, de fácil manuseio, funcionando como um catálogo de novidades sobre Parnaíba, rico em imagens fotográficas, as quais estavam dispostas, de maneira geral, nos seguintes eixos temáticos: pontos urbanizados, remetendo às áreas da Praça da Graça e da Rua Grande, com destaque para edificação de novos prédios, casas, estabelecimentos comerciais, vias de comunicação e meios de transporte. Procurava-se, assim, exaltar e defender um certo projeto de modernização urbana e econômica, ligado aos interesses e expectativas dos financiadores do Almanaque – os comerciantes da cidade.

Em edições posteriores, a publicação destaca a dinamização da vida social e cultural, com ênfase para cenas cotidianas e eventos sociais como bailes, batizados, sessões de cinema, e eventos esportivos; destacam-se ainda biografias de certas personalidades da cidade, enfocando indivíduos ligados ao comércio, além de literatos, empresários de diversos setores e profissionais liberais como, advogados, médicos, engenheiros.

Entre os anúncios publicados na edição de 1924, promovia-se uma série de produtos, e os estabelecimentos comerciais da cidade, como a Loja do Leão, o barateiro com o seu “completo sortimento em tecidos finos”,<sup>304</sup> a Alfaiataria New-York Tailour, “a mais bem montada neste estado, a única que trabalha com *smartismo* e proficiência”,<sup>305</sup> a Merceria Bembem, propriedade do editor do periódico, empreendimento comercial de “importação direta”,<sup>306</sup> a Casa Inglesa, “importadores de tecidos, estivas, ferragens e miudezas e exportadores de cera de carnaúba, algodão, couros e produtos do estado”,<sup>307</sup> e a Relojoaria e ourivesaria parnaibana, “a única que tem completo e variado sortimento de joias finas, óculos e relógios”.<sup>308</sup>

---

<sup>303</sup>PARNAÍBA MODERNA: residência do coronel José Moraes Correia. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 3, n. 1926, p. 17.; AS NOSSAS HABITAÇÕES elegantes: residência do Sr Arnésio Câmara. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 9, 1932, p.49.

<sup>304</sup> LOJA DO LEÃO. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 1, n. 1, 1924.

<sup>305</sup> ALFAIATARIA NEW-YORK TAILOUR. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 1, n. 1, 1924.

<sup>306</sup> MERCEARIA BEMBEM. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 1, n. 1, 1924.

<sup>307</sup> CASA INGLESA. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 1, n. 1, 1924.

<sup>308</sup> RELOJOARIA E OURIVESARIA parnaibana. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 1, n. 1, 1924.

Para além dos anúncios de casas comerciais com endereço na cidade de Parnaíba, havia ainda anúncios de outras cidades do Piauí e do estado do Maranhão, a exemplada Livraria Soares, um “grande estabelecimento, com variado e grande sortimento de artigos de livraria e papelaria”.<sup>309</sup>

Assim, o primeiro exemplar do *Almanaque* celebrou as transformações em curso na cidade, através de artigos, anúncios e imagens que deveriam promover e oferecer novo impulso ao comércio local, veiculando um projeto de “evolução progressiva”, ou modernização urbana, caro aos interesses do editor do anuário e dos demais comerciantes que financiavam a publicação.

### 3.4 ALMANAQUE DA PARNAÍBA AO PÚBLICO

Na primeira página da edição inaugural encontrava-se o editorial “Ao Público”. Nele, o editor apresentava suas expectativas. Além da capa e da contracapa, o editorial compunha a estrutura do anuário, e informava ao público leitor as intenções do editor:

[...] A MERCEARIA BEMBEM se propôs dirigir e iniciar a publicação do presente ALMANACK DA PARNAÍBA,<sup>310</sup> mas o fez de modo a apresentar uma publicação atraente, caprichando na multiplicidade das leituras, ao mesmo tempo, que contendo o mais completo serviço de informações de toda espécie, sobretudo comerciais. Este almanaque é, portanto, uma promissora esperança. Nas edições seguintes procurarão os seus dirigentes dar-lhes maior desenvolvimento, mais completo serviço de informações. Agradecendo ao honrado corpo comercial desta praça a solicitude com que foi atendido o nosso apelo, para a aquisição dos anúncios, entregamo-lo ao público, certos de que prestamos, assim, com ele, um excelente serviço. MERCEARIA BEBEM.<sup>311</sup>

Assim, Bembem expõe as pretensões do *Almanaque da Parnaíba*, afirmando a variedade de temas que o mesmo pretendia abordar, como um guia de orientação para a vida do parnaibano, e finalizava agradecendo ao “honrado corpo comercial a solicitude com que foi atendido [o] apelo, para aquisição dos anúncios”.<sup>312</sup>

O *Almanaque da Parnaíba* passa, a partir de 1925, a dedicar algumas páginas para traçar breves biografias de patrocinadores e figuras políticas com a pretensão de destacá-las ou homenageá-las.

<sup>309</sup> LIVRARIA SOARES. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 1, n. 1, 1924.

<sup>310</sup> A grafia desse anuário manteve a seguinte configuração: de 1924 a 1928 – ALMANACK DA PARNAHYBA; de 1929 a 1931 – ALMANACH DA PARNAHYBA; de 1932 em diante – ALMANAQUE DA PARNAÍBA.

<sup>311</sup> AO PÚBLICO. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 1, n. 1, 1924.

<sup>312</sup> Ibid.

As fotografias, a princípio, integravam-se a um conjunto de práticas de distinção social vinculadas à construção de um *habitus*.<sup>313</sup> Assim, as fotografias publicadas no *Almanaque da Parnaíba* até o final da década de 1920 traziam, na maior parte das vezes, imagens da alta sociedade parnaibana e retratavam prédios luxuosos e pessoas em trajes finos.

A publicação de 1925 trouxe pela primeira vez o que logo se tornaria a seção fixa, de homenagem a “homens ilustres”. O primeiro homenageado foi o inglês James Frederick Clarck,<sup>314</sup> em comemoração ao seu aniversário, destacando-o como um dos “mais eminentes e venerados [parnaibanos], porque ele é, pelo coração e pelo casamento”.<sup>315</sup> O artigo se detém nas qualidades profissionais do comerciante, descrevendo-o como criterioso, competente, reconhecendo-o como “uma das mais brilhantes e proveitosas páginas da história”<sup>316</sup> da cidade, responsável pelo progresso “em qualquer das suas diferentes e variadas faces”.<sup>317</sup> Caracteriza-o também como um chefe de família exemplar e virtuoso e destaca como a “característica principal desse grande homem que se chama James Frederick Clarck, precisamente a bondade generosa do seu bom e generoso coração”.<sup>318</sup>

A homenagem, que busca construir a imagem do parnaibano, elege o comerciante inglês que desde cedo se dedicou aos negócios na cidade, com destaque para a comercialização da cera de carnaúba. Clark chegou a Parnaíba em 15 de novembro de 1869 para trabalhar como jovem aprendiz na Casa Inglesa e aos 25 anos tornou-se sócio da empresa. O *Almanaque* destaca o perfil empreendedor e também modelo de elegância que ele se tornou.

As homenagens destinavam-se a homens de destaque público na cidade: políticos, médicos, comerciantes e literatos. Informava-se nessas breves biografias as ações políticas e sociais, dados relativos a instituições, exibia-se uma série de imagens buscando apresentar o ideal de parnaibano forte, comprometido com a cidade, culto e “civilizado”. Entre os homenageados destacam-se também o coronel Jonas de Moraes Correia, o poeta Jonas da Silva, o comerciante Henock Guimarães, dentre outros. São páginas destinadas à valorização de

---

<sup>313</sup> Compreende-se o conceito de *habitus* a partir da concepção de P. Bourdieu, que o define como um esquema gerador de práticas e as representações que envolvem tais práticas: “[...] o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital [...] o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural [...]”, não de um espírito universal, mas de um sujeito em ação. Cf.: BORDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. p. 61. (grifo do autor)

<sup>314</sup> James Frederick Clarck nasceu em Keswick, no condado de Cumberland, Inglaterra, no dia 14 de março de 1855 e faleceu em Parnaíba, no dia 2 de setembro de 1928. Aos 14 anos deixou sua pátria para trabalhar como aprendiz na Casa Inglesa em Parnaíba. Em 27 de maio de 1889 ele deu início a comercialização regular da cera de carnaúba, exportando-a para praças europeias e norte-americanas e transformando-a no principal produto de exportação da região. O RETRACTO. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 2, p. 5, 1925.

<sup>315</sup> O RETRACTO. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 2, p. 5, 1925.

<sup>316</sup> Ibid. p. 6.

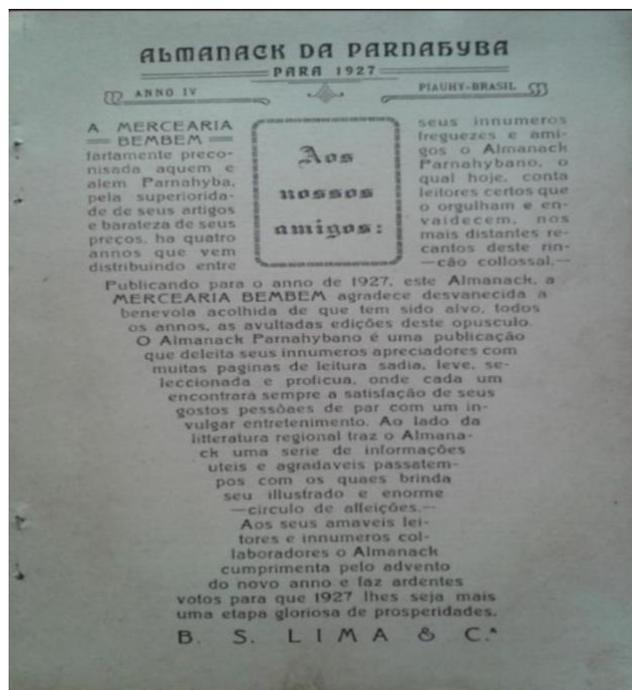
<sup>317</sup> Ibid. p. 6.

<sup>318</sup> Ibid. p. 7.

homens de negócios e intelectuais, destacando seus feitos e exaltando sua importância como exemplos para a cidade. Esta seção exclui os trabalhadores do cais – canoeiros e estivadores – e outros trabalhadores rurais e urbanos.

As publicações do *Almanaque* se modificaram ao longo das décadas. A primeira alteração, já citada, foi a incorporação de uma sessão de homenagem com caráter biográfico. O editorial “Ao Público” também sofreu modificações e a partir de 1927 passou a se intitular “Aos nossos amigos”, dirigindo-se aos leitores de forma mais íntima, agradecendo-lhes a “benévola acolhida de que tem sido alvo todos os anos as avultadas edições deste opúsculo”,<sup>319</sup> como vemos na imagem abaixo:

Figura 26 – Editorial do *Almanaque da Parnaíba*



Fonte: AOS NOSSOS AMIGOS. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 4, p. 3, 1927.

No editorial de 1927, o corpo do texto está composto em formato de taça. O título ganhou destaque e são feitos agradecimentos à classe comercial da cidade e a todos os leitores pela acolhida de cada edição. Afirma-se que a publicação: “deleita seus inúmeros apreciadores com muitas páginas de leitura sadia, leve, selecionada e profícua, onde cada um encontrará sempre a satisfação de seus gostos pessoais de par com um invulgar entretenimento”.<sup>320</sup> O editorial apresentava a intenção de oferecer um conteúdo variado, incluindo textos literários e uma série

<sup>319</sup> LIMA, Benedicto dos Santos. Aos nossos amigos. *Almanaque da Parnaíba*, ano 4, 1927.

<sup>320</sup> LIMA, Benedicto dos Santos. Aos nossos amigos. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 4, p. 3, 1927.

de informações que seriam “úteis e agradáveis, passatempos com os quais brindariam seu ilustrado e enorme círculo de afeições aos seus amáveis leitores”.<sup>321</sup>

O *Almanaque* se utiliza de expressões como “satisfação de seus gostos pessoais, entretenimento, agradáveis, círculo de afeições e sensibilidades”. Pode-se, portanto, inferir que os editores buscavam atrair o leitor, e, ao destinar uma seção específica “aos nossos amigos”, intentavam um diálogo mais próximo com os seus consumidores– ou com seus “amáveis leitores”, aos quais era destinada a seção. A utilização de uma linguagem considerada leve pelo próprio editor do *Almanaque*, selecionada especificamente para compô-lo, é indício também desse desejo de atrair o leitor. O periódico se propõe atraente, buscando abranger os mais diversos interesses e sensibilidades.

Observa-se o aumento de registros fotográficos de homens em Parnaíba, para além da seção de homenagem a eles. Na edição de 1927, entre as cinco fotografias publicadas, a primeira é a de Jonas da Silva (homenageado), em seguida está à fotografia do médico João Maria Marques Bastos, que ocupa a página inteira. Nesta edição também estão presentes a imagem de São Bernardo e fotografias da residência de James Frederick Clarck e de um filhote de boi. Abaixo a foto da homenagem a Jonas da Silva, poeta parnaibano:

Figura 27 – Homenagem do *Almanaque da Parnaíba* ao poeta parnaibano Jonas da Silva.



Fonte: HOMENAGEM. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 4, 1927.

Os homenageados são retratados com ternos em tom escuro, ou linho como vemos acima. O traje, mais que apresentar implicações da vaidade e da moda masculina em Parnaíba,

<sup>321</sup> Ibid.

indica os requisitos requeridos pela sociedade para o homem parnaibano. Para Márcia Raspanti,<sup>322</sup> a indumentária fazia parte de uma série de normas e exigências a que os homens, principalmente os da elite, estavam submetidos para serem respeitados pelos que os cercavam. Era-lhes destacada a elegância e também a educação, a inteligência, a fortuna, a cultura, a oratória e a boa aparência.

Nessa incursão sobre as publicações observa-se que, no final da década de 1920, houve outra mudança significativa: o *Almanaque* passou a publicar detalhes cotidianos da vida dos comerciantes parnaibanos. Contribuiu para essa observação a dinâmica relação entre o que e quem se fotografava e onde e em que trajes se deixava fotografar. A mudança estava no conteúdo das fotografias, conotada por poses e comportamentos flagrados por registros familiares, e não somente fotografias tiradas para o periódico exibindo trajes finos.

Ganhou destaque no periódico uma mescla de informações a respeito dos interesses dos comerciantes, de suas atividades, das residências luxuosas onde moravam e, agora, a vida cotidiana dos filhos, as atividades religiosas e os lugares que frequentavam. Os registros íntimos eram enviados por iniciativa das famílias que liam o periódico, como fotos pessoais, pelo desejo de compor o *Almanaque*, tornando-se assim coautores das publicações.

Figura 28 –Fotografia de Augusto César, filho do comerciante Humberto Fonseca.



Legenda: “O inteligente e gracioso Augusto Cesar, de 39 meses de idade, filho do comerciante Humberto Fonseca, cavalcando o seu inseparável Rocinante”.

Fonte: O INTELIGENTE e gracioso... *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 6, 1929.

O uso de fotos familiares potencializa o argumento anterior quanto ao empreendimento de um esforço de aproximação com o leitor, associado ao valor do periódico para a sociedade

---

<sup>322</sup> RASPANTI, Márcia Pinna. O que “eles” vestem: moda, vaidade e masculinidades no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (Org.). *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 191.

que o recebe. As famílias parnaibanas buscavam fazer parte do periódico, compartilhando com o mesmo as fotografias que ganhavam legenda, homenagem, texto. A soma da fotografia e da legenda resultam em um jogo de expressão e conteúdo que envolvem necessariamente três componentes: o autor, o texto propriamente dito e o leitor.<sup>323</sup>

A partir do já constatado avanço na preocupação e no diálogo com o leitor, a publicação de fotografias que remetem ao cotidiano de famílias parnaibanas abastadas e edição de textos, fotografias, ilustrações, propagandas- remetendo à modernização econômica da cidade o Almanaque traz ainda as vivências das camadas populares. O *Almanaque da Parnaíba* publicou, em 1929, a fotografia de “Luzia Maria Raymunda, que, apesar da carga de anos que conduz sobre os ombros, ainda tem saúde para gozar e emprestar, conservando lúcidas todas as suas faculdades mentais”.<sup>324</sup> Assim, o *Almanaque* trouxe a fotografia de uma senhora de 108 anos que pedia esmolas na cidade para sua sobrevivência:

Figura 29 - “A velhinha Luzia Maria Raymunda”.



Fonte: A VELHINHA Luzia... *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 6, 1929.

<sup>323</sup>Cf.: VILCHES, L. *La lectura de la imagen: prensa, cine, TV*. Barcelona: Ed. Paidós, 1992 apud MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, n.1, p. 133-174, jan./jun. 2005.

<sup>324</sup>JÁ É VIVER. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 6, 1929.

O exemplar contempla ainda o artista Manoel Brabo, “popularíssimo tocador de sanfona, para quem o instrumento não tem segredos. Nos sertões do Piauí, Ceará e Maranhão é tido com empautado, pelas suas habilidades musicais”.<sup>325</sup>

Figura 30 – “Manoel Brabo”.



Fonte: MANOEL BRABO. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 6, 1929.

Não há como saber se o artista pagou pelo anúncio, ou se foi uma homenagem, o certo é que o periódico divulgava outros estratos sociais, além das elites, figuras de destaque no espaço da cidade, uma idosa de 108 anos que pedia esmolas para sobreviver e um safoneiro reconhecido no Piauí, Ceará e Maranhão.

Representa ainda o diálogo com o leitor o surgimento de duas páginas que se dedicavam à vida familiar dos parnaibanos: A “Página Infantil” e a “Página Religiosa” criadas em 1933. Ambas se tornaram fixas e apresentam, entre textos e imagens, a vida das crianças e das cerimônias religiosas em Parnaíba. A Página Infantil traz fotografias de crianças que pousaram para o anuário, e a Página Religiosa apresenta fotos de batismo e primeira comunhão enviadas para publicação. Nos enunciados predominam o nome do pai e da mãe, a referência à família, ao cargo ocupado pelo pai na cidade, bem como adjetivos que enaltecem a figura da mãe, e em alguns casos o nome do avô, para enfatizar a distinção social e profissional das famílias em destaque.

<sup>325</sup> MANOEL BRABO. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 6, 1929.

Adjetivos como “mimosa”, “interessante” e “inteligente” eram utilizados em relação às crianças como observamos na imagem abaixo:

Figura 31- Página Infantil



Fonte: PÁGINA INFANTIL. *Almanaque da Parnaíba*, ano 10, 1933, p.63.

Na imagem acima, a primeira criança a esquerda é descrita como “a interessante Lourdinha, mimosa ‘vitória-régia’, que enche de encanto e graça o lar feliz de seus pais Anita e Santos Lima”,<sup>326</sup> e os gêmeos Antonio Setimus e Luiz Emanuel, “filhos do casal Mario Reis – Noquinha Couto Reis”.<sup>327</sup> Nas fotografias da parte inferior da página, o Almanaque apresenta o registro de crianças de outras cidades. A página Infantil dos exemplares posteriores fazia menção ainda à beleza e à naturalidade dos pequenos. Todo esse diálogo entre o anuário e os leitores que enviavam fotografias exemplifica as famílias que possuíam espaço no anuário para compartilhar imagens, e também traz luz sobre a visibilidade que neles destinava aos comerciantes, funcionários do banco, por sua dedicação a assíduos leitores e colaboradores pertencentes às famílias influentes.

Através dessas seções observamos que o *Almanaque* representa enquanto socialmente válido para as crianças, e não apenas para os homens. As crianças apresentavam-se como

<sup>326</sup> PÁGINA INFANTIL. *Almanaque da Parnaíba*, ano 10, 1933, p.63.

<sup>327</sup> *Ibid*, p.63.

bonitas, doces, educadas e inteligentes. Mauad,<sup>328</sup> analisando fotografias de crianças de elite durante o império, afirma serem as mesmas monumentos, vestígios de uma vontade de ver perenizada, na superfície sensível do papel, uma determinada imagem de si próprio e dos seus.

A “Página Infantil” e a “Página Religiosa” traziam uma mensagem também sobre os trajes, os penteados, as poses, os objetos e as paisagens relacionados a uma imagem adequada de criança, bem como o desalinho dos trajes e penteados da rotina doméstica. Para Mauad, o que a fotografia mostra é o enquadramento do olhar adulto para o objeto do olhar: a criança e o adolescente.<sup>329</sup> Para além do olhar adulto, e da fixação de uma imagem, a fotografia revela o socialmente aceito. Formas de vestir-se e portar-se das meninas para as quais os pais deveriam estar atentos, em conformidade com a moda vigente.

Em geral, as crianças eram retratadas sozinhas, com exceção das fotos de batismo e de primeira comunhão, em que apareciam acompanhadas de irmãos ou irmãs. Eram retratadas ainda com roupas de sair – vestidos, sapatinhos, tiaras ou laços nos cabelos, como vemos nas imagens abaixo:

Figura 32 – Maria do Socorro



Fonte: PÁGINA INFANTIL. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 191, 1939.

---

<sup>328</sup> MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o império. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 137-176.

<sup>329</sup>Ibid. p. 142.

Figura 33 – Filha de Batista Fontenele.



Fonte: CRIANÇAS. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 133, 1934.

Na figura 20, Maria do Socorro, “a mimosa e interessante menina, filha do casal José Vaz Pinto – Antonieta de Brito Pinto e, encanto do seu vovô – Manoel Pereira Pinto, do nosso comércio”.<sup>330</sup> Na figura 21, vemos “a interessante e mimosa filhinha do Tte. Batista Fontenele e de sua virtuosa esposa Zuraide Nogueira Paranaguá”.<sup>331</sup>

As crianças apareciam também em “flagrantes” íntimos, como a filha do médico Mirócles Vêras, a pequena Lucília, no carro do pai.<sup>332</sup> Foram publicados desenhos de crianças para propagandas da manteiga Rio Brumado,<sup>333</sup> “a melhor manteiga do mundo”, e propagandas de medicamentos que prometiam o fortalecimento das crianças, como o Emulsato de Scott.

No *Almanaque* se encontram também anúncios de lojas e sapatarias com artigos para crianças, como a sapataria Iracema, com seu “permanente estoque de calçados para homens, senhoras e crianças”,<sup>334</sup> as lojas Orion, que anunciavam “bicos e chupetas, pentes de chifre, bolas de borracha, botões de osso e sapato”,<sup>335</sup> a fábrica de artefatos de couro e sapataria Elite

<sup>330</sup>PÁGINA INFANTIL. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 191, 1939.

<sup>331</sup> CRIANÇAS. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 133, 1934.

<sup>332</sup> TODOS GUIAM Carros Ford. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 183, 1934.

<sup>333</sup> RIO BRUMADO a melhor manteiga do mundo. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 42, 1937.

<sup>334</sup> SAPATARIA IRACEMA. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 68, 1937.

<sup>335</sup> ORION. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 78, 1932.

“especializado em calçados para homens, senhoras e crianças”,<sup>336</sup> A Samaritana, “fazendas, calçados, perfumarias, louças e vidros, bijuterias, brinquedos, e armarinho”,<sup>337</sup> e a Casa Londres com “roupas para homens, crianças, eclesiásticos, esportistas, militares”.<sup>338</sup> Algumas lojas não tinham sede em Parnaíba, mas os anúncios mostram que os produtos para o público infantil tinham mercado consumidor.

Encontramos numerosos anúncios de brinquedos. Em edições diferentes do *Almanaque* há artigos divulgando a paixão das meninas e de suas mães em presenteá-las com bonecas. O artigo de Victor Hugo, intitulado *A boneca*, assevera que a boneca é uma das “mais imperiosas necessidades e ao mesmo tempo um dos mais encantadores instintos da infância feminina”.<sup>339</sup> O ato de brincar, vestir, despir, tornar a vestir, embalar, fantasiar bonecas, segundo o autor, seria o resumo do futuro das meninas, destinadas, quando adultas, à maternidade. A criança que “sonhando e tagarelado, fazendo enxovaizinhos, cozendo vestidinhos, fraldas, camisolas, camisinhas e cueiros, a criança passa a ser menina, a menina a ser moça, a moça a ser mulher. O primeiro filho é a continuação da última boneca”.<sup>340</sup>

Em outro artigo intitulado *Bonecas*, Orestes Barbosa lembra com nostalgia as bonecas francesas com que brincou e diz: “que saudades das bonecas... Sinto, ainda, o olfato, o aroma das suas roupas – cheiro de fazenda nova, cheiro de louça pintada... E na minha boca vive ainda o gosto acre daquela borracha cor de rosa que eu mordei”.<sup>341</sup>

Ao passo que a cidade cada vez mais se torna o palco de transformações, os editores usavam as seções fixas para contemplar as muitas temáticas que o *Almanaque da Parnaíba* discutia. À medida que o *Almanaque* divulgava um padrão de comportamento e consumo, os leitores pareciam utilizar as sugestões e essa dinâmica tinha um retorno rápido. O editorial dessas seções anexava sempre um comentário positivo fazendo referência à roupa. Os leitores são provocados a enviar fotos “e o fazem por diversos motivos, para oferecer sugestões, se autodenominando leitores-colaboradores, para pedir informações, para se corresponderem”.<sup>342</sup>

---

<sup>336</sup> FÁBRICA DE ARTEFATOS de couro e sapataria Elite. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 106, 1937.

<sup>337</sup> A SAMARITANA. *Almanaque da Parnaíba*, 1937, p. 112

<sup>338</sup> CASA LONDRES. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 92, 1932.

<sup>339</sup> HUGO, Victor. *A boneca*. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 85, 1934.

<sup>340</sup> *Ibid.* p. 85.

<sup>341</sup> BARBOZA, Orestes. *As bonecas*. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 91, 1930.

<sup>342</sup> PARK, Margareth Brandini. *Histórias e leituras de Almanagues no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 1999. p. 161.

A partir disso as edições do *Almanaque da Parnaíba* apresentavam aspectos da vida parnaibana e atuavam também no agenciamento de imagens que se queriam compartilhar, revelando-se um importante instrumento na compreensão das estratégias de publicação e na maneira como as famílias desejavam ver-se representadas.

O anuário foi responsável por retratar uma cidade embelezada, discutia problemas de infraestrutura e da importância da construção do porto. Podemos afirmar ainda que, para além de muitas regras de civilidade e etiqueta, o *Almanaque da Parnaíba* demonstrava preocupação quanto às relações familiares ao publicar, por exemplo, o registro de batismos, de crianças e famílias parnaibanas e sua manutenção. Segundo Margareth Rago, a despeito da modernização, “as relações familiares continuavam a se pautar por um forte moralismo, tanta nas camadas ricas quanto nas mais pobres da sociedade”.<sup>343</sup> Isso acontece porque o projeto de modernização defendido no periódico, em discussão que iremos retomar ao longo dessa tese, propunha uma cartilha comportamental a ser seguida pelos habitantes da cidade. No capítulo seguinte, discutiremos como o *Almanaque* se posicionou frente aos acontecimentos políticos da década de 1930, ao longo do conturbado período marcado pelo Governo Provisório e pelo Estado Novo.

---

<sup>343</sup>RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 609.

#### 4 A REVOLUÇÃO DE 1930 EM PARNAÍBA: A PERSPECTIVA DO *ALMANAQUE*.

O *Almanaque* aqui é analisado na perspectiva política<sup>344</sup>, a partir de publicações de textos e fotografias de políticos locais, das inaugurações que os enalteciam e das festas promovidas pelas autoridades no sentido da construção de uma memória cívica<sup>345</sup>. Importa assim perceber como o *Almanaque* representou a dinâmica política na década de 1930 e o início de 1940, período marcado por tentativas de padronização e uniformização da sociedade pelo governo do estado.

Nessa perspectiva o *Almanaque* se destaca como uma fonte rica em textos e imagens sobre o período. É, portanto, a partir dessas publicações de cunho político que buscamos aprofundar algumas reflexões sobre a dinâmica assumida pelo periódico na Era Vargas.

##### 4.1 EM PROL DO BLOCO NORTE<sup>346</sup>

O *Almanaque da Parnaíba* apresentou nas edições anteriores à Revolução de 1930 artigos e notícias que demonstravam insatisfação diante do descaso e da desastrosa situação econômica dos estados do Norte diante do gradativo afastamento do poder federal, se comparado ao importante destaque que essa região teve na primeira metade do século XIX. Esse afastamento ocorreu dado à crise econômica que a região vivia com o declínio das exportações de açúcar e algodão e dos rearranjos políticos na passagem da monarquia à república. Nesse contexto, a região ficou deslocada das principais esferas de poder e os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul tiveram maior protagonismo<sup>347</sup>.

Os artigos do *Almanaque* que defendiam a construção do Porto de Amarração afirmavam, por exemplo, que “esse grande melhoramento que imensas vantagens trariam para

---

<sup>344</sup> Como já mencionado no capítulo anterior, o *Almanaque da Parnaíba* foi objeto de pesquisa de Jeferson Luís Marinho de Carvalho. Quanto à abordagem política, Carvalho apresentou o quantitativo de escolas no Piauí em cada momento político, sua abordagem estava direcionada às leituras da educação nas páginas do anuário. Ver: CARVALHO, op. cit., 161-163.

<sup>345</sup> Analisando o ensino de História no Brasil Flávia Caimi utiliza o conceito de memória cívica para definir os parâmetros do ensino no governo de Getúlio Vargas (1930-1945). A autora afirma que o ensino secundário era capaz de despertar a consciência patriótica a partir da formação de uma memória cívica estruturada de forma linear, factual e pedagógica, valorizando e eternizando heróis nacionais. CAIMI, Flávia Eloisa. *Conversas e controvérsias: o ensino de História no Brasil* (1980-1998). Passo Fundo: UPF, 2001, p.37.

<sup>346</sup> Título do artigo de José Euclides de Miranda na edição de 1929 do *Almanaque da Parnaíba*.

<sup>347</sup> Sobre a importância política de Minas Gerais e São Paulo e ainda o poder de intervenção do Rio Grande do Sul sobre o regime republicano na Primeira República ver: VISCARDI, Cláudia. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

o Piauí”<sup>348</sup> possibilitaria que a região “como seus irmãos do sul, crescesse, progredisse e concorresse com seu quinhão de progresso para o engrandecimento comum do Brasil”<sup>349</sup>.

Os artigos do deputado e colaborador João Vieira Pinto<sup>350</sup> defendiam a busca do progresso para a cidade de Parnaíba e para o estado do Piauí “crescer, prosperar e progredir”<sup>351</sup>, por vezes reclamando do que ele apontava como um desleal deslocamento do Norte das esferas de poder. Em seus textos sobre a construção do Porto de Amarração, o deputado enfatizava que isto significaria uma “gloriosa porta para o Atlântico, por onde há de, certamente, penetrar no seio piauiense, a alavanca poderosa do progresso e do engrandecimento.”<sup>352</sup>

Soma-se a essas preocupações o artigo de Celso Nunes<sup>353</sup> sobre a cera de carnaúba, no qual o autor afirma ser a mesma *a maior riqueza do Estado do Piauí*, exportada pela cidade de Parnaíba.

Se o Governo Federal, melhor orientado, ao invés de só beneficiar o Sul do País, se lembrasse do seu dever de zelar também pelo Norte, então estabeleceria a valorização oficial da Cera de Carnaúba, protegendo a um só tempo, a riqueza particular como aumentando as rendas que adviriam como consequência deste aumento, a todos os Estados produtores de Cera. Não precisaria muito. Enquanto que para a valorização constante do café, se empenha o crédito do País, para a valorização da cera não precisaria o Governo aplicar mais que 30 a 40 mil contos de reis anualmente, que bem administrados só trariam lucros a Nação.<sup>354</sup>

Celso Nunes reclama da falta de proteção do governo aos exportadores da cera de carnaúba do norte do país, e enaltece a atividade, advogando a proteção aos estados produtores. Nunes denuncia “a especulação sórdida do estrangeiro” que estaria consciente dessa falta de proteção. O autor menciona que “em Nova York – maior mercado comprador de cera de carnaúba, os importadores “organizaram um ‘trust’ para comprar a cera por uma só casa, evitando, assim, a concorrência”, o que seria um fator de desvalorização da carnaúba.<sup>355</sup>

O *Almanaque* trouxe nesse sentido artigos bem enfáticos sobre a situação do Norte, como o de José Euclides de Miranda<sup>356</sup>, publicado em 1929, “Em Prol do Bloco Norte”, que

<sup>348</sup>PINTO, João Vieira. O município de Amarração. *Almanaque da Parnaíba*, ano 4, 1927, p.31.

<sup>349</sup> PINTO, João Vieira. O Porto de Amarração. *Almanaque da Parnaíba*, ano 5, 1928, p.35.

<sup>350</sup>Deputado da última legislatura do período da Primeira República de 1928 a 1930.

<sup>351</sup> PINTO, João Vieira. O município de Amarração. *Almanaque da Parnaíba*, ano 6, 1929, p.17.

<sup>352</sup>PINTO, João Vieira. O Porto de Amarração. *Almanaque da Parnaíba*, ano 6, 1929.

<sup>353</sup>Celso Augusto de Moura Nunes, empresário estabelecido em Parnaíba. Casado com Maria Castello Branco Clarck, Filha do inglês James Frederick Clark e da parnaibana Anna Gonçalves Castelo Branco, casados em 1884. In: ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). *Gente de longe: histórias e memórias*. Teresina: Halley, 2006. p. 335-360.

<sup>354</sup>NUNES, Celso. A cera de Carnaúba. *Almanaque da Parnaíba*, ano I, n 6, 1929, p. 39.

<sup>355</sup> Ibid. p. 39.

<sup>356</sup>José Euclides de Miranda foi um dos fundadores do Ginásio Parnaibano, onde atuou como professor de geografia; redator do Jornal *Aljava* e colaborador do *Almanaque da Parnaíba*.

criticava o Governo Federal por submeter-se aos interesses dos políticos do Sul e afirmava: “É um fato que fere ostensivamente a percepção da grande parte dos brasileiros, estar o Sul absorvendo as energias da Nação, retendo para si, em detrimento do resto da República, a grande soma de recursos financeiros, com prejuízo evidente para toda a Federação”<sup>357</sup>.

O autor propunha que a região Norte reagisse e afirmava que “o Norte esta[va] desmoralizado no concerto federativo pela falta de solidariedade dos seus Estados componentes. Ao menor aceno dos figurões da política do Sul, ele, submisso, ouve a palavra de ordem sem discutir, nem discernir” e defendia a “necessidade de entregar a um homem a liderança dessa reação pacífica com a simpatia e o aplauso de milhões de brasileiros”<sup>358</sup>.

Nos artigos do *Almanaque da Parnaíba* da década de 1920, destacados acima, podemos observar uma noção e uma defesa da região Norte, mobilizada em defesa de interesses específicos. Segundo Iná Elias de Castro “o regionalismo como defesa de interesses específicos é um movimento político vinculado à identidade territorial”<sup>359</sup>. Para os articulistas supracitados, lutar pelo Norte era lutar pelo “engrandecimento comum do Brasil”. Segundo o seu ponto de vista, a “reação pacífica que defendiam” só teria sentido se o Norte, enquanto espaço de organização política e identitária, fosse vitorioso. Essa vitória implicava uma reconfiguração política na qual a região ganharia mais participação e força no cenário nacional. Para João Vieira Pinto, José Euclides de Miranda e Celso Nunes, o Norte era uma causa.

Nessa perspectiva, o historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr. assevera que a noção de região está diretamente ligada às relações de poder e sua espacialização. Antes de se reportar à geografia, região se refere a uma noção fiscal, administrativa e militar, que vem de *regere*, comandar. A região, para Albuquerque Jr.:

Remete a uma visão estratégica do espaço, ao seu esquadramento, ao seu recorte e à sua análise, que produz saber. Ela é uma noção que nos envia a um espaço sob domínio, comandado. Ela remete, em última instância, a regio (rei). Ela nos põe diante de uma política de saber, de um recorte espacial das relações de poder. Pode-se dizer que ela é um ponto de concentração de relações que procuram traçar uma linha divisória entre elas e o vasto campo do diagrama de forças operantes num dado espaço. Historicamente, as regiões podem ser pensadas como a emergência de diferenças internas à nação, no tocante ao exercício do poder, como recortes espaciais que surgem dos enfrentamentos que se dão entre os diferentes grupos sociais, no interior da nação. A regionalização das relações de poder pode vir acompanhada de outros processos de regionalização, como o de produção, o das relações de

<sup>357</sup>MIRANDA, José Euclides de. Em Prol do Bloco Norte. *Almanaque da Parnaíba*, ano 6, 1929, p. 31.

<sup>358</sup>MIRANDA, José Euclides de. Em Prol do Bloco Norte. *Almanaque da Parnaíba*, ano 6, 1929, p. 31.

<sup>359</sup>CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da frota; NABUCO, Maria Regina. (Orgs.). *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 164-165.

trabalho e o das práticas culturais, mas estas não determinam sua emergência. *A região é produto de uma batalha, é uma segmentação surgida no espaço dos litigantes. As regiões são aproveitamentos estratégicos diferenciados do espaço. Na luta pela posse do espaço ele se fraciona, se divide em quinhões diferentes para os diversos vencedores e vencidos; assim, a região é o botim de uma guerra.*<sup>360</sup>(Grifo do autor).

Nos trabalhos de Castro e Albuquerque Jr, a “região” é apresentada como uma instância política e de conflitos que não pode ser concebida apenas como uma referência ou um dado pronto. É, portanto, o fruto de uma estratégia de homogeneização decorrente do embate de forças “regionais”. Ela é aberta, móvel e atravessada pelas relações de poder.

De acordo com o que enfatiza a linha editorial do *Almanaque*, a região Norte questionava o fato do “Norte está desmoralizado no concerto federativo”<sup>361</sup> imposto desde o início da República, que beneficiaria os estados do Sul. Se durante as três primeiras décadas da República, o mecanismo de ajuste e controle estabelecido com o novo regime funcionou, se “aperfeiçou” com a chamada “Política dos Estados” implementada por Campos Sales. Na década de 1920 esse dispositivo apresentou sinais de fadiga e enfraquecimento. O esgotamento culminou na derrubada do presidente Washington Luís e na vitória da Revolução de 1930. Sobre a campanha militar de 1930, Dulce Pandolfi acrescenta:

Durante a campanha presidencial de 1929-1930, a Aliança Liberal recebe rápidas adesões no Norte, ao assumir como uma de suas bandeiras a luta contra a submissão política dos governadores estaduais frente ao governo central. Os aliancistas conseguem unir, desta forma, setores sociais de interesses bem diversos e até mesmo contraditórios. É essa situação específica que dá ao movimento de 30 no Norte um caráter bastante amplo e popular, encontrando poucas resistências. A única exceção ocorria na Bahia, onde a contra-revolução organiza-se, conseguindo esboçar algum nível de reação, embora seja rapidamente esmagada.<sup>362</sup>

Quando o modelo político se estabeleceu o *Almanaque* se posicionou de forma favorável e registrou ainda as incertezas e as possibilidades políticas que se mostraram a partir de outubro de 1930.

As mudanças institucionais decorrentes da Revolução de 1930 se estabeleceram de maneira desigual em cada estado da Federação, nos quais o movimento “desalojou do poder as oligarquias mais tradicionais, sendo o espaço político temporariamente ocupado pelos tenentes

---

<sup>360</sup>ALBUQUERQUE JR. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 25-26.

<sup>361</sup>MIRANDA, op. cit., p. 31.

<sup>362</sup>PANDOLFI, Dulce. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: Gomes, Angela de Castro (Org.). *Regionalismo e Centralização política: partidos e constituintes nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980, p. 342.

revolucionários e pelas oligarquias dissidentes que assimilaram o ideário político da Aliança Liberal”<sup>363</sup>.

É na montagem desse complexo contexto político que identificamos no *Almanaque* artigos que se valem da categoria “Norte”, e mencionam “Revolucionários Nortistas”, exaltando algumas figuras de destaque a partir da região e dos líderes reconhecidos por diferentes articulistas como seus representantes. Em tese, a região Norte, durante o Governo Provisório de Vargas, abrangia o então território federal do Acre e os estados do Amazonas, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo<sup>364</sup>, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. A construção que o *Almanaque da Parnaíba* faz do Norte é baseada na atuação de Juarez Távora<sup>365</sup> como líder da região junto ao governo federal. À vista disso, expressa-se no *Almanaque* a noção da formação do Norte como uma junção de interesses de frações oligárquicas que buscavam a atenção dos governos da Primeira República; e dos grupos das elites políticas locais que chegaram ao poder nos estados nortistas com a vitória do movimento político de 1930.

O *Almanaque da Parnaíba* encaixava-se, portanto, na definição de “imprensa do Norte” proposta pelo *Diário da Manhã*. O jornal foi fundado em 16 de abril de 1927 pelos irmãos Carlos e Caio de Lima Cavalcante. Carlos de Lima Cavalcante se destacou tanto na história do

---

<sup>363</sup> SOUZA, Simone. As interventorias no Ceará (1930-1935). In: SOUZA, Simone (Org.). *História do Ceará*. Fortaleza: FDR, 1994, p. 321.

<sup>364</sup> A presença do Espírito Santo pode causar estranheza, mas é o que mostra o trabalho de Dulce Pandolfi sobre o período do pós-30. A autora apresenta duas referências àquele estado como fazendo parte dessa região: A primeira é um trecho da carta de João Neves da Fontoura, de dezembro de 1930, onde descreve que a Juarez Távora prestam vassalagem doze unidades da Federação – toda costa do Atlântico, desde o Espírito Santo até o Amazonas; a segunda é uma citação do jornal *Diário da Manhã*, de 20 de agosto de 1931, utilizada para definir o Bloco do Norte como sendo “uma frente única das forças renovadoras do Brasil setentrional, do Amazonas ao Espírito Santo, para defender os interesses comuns da grande região outrora abandonada ao predomínio funesto da política perrepepista”. Cf.: PANDOLFI, Dulce. A trajetória do Norte: uma tentativa de Ascenso político. In: GOMES, Ângela de Castro Gomes (Org.). *Regionalismo e Centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980, p. 420.

<sup>365</sup> Juarez do Nascimento Fernandes Távora nasceu no município de Juagaribe (CE), no dia 14 de novembro de 1898. Estudou na Escola Militar de Realengo no Rio de Janeiro e tornou-se aspirante a oficial da arma de engenharia em 1919. Promovido a segundo tenente no ano seguinte. Em maio de 1921 foi promovido a primeiro-tenente. Em 1922, participou do levante armado então deflagrado contra o governo federal, tendo sido preso na ocasião e no ano seguinte perdeu sua patente militar. Em 1924 participou ativamente do movimento revolucionário paulista contra o Presidente Arthur Bernardes. Em 1926 integrou-se à Coluna Prestes, sendo preso em combate e libertado no governo de Washington Luís. Nas eleições de 1930, chegou a ser eleito deputado federal no Ceará, porém não chegou a assumir o mandato em razão da Revolução de 1930 (que dissolveu o Parlamento). Por ter comandado as forças nordestinas e nortistas que apoiavam Getúlio Vargas em 1930 e 1931, recebeu o apelido de “Vice-Rei do Norte” pela imprensa. Juarez Távora comandava, então, a delegacia militar do Norte-Nordeste com a capacidade de interferir nas intervenções estaduais. Durante a Era Vargas, ocupou dois ministérios diferentes: foi ministro da Agricultura entre 22 de novembro de 1932 e 24 de julho de 1934 e também ministro provisório dos Transportes entre 4 e 5 de novembro de 1930. Na condição de ministro da Agricultura, Juarez Távora era também membro automático da Assembleia Constituinte que produziu a Constituição democrática de 1934. Juarez Távora rompe com Getúlio Vargas depois do golpe de 37. Cf.: CPDOCFGV. ver verbete TÁVORA, Juarez. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/T%C3%81VORA,%20Juarez%20>>.

jornal quanto na política da época como um líder pernambucano. A publicação cobrava mudanças dos métodos políticos, atenção das oligarquias para o Norte, contribuindo com o movimento que resultou na Revolução de 1930. A atuação de Cavalcante e o seu prestígio como “defensor do Norte” contribuíram para torná-lo o primeiro interventor do estado de Pernambuco.

O jornal defendia e reconhecia o Norte a partir da influência e atuação de Távora e dos seus representantes locais e ainda os estados que compartilhavam a defesa dessa região. O *Diário da Manhã* cita alguns periódicos que classifica como “imprensa do Norte” e justifica sua escolha:

NO PARÁ - o “Estado do Pará” – para o bem se aprender todo o valor desse grande órgão da imprensa do Norte, é necessário considerar que, no Pará, até hoje, o jornalismo conserva como traço dominante a belicosidade, o espírito de luta.[...] liderou no Norte a campanha contra o Sr. Arthur Bernardes [...] NO CEARÁ – a Gazeta de Notícias, de Fortaleza, [...] Foi o baluarte mais importante do Estado contra a Oligarquia [...] EM PERNAMBUCO – Diário da Manhã e Diário da Tarde, [...] Sua posição na imprensa pernambucana é especialíssima.[...] os jornais se esquivavam de qualquer propaganda revolucionária, atacando o governo estadual[...] já em íntimo contato com os elementos mais destacados da Revolução, sobretudo aqueles que levaram a efeito a sublevações de 22 e 24, o Sr. Carlos de Lima Cavalcante, secundado pelos seus irmãos Caio Arthur de Siqueira, Ruy e Fernando Cavalcanti, promoveu a fundação de um jornal que, publicado em moldes modernos, pudesse ser para o Norte do Brasil o ponto nuclear da propaganda das ideias revolucionárias e de coesão dos elementos que procuravam objetivá-las. [...] NA BAHIA – o jornal A Tarde, o grande diário de Simões Filho é o mais bem informado de todo o Norte<sup>366</sup>.

Dulce Pandolfi<sup>367</sup> afirma que “o termo ‘revolucionários nortistas’ designava a elite política dessa região, e identifica a mesma com os ideais tenentistas”. Para a autora, essa ligação com o tenentismo foi fundamental para compreender as ações dessa nova elite política regional, e aponta que muitos dos seus representantes principais, tanto civis – Antenor Navarro, Lima Cavalcante, Fernandes Távora – como militares – Augusto Maynard Gomes, Juraci Magalhaes, Landri Sales, Magalhães Barata, Seroa da Mota - foram homens que tiveram suas trajetórias ligadas aos tenentes na década de 1920. No entanto, identificar esse grupo político, no contexto do pós-1930, tendo como referência somente os vínculos com o tenentismo, tornaria obscuros dois importantes elementos que também pautavam seus posicionamentos: o pertencimento ao Norte, como espaço e objeto de luta; e o reconhecimento da atuação de liderança de Juarez Távora no movimento armado e sua atuação no Governo Provisório.

<sup>366</sup>INTERCÂMBIO DE Ideias entre os Estados. *Diário da Manhã*, ano 5, n. 1325. Recife, 1 de set. de 1931,p1-2.

<sup>367</sup> PANDOLFI, op. cit., p. 420.

Para Frederico de Castro Neves analisar e compreender a região “Norte” a partir da atuação de Távora é desconsiderar a heterogeneidade das suas correntes formadoras e, de uma forma geral, é fazer uma síntese superficial. Neves ressalta que, no entanto, tal compreensão traz visibilidade ao engajamento dos aliancistas e a conclusão possível é que havia a busca por uma “redenção política e econômica” da região, em função da presença marcante de Távora na direção nacional do movimento. Liderança essa que poderia trazer para a região os benefícios que eram negados, segundo os “reclamos das elites dissidentes”, pelos governantes “oligárquicos” da Primeira República. Segundo o autor, o movimento tratava-se de uma continuidade política em relação ao paternalismo oligárquico em suas formas mais elementares: a troca de favores e o beneficiamento pessoal que se procurava restaurar num momento de ruptura da ordem institucional. O que se pretendia com uma “participação mais efetiva na política do País” era a proximidade de grupos locais específicos com as esferas reconhecidas do poder federal, situadas em São Paulo e no Rio de Janeiro<sup>368</sup>.

O Piauí é um bom exemplo do que afirma Neves quando menciona “uma continuidade política com relação ao paternalismo oligárquico”<sup>369</sup>. A Revolução de 1930 trouxe ao poder oligarquias dissidentes e uma continuidade na forma de fazer política, na troca de favores e no beneficiamento pessoal e familiar.

A política piauiense, principalmente no que se refere aos grupos políticos que assumiram lideranças no período de 1928 a 1930, como bem afirma Francisco Alcides do Nascimento<sup>370</sup>, estava sob o domínio de João de Deus Pires Leal (Joca Pires)<sup>371</sup>, pertencente a uma das oligarquias mais fortes do estado, membro do partido republicano no Piauí (PRP) e apoiador da candidatura de Júlio Prestes a presidência.

Dentro do PRP, no entanto, acontecia uma disputa de poder entre duas famílias: Pires Ferreira, que até 1930 somava 31 anos de domínio político; e a família Freitas<sup>372</sup>, um forte núcleo oligarca, composto por grandes proprietários rurais ligados principalmente à atividade comercial. A divisão entre as famílias veio a partir de discordâncias quanto à indicação dos

---

<sup>368</sup> NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.21, n.40, 2001, p 4.

<sup>369</sup> Ibid. p. 4.

<sup>370</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A Revolução de 1930 no Piauí: (1928-1934)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994, p. 40-41.

<sup>371</sup> Com a queda do governador João de Deus Pires Leal o vice assumiu o governo, o capitão tenente Humberto de Arêa Leão por um curto intervalo de tempo. (de outubro de 1930 a janeiro de 1931).

<sup>372</sup> A família Freitas, embora tenha iniciado as atividades econômicas ligadas ao latifúndio, distancia-se deste para se transformar num dos maiores impérios comerciais do Médio Parnaíba através da Casa Almendra, ligada a exportações de produtos do extrativismo e importação. Do outro lado, o clã Pires Ferreira mantinha-se arraigado ao latifúndio. Cf: NASCIMENTO, op.cit., p. 30.

candidatos para concorrer ao Senado e à Câmara dos Deputados. A família Freitas então se articulou com o Partido Democrático Piauiense –PDP– e formou a Aliança Liberal.

A Aliança Liberal “estava menos em sua unidade ideológica e mais em sua capacidade de aglutinar interesses regionais díspares em torno de um inimigo comum”<sup>373</sup>. No Piauí, ela uniu famílias e grupos de interesses diversos, muitas vezes rivais, sob a bandeira de uma renovação política contra a Primeira República. Famílias como os Freitas e os Costa, historicamente em disputa pelo poder, se aliaram ao projeto liderado por Getúlio Vargas. Enquanto os Freitas viam na Aliança Liberal uma oportunidade de romper com a hegemonia das oligarquias tradicionais, como os Costa, estes últimos rapidamente adaptaram seu posicionamento político para preservar sua influência no novo cenário nacional. Apesar do discurso renovador, as rivalidades locais e os interesses particulares das elites revelaram que a adesão ao movimento tinha mais a ver com estratégias para manter ou conquistar poder do que com mudanças estruturais.

De acordo com Rosângela Assunção<sup>374</sup> Juarez Távora manteve contato com o desembargador piauiense, Vaz da Costa, para garantir apoio ao movimento de outubro de 1930. O desembargador obteve o apoio dos sargentos do 25º BC, Benedito Carlos de Azevedo e Antonio Ribeiro Madeira Campos, que contribuíram para a invasão do referido quartel.

Nesse contexto, a Revolução de 1930 no Piauí foi liderada por grupos oligárquicos que, temporariamente fora do poder local, se uniram à Aliança Liberal e se posicionaram como oposição ao então governador João de Deus Pires Leal, representante da oligarquia Pires Ferreira. Faziam parte desse bloco o então vice-governador Humberto de Arêa Leão, que assumiria a interventoria em outubro de 1930; o ex-governador Matias Olímpio de Mello, que enfrentou a Coluna Prestes no estado, e o desembargador Vaz da Costa, um grande proprietário de terras, “oriundo da Região Sul, possuidor de relações com os coronéis da área”<sup>375</sup>. Assim, “a Aliança Liberal é constituída de indivíduos que até a eleição de João de Deus Pires Leal faziam parte do esquema político no poder, portanto o pouco tempo decorrido não permitiria uma reciclagem ideológica”<sup>376</sup>.

---

<sup>373</sup> NETO, Lira. *Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 32.

<sup>374</sup> ASSUNÇÃO, Rosângela. *A política trabalhista na era Vargas e a construção da memória dos portuários de Teresina (1930-1954)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005, p. 29.

<sup>375</sup> NASCIMENTO, op.cit., p. 40.

<sup>376</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A revolução de 1930 no Piauí 1928-1934*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994, p. 40.

Sobre a eclosão da Revolução de 1930, a Aliança Liberal organizou algumas estratégias de tomada do governo local que fazia oposição a Vargas. Vaz da Costa e seus aliados empreenderam movimentos que visavam à desarticulação destas lideranças. Nascimento descreve a vinda ao Piauí do aliado de Vargas no Rio Grande do Sul, Batista Luzardo, e das movimentações em favor da queda governador João de Deus Pires Leal. “Conforme o plano, Vaz da Costa seria deslocado para combater no sul do Piauí, no entanto, temendo ser preterido, o desembargador permaneceu na capital piauiense”<sup>377</sup>.

Receosos com a chegada de Juarez Távora ao estado e as implicações da sua vinda, o Exército, a polícia e outros setores foram convocados a ficar a postos. Vaz da Costa apoiou-se na influência que possuía no exército e na brigada militar em decorrência dos “afilhados” que conseguiu levar para essas corporações. A insatisfação da Força Policial com as expulsões que se sucediam desde que João de Deus Pires Leal assumiu, em 1928, bem como “o atraso no pagamento do funcionalismo público foram pontos importantes para que parte da população se sentisse convocada a participar do movimento de 1930, no Piauí”<sup>378</sup>.

Depois de invasões bem-sucedidas nos quartéis, durante a madrugada de 4 de outubro de 1930, o governador João de Deus Pires Leal, que contrariava os interesses da Aliança Liberal, foi preso e encaminhado ao quartel do 25º BC. Sobre as articulações para a prisão do governador, Washington Bonfim e Raimundo Santos Júnior acrescentam:

O desembargador Vaz da Costa, líder tenentista no Estado, juntamente com as forças militares do 25º Batalhão de Caçadores, foi responsável pelas articulações com as lideranças nacionais, entre elas o doutor Manoel do Nascimento Fernandes Távora e Juarez Távora, organizando na ocasião a tomada do Quartel de Polícia de Teresina, da Estação Telegráfica da cidade e o cerco ao Palácio do Governo, com a consequente derrubada do Governador Sr. João de Deus Pires Leal, preso na ocasião.<sup>379</sup>

No mesmo dia, o capitão-tenente Humberto de Arêa Leão assumiu o governo do estado. Conforme A. Tito Filho<sup>380</sup>, “inicialmente, Arêa Leão assumiu o Estado apenas como vice-governador, em virtude da deposição de João de Deus Pires Leal. Somente em 14 de novembro

---

<sup>377</sup>NASCIMENTO, op., cit. p. 55.

<sup>378</sup> OLIVEIRA, Thamyres Sousa de. *O jornalismo piauiense e a censura em tempos de Estado Novo*. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programade Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí -UFPI. Teresina, 2016, p. 33.

<sup>379</sup> BONFIM, Washington Luís de Sousa; SANTOS JÚNIOR, Raimundo Batista dos. Formação política. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de (Org.). *Piauí: formação, desenvolvimento e perspectiva*. Teresina: Halley, 1995 p. 52.

<sup>380</sup> TITO FILHO, Arimathea. *Governos do Piauí: capitania, província, estado*. 2ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p. 49.

de 1930, Arêa Leão foi nomeado interventor federal”. Seu governo não assumiria, no entanto, as causas do movimento tenentista.

Sobre a Revolução de 1930 no Piauí e esse novo cenário político Silva acrescenta:

O movimento de 4 de outubro de 1930 que pregava a mudança dos costumes políticos herdados da República Velha, em nada contribuiu para modificar a cultura política do Piauí “revolucionário” quanto à adoção do clientelismo e do fisiologismo como prática política, pois as disputas continuavam provocadas pelas nomeações políticas que persistiam obedecendo a critério de ordem familiar. Assiste-se ao agravamento da situação, que se tornara mais complexa devido à participação do setor militar, que era utilizado politicamente pelas velhas raposas do Estado, numa relação instrumental entre os dois grupos pela permanência no poder sem nenhuma identificação de ordem ideológica ou de lealdade aos princípios defendidos pelo tenentismo<sup>381</sup>

A política clientelista, voltada principalmente aos seus aparentados, constituía a tônica do período, alijando do poder até mesmo antigos correligionários, inclusive Vaz da Costa.

Humberto de Arêa Leão implantou medidas que modificavam o cenário político piauiense. Por meio do decreto nº1104, publicado em 4 de outubro de 1930, dissolveu os conselhos municipais e criou os cargos de prefeitos e suas atribuições. Porém, deve-se acrescentar que esse decreto ampliava os seus poderes no Estado, dado que assegurava a intervenção nas atribuições conferidas aos prefeitos e o poder de decisão acerca da substituição dessas autoridades políticas<sup>382</sup>. Quando o decreto entrou em vigor o cenário político local foi alterado e lideranças que apoiavam os antigos grupos políticos foram destituídas dos seus cargos. É importante ressaltar que vigorava o familismo que, conforme Nascimento, não foi aceito passivamente por todos os líderes políticos:

Nem todos os chefes políticos ligados ao PRP acordavam com o que estava acontecendo no Piauí. Afinal, prenunciava-se o fim de um período de mando que durara 31 anos. As escaramuças havidas no Piauí tiveram lugar em todo o sertão brasileiro. Obviamente, nem todos os chefes políticos caíram na maleabilidade para aceitar passivamente a nova situação, embora aquela altura nada pudessem fazer, a não ser voltar-se para as novas alianças propiciadoras do seu retorno<sup>383</sup>.

Outra importante medida desse Governo foi a redução das repartições públicas do Estado, sob a justificativa de uma medida de redução de gastos. Em consonância com as determinações da administração federal, que estabeleceu comissões administradoras, a interventoria de Arêa Leão também quis realizar apurações na administração estadual<sup>384</sup>.

---

<sup>381</sup> SILVA op. cit., p. 145.

<sup>382</sup> ESTADO DO PIAUHY, 8 de outubro de 1930, p.1

<sup>383</sup> NASCIMENTO, op., cit. p. 67.

<sup>384</sup>Ibid.p. 68.

As mudanças acima citadas foram alguns dos fatores que incitaram a queda de Humberto de Arêa Leão, que beneficiou alguns grupos políticos em detrimento de outros que colaboraram para sua ascensão ao poder, como o desembargador Vaz da Costa e famílias poderosas como a Pires Leal.

Dada a crise provocada pela administração de Humberto de Arêa Leão, em 29 de janeiro de 1931 eclodiu um movimento liderado por Vaz da Costa que conseguiu depor o mesmo. “Um movimento que foi parte da maior e mais eficiente atividade da brigada policial do Estado para a deposição do primeiro interventor militar do Piauí com o desembargador Vaz da Costa comandando os seus empregados, em um número de 100”<sup>385</sup>. Embora tivesse liderado o movimento, Vaz da Costa não obteve apoio para manter-se à frente da interventoria piauiense, ocupou a cadeira do executivo estadual por apenas 10 horas e foi substituído pelo capitão Lemos Cunha de forma interina. Segundo declarou Juarez Távora: “substituíra-o interinamente, no posto, o capitão Joaquim Lemos Cunha, do 25º BC, ali sediado”<sup>386</sup>.

O Piauí em um curto espaço de tempo estava com um segundo interventor, agora interinamente. Existia uma preocupação com as medidas a serem tomadas por Lemos Cunha, que deveriam estar alinhadas ao poder federal. Na verdade o que se observou no Piauí “mesmo em momentos como o da intervenção militar, advinda da Revolução de 30, teve como eixo fundamental a perspectiva de assegurar aos grandes proprietários rurais as condições de manutenção de seu domínio político e social”<sup>387</sup>.

A derrubada do governador Joca Pires fora um pretexto e a pretendida reforma política no Piauí representara interesses de uma nova oligarquia que se formava. Lemos Cunha era assessorado por indivíduos ligados a Vaz da Costa, preteridos na organização política do primeiro interventor, inclusive parentes seus, como o desembargador Giovani Costa. “Então obviamente ocorrem demissões e nomeações em grande escala para atender ao grupo político no poder. Na realidade, o interventor envolve-se numa teia de interesses políticos da qual não consegue desvencilhar-se”<sup>388</sup>. Enquanto Humberto de Arêa Leão priorizou – dentro do grupo que formava a Aliança Liberal – a família Freitas e Matias Olimpio, opositor de Joca Pires, Lemos Cunha priorizava o desembargador Vaz da Costa, o que representava uma cisão no grupo “revolucionário” do Piauí.

---

<sup>385</sup>Ibid., p. 72.

<sup>386</sup> TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas: a caminhada no altiplano*. Rio de Janeiro: José Olimpio Editora, 1974, p.37.

<sup>387</sup>BONFIM; SANTOS JÚNIOR, op. cit., p. 53.

<sup>388</sup>NASCIMENTO, op.cit., p.74.

Juarez Távora indicou, então, um estranho à política piauiense: “Landri Sales preenchia os critérios estabelecidos para as interventorias nordestinas, quais sejam: ser estrangeiro, ser militar e ser neutro politicamente”<sup>389</sup>. A indicação de Landri Sales representava o fim da permanência contínua de grupos oligárquicos na condução do Estado. Landri Sales<sup>390</sup> foi exaltado nos periódicos locais<sup>391</sup> como um dos grandes líderes da região, na reconfiguração da política iniciada no pós-1930.

#### 4.2 ALMANAQUE DA PARNAÍBA, DO “LITERO-COMERCIAL” AO POLÍTICO.

A Revolução de 1930 só apareceu no *Almanaque da Parnaíba* na edição de 1931, afinal, tratava-se de um periódico de circulação anual. É importante destacar também que a cobertura da movimentação política no Piauí só foi noticiada dois dias depois nos jornais da região. *O Piauí* publicou na primeira página da edição de 7 de outubro de 1930 – três dias após o acontecido- um posicionamento alinhado com o movimento de 1930:

O grande movimento de opinião pública em favor da remodelação de nossos viciados costumes políticos veio afinal ter a sua eclosão na madrugada de 4 deste mês. Obedecendo a um plano pré-estabelecido, as forças liberais de todo o país retemperadas na luta da sucessão presidencial em que foram cometidos os maiores atentados contra a liberdade dos cidadãos e impureza das instituições republicanas levantam-se numa reação patriótica [...] De terminado previamente pelo General revolucionário Juarez Távora,

---

<sup>389</sup> Ibid. p. 113.

<sup>390</sup> Landri Sales Gonçalves nasceu em Acaraú (CE) no dia 19 de julho de 1904 e faleceu no Rio de Janeiro (RJ), no dia 30 de abril de 1978. Assentou praça no Exército em 1922, cursou a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, do qual saiu como aspirante a oficial em janeiro de 1927. Classificado no 23º BC, batalhão de caçadores de Fortaleza formou, juntamente com outros oficiais, um grupo de conspiradores. Até a eclosão da revolução de 1930, foi ele o chefe da conspiração em toda a guarnição de Fortaleza, todas as diretrizes para a preparação e a execução do levante no Ceará vinham diretamente de Juarez Távora, chefe militar da revolução no Norte e no Nordeste, para o tenente Landri Sales. Ao mesmo tempo em que o comandante do 25º BC, capitão Joaquim de Lemos Cunha, era nomeado interinamente interventor militar no Piauí, Juarez Távora designava o tenente Landri Sales para conduzir um inquérito policial-militar destinado a apurar as responsabilidades. O resultado deste inquérito nunca foi revelado ao público. De todo modo, no dia 7 de maio de 1931, o tenente Landri Sales foi nomeado por Getúlio Vargas interventor federal no Piauí, de 21/5/1931 a 3/5/1935. Em 1933, cria no Piauí o Partido Nacional Socialista. Deixou a interventoria do Piauí, passando para Leônidas de Castro Melo, eleito em 1934. Assume vários cargos na capital federal, como: diretor do Departamento de Correios e Telégrafos, chefiou o gabinete da Escola Superior de Guerra e comandou batalhões no Rio de Janeiro e promovido a general-de-brigada em abril de 1957, passou imediatamente para a reserva no posto de general-de-divisão. C.f. Dicionário histórico biográfico brasileiro (DHBB). CPDOCFGV. ver verbete Landri Sales Gonçalves. *Passim*. GONÇALVES, Wilson Carvalho. Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 -2003. Teresina: [s.n.], 2003. p.200. *Passim*.

<sup>391</sup> Sobre as representações da interventoria de Landri Sales nos periódicos piauienses ver: MELO, Antonio Maurenir Vaz Verçosa de. *Compartilhando idéias e tecendo o poder: atuação dos intelectuais piauienses na Era Vargas no Piauí (1930-1945)*. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ/FFP. São Gonçalo, 2021, p. 166-176

comandante do setor norte, o movimento rebentou às 2 horas da manhã de 4 do corrente [...] <sup>392</sup>

A edição de 1930 do *Almanaque* chegou para o público leitor bem antes do mês de outubro, a seção de apresentação, que antes se intitulava “Aos nossos leitores” <sup>393</sup> foi intitulada “Proscénio”, que significa palco, o que se projeta para plateia. A mensagem do editor prometia uma edição diferente, com mais desenvolvimento em suas seções:

Como nos anos anteriores, posemos o nosso melhor esforço e interesse na confecção do presente anuário, procurando, assim, corresponder à acolhida que lhe vem sendo dispensada por seus amigos, cujo número aumenta, paripassu com a sua esfera de ação, sobretudo no norte brasileiro. *Mantivemos a orientação litero-comercial anterior, dando-lhe, agora, mais desenvolvimento em suas secções. Gratos aos nossos amáveis leitores fazemo-lhes votos de prosperidades e felicidades no decurso do ano de 1930* <sup>394</sup> (Grifo nosso).

Assim, convém analisar uma mudança na orientação “litero-comercial” para uma abordagem mais “desenvolvida”, como bem informa o editor. Essa abordagem apresentava as incertezas do cenário político local e nacional. A edição de 1930, lançada antes do dia 4 de outubro, trazia a ilustração do então governador João de Deus Pires Leal (que seria deposto com a revolução)

Figura 34 - João de Deus Pires Leal – Governador do Piauí

---

<sup>392</sup> O PIAUHY. Teresina, 7 de outubro de 1930, p.1.

<sup>393</sup> Ver capítulo 2.

<sup>394</sup> LIMA, Benedicto dos Santos Lima. Proscénio. *Almanaque da Parnaíba*, ano 7, 1930, p.4.



Fonte: GOVERNO PIAUIENSE. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 7, 1930, n.p.

No anuário identificamos os artigos que na década de 1920 pediam a participação do Norte, oligarquias nortistas demonstrando insatisfação com as oligarquias do sul e pedindo por uma “reação pacífica do Norte”<sup>395</sup>. Identifica-se também no *Almanaque* homenagens ao governador do Estado, o representante de uma das mais fortes oligarquias do Piauí, contrário aos interesses da Aliança Liberal. Nessa edição temos a fotografia do governador do Estado em trajes sociais.

Sobre as representações políticas presentes no anuário, Cleto Sandys Nascimento de Sousa afirma que o mesmo se mostrava distante das questões partidárias e acrescenta:

Ao longo dos dezoito [1924-1941], buscou ser neutro em relação aos governantes eleitos ou indicados, tanto na esfera municipal quanto na estadual. Procurava mostrar as biografias com a mesma exaltação com que mostrava de outras personalidades sem vínculos políticos públicos. Procurou se manter

---

<sup>395</sup>MIRANDA, op. cit., p. 31.

indiferente à propaganda sectária ou a qualquer radicalismo dos grupos que disputavam o poder político em Parnaíba entre as décadas de 1920 e 1940<sup>396</sup>

Desde as primeiras edições do anuário os políticos, os comerciantes e os médicos tinham um espaço de homenagem. Para as homenagens eram destinadas uma página com fotografia e mais duas ou três para biografia e exaltação de suas realizações, em forma de agradecimentos<sup>397</sup>. Discordando da assertiva de Cleto Sousa, observamos no *Almanaque*, nas edições da década de 1920, menções às oligarquias e, com a vitória do movimento de 1930, a seção de homenagens passou a homenagear os líderes da revolução. Portanto, o *Almanaque* não se manteve indiferente, já que as homenagens através de texto e de imagens faziam alusão aos “Defensores do Norte”, e depois aos “Heróis Nacionais”.

Muitos outros periódicos também enfatizaram a ideia de que os líderes do movimento de 1930 seriam “defensores do Norte”. O *Diário da Manhã* de Pernambuco listou alguns jornais nos quais esse ponto de vista poderia ser observado, a exemplo do jornal o *Estado do Pará* e outros que apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. A figura de Juarez Távora, por exemplo, recebe tratamento especial nas páginas do *Almanaque* e de outros periódicos como unificador e “defensor do Norte”.

No *Diário da Manhã* isto fica evidente com a divulgação do que é chamado de “grande movimento popular em prol da promoção do intrépido libertador do Norte”<sup>398</sup>. A campanha que aconteceu no imediato pós-1930 defendia o merecimento de Távora ao posto de general da Brigada do Exército. Sobre Távora, o *Diário da Manhã* acrescentou:

As populações do Norte são testemunhas da bravura admirável e do extremado patriotismo com que Juarez Távora dirigiu aqui as operações revolucionárias, à frente de um exército sem grande eficiência técnica e não dispo de recursos militares que consagram, tantas vezes, a aptidão bélica dos comandantes. Ele teve que lutar contra todos os fatores de fracasso e sabem todos os nortistas como o seu gênio guerreiro se saiu dessa aventura soberba pela redenção nacional.[...] Dedicou a vida ao ideal de redimir a pátria, arrancando-a das mãos criminosas que a explorava e a envelheciam.[...] Neste sentido, uma comissão composta dos srs Mario Castro, Orlando de Aguiar e Caio Cavalcante promove no próximo dia 14 um plebiscito nas principais capitais do Norte afim de que o povo solicite do chefe do Governo Provisório, a merecida promoção do capitão Juarez Távora [...] ao posto de general de

---

<sup>396</sup>SOUSA, op. cit., p. 56.

<sup>397</sup>Sobre a atuação do homem no espaço público em Parnaíba ver SOUZA, Priscila de Moura. *Assis Brasil entre a História e a Ficção: transformações urbanas, sociabilidades de gênero e representações de Parnaíba nas décadas de 1930 e 1940*. 2018. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018, cap. 3, p. 93-132.

<sup>398</sup>LIMA CAVALCANTI. Caio de. Juarez Távora, general de Brigada do Exército Brasileiro. In: *Diário da Manhã*. Recife, ano 4, 8 de jan. de 1931, p. 1.

Brigada. Eis o telegrama circular transmitido aos revolucionários de destaque no Norte da República, desde a Bahia até o Amazonas<sup>399</sup>.

Atribuiu-se a Távora, assim, uma aura de libertador, que teria “bravamente liderado um exército sem grande eficiência”<sup>400</sup>. Segundo Caio de Lima Cavalcante, fundador do *Diário da Manhã*, muitos periódicos da década de 1930 homenagearam os “revolucionários” nortistas e exaltaram a figura de Távora nos primeiros anos do Governo Provisório, como defensor do Norte e herói nacional. Assim também foi com o *Almanaque*.

O anuário se empenhou na construção da figura de Távora e dos revolucionários como heróis. A edição de 1931 trouxe sua imagem não só como militar condecorado, mas também publicou sua foto em trajes de civis. A legenda da imagem o caracteriza como “General da vitória”, como podemos ver abaixo:

Figura 35 - Juarez Távora



Fonte: JUAREZ TÁVORA. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 8, 1931, p.9.

---

<sup>399</sup> LIMA CAVALCANTI. Caio de. Juarez Távora, general de Brigada do Exército Brasileiro. In: *Diário da Manhã*. Recife, 8 de jan. de 1931, p. 1.

<sup>400</sup> Ibid. p. 1.

O “general da vitória”, como definiu o *Almanaque*, foi representado em uma página inteira, trajando roupas sociais. Homem de importante atuação política, nessa edição do anuário não figurava em trajes nem honrarias militares. Raimundo Helio Lopes,<sup>401</sup> analisando um folheto em quadrinhos que circulou durante a campanha de Távora pela presidência em 1955, destacou, em especial, as páginas que retratavam seu envolvimento no movimento de 1930. No folhetim intitulado “Juarez Távora, o tenente de cabelos brancos”, o mesmo é retratado segurando um fuzil, com trajes militares. Lopes, ao apresentar esses elementos, destaca ainda a legenda da fotografia mencionada:

Juarez Távora foi o chefe militar do Norte. Da Paraíba, as tropas rebeldes, sob seu comando, foram tomando o Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Piauí, estendendo-se mais tarde até o Maranhão. Também marcharam sobre Alagoas, Sergipe e Bahia. Juarez a tudo previa, tudo previa. As vitórias se sucediam. É daí o cognome que lhe adveio de ‘Vice-Rei do Norte’<sup>402</sup>.

O folheto traz Juarez Távora como “Vice-Rei do Norte”. Interessante questionar por que o *Almanaque* retratou Távora em trajes civis. Segundo Lopes a expressão “Vice-Rei do Norte” “era negativa e acusatória”<sup>403</sup>. Desse modo, defendo que o fato de o *Almanaque* não representar Távora como um militar é um indício da complexidade da luta por significados naquela conjuntura. Como assevera Lopes<sup>404</sup>, a atuação de Távora no movimento de 1930 foi, inegavelmente, um “acontecimento biográfico” em sua longa trajetória política e militar. Trajetórias como essa podem adquirir, ao longo dos anos, um “duplo sentido”, podendo “ser conotadas como altamente positivas ou perigosamente negativas”. A importância da participação de Távora nos primeiros anos da década de 1930 se constata tanto “pelas marcas que tal experiência produziu na construção de sua imagem para si mesmo e para seus aliados mais próximos” quanto “pelos desdobramentos que essa imagem provocou na movimentação de seus opositores”<sup>405</sup>.

A publicação o celebra como um grande líder, representante dos interesses da região Norte junto ao Governo Provisório, e acrescenta que Távora era ironicamente chamado de “Vice-rei do Norte”<sup>406</sup> por seus opositores. No *Diário da Manhã* de Pernambuco, Távora foi descrito, em

---

<sup>401</sup> LOPES, Raimundo Hélio. *O Vice-Rei do Norte: Juarez Távora entre inimigos e aliados*. Tempo, vol. 23, n.1, jan/abr, 2017, p 139-158.

<sup>402</sup> Ibid. p. 140-141.

<sup>403</sup> Ibid. p. 143.

<sup>404</sup> Ibid. p. 152.

<sup>405</sup> Ibid. p. 152.

<sup>406</sup> JUAREZ TÁVORA. *Almanaque da Paraíba*. Paraíba, ano 8, 1931, p.10.

sentido semelhante, como “o invicto e glorioso comandante dos Exércitos libertadores do Norte na marcha revolucionária de outubro”<sup>407</sup>.

Juarez Távora liderou a região na derrubada da Primeira República e buscou no Norte aliados políticos e militares para disputar espaço no imediato pós-1930. Ficou à frente da Delegacia militar do Norte, responsável pela indicação dos Interventores. A partir de 1930 as interventorias nortistas foram oficialmente ocupadas por 26 interventores<sup>408</sup>, “todos por influência direta de Távora entre 1930 e 1932”<sup>409</sup>.

Na verdade, sua liderança já vinha se afirmando desde quando escolheu os governadores provisórios nortistas. A intermediação foi institucionalizada através da Delegacia Militar do Norte e dos plenos poderes que lhe conferiam o decreto de nomeação de 12 de dezembro de 1930. A Delegacia Militar do Norte tinha o poder de “tomar as medidas que julga[sse] conveniente ao interesse público, podendo propor demissões, nomeações, transferências, e outros atos que lhe pareçam necessários ao bom desempenho de sua missão”<sup>410</sup>.

Se a confiança depositada por Távora nos interventores era determinante para seu estabelecimento ou permanência no cargo, as crises estaduais ocorridas ao longo do ano de 1931 fizeram com que essa confiança se alterasse. Isso pode ser percebido pela mudança no perfil dos interventores indicados pela Delegacia: se em um primeiro momento foram privilegiados interventores civis, pouco tempo depois, optou-se amplamente pela escolha de militares. A orientação em favor da militarização das interventorias foi, fundamentalmente, fruto dos embates entre os próprios revolucionários nortistas diante das circunstâncias políticas vivenciadas no pós-30 como já apresentado. Em outras palavras, foram as crises ocorridas nos governos da maioria dos estados e a necessidade de fortalecimento da interventoria na região que provocaram a substituição dos interventores civis por militares. A significativa mudança na estratégia de nomeação dos interventores - como vimos no caso piauiense - deveu-se às disputas políticas, que demandaram de Juarez Távora nomes desconhecidos ao estado e a política local, portanto, mais resistentes às pressões estaduais<sup>411</sup>.

---

<sup>407</sup>5 de JULHO. *Diário da manhã*. Recife – domingo, 5 de julho de 1931, p. 3.

<sup>408</sup> De fora dessa contagem estão: José Maria dos Reis Perdigão (MA), Joaquim de Lemos Cunha (PI), Luís de França Albuquerque (AL) por serem interinos.

<sup>409</sup>VARGAS, Getúlio. *Diário*. v.1. São Paulo: Siciliano, 1995, p.48.

<sup>410</sup> O decreto oficial de criação da Delegacia Militar do Norte está em Arquivo Juarez Távora – Cpdoc- FGV dpf 1930.12.08 (2/7455).

<sup>411</sup>ASSUNÇÃO, op. cit., p. 29/ NASCIMENTO, op. cit., p. 55.

Segundo Claudio Neto e Sarmiento<sup>412</sup> os mecanismos políticos adotados pelo novo governo buscavam substituir as lideranças regionais e subordiná-las ao poder central com a extinção dos partidos políticos, a suspensão da Constituição Republicana de 1891 e suas garantias. Para assumir o controle político do país Getúlio Vargas tratou também de nomear ministros de Estado de sua inteira confiança e, entre as suas primeiras providências, dissolveu o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas Estaduais e as Câmeras Municipais, concentrando nas mãos do Governo Provisório o Poder Executivo e Legislativo em todas as suas funções e atribuições até a aprovação da nova Constituição.

Dulce Pandolfi analisa esse processo como o resultado das instabilidades políticas estaduais: “militarizar tornava-se o caminho para impor o programa revolucionário, única alternativa para superar as crises”<sup>413</sup>. Nesse sentido “a militarização, que não foi no imediato pós-30 um pré-requisito necessário à institucionalização das interventorias, passaria a ser uma condição importante para a consolidação da obra revolucionária”<sup>414</sup>

Ainda segundo Pandolfi, a Delegacia Militar do Norte, comandada por Távora, se extinguiu no final de 1931 por reivindicação do próprio. A autora concluiu que “em certo sentido a iniciativa de criação da Delegacia Militar do Norte pode ser considerada vitoriosa, pois cumpriu seu principal objetivo: alinhar o Norte à revolução”<sup>415</sup>. Com a Delegacia e as nomeações dos interventores a administração de Távora teve grande visibilidade no governo provisório de Getúlio Vargas.

Getúlio Vargas escreveu em um dos seus diários<sup>416</sup> que o seu horizonte de escolhas para os estados do Norte estava sob o crivo de Juarez Távora, indicações que entre a vitória do movimento de 1930 e a Guerra de 1932 não foram questionadas. Entre os poucos registros que Vargas fez acerca das indicações de Távora para as interventorias do Norte, encontramos o de Landri Sales:

Veio depois o ministro da Agricultura [Juarez Távora] com os interventores de Alagoas [Francisco Afonso de Carvalho] e Piauí. O primeiro veio despedir-se. O segundo, capitão Landri Sales, veio apresentar-se, expor a situação do estado e fazer vários pedidos para a administração do mesmo. *Só então conheci esse oficial, de quem tive excelente impressão*<sup>417</sup>. (Grifo nosso)

---

<sup>412</sup>NETO; Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel. *Direito Constitucional, teoria, história e métodos de trabalho*. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 116

<sup>413</sup> PANDOLFI, op. cit., p. 348.

<sup>414</sup> Ibid. p. 342.

<sup>415</sup> Ibid. p. 347-348.

<sup>416</sup> “À tarde, (...) compareceram também os interventores da Paraíba [Gratuliano de Brito] e do Sergipe [Augusto Maynard], que eu ainda não conhecia. Vargas, op. cit., p. 151. Registrado em 11 de novembro de 1932.

<sup>417</sup>VARGAS, Getúlio. *Diário*. v.1. São Paulo: Siciliano, 1995, p.48.

O registro é de 4 de abril de 1933 e evidencia que Vargas não conhecia pessoalmente o capitão Landri Sales. Neste período a Delegacia do Norte já havia sido extinta, no entanto, a ida de Juarez Távora e Landri Sales ao Catete indicava que mesmo sem tal posto, Távora ainda possuía uma forte influência política na região. Landri Sales foi um dos mais importantes nortistas envolvidos no movimento de 1930. O então interventor piauiense participava ativamente das nomeações dos governadores provisórios, estando diretamente envolvido na nomeação e também na deposição de alguns chefes estaduais<sup>418</sup>. Landri Sales não era o único interventor que Vargas não conhecia pessoalmente<sup>419</sup>, o que ilustra a confiança que depositava no crivo de Távora ao nomear interventores nortistas.

Landri Sales respondia por toda a ocupação militar desde o Piauí até o Pará, e foi o primeiro auxiliar de Távora nas nomeações dos novos governantes. Dos poemas destacados no acervo<sup>420</sup> pessoal de Juarez Távora, a canção de vitória de Raul Rocha, de Camocim, Ceará o descreve como herói. Rocha descreve vários “revolucionários” nortistas como “brilhantes”, “guerreiros”, “nobres”, “valentes”, “valorosos” e “viris”. Dentre as descrições, a de Landri Sales chama atenção:

Landri Sales, tu és o esplendor  
Da energia – qual um Juarez –  
O Brasil te proclama o valor  
Deste provas de herói muita vez! (...)  
Seja bendita a memória  
Desse outro Juarez – sem rival –  
Joaquim Távora – a máxima glória  
Desse nosso Brasil Marcial!<sup>421</sup>

Uma carta escrita por Constantino de Moraes Correia<sup>422</sup> para Távora em 12 de novembro de 1930 procura exaltar a influência e o significado de sua figura para a cidade de Parnaíba. A carta traz uma retrospectiva de momentos da história do Brasil, para situá-lo como novo herói. Para o parnaibano, o “civilismo de Rui Barbosa de 1910”, a “Reação Republicana de Nilo Peçanha em 1921” e a própria campanha eleitoral da Aliança Liberal, de 1929, representam “divergências momentâneas na onipotência do Catete” e tinham uma importância menor. As

<sup>418</sup>A influência de Landri Sales pode ser medida, dentre outras fontes, pelas cartas que trocava com Juarez Távora, principalmente na decisão de nomear os governos provisórios quanto na decisão de militarizar as interventorias. Cf.: Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.05.00 (1995-1997/3695).

<sup>419</sup> “À tarde, (...) compareceram também os interventores da Paraíba [Gratuliano de Brito] e do Sergipe [Augusto Maynard], que eu ainda não conhecia”. Cf.: Vargas, op. cit., p. 151.

<sup>420</sup>Acervo de Juarez Távora esta disponível em:

< docvirt.com/docreader.net/webindex/WIBib/DocPolFunc >.

<sup>421</sup> Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.05.00 (870/3695).

<sup>422</sup> Constantino de Moraes Correia foi contador, comerciante, jornalista, intendente de Parnaíba e presidente da Associação Comercial de Parnaíba no biênio de 1927/1928.

raízes da liderança de Távora estariam nos movimentos tenentistas de 1922 e 1924, iniciados com “a epopéia homérica dos 18 Leônidas brasileiros”, referindo-se aos dezoito do Forte de Copacabana e à atuação do então “bravo tenente Juarez Távora”. Daí nasceu, para o autor, a Coluna Prestes, na qual “era Prestes o Cavaleiro da Esperança! Mas a esperança feneceu! É Juarez o Cavaleiro da Realização, o Capitão do Norte, o General da Vitória, o Bolívar do Brasil.” Portanto, nessa interpretação, “a República de 1889 foi fundada pelos ‘tenentes do positivismo’ e foi deturpada pelos conselheiros da Monarquia. A República de 1930 foi salva pelos tenentes dos exércitos aliados ao povo”, com destaque para Juarez Távora. Assim, Constantino de Moraes Correia conclui sua carta exortando-o a aceitar seu lugar de “São Pedro” na “religião cívica” do pós-1930:

Juarez Távora, o Brasil estancou às bordas do abismo em que ia precipitar-se. Salve-o! Arranque-o das garras da politicalha profissional! João Pessoa é o Cristo político da Pátria! Morreu redimindo a Nação! Seja Juarez Távora o São Pedro da nossa religião cívica: seja Juarez a pedra angular sobre que fundaremos a nova nacionalidade! Apelamos para o vosso patriotismo! Aceitai a missão! Salvai o Brasil!<sup>423</sup>

Távora foi retratado não só como o general da vitória, ou defensor do Norte, mas também como um herói militar de toda a nação. O anuário apresenta uma construção de duas faces a respeito do personagem: nacional e do Norte; militar e política. O poema abaixo reproduzido, retirado das páginas do *Almanaque*, representa bem os seus posicionamentos políticos.

O *Almanaque*, na década de 1920, mostrou-se crítico da dominação das oligarquias de Minas Gerais e de São Paulo, como indicado nos artigos mencionados na abertura desse capítulo, buscava a inserção do Norte no jogo político e econômico do país. Já na edição de 1932, lembrou os levantes militares na cidade do Rio de Janeiro em 5 de julho de 1922, tema do seguinte poema:

Roncos terríveis dos canhões enormes,  
Secos estalados da metralha irada,  
De pequenos fuzis brados disformes,  
Gritos de fúria louca assoberbada

Estremeciam toda a imensa terra,  
Era um grupo que brandando,  
Rasgava o espaço num fragor de guerra,  
Mares e céus enfim tudo abalando

---

<sup>423</sup>CORREIA, Constantino de Moraes. *Carta a Juarez Távora*. Parnaíba, 12 de novembro de 1930. n.p.

Dezoito loucos: loucos de heroísmo,  
 Que aos disformes titãs da antiga Grécia  
 Se assemelhavam em rígido estoicismo,  
 Naquela sobre-humana peripécia.

Os monstros gregos, sobrepondo os montes,  
 Davam combates aos deuses imortais.  
 Apenas raia o sol lá no horizonte,  
 Dezoito apenas contra mil rivais

Uma idêntica empresa formulavam  
 No ensangüentado campo de batalha,  
 Por testemunha tendo o céu que amavam,  
 E o pavilhão da pátria por mortalha.<sup>424</sup>

O *Almanaque* constrói uma versão da história da Revolução de 1930 e do regime Vargas de forma retrospectiva, propondo uma linha de continuidade, como um desdobramento quase “necessário” entre os levantes de 1922 e 1930. Aborda as insatisfações da década de 1920 e num segundo momento traz o prestígio e a heroicização dos revolucionários, “loucos de heroísmo”, “deuses imortais”. Por meio dessas homenagens, em um contexto que buscava reordenar os sentidos políticos e a História do país, o *Almanaque* atuava como espaço de construção de políticos “vitoriosos”, buscando consagrar “os célebres da Revolução”<sup>425</sup> como heróis.

Figura 36- Vultos Celebres da Revolução.



<sup>424</sup>CASTELO BRANCO, Renato. Os dezoito do forte. In: *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 9, 1932, p. 72

<sup>425</sup>CELEBRES DA REVOLUÇÃO. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 9, 1932, p. 47.

Legenda: “Vultos celebres da Revolução – 24 de outubro de 1930”. Fonte: VULTOS CELEBRES. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 9, 1932, p. 47.

Ao centro da composição de fotografias que aparece na imagem publicada pelo anuário em 1932, na parte superior e em tamanho maior, está a imagem de Getúlio Vargas, logo abaixo Oswaldo Aranha “amigo pessoal de Vargas e grande articulador da Revolução de 30”<sup>426</sup> e Antonio Carlos; no canto superior direito Juarez Távora; no canto superior esquerdo está a imagem de João Pessoa, vice de Getúlio Vargas na chapa de oposição à presidência da República para as eleições de 1 de março de 1930. A composição de fotografias traz ainda os interventores nomeados e alguns personagens que haviam dado apoio político à campanha da Aliança Liberal, como Joaquim Francisco de Assis Brasil e Olegário Maciel.

O *Almanaque* passou a jogar luz na elaboração de um projeto de país, articulado e propagado pelos interesses ligados ao “grupo de revolucionários da causa”<sup>427</sup>. Nesse sentido, publicou a fotografia do “grupo de revolucionários após a vitória da causa, em pose especial para o *Almanaque da Parnaíba*”,<sup>428</sup> e a fotografia do “Engenheiro Civil Samuel Antonio dos Santos”<sup>429</sup>, Prefeito Revolucionário de Parnaíba<sup>430</sup>.

Os editores do *Almanaque* entendiam o impacto que as imagens poderiam exercer sobre os leitores e o contexto político e social tornou-se também parte das discussões do editorial<sup>431</sup>. Fica evidente pelas imagens publicadas que a figura dos políticos em destaque foi mobilizada de diversas formas logo após a vitória do movimento de 1930. Embora a recepção dessas homenagens seja difícil de ser avaliada, se somada à carta do parnaibano Constantino de Moraes Correia enviada a Juarez Távora, é possível dizer que em Parnaíba e no *Almanaque* eles foram alçados à condição de heróis nacionais, sendo homenageados, reconhecidos e aclamados por

<sup>426</sup> OLIVEIRA, Jônatan Coutinho da Silva de. Oswaldo Aranha e a política externa de Getúlio Vargas (1934-1944). XIV Encontro Regional da Anpuh, Memória e patrimônio. Rio de Janeiro, 2010, p. 3.

<sup>427</sup>REVOLUÇÃO EM Parnaíba. Grupo de revolucionários fotografados, após a vitória da causa, em pose especial para o *Almanaque da Parnaíba*. In: *Almanaque da Parnaíba*, ano 8, 1931, p. 111.

<sup>428</sup>REVOLUÇÃO EM Parnaíba. Grupo de revolucionários fotografados, após a vitória da causa, em pose especial para o *Almanaque da Parnaíba*. In: *Almanaque da Parnaíba*, ano 8, 1931, p. 111.

<sup>429</sup>Samuel Antonio dos Santos foi nomeado prefeito de Parnaíba “por portaria de 6 de outubro de 1930, tomando posse no mesmo dia, cargo que exerceu até 17 de abril do ano seguinte”. In: PASSOS, Caio. *Cada rua sua história*. Parnaíba: IOCE, 1982, p.316.

<sup>430</sup>REVOLUÇÃO EM Parnaíba. Engenheiro civil, Samuel Antonio dos Santos, prefeito revolucionário de Parnaíba. In: *Almanaque da Parnaíba*, ano 8, 1931, p. 115.

<sup>431</sup>Sobre a análise dos editoriais e dos redatores dos periódicos, Marco Morel ao tratar da imprensa na primeira metade do século XIX, assevera que os mesmos eram agentes culturais e políticos e que tinham nome e rosto dentro de uma sociedade. Para o autor, os redatores dos periódicos eram, com frequência, construtores do Estado Nacional, tendo de se levar em consideração as nuances e a complexidade da produção, circulação, consumo e papel social do fazer da imprensa no Brasil. MOREL, Marco. O surgimento da imprensa periódica: ordenar um espaço complexo. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 2008

seus “feitos”. Trata-se de uma heroicidade construída após outubro de 1930, que procura divulgar e reconhecer as trajetórias de líderes políticos exaltados como grandes figuras regionais e nacionais.

Além da questão da recepção dos textos e das imagens do *Almanaque*, identificamos interesses mais propriamente políticos, de construir alianças, demonstrar apoio (dos que escrevem, dos editores, dos políticos locais) e “bajular” lideranças. Para além da elaboração/difusão de ideias e versões sobre o novo governo, fica evidente também o uso do periódico para construir/reconstruir vínculos mais propriamente políticos com as novas forças no poder.

Abaixo temos a imagem do Interventor Federal, o tenente Landri Sales publicada no *Almanaque* em 1932.

Figura 37 - Interventor Landri Sales



Fonte: ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba, ano 9, 1932, p. 16.

O “tenente Landri Salles Gonçalves”, “interventor federal” como destaca o *Almanaque*, foi retratado de farda, sua imagem está dentro de uma estrela, o que representa honraria militar. A publicação deu destaque à sua carreira e buscou ressaltar sua imponência como líder militar.

Segundo Antonio Maurenir Verçosa de Melo<sup>432</sup> o interventor Ten. Landri Sales Gonçalves alinhou seu governo com as diretrizes da Delegacia Militar do Norte, conjuntamente com as ações do governo provisório, empreendeu reformas administrativas e econômico-financeiras, fez investimentos no setor industrial e rural e promoveu a construção de estradas e escolas. Nesse contexto político autoritário o *Almanaque da Parnaíba* procurou demonstrar os “feitos progressistas” do interventor.

O anuário empenhava-se em construir uma imagem enaltecida do chefe do estado, dos seus nomeados e mais ainda do governo provisório. Mais do que isso, dava destaque a transformações em curso por iniciativa governamental. Como exemplo, podemos citar a melhoria das estradas de rodagens, destacada como “uma das mais louváveis preocupações do governo municipal de Parnaíba e Buriti dos Lopes, o aperfeiçoamento de sua aparelhagem rodoviária realizada pelos operosos e respectivos intendentes, Dr. Carlos Marães Picanço<sup>433</sup> e coronel Thomaz Romão de Souza”<sup>434</sup>.

Esta dinâmica de destacar e enaltecer as reformas se intensificou ao longo dos anos 1930. Nesse sentido propunham apresentar uma cidade que se transformava em ritmo acelerado. A edição especial de 1933, por exemplo, comemorativa dos dez anos de circulação do anuário, foi voltada para essa divulgação. Nas palavras do editor Benedicto dos Santos Lima, a edição de 1933 festejava “toda a energia intelectual piauiense nas multifárias modalidades de sua projeção” e o “êxito obtido” desde o lançamento do almanaque<sup>435</sup>.

Os artigos davam um tom otimista à efeméride parnaibana. Como exemplo podemos citar um trecho do artigo “Parnaíba – o presente”, que destaca “a situação privilegiada a poucos quilômetros do mar que destinou-lhe uma missão especial no seio da comunidade piauiense, como seu empório comercial por excelência. Daí o progredir contínuo que desfruta”<sup>436</sup>.

#### 4.3 ALMANAQUE DA PARNAÍBA: A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA NACIONAL

Por meio da propaganda, o Governo Provisório empreendia um esforço de destacar cada comemoração ou inauguração a que Vargas comparecesse, enaltecendo sua figura e suas realizações. O *Almanaque* também enaltecia sua figura e se dedicava a publicar e destacar

---

<sup>432</sup>MELO, AntonioMaurenir Vaz Verçosa de. *Compartilhando ideias e tecendo o poder: atuação dos intelectuais piauienses na Era Vargas no Piauí (1930-1945)*. Tese (Doutorado) apresentada ao Programade Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ/FFP. São Gonçalo, 2021, p. 166.

<sup>433</sup>Intendente de Parnaíba de 1º de janeiro de 1929 a 4 de outubro de 1930.

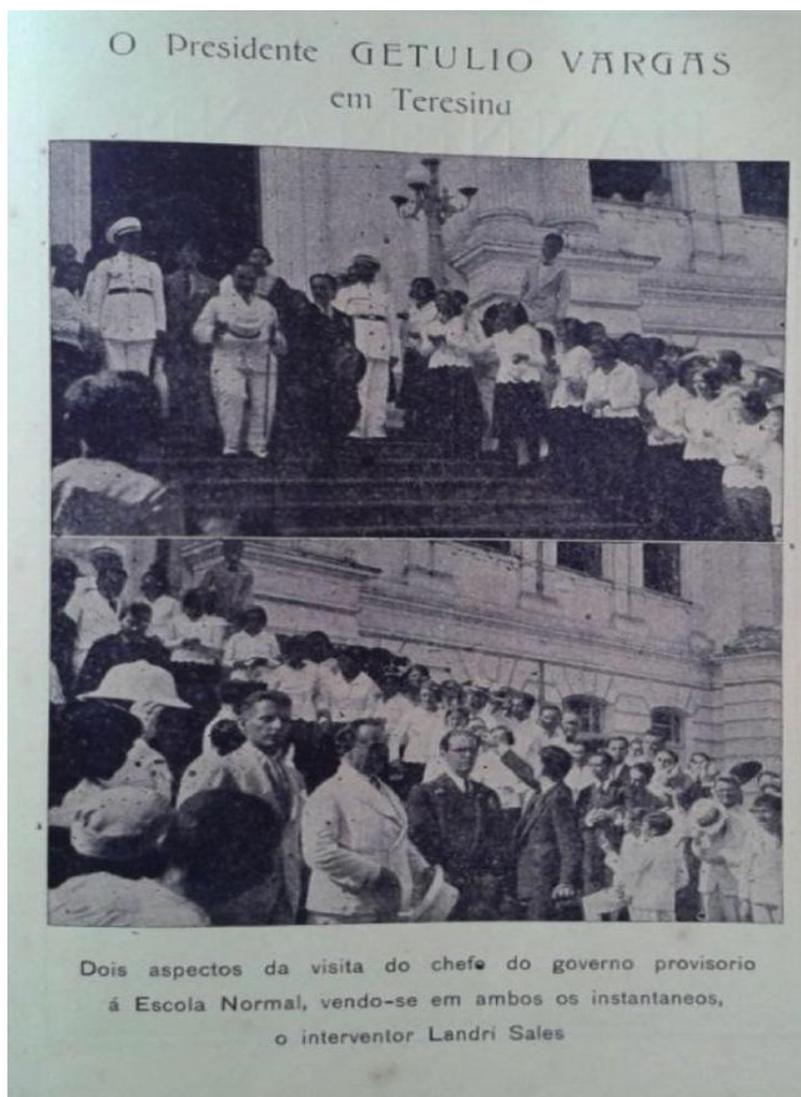
<sup>434</sup>COMUNICAÇÕES INTERMUNICIPAIS. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 7, 1930, p. 8-9.

<sup>435</sup>DEZ ANOS. *AlmanaquedaParnaíba*. Parnaíba, ano 10, 1933, n.p.

<sup>436</sup>PARNAÍBA – O PRESENTE. *AlmanaquedaParnaíba*. Parnaíba, ano 10, 1933, p. 89.

aspectos de seu governo, a importância da Revolução de 1930 e ainda a celebrar e divulgar as inaugurações e reformas urbanas em Parnaíba e em outras cidades do Piauí. O anuário publicou o registro fotográfico da visita de Getúlio Vargas à capital Teresina, realizada no dia 23 de setembro de 1933:

Figura 43 - O presidente Getúlio Vargas em Teresina



Fonte: O PRESIDENTE GETULIO Vargas em Teresina. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 11, 1934, p. 205.

As imagens tratam da visita do chefe do Governo Provisório à capital piauiense. Na primeira imagem do recorte fotográfico publicado no *Almanaque* vemos Vargas de terno branco e chapéu panamá, ao lado de Landri Sales e Felismino Freitas, diretor de Instrução Pública no

Piauí, na escadaria da Escola Normal de Teresina. Ambos desciam as escadas entre um corredor de admiradores, possivelmente estudantes; o fotógrafo registra seus rostos voltados para Vargas.

Na segunda imagem temos o interventor Landri Sales, Vargas e os dois ministros que o acompanhavam, José Américo de Almeida (Viação e Obras Públicas) e Juarez Távora (Agricultura) e um grande número de piauienses que os recepcionavam.

Vários eventos festivos foram divulgados nas páginas do anuário, diversas inaugurações na cidade, eventos promovidos para legitimar as ações do interventor, associando-as ao governo de Vargas. Na edição de 1934 do *Almanaque da Parnaíba*, há um calendário de comemorações, intitulado “Festas Nacionais Brasileiras”:

- 1 de Janeiro – Fraternidade Universal
- 21 de Abril – Execução de Tiradentes (1792)
- 1 de Maio – Festa do Trabalho
- 7 de Setembro – Independência do Brasil (1822)
- 2 de Novembro – Comemoração Geral dos Mortos
- 15 de Novembro - Proclamação da República (1889)
- 25 de Dezembro – Natal<sup>437</sup>

Salânia Maria Barbosa Melo<sup>438</sup>, ao analisar a construção de uma cultura cívica republicana no Piauí, afirma que o século XX delineou a construção de uma memória nacional, pautada em uma cultura política autoritária e nacionalista, em um movimento que envolveu intelectuais e políticos que idealizavam o estado.

Com a Revolução de 1930, identificamos no *Almanaque* a construção dessa memória, pautada na publicação de fotografias das visitas do interventor, de fotografias das transformações do centro urbano da cidade, de um calendário com as festas nacionais brasileiras e de publicações dedicadas a esses ciclos, com comemorações e festas que tiveram um papel importante na construção de uma nova imagem de Parnaíba, do Piauí e da nação. O *Almanaque* atuava como propagador de um conjunto de valores: morais, culturais e políticos, empenhado na construção de uma cultura política que legitimasse e sustentasse o governo de Vargas.

---

<sup>437</sup> FESTAS NACIONAIS Brasileiras. *Almanaque da Parnaíba*, ano 11, 1934, p. 5.

<sup>438</sup>Melo enfatiza a construção da memória cívica piauiense, especificamente para celebrações escolares. Cf.: MELO, Salânia Maria Barbosa. *A construção da memória cívica: as festas escolares espetáculos de civilidade no Piauí (1930 – 1945)*. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade do Estado do Ceará – UFC. Fortaleza, 2009, p. 26.

Segundo Melo<sup>439</sup> durante o Governo de Vargas, houve uma (re) construção do imaginário nacionalista, que procurou edificar, através de rituais cívicos, imagens e símbolos nacionais, um conjunto de valores culturais, normativos e sociais e que corroborassem com os princípios e projetos do grupo que se estabeleceu no poder. O *Almanaque* busca forjar uma identidade nacional utilizando elementos simbólicos que foram retomados e reapropriados, como a imagem de herói nacional de Tiradentes e a própria imagem de Vargas. Assim, percebemos a tentativa da construção de uma História oficial e de uma memória oficial. Segundo observa BronislawBaczko:

[...] é por meio do imaginário que se pode atingir não só a cabeça, mas de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e observações, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro<sup>440</sup>

A partir do que inferiu Baczko, a simbologia presente nas imagens, nos discursos, nos calendários, por exemplo, atua de forma eficaz, capaz de legitimar um governo recém-instalado frente a seus cidadãos.

Percebe-se claramente, nas páginas do *Almanaque*, a utilização de um conjunto de imagens para a construção de uma História Oficial, buscando forjar sentimentos coletivos, e o novo governo.

Desde sua criação, o *Almanaque* trazia nas páginas iniciais o calendário anual que divulgava as festas religiosas fixas e outras festas, como a quarta-feira de cinzas, o sábado de aleluia, o domingo de Páscoa, além das fases da lua. O calendário compreendia desde as festas sagradas, até as profanas, políticas e populares. A partir de 1934 surgia, abaixo do calendário principal, o que compreendia também as festas cívicas.

Quatro destas datas eram comemoradas com efetiva participação escolar: 21 de abril, que homenageava Tiradentes; 1º de Maio, o dia do trabalho, amplamente comemorado em todo território nacional dada a ênfase da política trabalhista; 7 de setembro e 15 de novembro.

O dia 7 de setembro, por exemplo, segundo se afirmava na edição de 1939, já no Estado Novo, “constituiu em 1938 uma data verdadeiramente consagradora, dado os festejos cívicos realizados em todo o Brasil, com o máximo de entusiasmo de distinção”<sup>441</sup>. Os textos e fotografias do *Almanaque* eram dedicados a festejar o nacionalismo e o regime de Vargas, como vemos abaixo:

---

<sup>439</sup>Ibid.p. 26.

<sup>440</sup> BACZKO, Bronislaw. *Los Imaginarios Sociales*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985, p. 25.

<sup>441</sup>SEMANA DA PÁTRIA. *Almanaque da Parnaíba*, ano 16, 1939, p. 133.

Figura 38 – Semana da Pátria.



Fonte: SEMANA DA PÁTRIA. *Almanaque da Parnaíba*, ano 16, 1939, p. 133

A fotografia acima é um registro de uma das festas “da Semana da Pátria, em Teresina, quando o bacharel Mario Batista falava ao povo. À direita, vê-se o interventor do Estado, Dr. Leônidas de Castro Melo”<sup>442</sup> e outras figuras de destaque que compõem o seu “Governo progressista, que se vem moldando dentro dos salutareis princípios do Estado Novo”<sup>443</sup>.

Leônidas Melo<sup>444</sup> governou por mais tempo o estado do Piauí, entre 1935 e 1945. Em 3 de maio de 1935, assumiu o governo constitucional, permanecendo até 10 de novembro de 1937. Apoiando o golpe desse mês, foi mantido no cargo, agora na condição de interventor federal, até o ano de 1945. Segundo Roberto John Silva:

O médico Leônidas de Castro Mello foi o político que mais tempo governou o Estado do Piauí em mandatos consecutivos, em um momento conturbado da vida política nacional -de 3 de maio de 1935 a 29 de outubro de 1945. O que chama a atenção é que não pertencia a família importante no Estado. Ao contrário, era filho de uma modesta família de comerciantes de Barras, no Norte do Piauí. Trata-se do típico profissional liberal que, pelas qualidades individuais, é cooptado pelo tenentismo após a Revolução de 30. A credibilidade de Leônidas Mello, junto à comunidade piauiense, deveu-se à circunstância de, depois de formado, haver chegado ao Piauí como médico assistente do deputado Armando Burlamaqui e o tê-lo acompanhado em sua excursão pelas principais cidades do Estado. Esse fato deu-lhe uma boa

<sup>442</sup>Ibid.p.133.

<sup>443</sup> Ibid. p. 133.

<sup>444</sup>O governo de Leônidas Melo foi marcado pelo movimento revolucionário liderado por Luís Carlos Prestes, a Aliança Nacional Libertadora. Leônidas Melo decretou estado de sítio e assim conseguiu a cassação das cartas de reconhecimento de sindicatos parnaibanos. Cf.: SILVA, Roberto John Gonçalves da. *Metamorfose das oligarquias: o caso do Piauí*. São Paulo, 1999, p. 123. Outro fato que marcou o governo foram os incêndios das casas de palhas de Teresina. Cf.: NASCIMENTO, op. cit., p. 127. Em âmbito social, o período foi de proibições como falar em ambiente público e na rua. Cf.: CARVALHO, 2011, p. 16.

projeção profissional, tornando-o conhecido como médico não só em Teresina como no interior<sup>445</sup>

Silva ressalta ainda que o governador Leônidas Melo caiu nas “velhas” práticas políticas, “não escapou da prática de nepotismo, ao nomear desembargador, seu irmão Eurípedes de Mello que não constava na lista indicada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, aposentando três desembargadores, fato este que quase se transforma numa crise institucional”<sup>446</sup>.

Figura 39 – Leônidas de Castro Melo



Fonte: GOVERNO PIAUIENSE. Almanaque da Parnaíba, ano 13, Parnaíba, 1936, p. 7.

A partir da implantação do Estado Novo “o interventor, bem como todos os seus auxiliares mais próximos, estiveram incumbidos de construir uma representação de um ‘Piauí Novo’ e que se encontrava em uma estrada contínua do progresso”<sup>447</sup>.

<sup>445</sup>SILVA, Roberto John Gonçalves da. *Metamorfose das oligarquias: o caso do Piauí*. Tese (Doutorado em Ciência Política) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.p.121.

<sup>446</sup>Ibid.p. 146.

<sup>447</sup> JÚNIOR, José de Arimatéa Freitas Aguiar; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. Entre reverências e descontentamentos: modernização, ufanismo e os embates na interventoria de Leônidas de Castro Melo no Piauí (1935-1945). *Cadernos do tempo presente*, v. 13, n. 01, São Cristóvão - SE, jan/jun. 2022, p. 13.

No seu governo foi implantado o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) para um maior rigor na fiscalização do setor, que era subordinado e mantinha um representante no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Além de garantir a vigilância exigida em âmbito local, o DIP produzia textos e materiais audiovisuais que serviram de propaganda do governo. Sua cartilha interna definia suas atribuições:

[...] centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa (...) fazer a censura do teatro, do cinema, funções recreativas e esportivas (...) da radiodifusão, da literatura (...) e da imprensa(...) promover, organizar, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas ou exposições demonstrativas das atividades do Governo<sup>448</sup>

O DEIP assim como o DIP fazia uma propaganda bem direcionada à figura de Vargas e ao desenvolvimento do Brasil, em especial do Piauí. O livro *Oito anos de governo* apresenta essa preocupação, de construir uma imagem positiva do estado em esfera nacional:

O Piauí possui aspectos verdadeiramente invulgares, quer pela multiplicidade de seus potenciais, quer pela rápida expansão de sua riqueza econômica, quer ainda pela magnífica capacidade de trabalho de sua gente. Todos esses aspectos tem sido devidamente postos em relevo pelos serviços do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, em conexão com o DIP federal<sup>449</sup>.

Thamyres Sousa assinalou que o decreto-lei n. 2.557 de setembro de 1940, que criou o DEIP, demonstrava o interesse do Governo “em promover sua opinião e boa reputação em todos os cantos do país”<sup>450</sup>. Nesse contexto, o *Almanaque* constrói uma narrativa com o objetivo de ampliar o significado do Estado Novo, tendo por início os acontecimentos de 1930. Partia do pressuposto de que o novo regime objetivava salvar o país do “caos” instalado pela “República das oligarquias”. Segundo Ângela de Castro Gomes, o Estado Novo não teve destaque somente pela história política e econômica; foi um período crucial também para a história intelectual e pela política cultural implementada.

É assim que compreendemos o processo de produção – divulgação de uma história do Brasil durante o Estado Novo – como um capítulo dessa política cultural mais abrangente e, principalmente, como investimento intelectual que

---

<sup>448</sup>GOULART, Silvana. *Sob a Verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo. Marco Zero 1990, p. 53.

<sup>449</sup>CENTRO PIAUIENSE. *Oito anos de governo: a administração de Leônidas de Castro Melo no Piauí*. Teresina: D.E.I.P., 1943, p. 61.

<sup>450</sup>SOUSA, Thamyres. O silenciamento dos jornais piauienses durante o Estado Novo. In: Rêgo, Ana Regina; QUEIROZ, Teresinha; MIRANDA, Marcela. *Narrativas do jornalismo & narrativas da história*. Porto: Mediaxxi, 2014, p. 24.

justifica pelo momento – chave que o processo de constituição do Estado Nacional no Brasil atravessava<sup>451</sup>

Esse processo de produção e divulgação do Estado Novo é identificado através das fotografias das inaugurações, no ato de expor ao público os benefícios adquiridos no novo cenário político. Dentre as inaugurações divulgadas pelo anuário temos a Ponte Metálica João Luís Ferreira, que ligava o estado do Piauí ao Maranhão, em 2 de dezembro de 1939. A realização foi festejada pelo *Almanaque*, como a primeira ponte construída sobre o Rio Parnaíba. O anuário divulgava as etapas da sua construção ao passo que enaltecia o trabalho dos interventores, como observamos na imagem abaixo:

Figura 39 – Obra da Ponte João Luís Ferreira



Fonte: ALMANAQUE DA PARNAÍBA, ano 13, 1936, p.212.

A fotografia apresenta uma visita do “operoso ex-interventor Landri Sales”<sup>452</sup> e dos engenheiros responsáveis pela construção da ponte João Luís Ferreira. Sobre a construção da Ponte, o *Almanaque* afirma ser a mesma “uma das mais palpitantes aspirações do povo piauiense. Tal ‘desideratum’ foi conseguido satisfatoriamente, já no fim do governo Landri Sales, e está em franco progresso a construção da grande obra”<sup>453</sup>.

Outras duas obras ganharam destaque no ano de 1941: a construção do Hospital Getúlio Vargas, inaugurado por ocasião do sexto aniversário de governo de Leônidas Melo, e o prédio sede do Arquivo Público do Piauí.

<sup>451</sup> GOMES, Angela Maria de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 22.

<sup>452</sup> PONTE JOÃO Luís Ferreira. *Almanaque da Parnaíba*, ano 13, 1936, p. 212.

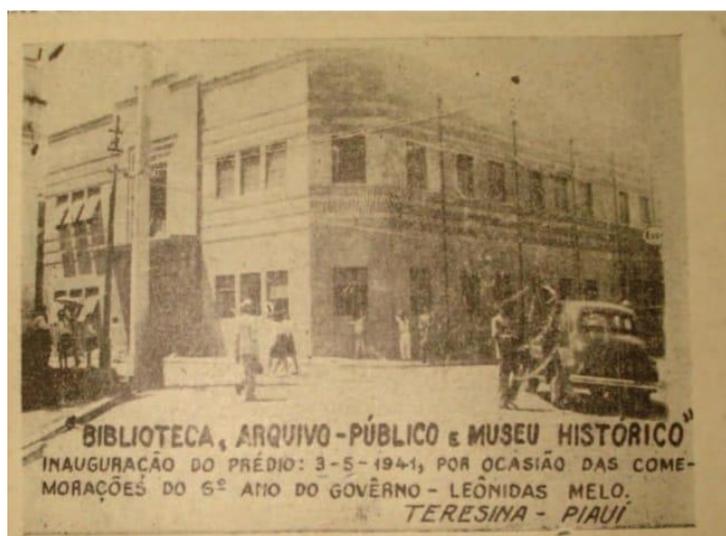
<sup>453</sup>Ibid. p.212.

Figura 40 – Hospital Getúlio Vargas



Fonte: ALMANAQUE DA PARNAÍBA, ano 19, 1942, p.199

Figura 41 – Arquivo Público do Piauí



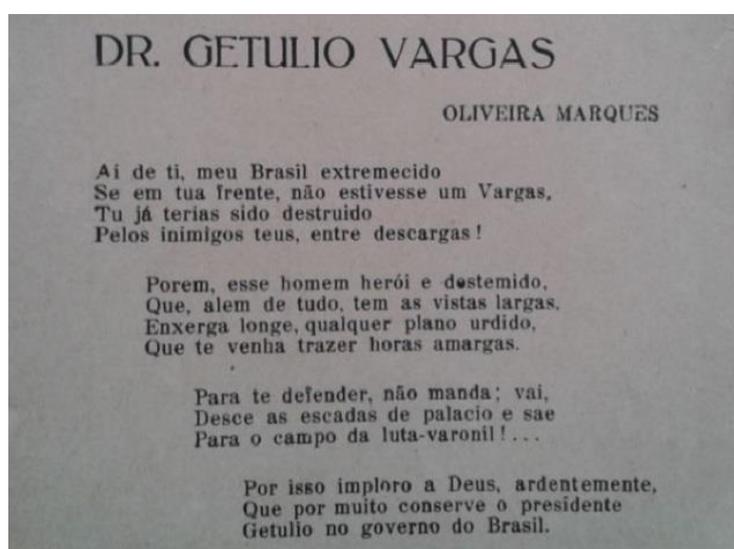
Fonte: ALMANAQUE DA PARNAÍBA, ano 19, 1942, p.199

As fotos dos prédios inaugurados compunham a construção do discurso de unidade e desenvolvimento nacional pelo *Almanaque da Parnaíba*. Maria Helena Capelato, analisando as cerimônias públicas, em consonância com os meios de comunicação, afirma que estes “forjaram apoios, de modo que as festividades assumiram um papel importante no espetáculo político na ditadura varguista”<sup>454</sup>, por meio de cerimônias arquitetadas para saudar o chefe da nação e os novos tempos.

<sup>454</sup>CAPELATO, Maria Helena. (Org.). *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: UNESP, 2009, P. 89.

O *Almanaque* utilizou imagens de inaugurações e comemorações durante o Estado Novo, como, por exemplo, as inaugurações por ocasião do aniversário do Governo Leônidas Melo, como mencionam as legendas das figuras 40 e 41. Inauguração de obras públicas, festas em homenagens a figuras políticas, em suma, quase tudo é revestido de um clima comemorativo e festivo e tinha também como função pedagógica apresentar a cidade de Parnaíba envolvida nesse projeto de desenvolver a propaganda do regime em esfera local. O *Almanaque* com frequência enaltecia Vargas, como vemos abaixo:

Figura 42 - Homenagem a Vargas.



Legenda: “DR GETULIO VARGAS”. Fonte: MARQUES, Oliveira. Dr Getúlio Vargas. Almanaque da Parnaíba, ano 19, 1941, p.167.

O *Almanaque* reproduziu ainda, na capa da edição de 1940, o quadro “Sentinelas do Brasil”, de Nestablo Ramos<sup>455</sup>, que retratava Getúlio Vargas.

---

<sup>455</sup> “Nestablo Ramos nasceu em alcátara- MA em 1883, na década de 1920 mudou-se para Parnaíba, no Piauí, onde fundou o Palace Cinema. Faleceu nesta cidade em 1946, em um acidente de avião”. In: CERQUEIRA, Daniel Lemos. Nestablo Ramos. APEM, 2014. p. 1.

Figura 44- Capa do Almanaque de 1940



Legenda: Fonte:ALMANAQUE DA PARNAÍBA.Parnaíba, ano 17, 1940.

A pintura trás Vargas em primeiro plano, tendo ao fundo o perfil do morro do Corcovado, no Rio de Janeiro, e a bandeira nacional, com destaque para a palavra ‘ordem’, termo que o pintor busca associar a Vargas e ao Estado Novo.

O *Almanaque* potencializava a circulação dessas imagens que convergem para a figura do líder, atribuindo-lhe significados de condutor e de protetor da nação. Conforme assinalado por Verônica Costa<sup>456</sup>: “uma ação sutil na composição iconográfica promove uma adequação na bandeira para encadear o termo ‘ordem’ e o rosto do presidente, criando uma refinada vinculação entre o ideal de ordem e a figura de Getúlio Vargas. A centralidade da imagem de Vargas no primeiro plano, tendo ao fundo a bandeira do Brasil como representação da república e da nação, compõe a tríade da ordem”.

---

<sup>456</sup> COSTA, Verônica Albano Viana. *Entre imagens e palavras: educação e nacionalismo no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado em Conhecimento e Inclusão Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009, p. 134.

A presença de Getúlio Vargas como o eixo simbólico do Estado Novo é um argumento recorrente<sup>457</sup> nas imagens veiculadas no *Almanaque*, sobretudo remetendo ao momento político. Com a implantação do Estado Novo, edificou-se a imagem de um modelo de sociedade fundado numa concepção de ordem que transcendia os destinos e interesses individuais, convergindo-os para uma entidade maior, “a pátria brasileira”.

Baczko, ao discorrer sobre os mitos nacionais, afirma que a representação de pátria torna-se seu elemento constitutivo, o lugar de investimentos privilegiados de representações utópicas<sup>458</sup>.

Entretanto, faz-se necessário destacar que a projeção da nação imaginada deu uma outra qualidade às representações estadonovistas, nas palavras do autor:“(...) a representação do futuro, realização do progresso, é o eixo em que assenta e roda a narrativa sobre a história, assim como é ela que constitui o lugar onde vão alojar-se as imagens”<sup>459</sup>. No Estado Novo brasileiro, tratava-se de imagens de um desenvolvimento econômico e social sobre o qual se assentou um projeto de organização e concepção de uma sociedade idealizada.

#### 4.4 ADEMAR NEVES E MIRÓCLES CAMPOS VERAS: OS PREFEITOS DE VARGAS

##### 4.4.1 Ademar Neves, o remodelador da cidade

Conforme nos referimos no primeiro capítulo dessa tese, durante o Governo Provisório de Vargas, a cidade de Parnaíba teve como prefeito Ademar Neves. O *Almanaque*, daria grande destaque para as transformações na infraestrutura urbana realizadas durante sua administração. Ressaltamos, das matérias publicadas, a preocupação em relatar um “prefeito remodelador”, cujas medidas atendiam aos interesses da elite parnaibana. Para valorizar essas medidas o *Almanaque* publicou imagens e fez um dossiê com o propósito de divulgar e valorizar a gestão de Ademar Neves. Segundo o anuário, a gestão foi responsável por apresentar um novo panorama, uma cidade com ruas calçadas, “cobrindo mais de 30 mil metros quadrados”<sup>460</sup>.

Conforme referido, Ademar Gonçalves Neves nasceu em Parnaíba em 1883, filho do major Felipe Gomes Neves, de ascendência portuguesa, e de Maria Madalena Gonçalves.

---

<sup>457</sup>VULTOS CELEBRES. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 9, 1932, p.47./ O PRESIDENTE GETULIO Vargas em Teresina. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 11, 1934, p. 205

<sup>458</sup>BACZKO, Bronislaw. Utopia. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 5, 1985, p. 373.

<sup>459</sup> Ibid. p. 373.

<sup>460</sup>GOVERNO MUNICIPAL. *Almanaque da Parnaíba*, ano 10, 1933, p. 43.

Depois de completar seus estudos em Manchester, na Inglaterra, onde se formou em Contabilidade e Comércio. Neves assumiu a firma comercial da família e em pouco tempo, se destacou como um dos sólidos comerciantes de Parnaíba. Após a Revolução de 1930, o Interventor Federal no Piauí, Landri Sales, solicitou à Associação Comercial de Parnaíba a indicação de um nome para assumir o Governo Municipal. Ademar Neves foi escolhido e assumiu a administração da cidade em 25 de fevereiro de 1931, permanecendo no cargo até 25 de maio de 1934. Este período foi marcado por uma série de medidas visando a modernização da infraestrutura urbana de Parnaíba. De sua tentativa de modernizar a cidade tomando como parâmetros os grandes centros urbanos brasileiros e europeus, Ademar Neves foi representado como o “remodelador” da cidade<sup>461</sup>. Segundo o *Almanaque*, o prefeito foi responsável pelo embelezamento urbano, destacado nos seguintes termos na edição de 1933:

Embelezamento urbano- O prefeito Ademar Neves iniciou o serviço de calçamento da cidade, a pedra tosca, já estando construída uma área de cerca de 20 mil metros quadrados, abrangendo a Praça da Matriz e as ruas Duque de Caxias, Câmara, 28 de julho, Miranda, Glória, Braga, Sousa Martins, Passeio, Sol, Visconde de Itaboraá, Riachuelo, Pires Ferreira, Marquês do Herval, praças Jonas Correia e 24 de Janeiro. Os serviços prosseguem, já tendo sido gastos cerca de 130 contos de réis.<sup>462</sup>

Sob a administração de Ademar Neves, além do calçamento “as ruas foram arborizadas, as praças ganharam jardins, a limpeza pública se estendeu aos subúrbios, inauguraram-se o mercado de frutas, e a rede elétrica passou por reformas”<sup>463</sup>.

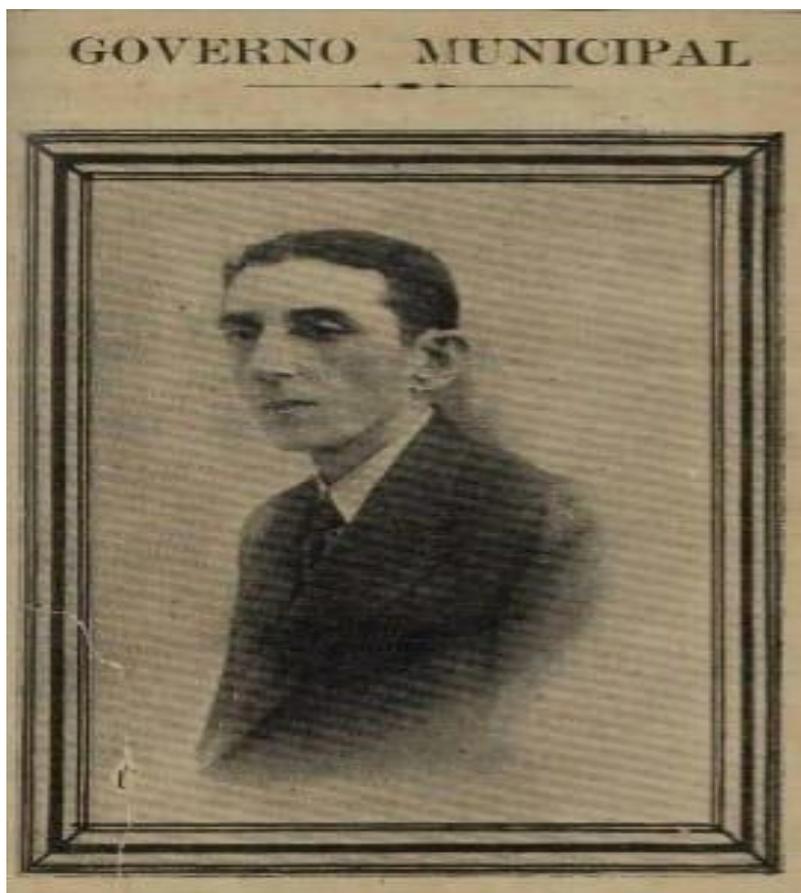
---

<sup>461</sup> “Após sua administração, foi morar no Rio de Janeiro, onde ainda trabalhou para a firma Moraes S/A e como Tesoureiro Auxiliar da Casa da Moeda. Ademar Neves faleceu em 7 de fevereiro de 1954 e foiseppultado no cemitério do Caju, naquela cidade”. In: *Ademar Gonçalves Neves: “o remodelador da cidade”*. Parnaíba, PI: Gráfica Americana, 1983, p. 26.

<sup>462</sup> PARNAÍBA – O PRESENTE. Almanaque da Parnaíba, ano 10, 1933, p. 93.

<sup>463</sup> MELO, Neuza Brito de Arêa Leão. *O Ecletismo parnaibano: hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX.* 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011, p. 52.

Figura 45– Ademar Neves, prefeito de Parnaíba



Fonte: GOVERNO MUNICIPAL. *Almanaque da Parnaíba*, ano 10, 1933, p. 43.

O *Almanaque da Parnaíba* atuou na tentativa de consolidar a imagem de Ademar Neves como um gestor comprometido com sua função. O anuário buscava consolidar também a imagem de uma urbe que se modernizava e empenhou seus esforços para exaltar as mudanças urbanas em curso. Abaixo podemos ver o quadro com os títulos dos artigos de destaque da edição comemorativa dos dez anos do anuário, em 1933:

Artigos sobre Parnaíba no *Almanaque da Parnaíba* de 1933.

Parnaíba – o passado

Parnaíba por dentro

Comemoração marcante, o aniversário do

Ginásio parnaibano

Parnaíba – o presente

Dossiê Embelezamento urbano

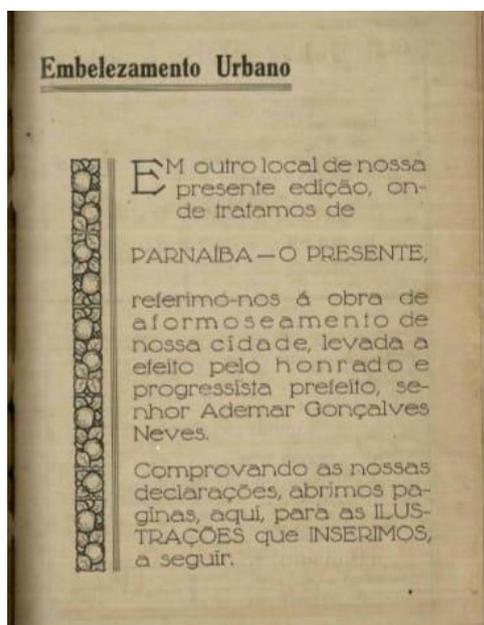
Conhecendo Parnaíba

Nossas praias

Parnaíba – Norte do Brasil

A edição comemorativa enaltecia as conquistas da cidade desde o charque até o comércio dos produtos extrativistas; propunha-se traçar um panorama urbano, desde as ruas estreitas de feições coloniais à Parnaíba de Ademar Neves. Também preocupou-se em apresentar toda a pujança da cidade através do dossiê *Embelezamento urbano*, no qual as conquistas foram legitimadas, festejadas e divulgadas através de uma série de fotografias. Abaixo imagem da capa do dossiê:

Figura 46 – Apresentação do dossiê Embelezamento urbano



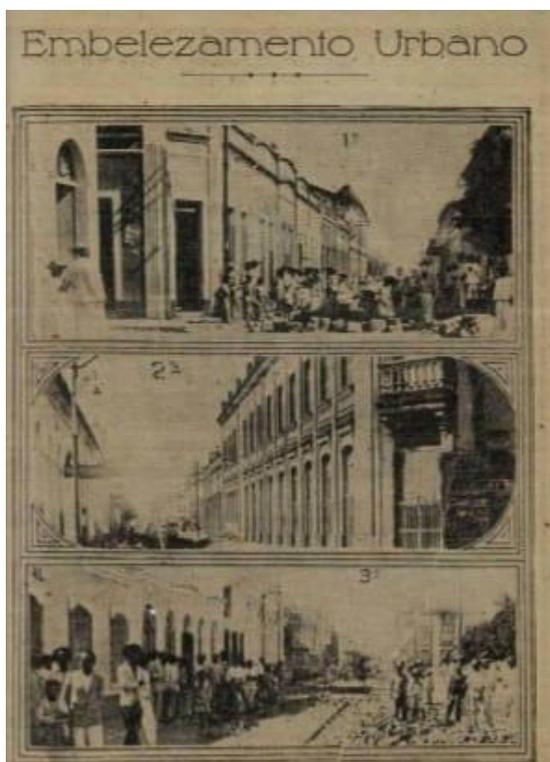
Fonte: EMBELEZAMENTO URBANO. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 10, 1933, p. 121.

Na apresentação do dossiê o editor refere-se à “obra de aformoseamento” da cidade “pelo honrado e progressista prefeito, senhor Ademar Gonçalves Neves”. O conteúdo do dossiê apresentava imagens da cidade “comprovando as declarações” já feitas pelo *Almanaque* sobre as transformações no espaço urbano.

O dossiê buscava dar o máximo de visibilidade ao trabalho do prefeito e ao que se celebrava como o “progresso” em curso na cidade. Divulgava-se assim o trabalho na estrada de ferro, as obras de calçamento e as reformas na Praça da Matriz. O que podemos encontrar de comum no dossiê é uma tentativa de consolidação de uma imagem de Parnaíba como espaço

urbano modernizado, buscando forjar “uma prova cabal do caráter modernizador e transformador da cidade”<sup>464</sup>.

Figura 47 – Embelezamento Urbano



Fonte: EMBELEZAMENTO URBANO. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 10, 1933, p. 97.

Na imagem acima é possível observar a opulência dos armazéns, os transeuntes com roupa social e, como informa o dossiê, “três aspectos das obras de calçamento da cidade. As Velhas e pesadas rochas substituídas pelo meio fio de cimento armado na Praça da Matriz e na Rua 28 de julho”<sup>465</sup>.

Como bem informava a capa do dossiê, pretendia que o leitor assimilasse as transformações em curso. As imagens, segundo o editor, forneceria as provas, os indícios, como documentos iconográficos do embelezamento da cidade. Ainda de acordo com o editor do anuário, a fotografia possibilitaria ao leitor a apreensão das transformações pelas quais a cidade de Parnaíba passava.

<sup>464</sup>LIMA, Frederico Osanam Amorim. Um pirilampo nas páginas do Almanaque: imagens reluzentes de uma Parnaíba que deseja ser, se vendo. In: SOUSA, Cleto Sandys Nascimento de; LIMA, Frederico Osanam Amorim. *Parnaíba: a cidade que nos habita*. Parnaíba: Sieart, 2013, p. 28.

<sup>465</sup>Fonte: EMBELEZAMENTO URBANO. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 10, 1933, p. 97.

As imagens que compunham o dossiê destacavam também a pedreira, de onde eram retirados os granitos para o calçamento da cidade, o ajardinamento das praças e o transporte das pedras para Parnaíba através da Estrada de Ferro Central do Piauí. A edição de 1933 reuniu no dossiê uma série de imagens e artigos como o de José de Almeida, no qual e lê:

E eu vejo Parnaíba predestinada para a floração piauiense, sendo de salientar a agitação do seu comércio na relação de cidades semelhantes. O seu mercado de algodão avança, centro mais importante do Estado na exportação desse gênero, sob cujo fomento ainda se ressalta a vontade progressiva de seu distendimento cultural.<sup>466</sup>

Em toda a edição, Parnaíba é representada como uma cidade de destaque, responsável por fomentar o desenvolvimento do Estado do Piauí – ou pela “floração piauiense”, como destaca José de Almeida no texto supracitado.

Renato Ortiz<sup>467</sup> traz uma reflexão acerca do termo modernização e identifica no século XX uma moderna sociedade brasileira que se impõe como realidade, ainda que convivendo com suas tradições e contradições. Conforme o autor, o conceito de modernização foi apresentado no Brasil como associado à ideia de “progresso” e de “civilização”. Para as elites do período, a modernização traria reconhecimento ao país e oferecia um novo retrato do Brasil, perante as demais nações, como país “civilizado”. Ortiz, problematizando esse retrato de país moderno e civilizado afirma que a noção de modernidade é empregada no país de modo irregular e contraditório. Sobre diferentes processos de modernização urbana e industrial, Marshall Berman<sup>468</sup> assevera que adquiriram características específicas em países subdesenvolvidos, construídos “sobre a fantasia e sonhos de modernidade”, que ajudariam a compor diferentes identidades nacionais.

A associação de processos de modernização e melhoramentos da infraestrutura urbana à ideia de “progresso” material e civilizacional esteve presente no *Almanaque da Parnaíba*, em todas as suas fases. O anuário continha artigos que divulgavam a realização da atividade industrial existente na cidade de Parnaíba. Abaixo temos um trecho do artigo “Indústria Parnaibana”:

Hão se avantajado no território industrial, a Usina S. José, de Moraes & Cia, que beneficia algodão; Fabricas Cortez, do comendador Francisco Cortez, extração de óleos vegetais e fabrico de sabão; cortume de couros e peles, de Roland Jacob; fabrica de Mosaicos, de Rezende Cia; de calçados: as sapatarias Moderna e Minerva, de Neves & Cia, e Lima & Cia; cigarros: Empresa

<sup>466</sup>ALMEIDA, José de. Conhecendo Parnaíba. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 10, 1933, p. 133.

<sup>467</sup>ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001, p. 32.

<sup>468</sup>BERMAN, Marshall. Apud ORTIZ, 2001, p. 34.

Parnaibana de Fumos Ltd.; beneficiamento de algodão e cereais, de Narciso Machado & Cia. e Raimundo Candeira; e com viabilidade de grande desenvolvimento a **FABRICA ESTRELA** de propriedade do **esforçado industrial, nosso amigo, Sr. ANTONIO JOSÉ DE SOUSA**, que não há de negar merece, destaque pelo amor ao trabalho, encorajamento e força de vontade diante de todos os óbices que a quase três anos, sem desfalecimento vem se batendo com interesse ao seu ramo de indústria, conseguindo agora, coroado de pleno êxito [...]o seu já conhecido sabão Estrela, em barra, que esta sendo vendido em todo o Estado por intermédio dos concessionários de sua fábrica, Srs. James Frederick Clarck & Cia Ltd.[...].<sup>469</sup> (Grifo da fonte).

O artigo “Indústria Parnaibana” ressaltava ainda Parnaíba como “um dos mais prósperos municípios do Piauí, detendo as principais fortunas particulares, mas em matéria de indústria ainda não atingira a décima parte da sua finalidade”<sup>470</sup>. Defendia-se assim a importância de se intensificar e diversificar os empreendimentos industriais da cidade que contaria com a facilidade de adquirir matéria prima “a preços módicos para as principais indústrias e mão de obra relativamente barata”, fatores que contribuiriam para o seu crescimento. O artigo convocava “os capitalistas piauienses a meditem sobre as grandes probabilidades que oferecem às indústrias no Estado”<sup>471</sup>.

O artigo “Parnaíba – Norte do Brasil”,<sup>472</sup> de João da Parnaíba, reafirma a posição de destaque da cidade no estado e sua importância comercial:

Como ninguém ignora, Parnaíba é a cidade marítima do Estado, portanto a mais comercial. Nela se acham encravadas as sedes da Alfândega, Capitania e Saúde dos Portos. Há, por conseguinte, linhas de navegação transatlânticas, promovendo o nosso intercâmbio com o além-mar, via Tutóia e Amarração. As mercadorias estrangeiras destinadas a este Estado desembarcam aqui, por força de lei, para os respectivos despachos aduaneiros, depois do que são expedidas para o interior do Estado e sua capital<sup>473</sup>

O *Almanaque* celebrava a cidade de Parnaíba como a própria encarnação do desenvolvimento comercial. Para a publicação, as construções, a indústria parnaibana, a urbanização acelerada, o crescimento econômico e a melhoria das comunicações e dos transportes eram fatores determinantes para o desenvolvimento da cidade piauiense, que estaria em processo de desenvolvimento econômico contínuo e destacado. Não era um dinamismo ou uma pujança parisiense, ou mesmo carioca, mas o Piauí, e especificamente a cidade de Parnaíba, segundo procurava destacar o anuário, avançava.

---

<sup>469</sup>INDÚSTRIA PARNAIBANA. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 11, 1934, p. 144.

<sup>470</sup> Ibid. p. 144.

<sup>471</sup> Ibid. p. 144.

<sup>472</sup>PARNAÍBA, João da. Parnaíba– Norte do Brasil. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 10, 1933, p. 157.

<sup>473</sup> Ibid. p. 157.

O anuário, ao apresentar e festejar as reformas na cidade enaltece, conforme referido, sua localização estratégica, bem como o trabalho dos gestores. O prefeito Ademar Gonçalves Neves, por exemplo, que foi descrito como “honrado e progressista”<sup>474</sup>. Uma figura proeminente para a cidade a quem, segundo o *Almanaque*, “em pouco mais de um ano de administração, se deve assinalados melhoramentos, dentre os quais o calçamento urbano, cobrindo mais de 30 mil metros quadrados”<sup>475</sup>.

A gestão também foi marcada pela inauguração do leprosário no dia 23 de agosto de 1931. Ademar Neves, em relatório apresentado ao Interventor Landri Sales, em 1932, afirmou: “Tenho a impressão mesmo de que, se outra obra não pudesse realizar, se outros melhoramentos não pudessem levar a efeito, sentir-me-ia feliz em deixando inaugurado e funcionando o Leprosário da Fundação São Lázaro”<sup>476</sup>. Abaixo, foto do leprosário:

Figura 48 - Leprosário São Lázaro.



Fonte: LEPROSÁRIO S. Lázaro. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba ano 9, 1932, p. 125.

O *Almanaque* buscou “solidificar tanto a imagem progressista do prefeito quanto a ação modernizadora de sua empreitada à frente do executivo municipal”<sup>477</sup>. Assim, observando o momento político, legitimou e enalteceu o poder constituído e destacou o que foi apontado como importante processo de avanço do “progresso” e da modernização da cidade.

<sup>474</sup>EMBELEZAMENTO URBANO. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 10, 1933, p. 121.

<sup>475</sup>GOVERNO MUNICIPAL. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 10, 1933, p. 43.

<sup>476</sup>CORREIA, Benedicto Jonas; LIMA, Benedicto dos Santos. *O livro do centenário de Parnaíba*. Parnaíba: Gráfica Americana, 1944, p. 155.

<sup>477</sup>LIMA, op. cit., p. 28.

A reforma da cidade de Parnaíba foi consideravelmente atribuída pelo periódico aos administradores Ademar Neves (1931-1934) e Mirócles Vêras (1934-1945). Na análise do anuário é possível perceber um conjunto de fotografias enaltecendo a imagem do prefeito Ademar Neves, como podemos observar abaixo:

Figura 49– Três belos instantâneos



Fonte: BACELAR, Raul. Três belos instantâneos. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 11, 1934, p.199.

As imagens destacam a inauguração do monumento da águia<sup>478</sup>, que marcaria o “voo” daquela gestão; trazem ainda a presença do interventor na cidade e as famílias da alta sociedade parnaibana fazendo o “footing” no novo jardim inaugurado, “como um símbolo de progresso”.

<sup>478</sup>Ver a figura 13.

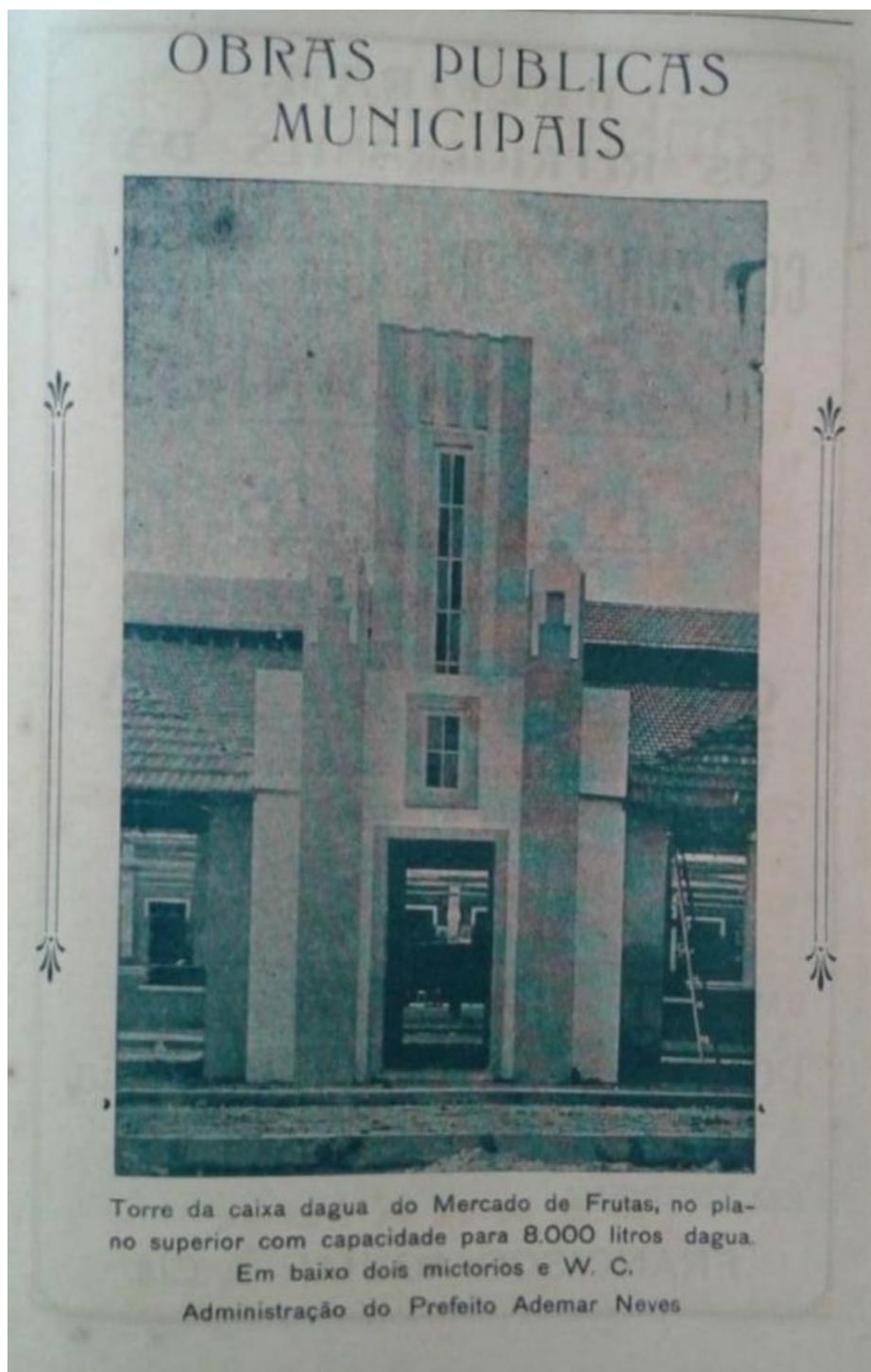
A participação do interventor na entrega do monumento em homenagem ao prefeito Ademar Neves e a entrega da cidade – como menciona a legenda da foto - ao Sr. Interventor Landri Sales revelam características, frequentemente difundidas pelo regime varguista, como a divulgação, os registros de cada visita, inauguração ou homenagem conduzidas pelo governo que “deveria ser ativo, realizador, criador, fecundo e fundamental para a formação da nacionalidade”<sup>479</sup>. Por meio das imagens aqui destacadas, o anuário contribuía para a construção de uma boa reputação, favorável ao prefeito ressaltando seus feitos e dando notabilidade às suas ações.

Por meio dessa análise constatamos que o editor do *Almanaque*, os comerciantes que o financiavam e os articulistas estavam se alinhando com as autoridades do regime, em nível municipal, estadual e também em nível nacional, destacando assim os seus feitos. O anuário oferece visibilidade a outras obras de melhoramento da infraestrutura urbana, além das mencionadas, como vemos abaixo:

---

<sup>479</sup>RENK, Valquíria. A Escola, o Estado Novo e o Patriotismo analisados através da imprensa escolar. X Congresso Nacional em Educação – EDUCERE, 2011, p. 2. Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5288\\_2700.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5288_2700.pdf)>. Acesso em: 19 maio de 2022.

Figura 50 – Torre da caixa d’água do mercado de frutas de Parnaíba



Fonte: OBRAS PÚBLICAS municipais. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 11, 1934, p.105.

Outro exemplo do “progresso” que estaria em curso na cidade era o mercado de frutas de Parnaíba, “construído por iniciativa da administração de Ademar Neves”. Nesse sentido, destaca-se a estrutura de concreto que vemos na imagem a seguir, onde foram instaladas 118 mesas de mármore para venda de frutas e 48 nichos para venda de cereais:

Figura 51 – Mercado de frutas de Parnaíba



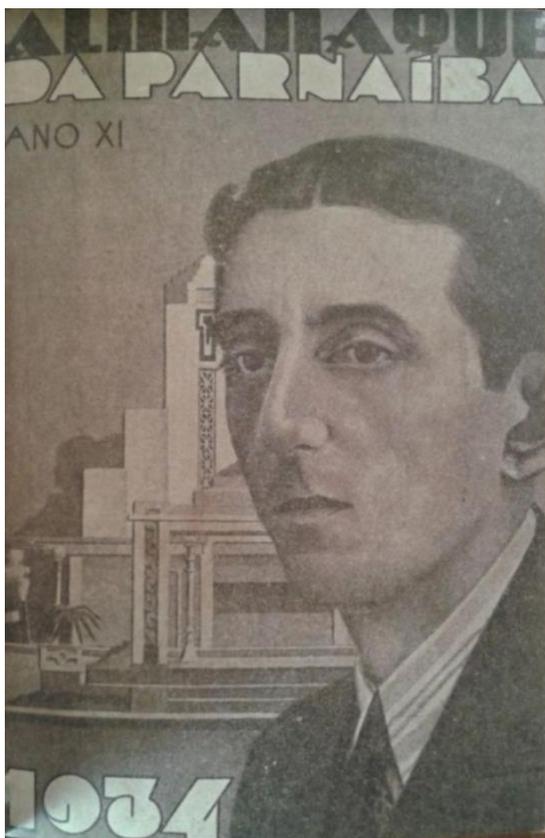
Fonte: MERCADO DE frutas de Parnaíba. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 11, 1934, p.101.

O conteúdo das edições de 1933 (comemorativa de 10 anos do *Almanaque*) e 1934 denota o objetivo de divulgar os melhoramentos na estrutura da cidade durante o governo provisório. Na imagem da capa de 1934, vê-se, em desenho, o rosto do prefeito Ademar Neves. Além das ilustrações no conteúdo do periódico, dá-se publicidade ao governo municipal. Eram utilizados tons de cinza, preto e branco<sup>480</sup>, nessa edição teve destaque para o rosto do prefeito, como vemos abaixo:

---

<sup>480</sup>“Em algumas poucas edições encontram-se páginas de fundo colorido em azul ou rosa, e em alguns exemplares a partir da década de 1940, a cor de algumas gravuras ou textos aparecem em azul, meio ao tradicional preto”.C.f.: CARVALHO, op. cit., p. 69.

Figura 52 – Capa da edição do *Almanaque* de 1934



Legenda: Imagem de Ademar Neves, prefeito de Parnaíba.  
 Fonte: *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 11, 1934, p. 7.

Podemos perceber na imagem que Ademar Neves ocupa uma posição de destaque, com seu rosto em primeiro plano. Em segundo plano está a torre da caixa do mercado de frutas. As técnicas gráficas e a composição adotadas no *Almanaque* fazem uso de diversos retratos, algumas ocupando uma página inteira enquanto outras foram utilizadas em montagens de várias imagens fotográficas. As fotografias do interior do anuário traziam sempre um conteúdo de texto. Sobre a importância do uso das imagens fotográficas no Estado Novo, Aline Lacerda observa:

Todas as referências às imagens fotográficas encontradas nos mais variados tipos de documentos (catálogos de exposições governamentais, revistas ilustradas, jornais, documentos oficiais de discussão política sobre cultura, educação e propaganda etc.) reforçam o caráter de objetividade e irrefutabilidade da “prova” fotográfica. Isso poderia explicar por que esse veículo foi tão usado por uma política de propaganda cujo conceito básico era o de “mostrar”. Ela valorizava o desempenho e as realizações do governo, sempre evidenciando sua presença nas mais variadas áreas de ação.<sup>481</sup>

<sup>481</sup> LACERDA, Aline Lopes de. “A obra getuliana” ou como as imagens comemoram o regime. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994, p. 57.

As imagens fotográficas publicadas no *Almanaque da Parnaíba* são utilizadas de forma estratégica para valorizar e divulgar as realizações do governo em nível municipal e estadual.

O editor afirmava que o *Almanaque* não representava apenas o interesse e os “móveis mercantis”, e sim “o propósito de pugnar pelo Piauí o seu crescente desenvolvimento, registrando a ação profícua de seus patrióticos administradores e outros beneméritos propulsores do seu progresso”<sup>482</sup>. A publicidade de cunho político no *Almanaque* se apresentou de forma frequente, veiculando matérias que elogiavam os grupos que estavam no poder, e atuando, segundo Benedito dos Santos Lima na edição de 1935, como um “pedaço da imprensa do Brasil, cuja utilidade ao Piauí ninguém discute.”<sup>483</sup>

Conforme referido, o *Almanaque* se posicionou de maneira bajuladora em relação às autoridades do período, como uma publicação que trazia a cobertura das festas promovidas para enaltecer o governo Vargas, as figuras políticas locais e a presença do interventor.

#### 4.4.2 Mirócles Vêras: de médico a prefeito

Mirócles Vêras assumiu a Prefeitura Municipal de Parnaíba em 1934, na Interventoria do capitão Landri Sales<sup>484</sup>. Ficou no cargo até o fim do Estado Novo, em 1945, e da sua gestão resultaram também obras que interferiram no aspecto urbano e arquitetônico da cidade. Na edição de 1940 do *Almanaque da Parnaíba*, o anuário apresenta uma breve biografia do médico, “um simples sumário da vida e da obra do eminente piauiense, que, hoje, imprime na administração parnaibana o traço vivo e forte de sua personalidade inconfundível”<sup>485</sup>.

Mirócles Campos Vêras nasceu em Parnaíba no dia 25 de março de 1890, filho de Emídio Gomes Vêras e de Maria Campos Vêras. Após o curso primário, transferiu-se para Teresina, em 1905, onde concluiu ‘as humanidades’ no Liceu Teresinense. Em 1907 ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia onde cursou os quatro primeiros anos do curso e em 1912 formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Sobre a atuação de Mirócles Vêras em Parnaíba o *Almanaque* registrou:

Pouco tempo depois de haver chegado a esta cidade, já formado, Mirocles Veras começou a sua obra renovadora. Tendo encontrada fechada a Santa

<sup>482</sup> XI ANO. *Almanaque da Parnaíba*. Ano 11, 1934, p. 2.

<sup>483</sup> LIMA, Benedito dos Santos. Apresentando. *Almanaque da Parnaíba*. Ano 12, 1935, p. 2.

<sup>484</sup> Landri Sales Gonçalves nasceu em Acaraú-CE a 19 de julho de 1904, filho de Francisco Losada Gonçalves e Efigênia Sales Gonçalves. Nomeado por Getúlio Vargas a interventor federal do Piauí no dia 7 de maio de 1931. Foi casado com Zilma Cavalcante Gonçalves. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 30 de abril de 1978. Cf.: Landri Sales Gonçalves. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/landri-sales-goncalves>> Acesso em 15 de janeiro de 2022.

<sup>485</sup> DR. MIRÓCLES CAMPOS VÉRAS, traços biográficos. *Almanaque da Parnaíba*, ano 17, 1940, p. 105

Casa de Misericórdia, conseguiu reabri-la, e traçar-lhe novo rumo, auxiliando, assim, grandemente ao Dr. Joca Bastos, a maior figura de médico humanitário do seu tempo. Veio, depois, o esforço admirável de Antônio do Monte. Muito mais tarde, ainda, por iniciativa sua, de acordo com a moderna técnica científica, foi ali instalado o gabinete cirúrgico, bela oferta do Cel. José Narciso da Rocha. [...] Mirocles Veras deu à Santa Casa, através dos anos, seu esforço, sua inteligência, sua dedicação<sup>486</sup>.

O anuário enaltecia a carreira de médico de Mirócles Vêras, afirmando ter conquistado uma fama crescente de “o médico dos humildes”:

Mirócles Vêras tem ocupado os seguintes cargos públicos: Médico Chefe do Posto de Saneamento rural, Médico de Higiene Municipal, Diretor Médico da Santa Casa e Médico Chefe do Centro de Saúde do Estado. Em todos esses altos postos, que ele sobremodo honrou, deixou as realizações concretas de sua esplendida capacidade administrativa.<sup>487</sup>

Além de consolidar a imagem do prefeito como “o homem da ciência”<sup>488</sup>, o *Almanaque* descreve Mirócles Vêras também como o “médico humanitário de seu tempo” [incluir nota], o responsável pela assistência à saúde dos parnaibanos. Além de assumir diversos cargos ao longo da carreira, o administrador teria contribuído para a fundação/instalação de vários centros de saúde e assistência na cidade, como o “Leprosário de S. Lázaro(1931), o Lactário Suzanne Jacob (1938) e a Maternidade Marques Bastos (1940). Foi também idealizador da Sociedade Feminina de Assistência aos Pobres de Parnaíba (1938) e fundou a Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância de Parnaíba (1940)”<sup>489</sup>.

As matérias publicadas no *Almanaque* sobre as instituições fundadas por Mirócles Veras ressaltam sua importância no atendimento aos desprovidos. Seu nome é reiteradamente enfatizado, como vemos abaixo:

Mirócles Vêras, pensou, certa vez, em organizar uma sociedade que se destinasse ao cumprimento da mais elevada missão: amparar aos que sofrem, dando-lhes o alimento, o agasalho, o conforto moral. A tarefa lhe foi fácil, pois, em apoio da magnífica iniciativa veio, logo, a família parnaibana. E nasceu a Sociedade Feminina de Assistência aos Lázaros e Proteção aos Pobres de Parnaíba, a querida Sfalppp dos esquecidos da fortuna<sup>490</sup>

O *Almanaque* destaca as instituições assistencialistas e a atuação de Mirócles Vêras no exercício da medicina e faz uso político de sua imagem, representando-o como um homem

<sup>486</sup> DR. MIRÓCLES CAMPOS VÉRAS, traços biográficos. *Almanaque da Parnaíba*, ano 17, 1940, p. 105

<sup>487</sup> Ibid. p. 107.

<sup>488</sup> O GOVERNADOR DA CIDADE. *Almanaque da Parnaíba*, ano 12, 1935, p. 33.

<sup>489</sup> DR. MIRÓCLES CAMPOS VÉRAS, traços biográficos. *Almanaque da Parnaíba*, ano 17, 1940, p. 109

<sup>490</sup> SOCIEDADE FEMININA de Assistência aos Lázaros e Proteção aos Pobres de Parnaíba. *Almanaque da Parnaíba*, ano 17, 1940, p. 225.

“sensível” e benemerente. O anuário reitera também que sua luta em prol da assistência e da saúde foi possível devido a sua condição social, como membro da elite comercial parnaibana. Suas realizações enquanto médico e também político teriam sido apoiadas pelo mesmo grupo local:

Henriette Soter Castelo Branco, Araci de Mendonça Clarck, Alice Vêras, Francisca Monte Araújo, Odete Friedheim, Anilete Moreira, - eis as abnegadas senhoras, legítimas representantes da família cristã que ajudaram a concretizar a bela ideia de Mirócles Vêras – a Sfalppp. [...] Depois, Mirócles Vêras conseguiu que o Estado e o Município subvencionassem a Sfalppp. O comércio local contribuiu, e contribui ainda, poderosamente, e, assim, a Sociedade vem se mantendo, há tantos anos. Semanalmente, no Dispensário, 160 pobres recebem alimento e dinheiro: 4 litros de farinha, 1 de arroz, de feijão, ¼ k. de açúcar, ¼ k. de café, rapadura, sabão e 2\$000, sendo que os tuberculosos recebem 5\$000, para a compra de leite e frutas<sup>491</sup>. [...] A Sfalppp é uma instituição benemerita. As digníssimas senhoras que trabalham para ela, dando um pouco de seu carinho aos pobres e aos infelizes, merecem admiração e o louvor da cidade inteira<sup>492</sup>

Sobre Mirócles Vêras, afirma-se ainda nas páginas do *Almanaque*: “Não é, porém, apenas o prefeito. É, sim, o maior e mais sincero amigo que o povo parnaibano possui”<sup>493</sup>:

O povo parnaibano, quando, portanto, aplaude a Mirócles Vêras, o faz conscientemente. [...] Não distingue o rico do pobre. Anos atrás, numa noite de natal, deixou na sua residência, a festa infantil da árvore de brinquedos, e foi a Santa Casa, obedecendo a um chamado, para uma mulher pobre, que padecia as dores de um parto difícil. E quando voltou a casa, já seus filhos se haviam recolhido. Não compartilhou, assim, naquela noite encantadora, da alegria do lar, mas cumpriu, satisfeito, seu dever de médico da pobreza<sup>494</sup>.

Sobre o prefeito, o anuário acrescentou ainda: “Não sabe esse eminente parnaibano o que é descanso”<sup>495</sup>, “e nada lhe será difícil, contando ele, como conta, com o apoio integral da sociedade parnaibana”<sup>496</sup>.

A administração de Mirócles Veras<sup>497</sup> empenhou-se na modernização da infraestrutura urbana e dos serviços públicos da cidade. Destacam-se ainda sua iniciativa em instituições

---

<sup>491</sup>SOCIEDADE FEMINIA de Assistência aos Lázaros e Proteção aos Pobres de Parnaíba. *Almanaque da Parnaíba*, ano 17, 1940, p. 225.

<sup>492</sup>SOCIEDADE FEMINIA de Assistência aos Lázaros e Proteção aos Pobres de Parnaíba. *Almanaque da Parnaíba*, ano 17, 1940, p. 225.

<sup>493</sup>DR. MIRÓCLES CAMPOS VÉRAS, traços biográficos. *Almanaque da Parnaíba*, ano 17, 1940, p. 111.

<sup>494</sup>DR. MIRÓCLES CAMPOS VÉRAS, traços biográficos. *Almanaque da Parnaíba*, ano 17, 1940, p. 111.

<sup>495</sup>DR. MIRÓCLES CAMPOS VÉRAS, traços biográficos. *Almanaque da Parnaíba*, ano 17, 1940, p. 109

<sup>496</sup>SOCIEDADE FEMINIA de Assistência aos Lázaros e Proteção aos Pobres de Parnaíba. *Almanaque da Parnaíba*, ano 17, 1940, p. 225.

<sup>497</sup> O PREFEITO DA ERA Vargas – Doutor Mirócles – Já ouviu falar. Quê que ele fez? – Já te conto. É bom saber! *O Bembém*, Parnaíba, ano 6, n. 70, 21 out. 2013.

como a Santa Casa de Misericórdia, a Maternidade Marques Bastos<sup>498</sup> e o Abrigo São José, iniciativas particulares que mostravam a prática social participativa do prefeito em Parnaíba. Na Santa Casa de Misericórdia, atuou como médico na década de 1920 e em 1932 tornou-se diretor. A Maternidade Marques Bastos, “obra de Mirocles Veras – por ele idealizada e construída”,<sup>499</sup> foi destacada na fotografia abaixo:

Figura 53 - Maternidade Dr. Marques Bastos



Legenda: “Maternidade Dr. Marques Bastos (em construção) e Lactário Suzanne Jacob”. Fonte: Almanaque da Parnaíba. Parnaíba, ano 17, 1940, p. 277.

Mirocles Veras liderou ainda a criação da Fundação São Lázaro para a construção do leprosário em Parnaíba. Criado em 1927, tinha por presidente “Dr. Mirocles Campos Veras; Vice-Presidente: Dr. Francisco Pires Gaioso; 1º Secretário: Dr. Lima Rebelo; 2º Secretário: Dr. Francisco Correia; Tesoureiro: Dr. Joaquim dos Santos Júnior”.<sup>500</sup> No dia 8 de maio de 1928, Mirocles Veras “comunicou ao governo do Estado, a Joel de Andrade e ao secretário de Fazenda, Luís Moraes Correa, a decisão dos parnaibanos de criarem um leprosário para abrigar os portadores de lepra que viviam naquela cidade”<sup>501</sup>.

<sup>498</sup> Iniciada em 1937, a Maternidade Marques Bastos foi aberta ao público em 20 de fevereiro de 1941, dispondo de 62 leitos para indigentes, 10 apartamentos para pensionistas, e 24 leitos (berços).

<sup>499</sup> CORREIA, Benedicto Jonas; LIMA, Benedicto dos Santos. *O livro do centenário de Parnaíba*. Parnaíba: Gráfica Americana, 1944., p. 152-153.

<sup>500</sup> Ibid. p. 155.

<sup>501</sup> ALVARENGA, Antônia Valtéria Melo. *Nação, país moderno e povo saudável: política de combate à lepra no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2013. p. 209.

Em outubro de 1931, Mirocles Veras transformou a Fundação São Lázaro em Sociedade Feminina de Assistência aos Lázaros e Proteção aos Pobres de Parnaíba. Se “a iniciativa foi de Mirocles Veras, a continuação [ficou a cargo] da sociedade, isto é, sua existência utilíssima e humanitária, se deve ao esforço e à abnegação de D. Henriette Soter Castelo Branco e outras”.<sup>502</sup>No ano de 1941, pelo Decreto n. 398, de 15 de julho de 1941, o leprosário passou a denominar-se Colônia do Carpina, período em que se deu a institucionalização do isolamento compulsório do doente de lepra no Piauí.<sup>503</sup>

Como médico, teria marcado seu tempo como um “dos últimos grandes homens que fizeram a Parnaíba”<sup>504</sup>, “Mirócles- mais que um cidadão, uma instituição”,<sup>505</sup> “Grande Médico, Grande Diplomata, Grande Político, Grande Orador, Grande Ser Humano”.<sup>506</sup>

Abaixo, observa-se a fotografia de Mirócles Campos Vêras publicada no *Almanaque da Parnaíba*:<sup>507</sup>

Figura 54 - Mirócles Campos Vêras



Fonte: O GOVERNADOR DA CIDADE. *Almanaque da Parnaíba*, ano 12, 1935, p. 33.

<sup>502</sup> CORREIA;LIMA, op. cit., p. 226.

<sup>503</sup> ALVARENGA, op.cit., p. 224.

<sup>504</sup> SANTOS, Benjamim. Homens da Parnaíba de outrora. O Bembém, Parnaíba, ano 3, n. 29, 21 maio 2010, p. 10.

<sup>505</sup> ARAKEN, Carlos. *Estórias de uma Cidade muito amada*. Parnaíba: [s.e.],1988, p. 93.

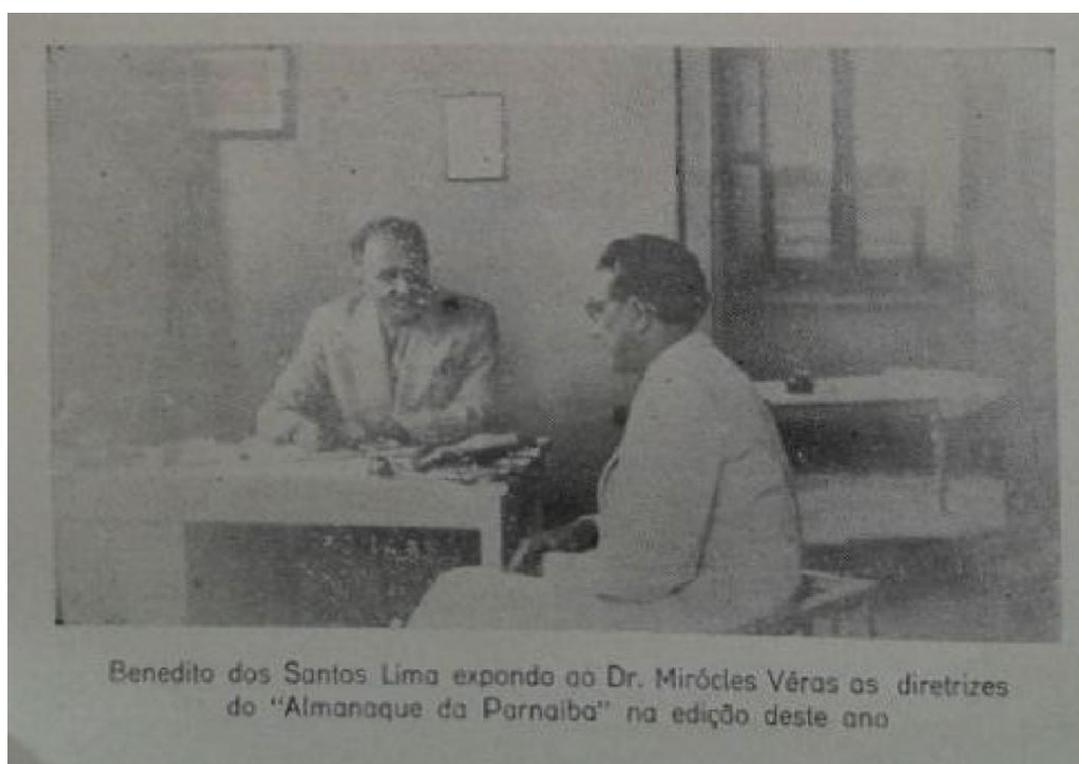
<sup>506</sup> Ibid. p. 93-94.

<sup>507</sup> O GOVERNADOR da cidade. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 12, 1935, p. 33.

O *Almanaque* homenageava “o homem da ciência, o médico ilustre e estimado nesta sua cidade natal, da qual é o atual Prefeito, em cujo merecido cargo muito tem feito pela sua cultura e saneamento”<sup>508</sup>. E mais do que isso, o *Almanaque* também promovia uma luta contra o que considerava “ignorância” popular que seria representada por diversos elementos, tanto o atraso em áreas médicas quanto a presença sistemática de conselhos e orientações de saúde oriundos do conhecimento popular.

Em vista disso, é evidente que as concepções médico-científicas tiveram um lugar reservado no anuário parnaibano, que pretendia atuar como um guia, divulgando as modernas medidas médico-sanitárias. Na fotografia abaixo o editor Bembém aparece “expondo ao Dr. Mirócles Vêras as diretrizes do ‘Almanaque da Parnaíba’ na edição de 1940”<sup>509</sup>

Figura 55 – Mirócles Vêras e Bembém



Fonte: MIRÓCLES CAMPOS VÉRAS. *Almanaque da Parnaíba*, ano 17, 1940, p. 349.

Na fotografia acima podemos medir a atuação do médico/prefeito também na imprensa. Como informa a legenda, Bembém estava “expondo ao Dr. Mirócles Vêras as diretrizes do *Almanaque da Parnaíba*”<sup>510</sup>. Tania de Luca<sup>511</sup> chama a atenção para o fato de que no século

<sup>508</sup> Ibid. p.33.

<sup>509</sup> MIRÓCLES CAMPOS VÉRAS. *Almanaque da Parnaíba*, ano 17, 1940, p. 349.

<sup>510</sup> MIRÓCLES CAMPOS VÉRAS. *Almanaque da Parnaíba*, ano 17, 1940, p. 349.

<sup>511</sup> LUCA, Tania Regina. Mulher em revista. IN PINSKY, Carla B. PEDRO, Joana Maria (org). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 40.

XX médicos, psicólogos e outros profissionais passam, com maior frequência, a contribuir para publicações periódicas de grande circulação. A figura do médico substituiu a do padre no papel de conselheiro das famílias, e mesmo quando não é possível o contato tão próximo, este acontecerá por meio das publicações em revistas, periódicos e programas de rádio.

Sobre a presença dos médicos no século XX, Ana Paula Martins<sup>512</sup> destaca que “[...] a partir do respectivo século os médicos perceberam que os seus conselhos quanto à saúde e o bem-estar da sociedade, das mulheres e das crianças não surtiriam efeito se o seu público-alvo não fosse ampliado consideravelmente”. É nesse mesmo sentido que o *Almanaque* destaca o trabalho do prefeito na assistência médica e ainda no trabalho de prevenção por meio da instrução. Para isso, destaca sua parceria com o anuário, que passou a publicar artigos sem autoria sobre temas como os “primeiros cuidados com o recém nascido, banho, curativo umbilical, exame de recém nascido, olhos, amamentação, pesagem, envenenamentos, amídalas e adenóides, proteção contra varíola, o banho e a cultura física<sup>513</sup> e outros. Assim, nas edições da década de 1930, até 1941, o anuário apresentou artigos sobre cuidados com a saúde, publicações sobre as instituições médicas inauguradas na cidade, relacionando-os à imagem do prefeito.

Figura 56 – Mirócles Vêras, o governador da cidade



Fonte: “Médico e prefeito de Parnaíba de 1934 a 1940”.

O GOVERNADOR da cidade. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 14, 1937, p. 9.

<sup>512</sup> MARTINS, Ana Paula V. *A medicina da mulher: visões do feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX*. Tese (Doutorado em História). Campinas: Unicamp, 2000, p.216.

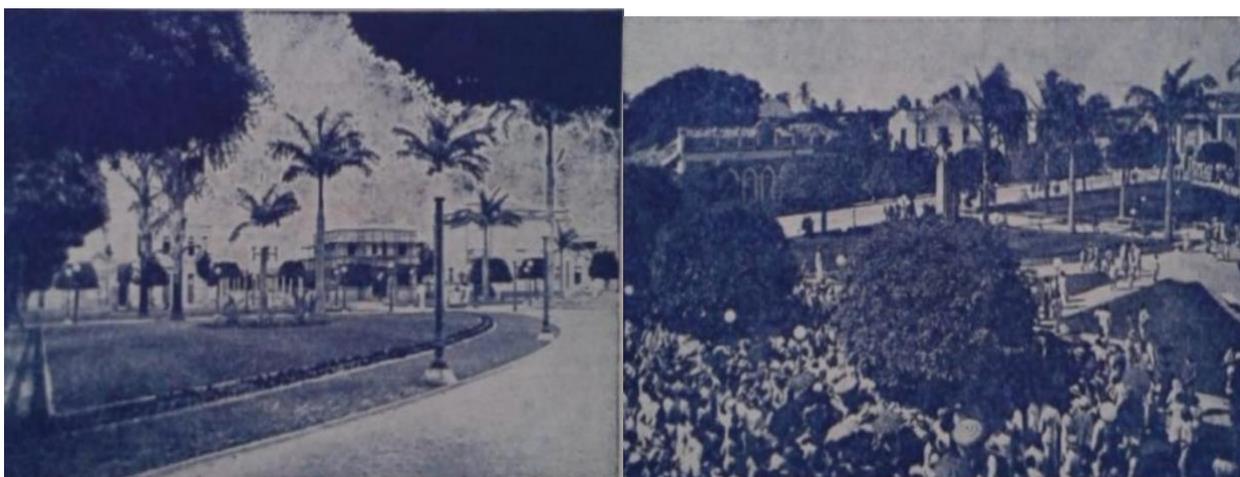
<sup>513</sup> A edição de 1937, em especial

No *Almanaque*, além das ações de embelezamento de Parnaíba, é destacado que o “médico humanitário e desvelado, o Dr. MiróclesVéras se empenha com invulgar carinho e desinteresse, pelo bem-estar dos seus munícipes”<sup>514</sup>. Ele foi um dos fundadores do Ginásio Parnaibano, onde lecionou Ciências Físicas e Naturais. Segundo o *Almanaque*, tratava-se de um “administrador moderno,absolutamente integrado no Estado Novo”:

Prefeito de Parnaíba, o seu plano de renovação mais se fez sentir no governo da cidade. Administrador moderno, absolutamente integrado no Estado Novo. [...] Trabalhar pelo bem do povo – é a sua divisa. Procura instruir educar a infância, e assim é que todos os grupos escolares existentes nesta cidade foram construídos sob sua administração<sup>515</sup>

MiróclesVéras deu continuidade às ações de arborização da cidade e aos jardins construídos pelo prefeito Ademar Neves. O primeiro espaço paisagístico de destaque foi a Praça da Graça, com o jardim Landri Sales - como foi chamado espaço em frente à Igreja Matriz.

Figura 57 e 58 – JardimLandri Sales



Legenda: “Arborização da Praça da Graça, na administração de MiróclesVéras”.

Fonte: PRAÇA DA GRAÇA. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 14, 1937, p. 63 e 65.

Durante sua administração, em 1936, a Praça da Graça recebeu grande atenção através do projeto do engenheiro João Aragão, que deu ao espaço um “modelo francês”, em que as passarelas convergiam para o centro do local. Na verdade, a Praça da Matriz consistia em duas; a maior delas, o jardim Landri Sales, ficava em frente à igreja Nossa Senhora da Graça, que tinha ao centro uma alameda ladeada por palmeiras imperiais que davam acesso ao coreto. No coreto, nos dias de festa, a banda municipal executava hinos e retretas, animando a população

<sup>514</sup> O GOVERNADOR da cidade. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 14, 1937, p. 9.

<sup>515</sup> DR. MIRÓCLES CAMPOS VÉRAS, traços biográficos. *Almanaque da Parnaíba*, ano 17, 1940, p. 109

que ali comparecia. A pérgula, no seu formato circular, rodeada por colunas, era coberta com plantas e flores ornamentais, “que proporcionavam uma visão prazerosa e odor agradável aos que adentravam para contemplar a beleza da fonte de pedra, que jorrava água dentro do aquário habitado por peixes e tartarugas”. Havia ainda um obelisco com um grande relógio de quatro faces. Entre os jardins da praça passava uma via dupla que era usada como ponto dos carros de aluguel. Ao lado ficava o jardim do Rosário, em frente à igreja do mesmo nome. Próximo ao Banco do Brasil, ficava o pavilhão com serviços de alimentação e bar.<sup>516</sup>

Também no governo de Mirócles Veras, em julho de 1935, foi instalada na Praça da Graça a amplificadora municipal<sup>517</sup>, estrategicamente situada sobre a pérgula, local onde corriqueiramente a população parnaibana se reunia para eventos religiosos, políticos, ou mesmo para dedicar canções e declarações à pessoa amada. A amplificadora de Parnaíba, além das inúmeras repartições que circundavam a Praça, era um dos atrativos que compunham o coração da cidade. De acordo com o que se lê na edição de 1940 do *Almanaque*:

Afim de que a educação do povo ficasse mais completa. Mirócles Veras fez instalar, na principal praça desta cidade, há alguns anos, uma amplificadora, de maneira a retransmitir as irradiações de todo o mundo. Parece que, das cidades do nordeste, a primeira a adotar essa medida de indiscutível finalidade cultural, foi Parnaíba. E o devemos ao grande prefeito!<sup>518</sup>

---

<sup>516</sup>RIBEIRO, Antonio Rodrigues. *Parnaíba, presente do passado*. Parnaíba: Gráfica Ferraz, 2003. p. 101.

<sup>517</sup>As amplificadoras municipais estão entre as primeiras experiências do uso dos meios de comunicação em massa, e também eram conhecidas “serviços de alto-falante”. Faziam propagandas, divulgavam notícias de interesse geral, com alcance bastante reduzido. Cf.: SOUSA, Cleto Sandys Nascimento de. Ressonâncias dos experimentos radiofônicos em Parnaíba: das amplificadoras à rádio pirata. *Contraponto*, Teresina, v. 5, n.2, jul/dez, 2016, p. 92.

<sup>518</sup>DR. MIRÓCLES CAMPOS VÉRAS, traços bigráficos. *Almanaque da Parnaíba*, ano 17, 1940, p. 109.

Figura 59 – Amplificadora municipal



Legenda: “Amplificadora Municipal de Parnaíba”.

Fonte: AMPLIFICADORA MUNICIPAL. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 17, 1940 p. 244.

Na imagem acima é possível observar duas fotografias, à esquerda temos a pérgula com a amplificadora em cima; no lado direito temos um poste de madeira com outra boca de ferro. O poste, fincado na parte norte da praça, servia de torre para amplificadora e auxiliava no alcance e na qualidade do som que eram irradiados a partir de um estúdio instalado na prefeitura, que funcionava em frente à Praça da Graça. As bocas de ferro, instaladas no coração da cidade de Parnaíba, transmitiam discursos políticos, religiosos e informações ao público e indicavam a praça como ponto de reunião.

Em Parnaíba, amplificadora municipal funcionava como um dos principais instrumentos de propaganda do regime varguista. Segundo Othan Jambeiro “nenhum meio de comunicação foi tão usado politicamente como o rádio. Foi através das transmissões radiofônicas oficiais que o governo conquistou a popularidade necessária para manter por tanto tempo um sistema ditatorial no país”<sup>519</sup>. As emissoras de radiofusão, aparelhos receptores, além de amplificadores, faziam parte da estratégia de governo municipal e do governo Vargas na busca de criar uma imagem positiva.

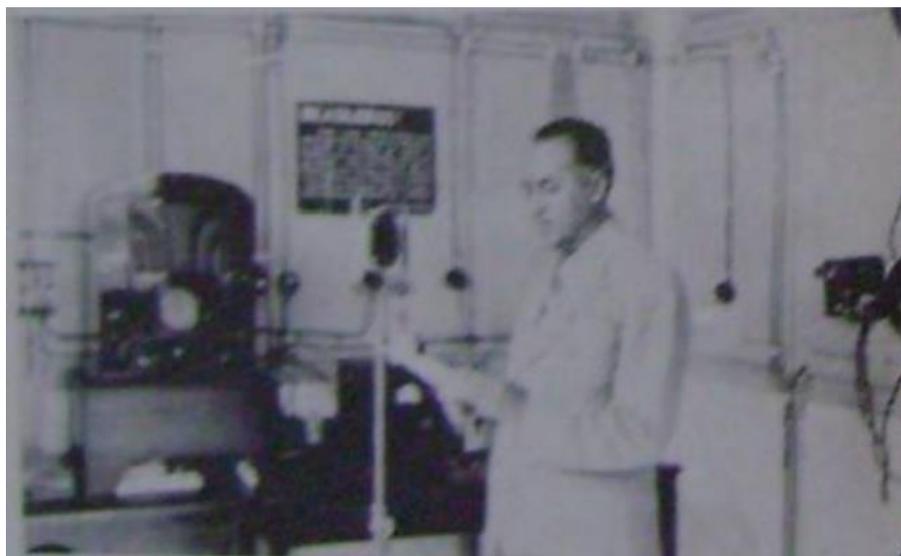
<sup>519</sup>JAMBEIRO, Othan. *Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação*. Salvador: Edufba, 2003, p. 64.

Em Parnaíba a prefeitura municipal incentivava o uso das amplificadoras, como informa o anúncio do *Almanaque da Parnaíba*:

O rádio é hoje, a voz que todos devem ouvir. Por esse motivo, do plano de educação popular do governo municipal de Mirocles Veras constou, a instalação de uma Amplificadora, a qual foi inaugurada em julho de 1935. E é através de seu microfone que o povo vem ouvindo e apreciando, há três anos, as locuções cívicas, palestras sobre ensino, conferências literárias e até a marcha dos negócios públicos, no seu conjunto e nos seus pormenores.<sup>520</sup>

O texto destacado afirma que “todos devem ouvir” as transmissões da amplificadora, cuja instalação constou no plano de educação popular do governo de MiróclesVéras. Esse sistema era usado para informar sobre festas locais, atividades culturais, divulgar o trabalho de artistas locais, bem como para entrevistar moradores, políticos, promover concursos e festivais e transmitir cartas de amor. A amplificadora municipal era largamente utilizada pelo poder público no intuito de informar, educar e entreter.

Figura 60– Prefeito Mirocles Veras discursando na Amplificadora Municipal



Legenda: “O prefeito MiróclesVéras falando ao microfone municipal, num dia de festa cívica”. Fonte: AMPLIFICADORA MUNICIPAL. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 17, 1940, p. 244.

Quando das primeiras experiências com a radiodifusão do Piauí, em meados de 1937, a cidade de Parnaíba contava com aproximadamente sessenta mil habitantes, 8 praças, iluminação elétrica e calçada no perímetro urbano; contava ainda com três igrejas, duas capelas, prédios

<sup>520</sup>AMPLIFICADORA MUNICIPAL. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, 1940, p. 244.

públicos e particulares, seis grupos escolares e naquele ano foi inaugurado o instituto São Luiz de Gonzaga. Havia também uma escola para as normalistas.

Mirocles Veras era um entusiasta da causa. Para que a rádio fosse definitivamente instalada “mandava todas as noites ler ao seu microfone a notícias de importância do expediente da Prefeitura, e isto animava seus organizadores a levarem a frente a empreendimento”<sup>521</sup>. Este contou o apoio da prefeitura e dos empresários locais, que ajudaram financeiramente na instalação da rádio: “no momento em que se fez necessário melhorar as instalações, o comércio ajudou com a quantia de 3 contos de réis, através de uma coleta”<sup>522</sup>.

Em 2 de setembro de 1939 ocorreu a Assembleia Geral que originou a Rádio Educadora de Parnaíba. A mesma nasceu como uma sociedade com cerca de 100 acionistas e foi oficializada por decreto concedido pelo presidente Getúlio Vargas:

Fica assegurado à Rádio educadora de Parnaíba S.A., o direito de estabelecer, na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí, uma estação rádio difusora de ½ kW, destinada a executar o serviço de rádio-difusão, com finalidade e orientação intelectual e instrutiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigências instituídas neste ato de concessão<sup>523</sup>.

Na década de 1930 e início de 1940 o rádio era um sinônimo de avanço tecnológico e de potencialização dos meios de comunicação de massa. Como afirma Nilsângela Cardoso Lima “o aparelho receptor tornava-se indispensável aos lares modernos, enquanto que para as cidades, a presença de uma emissora radiofônica denotava que a cidade estava na via do progresso e da modernização”<sup>524</sup>. Nessa perspectiva de avanço tecnológico podemos citar ainda o advento da rede telefônica, em 1938, pela Sociedade Ericsson do Brasil, dispondo a cidade de Parnaíba de 200 telefones e uma média de 400 chamadas diárias<sup>525</sup>. O anúncio da Sociedade Ericsson do Brasil, publicado no *Almanaque da Parnaíba* do mesmo ano, informava que esta integrava um “consórcio” com “59 filiais no mundo, distribuídas em 24 países”<sup>526</sup> e que no Brasil “havia 21 agentes nas cidades mais importantes da República”<sup>527</sup>.

Figura 61 – Anúncio da Sociedade Ericsson do Brasil

<sup>521</sup>RÁDIO EDUCADORA. *Almanaque da Parnaíba*, ano 19, 1942, p. 187.

<sup>522</sup>Ibid.p. 187.

<sup>523</sup>DECRETO Nº 5.118 13 de janeiro de 1940 Apud AMPLIFICADORA MUNICIPAL. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, 1940, p. 244.

<sup>524</sup> LIMA, Nilsângela Cardoso. *Invisíveis Asas das Ondas ZYQ-3: sociabilidade, cultura e cotidiano em Teresina (1948-1962)*. Teresina, 2007. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade federal do Piauí, 2007, p.32.

<sup>525</sup> CORREIA; LIMA, op. cit.,p. 43.

<sup>526</sup> SOCIEDADE ERICSSON do Brasil. *Almanaque da Parnaíba*, 1938 p.267.

<sup>527</sup> Ibid. p.267.



Fonte: SOCIEDADE ERICSSON do Brasil. *Almanaque da Parnaíba*, ano 15, 1938, p. 267.

O *Almanaque* procurava construir uma representação própria e sedutora da cidade relacionando-a ao avanço tecnológico, a inovações e modernizações técnico- científicas nos meios de comunicação e de transporte, exaltava-se ainda a ideia de que estariam ocorrendo grandes avanços no comércio e nas instituições parnaibanas. O anuário abordava conteúdos diversos e se repercutiu, em textos e matérias, o entusiasmo e a atuação de políticos. Sua abordagem não se voltava para o embate político, apresentando de forma positiva a administração municipal, valorizando suas intervenções no centro da cidade. Apresentava também com entusiasmo os representantes do Estado do Novo no Piauí e engrandecia a figura de Vargas. Na década de 1920 os artigos do *Almanaque* trazem uma defesa dos interesses comerciais locais, estaduais e do “Norte”, identificou-se com as propostas para a construção de um novo país e empenhou-se, portanto, em apresentar uma nova Parnaíba.

## 5 AS MULHERES NAS PÁGINAS DO *ALMANAQUE*: “NATUREZA FEMININA” E EDUCAÇÃO

Ao longo do capítulo intentamos refletir sobre as representações acerca do feminino, bem como das ações empreendidas pelo *Almanaque da Parnaíba* no sentido de guiar o comportamento das mulheres e das mães nas edições de 1928 a 1941. Trazemos uma análise do conceito de gênero, entendido como uma construção social<sup>528</sup> e não ligado a uma natureza ou essência fisiológica. De modo geral, uma premissa que norteou as publicações do *Almanaque* era a de que a mulher era, por natureza, influenciável, e que fazia parte do ser mulher, da essência do feminino, a vulnerabilidade. Assim, a mulher estaria em seu lugar natural ao atuar enquanto filha, esposa e mãe. “É inerente à humanidade, especialmente à mulher, o desejo de servir, de ser útil ao semelhante”<sup>529</sup>, destacou um texto do *Almanaque* em 1934.

Através de propagandas, contos, poemas, crônicas, imagens e ilustrações, o *Almanaque* abordava diferentes temáticas, como é característico do seu gênero. A partir da edição de 1929 encontram-se propagandas de produtos femininos e de produtos para o lar (direcionados ao uso da mulher), artigos sobre a beleza feminina, sobre a moda, os cuidados com o corpo e sobre os cuidados com os filhos. Verificamos, assim, um conjunto de representações sobre a mulher, sobre a maternidade e a infância, assim como comportamentos e práticas ligados aos cuidados com a saúde e com os filhos.

Não há no *Almanaque* seções especificamente voltadas para as mulheres. Os conteúdos destinados a elas estão distribuídos por todo o anuário, não havendo destaques específicos. O que se pode notar é uma grande quantidade de textos que fazem menção à vida das mulheres. Em vários momentos, trata-se da dona-de-casa, da mãe e da esposa (ou da futura esposa). As mulheres foram temas de crônicas, poemas, textos referentes à saúde da mulher-mãe, da solteira “casadoura” e das “moças perdidas”, em títulos como A mulher virtuosa<sup>530</sup>, Moças de hoje<sup>531</sup>, O casamento<sup>532</sup>, Maldito amor<sup>533</sup>, comumente encontrados no anuário.

---

<sup>528</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 78.

<sup>529</sup>SANTA CASA de Misericórdia de Parnaíba. *Almanaque da Parnaíba*, ano 11, 1934, p. 160.

<sup>530</sup>VIEIRA PINTO, João. A mulher virtuosa. *Almanaque da Parnaíba*, ano 5. Parnaíba, 1928, p. 93.

<sup>531</sup>MOÇAS DE HOJE. *Almanaque da Parnaíba*, ano 11. Parnaíba, 1934, p. 23.

<sup>532</sup>DOUMER, Paul. O casamento. *Almanaque da Parnaíba*, ano 11. Parnaíba, 1934, p. 18.

<sup>533</sup>VIEIRA PINTO, João. Maldito amor. *Almanaque da Parnaíba*, ano 2. Parnaíba, 1925, p. 46.

Para o levantamento desse conteúdo usamos como critério de seleção as seguintes palavras-chaves: “mulher”, “feminino”, “moça”, “dama”, “esposa”, “senhora”, “senhorita”, “dona de casa”, “casamento”, “família”, “filho”, “moda” e “educação”. A análise do conjunto de artigos selecionados nos levou a textos de colaboradores que tratavam, com mais profundidade, acerca dos papéis de gênero no Brasil. Assim, a partir da identificação das colaborações, obtivemos uma ampliação da massa documental por meio da seleção de autores, literatos e políticos que se debruçavam sobre o tema da mulher. Buscamos, então, analisar suas produções, com o intuito de ampliarmos a complexidade do tratamento dado ao tema das mulheres e de suas representações na publicação.

Ao selecionarmos os artigos para a nossa pesquisa, consideramos que seus conteúdos não apenas apresentam padrões de comportamento, mas também atuam como modeladores de identidades de gênero. Acerca disso, Vera Lúcia Casa Nova<sup>534</sup> pontua que no almanaque “classifica-se a mulher, receita-se à mulher”. Isso se dá de muitos modos: por meio de conselhos para o bom funcionamento da casa, sobre saúde, beleza, sobre como cuidar do marido e dos filhos, e, principalmente, da organização e segurança de um determinado modelo de família burguesa adotada no Brasil no século XX.

### 5.1 ENSINANDO A SER MULHER: O DISCURSO PEDAGÓGICO DO *ALMANAQUE*

*Que é a beleza?  
É o pudor, é a candura, é a pureza!  
É a simplicidade angelical e calma.  
É o espelho límpido da alma!*<sup>535</sup>

Os ideais de progresso e modernidade que eram propalados no *Almanaque da Parnaíba* nas décadas de 1924 a 1941 alcançavam também a mulher parnaibana. Nos efervescentes anos 1920, as mulheres das classes média e alta estavam sendo chamadas a assumir novos papéis na sociedade. As cidades brasileiras, a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo, constituíam um panorama complexo das transformações desenvolvidas nas relações sociais, em especial nas relações de gênero. Segundo Rachel Sohiet<sup>536</sup> as referidas cidades expunham claramente as tensões resultantes da permanência do patriarcado e o confronto com os padrões burgueses. Na

---

<sup>534</sup>CASA NOVA, Vera Lúcia Leituras de almanaques de farmácia: Biotônico Fontoura e A Saúde da Mulher. 1990. 200f. Tese (Doutorado) – UFRJ, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 1990, p.118.

<sup>535</sup> CUNHA, Alarico da. Ode á beleza. *Almanaque da Parnaíba*, ano 8. Parnaíba, 1931, p. 93.

<sup>536</sup> SOHIET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência*. Mulheres pobres e ordem urbana. 1890-1920. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 118.

década de 1920 as contradições desse embate perpassaram os comportamentos femininos e se fizeram presentes nos discursos dos periódicos de circulação nacional e regional/local.

Através do *Almanaque da Parnaíba* é possível apresentar tais contradições e embates também nessa cidade. Numa dimensão ampla, o anuário apresenta oposição entre duas imagens femininas, entre antigo/novo e também entre tradicional/moderno. De um lado a mulher como “complemento” do homem - influenciável, dependente -, e, de outro, a “mulher moderna” – emancipada, consciente, “perigosa”. Os adjetivos utilizados pelo *Almanaque* para descrevê-las variavam entre pura, vaidosa e frívola, ocorrendo ainda as mais diversas referências sobre a fragilidade física e mental das mulheres, em oposição à determinação da “nova mulher”. O *Almanaque* atribui às mulheres uma “natureza feminina” e ressalta qualidades inatas ao seu temperamento. Os comportamentos considerados tradicionais eram frequentemente louvados pelo anuário, em oposição ao comportamento supostamente escandaloso e desregrado da “mulher moderna”. Dessa forma, a expressão “mulher moderna” foi muitas vezes utilizada com um sentido pejorativo associado a atitudes transgressoras como as “boquinhas de lacre”, moças modernas que “exageravam” na maquiagem e andavam livremente à noite pela cidade<sup>537</sup>.

No *Almanaque* é fácil identificar a presença dessa oposição (modernidade/tradição) que envolvia seus colaboradores, literatos com posições bem definidas sobre o tema. O poema do deputado João Vieira Pinto<sup>538</sup> idealizava a mulher tradicional, bondosa e carinhosa, e orientava as leitoras a assumirem o modelo do que seria, à época, “a mulher virtuosa”, como podemos ver abaixo:

Astro de luz e esperança  
A mulher pura e virtuosa,  
Nuncio de paz e bonança  
Nesta vida tormentosa.

A virgem, anjo ridente,  
A mensageira do amor,  
Aurora d’um sol nascente  
Em todo seu esplendor

A mãe, a santa bondosa,  
Educa o filho querido.  
Sempre meiga e carinhosa  
Com afeto indefinido

Áurea estrela que nos guia  
Pela borrasca da vida,

<sup>537</sup>MOÇAS DE HOJE. *Almanaque da Parnaíba*, ano 11. Parnaíba, 1934, p. 23.

<sup>538</sup>João Vieira Pinto foi “deputado da última legislatura do período da Primeira República de 1928 a 1930”. C.f. SANTOS, Lourival de Carvalho. *Cronologia histórica da Assembléia Legislativa do Piauí*. Teresina: Assembléia Legislativa do Piauí, 2021, p.33.

Quer na dor, quer na alegria,  
Sempre boa e estremeçada.

[...] A esposa honesta e leal,  
Cumpridora dos deveres,  
É um divino fanal,  
O mais sublime dos seres

[...] Anjo bom por Deus mandado,  
Fonte perene de amor.  
Um tesouro bem fadado,  
Um presente do senhor.

Bendita seja na terra  
A mulher pura e virtuosa  
Que em si todo bem encerra  
Nesta vida tormentosa.<sup>539</sup>

O poema acima destaca pontos que parecem fundamentais para o entendimento da mulher virtuosa—tal como compreendida pelo deputado. A mulher virtuosa, a virgem, a mãe santa e bondosa, a esposa honesta, são necessárias para a composição da família e da sociedade. Por conseguinte, virtude e castidade são qualidades exaltadas como alicerce da família, do casamento e da criação dos filhos. O poema exalta a mulher pura e virtuosa enfatizando, portanto, o recato como necessário ao casamento.

No *Almanaque* é possível encontrar diversas orientações/sugestões para que as leitoras pudessem se adaptar às características daquilo que se considerava “mulher virtuosa”. No anuário constavam ensinamentos acerca de como a mulher precisava se portar perante a sociedade e dentro de seu lar, de modo que conseguisse ser uma boa dona de casa, por conseguinte uma esposa admirável e uma mãe exemplar.

São representações empenhadas na consolidação da imagem da mulher burguesa enquanto possuidora de uma natureza abnegada e amorosa, sempre prestativa e disposta a auxiliar os demais, especialmente voltada à família. Os colaboradores emitiram opiniões e colaboraram no processo de construção e corroboração de representações hegemônicas sobre os papéis de gênero e sobre as noções de feminino. Submissão, abnegação, beleza, zelo com a família são considerados traços da personalidade feminina, assim como pudor, candura, pureza e simplicidade, como podemos verificar na citação do *Almanaque* que abre esse texto.

As publicações defendem e reforçam os papéis tradicionais que a mulher deveria desempenhar, de esposa, mãe, mulher desprotegida, inferior em relação ao homem, e, de forma velada, desencorajava ambições femininas de estudar, de trabalhar, de se tornar independente.

---

<sup>539</sup>VIEIRA PINTO, João. A mulher virtuosa. *Almanaque da Parnaíba*, ano 5. Parnaíba, 1928, p. 93.

Roger Chartier ressalta que os almanaques são “portadores de um projeto de reforma e de civilização identificado ao destino da nação”<sup>540</sup>. Esse caráter civilizador e pedagógico pode ser identificado no *Almanaque da Parnaíba* onde os colaboradores reforçam instituições como a família e o casamento e prescrevem comportamentos sociais ideais para a mulher.

Casa Nova<sup>541</sup>, analisando a representação da mulher nos almanaques, acrescenta que a mesma é representada como uma espécie de modelo ideal e normativo, que deve se adaptar aos padrões sociais vigentes. Nas palavras de Casa Nova:

Essa representação da mulher, que nos é trazida pelos almanaques através de seu discurso, visa à formação de um modelo normativo de feminilidade. Na verdade ela vai ser o centro de todo um espaço de propagação de um ‘modelo imaginário de família, orientado para a intimidade do lar, onde devem ser cultivadas as virtudes burguesas’. Imobiliza-se e aprisiona-se a mulher em sua ‘natureza’. É para a família que ela deve estar voltada...<sup>542</sup>

Os almanaques publicados no Brasil do século XX, segundo Casa Nova, estavam repletos de imagens recorrentes da mãe (ou esposa), no seu papel característico junto aos filhos (às vezes, amamentando) ou desempenhando os afazeres do lar (daí as dicas de cozinha e decoração); a noiva, preparando seu enxoval ou sendo aconselhada no modo como deverá tratar seu futuro esposo; as profissões clássicas concedidas às mulheres: a professora e seus alunos, a secretária sentada em seu birô, a secretária do lar, a parteira e a enfermeira.

A saúde da mulher também recebe destaque tanto na indicação de medicamentos e cuidados para as futuras mães quanto na valorização da preocupação com beleza das jovens (que devem estar voltadas para casamento). A moral e os bons costumes são salientados nas recomendações às senhoras quanto às formas de comportamento compatíveis com a sua idade<sup>543</sup>. O aconselhamento às noivas e esposas chegava ao extremo de ser diretamente dirigido, como podemos observar no almanaque carioca *Costumes e Curiosidades*:

QUERES SER FELIZ COM TEU MARIDO?

Ama-o desde o dia do casamento.

<sup>540</sup>CHARTIER, Roger. Introdução: o livro dos livros. In: PARK, Margareth Brandini. *Histórias e leituras de Almanques no Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1999. p.10.

<sup>541</sup>CASA NOVA, op. cit., p. 119.

<sup>542</sup> Ibid.p.119.

<sup>543</sup>Observando o tema da relação entre sogras e genros, segundo Park, o ataque à imagem da sogra, nos meio de empresa, é uma questão muito antiga e tem propósitos delimitados dentro da sociedade brasileira. Park explica que, na região sul do Brasil, no final do século XIX, a cultura açoriana mantinha a tradição da filha e genro morarem com a sogra, o que impedia a implantação da estrutura familiar nucleada e burguesa. Passa-se a caracterizar esse hábito como não-civilizado e, a partir de então, “... a sogra passa a ser associada a características negativas, sendo que os jornais publicam inúmeras matérias ridicularizando-a”. Cf.: PARK, Margareth Brandini. *Histórias e leituras de almanaque no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura no Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.p.94.

Desde a Lua de Mel, estuda-lhe o carácter.  
 Se o vires triste, alegra-o.  
 Se o vires aborrecido, distrai-o.  
 Se quer brigar, evita-o disfarçadamente (quando um não quer, dois não brigam...)  
 Se esta desanimado, dá-lhe coragem.  
 Se e um intelectual, não faças barulho quando estiver trabalhando.  
 Se tem tendências para beber, experimenta, com teu carinho, afastá-lo do vício.  
 Nunca te mostres superior a ele.  
 Nunca lhe demonstres os teus ciúmes.  
 Nunca lhe perguntes o que esteve fazendo para chegar tarde.  
 Nunca o censures na vista de amigo e de criados.  
 Nunca o desautores [sic] quando ele repreender os filhos; se houver injustiça, aconselha-o depois, à parte.  
 Nunca sejas desleixadas, deixando de te enfeitares.

Em resumo: Faze uma força da tua fraqueza e lembra-te sempre que as mulheres que elle vê na rua são bonitas e gozam da vantagem de serem o “fruto proibido”.<sup>544</sup>

Na citação acima encontramos preceitos para o bom êxito de instituições como a família e o casamento, nos quais a mulher é a maior, talvez a única, responsável por esse sucesso. Margareth Brandini Park descreve que também nos almanaques de farmácia são perceptíveis os anseios e expectativas da época em relação às mulheres. No início do século XX, um período de mudanças com a transição do eixo agrário para o urbano e o processo de urbanização e industrialização do país, a implantação do modelo de família nuclear burguesa torna-se – apesar de tardia – imprescindível para o sucesso do capitalismo em *terraebrasilis*. Assim, a mulher se torna peça fundamental para o reconhecimento social e para a consolidação desse novo tipo de estrutura familiar. Além disso, ela própria é a imagem que representa essa família. Segundo Park:

Como rainha do lar é indispensável que faça deste um lugar atraente. O cardápio deve ser repleto de novidades, fugindo à rotina. Nos momentos de folga deverá informar-se sobre os negócios do seu marido para poder trocar ideias com ele. As adversidades devem ser suportadas com coragem e resignação. A sogra e os parentes devem ser bem tratados. Privilegiar a harmonia, acomodando-se às pequenas diferenças. Atualizar-se com leituras, notícias para acompanhar seu marido e, além de tudo isso, ao fazer um vestido, preocupar-se com o gosto do seu marido em relação à cor e ao estilo!<sup>545</sup>.

---

<sup>544</sup> ALMANAQUE COSTUMES E CURIOSIDADES. Rio de Janeiro: Warner InternationalCooperation, 1939, p. 24.

<sup>545</sup>PARK, op. cit., p. 92.

A mulher é descrita como “rainha do lar”, responsável por sua harmonia. As particularidades desses discursos veiculados nos almanaques devem-se a um contexto político-ideológico e ainda a profundas transformações desencadeadas pelo curso das mudanças no cenário nacional e internacional no início do século XX.

Conforme referido, está presente também no *Almanaque* a exaltação do papel de mãe. O artigo de autor desconhecido, intitulado “Moças de hoje”<sup>546</sup> traz o ideal da domesticidade, ou seja, um “conjunto de ideias e práticas de diferentes âmbitos que agiam no sentido de conformar a mulher ao lar, ao âmbito doméstico”<sup>547</sup>. Considerando que há um esforço para que a mulher se case e, uma vez casada, que ela assim permaneça, é preciso refletir sobre algumas questões presentes na documentação. Primeiramente, o lar aparece como seu espaço por excelência, em nome da sua propalada essência maternal e de sua natureza emocional, sendo a mulher considerada pouco competente ou eficaz no espaço público; e, segundo, porque sua presença no lar seria imprescindível para o bom e completo desenvolvimento familiar, tanto dos filhos como do marido.

No sentido de aclamar a mãe como figura essencial para o desenvolvimento dos filhos e reforçar o ideal da domesticidade, o articulista procurou enfatizar os danos que a ausência ou despreocupação materna poderiam causar à vida dos filhos. O texto, como advertência/conselho, relata a importância da presença das mães no lar e no acompanhamento, em especial das filhas, para assegurar os cuidados tidos pelo articulista desconhecido como fundamentais, como se lê:

Vinham tagarelado pela rua, as boquinhas de lacre, os olhos languidos da pintura. Mas, andando e falando, não se olhavam, olhavam os homens que passavam. Entraram em uma confeitaria da moda e logo três rapazes, conhecidos velhos acercaram-se. [...] Por três vezes os copos se renovaram. O riso, agora, era mais franco, explodia, escandaloso, a cada frase dos rapazes, murmurada em voz baixa... Depois, uma a uma, foram ao telefone, não iriam jantar em casa... Cada uma jantava com a outra, a convite... E saíram á hora em que o comércio fecha, a caminho de um restaurante que tivesse gabinete reservado. Iam rindo ruidosamente, e ao passar por um café, chasquearam de uma outra, da mesma idade, que ao lado da mãe, tomava um chá com torradas. Pobres mães que, levando vida despreocupada, esperam pelo regresso das filhas que saíram com amigas. Benditas as mães, que sabem fazer felizes as filhas, acompanhando-as e guiando-as pelo caminho reto da vida modesta!<sup>548</sup>

---

<sup>546</sup>MOÇAS DE HOJE. *Almanaque da Parnaíba*, ano 11. Parnaíba, 1934, p. 23.

<sup>547</sup> MARTINS, Ana Paula Vosne. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, V.18, supl.1, dez. 2011.

<sup>548</sup> MOÇAS DE HOJE. *Almanaque da Parnaíba*, ano 11. Parnaíba, 1934, p. 23.

Assim sendo, a representação da mãe como essencial para garantir o bom comportamento das “moças de hoje” obtém bastante espaço nos textos do *Almanaque*. A mãe seria a figura responsável pelo cuidado necessário para com os filhos, desde as atividades mais simples às mais complexas. O *Almanaque* procurou enfatizar a necessidade pungente da presença materna no lar e na vida das filhas, *acompanhando-as e guiando-as pelo caminho reto da vida modesta*, como enfatizou o anuário na citação acima.

Outro aspecto do texto anterior, de 1934, ressalta as jovens que andavam livremente pelas ruas denominadas de “boquinha de lacre” por causa da maquiagem. O texto enfatiza a forma livre como as mesmas olhavam os homens na rua, o consumo de bebidas alcoólicas e o riso “escandaloso” das moças que segundo o *Almanaque* não seguiam o caminho reto.

As revistas da primeira metade do século XX estavam permeadas de um ideário conservador sobre o lugar da mulher: a mesma deveria dedicar-se ao marido, aos filhos e aos trabalhos domésticos, qualquer atuação fora do ambiente doméstico podendo resultar em prejuízo. Carla Pinsky destacou a posição que, em geral, as revistas voltadas para as mulheres de classe média tomaram. Para elucidar o lugar da mulher, destaca uma passagem da revista *Querida*:

Lugar de mulher é o lar [...] a tentativa da mulher moderna de viver como um homem durante o dia, e como uma mulher durante a noite, é a causa de muitos lares infelizes e destruídos. [...] Felizmente, porém, a ambição da maioria das mulheres ainda continua a ser o casamento e a família. Muitas, no entanto, almejam levar uma vida dupla: no trabalho e em casa, como esposa, a fim de demonstrar aos homens que podem competir com eles no seu terreno, o que frequentemente as leva a um eventual repúdio de seu papel feminino. Procurar ser à noite esposa e mãe perfeitas e funcionária exemplar durante o dia requer um esforço excessivo [...]. O resultado é geralmente a confusão e a tensão reinantes no lar, em prejuízo dos filhos e da família.<sup>549</sup>

Como é possível observar na passagem citada por Pinsky, o espaço do mundo do trabalho é o “terreno masculino” por excelência. A mulher, ao imiscuir-se nesse espaço, de natureza pública, incorre em falta com o seu próprio mundo por natureza, o lar, e com os papéis a ela destinados de mãe e esposa. A perfeita esposa é aquela que prezava pelo “equilíbrio conjugal”, isto é, aquela que não subvertia os papéis esperados de cada gênero: ao homem o papel de chefe da família, de provedor; e à mulher o papel de rainha do lar, aquela cujas principais preocupações devem ser o marido, os filhos e a conservação do lar e da família.

---

<sup>549</sup>Carla Pinsky concentrou-se em analisar revistas “femininas” entre as décadas de 1940 e 1960, entre as quais destacam-se *Jornal das Moças*, *Querida*, *Cláudia* entre outras. *Revista Querida*, nov.1954 apud PINSKY, Carla B. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 9ª edição. São Paulo: Contexto, 2010, p.624.

Dessa maneira, o que queremos apontar é que o *Almanaque* apresentava um conjunto de representações bastante definidas sobre “ser mulher”, representações que estão presentes nas páginas do anuário e que reverberavam também na sociedade parnaibana.

Essa definição de papéis estava presente na própria legislação. Segundo o Código Civil de 1916, ainda vigente no período em análise, a mulher era considerada “relativamente incapaz” no que diz respeito aos assuntos cíveis. O código trazia explicitamente o princípio de que o homem era o chefe da família, da sociedade conjugal, cabendo a ele administração dos bens comuns, dos bens particulares da esposa e, inclusive, a decisão sobre onde fixar domicílio. Ao homem cabiam também as determinações sobre os filhos menores de idade. A mulher precisava de autorização do marido para exercer atividades profissionais. O que embasava essa legislação era o entendimento de que na mulher imperava a emoção e no homem a razão, por isso caberiam a ele tais as decisões<sup>550</sup>.

Diferente do que já foi apresentado, além de disseminar e reforçar determinados padrões e ideais de comportamento feminino, temos o artigo Paul Doumer<sup>551</sup>, reproduzido no anuário, que desenvolve – na perspectiva do autor – o que seria a responsabilidade do homem no destino da família:

O homem de sã razão e caráter definido não pode deixar de ter a companheira que merece, a cativante e solerte guarda do lar, a mulher amável, virtuosa, que espalha a ventura em seu redor. O indivíduo falho de vontade, ou, pior ainda, de moralidade, pode transformar qualquer menina fundamentalmente honesta em mulher que não valha mais ele, ou seja, de bem pouco valor e, assim, logo propensa a quedas de toda a ordem. A ação do marido sobre a mulher constata-se, no decurso da vida, a cada instante, a cada novo passo. Vede, por exemplo, duas irmãs da mesma criação, tendo sensivelmente as mesmas qualidades, a mesma tendência para esposas e excelentes mães de família. Um belo dia casam ambas. O seu destino é diversíssimo, se os homens a quem desposaram não guardam a menor semelhança. Suponhamos que a um deles haja tocado em partilha a retidão e a agudeza de vistas; que seja de um superioríssimo valor intelectual e moral. A juvenil esposa a molda-se gradualmente a seu jeito; torna-se uma digna companheira; participa da admiração e da estima com que todos encaram o marido. A outra irmã casa com um homem medíocre e da moral duvidosa. Ao fim de tempo o casal desune-se, desloca-se, e lá vai a mulher para o mal, esquecendo, de todo em todo, o pudor e a dignidade.<sup>552</sup>

No texto o homem é a razão. “A ação do marido sobre a mulher constata-se no decurso da vida”<sup>553</sup> assim o texto reproduzido no *Almanaque* descreve o papel do homem no

<sup>550</sup> Sobre a trajetória da mulher na legislação brasileira ver: CÔRTEZ, I. R. A trilha legislativa da mulher. In PINSKY, C.B.; PEDRO, J.M. *A nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p.260-285.

<sup>551</sup> Foi um professor, jornalista e político francês, Ministro de Estado, da Fazenda, Presidente do Senado, chegando à presidência da França em 1931. C.f.: Disponível em:

<<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/d/doumer.htm>>. Acesso em 27 out. de 2023.

<sup>552</sup> DOUMER, Paul. O casamento. *Almanaque da Parnaíba*, ano 11. Parnaíba, 1934, p. 18.

<sup>553</sup> *Ibid.* p. 18.

matrimônio. O texto acima reforça novamente o papel da mãe na educação dos filhos e o papel do marido em conduzir o casamento. Ambos os papéis estão definidos, o homem “garboso rei supremo”<sup>554</sup>, responsável por conduzir a esposa que “molda-se gradualmente a seu jeito”<sup>555</sup>.

Os colaboradores atribuíram importância ao matrimônio e a sua manutenção e destacaram também a importância da escolha do cônjuge. Há um esforço em publicar temas como esses para reforçar a temática da conservação/manutenção das famílias, atribuindo a elas grande importância social. Um homem honesto e uma filha obediente, capaz de escolher o cônjuge “certo”, seriam, portanto, a garantia de um casamento indissolúvel.

O soneto de Jonas da Silva<sup>556</sup> faz advertências quanto à escolha do cônjuge, observando a reputação da pretendente diante da sociedade. O literato exemplifica também o impacto da circulação de mulheres em novos espaços urbanos, relatados e criticados nos periódicos da época. Intitulado *Maldito Amor*, traz uma advertência às mulheres na escolha do futuro amor:

Conheci-a tão alva e tão mimosa,  
A face levemente nacarada;  
Tinha nos lábios doce rir de fada,  
Era qual do jardim flagrante rosa.

E essa virgem puríssima e formosa  
Amou um homem, cuja vida errada  
Lhe fez a sua ingrata e atribulada,  
Outrora tão alegre e venturosa!

Sob o peso do horrível sofrimento,  
Ela viveu, sem queixa e sem lamento,  
Tanto se acostumara a sua dor...

Hoje, a pobre é mãe, a desgraçada!  
Vive em prantos beijando a filha amada,  
Fruto bendito dum maldito amor!<sup>557</sup>

Pode-se dizer que o soneto tentava, por meio da propagação do medo do sofrimento, advertir as famílias e principalmente as filhas da importância da escolha do cônjuge. O literato descreve uma jovem “virgem puríssima e formosa” que amou o homem de vida errada. A jovem “mimosa” torna-se, na última estrofe, “a pobre mãe desgraçada”, que vive em prantos beijando, devota e carinhosa, a filha amada, “fruto bendito dum maldito amor”.

<sup>554</sup> PETIT, R. O Homem. *Almanaque da Parnaíba*, ano 2. Parnaíba, 1925, p. 4.

<sup>555</sup> DOUMER, op. cit., p. 18.

<sup>556</sup> Poeta parnaibano nascido em 17 de dezembro de 1880. Em 1900, habitando o Rio de Janeiro publicou seu primeiro livro de versos, *Ânfora*. Em 1902, publica *Ulanos*, livro de poesias. Em Manaus, 1923 publica *Czardas*, terceiro e último livro. Faleceu em Manaus em 5 de junho de 1947.

<sup>557</sup> VIEIRA PINTO, João. Maldito amor. *Almanaque da Parnaíba*, ano 2. Parnaíba, 1925, p. 46.

O anuário, a partir da edição de 1925, passou a publicar no final de cada página – como uma nota de rodapé - pequenas frases, advertências e conselhos que, muitas vezes tratavam de relacionamentos. Assim, por exemplo, adverte: “A mulher é como o vidro, quebrada a sua pureza não tem mais conserto”<sup>558</sup>. Sonetos e ditados como esse explicitam a importância atribuída pelo *Almanaque* temas como o matrimônio e a virgindade feminina.

Representam também uma advertência para o namoro e suas consequências, especialmente aqueles que fugissem aos padrões pré-estabelecidos no modelo idealizado, conservador. Quanto ao casamento, constam textos que enfatizavam o amor e as descobertas dos casais. Rodrigues Pinagé<sup>559</sup> publicou no *Almanaque da Parnaíba* cinco sonetos (Olhos, Cabelos, Mãos, Lábios e Seios) que revelam o sentir e o desabrochar dos cônjuges:

Do ódio e do amor as imortais contendidas  
Arfam-te o colo cândido e macio.  
Frêmitos de ânsia... doces arrepios...  
Lembram primícias de amorosa lenda.

Pombinhos novos de nevada tenda  
- Aves redondas a tremer com frio-  
Mostrando os bicos virgens e sadios  
Através das cambraias e das rendas!

Mal desabrocha o sonho adolescente  
E logo o mar das sensações se agita  
Dentro dos pomos rígidos e ardentes.

E a carne vibra em comoções e anseio!  
Todos os órgãos virginais palpitam;  
Olhos, cabelos, mãos, lábios e seios!<sup>560</sup>

Enriquecendo o panorama das advertências direcionadas à mulher, foi publicada, de punho feminino, o texto “Não cases com ele”, da escritora, poetisa, jornalista e tradutora, Aurora Jardim Aranha<sup>561</sup>:

Se em pleno uso do guarda-chuva, se cobrir mais a ele do que a ti. Não cases com um comodista; Se se meter muito nas tuas toaletes. Não cases com um maçador; Se escolher os melhores bocados para ele comer. Não cases com um egoísta; Se ceder a todos os teus caprichos de liberdade. Não cases com um fraco; Se tiver perguntado previamente quanto tens de dote. Não cases com um interesseiro; Se à mesa fizer menção de se servir antes de ti. Não Cases

<sup>558</sup>MULHER. *Almanaque da Parnaíba*, ano 3. Parnaíba, 1925, p. 45.

<sup>559</sup>José Rodrigues Pinagé nasceu em Natal, RN em 29 de outubro de 1895 e faleceu em 21 de agosto de 1973 em Belém. O “Príncipe dos Poetas Paraenses”, título recebido pelo Governo do Estado do Pará em 1964. Poeta dedicado aos estilos lírico e satírico, atuou ainda como tipógrafo, jornalista e servidor público.

<sup>560</sup>PINAGÉ, Rodrigues. Seios. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 2, 1925, p. 53.

<sup>561</sup>Romancista e jornalista natural de S. Tomé, viveu no Porto parte significativa da sua vida. Traduziu entre muitos outros autores, Dostoiwky, Henri Ardel, M. Delly ou Mafali.

com um malcriado; Se for galanteador com as tuas amigas. Não cases com um conquistador; [...] Se quiser fazer pequenas economias quando anda contigo. Não cases com um avarento; Se não oferecer logo um murro a quem olhar demasiado para ti. Não cases com um covarde. Se preferir ir a qualquer divertimento, a estar junto de ti. Não cases com desinteressado; Se não te compreender. Não cases com um pateta; Se não for atencioso para com tua mãe. Não cases com um grosseiro. [...] Se não for ciumento. Não cases com um indiferente. [...] Ficaré algum que se aproveite? Olha, como são todos piores, não vale a pena escolher – casa com aquele de quem gostares.<sup>562</sup>

Aurora Aranha traz conselhos e advertências às mulheres. A perspectiva feminina apresentada traz referências indiretas ao homem cortês, que primeiro visa ao bem-estar da mulher; ao homem generoso, que sabe partilhar; ao apaixonado, que não é guiado pelo valor do dote; e ao homem fiel e companheiro. Apesar de apresentar o desejo por um homem sensível e generoso, o texto reforça que a mulher precisa de um homem forte, que não ceda “a todos os teus caprichos de liberdade”<sup>563</sup> Ao final do texto, Aurora Aranha aconselha as mulheres a casarem por amor, afirmando que a escolha do cônjuge por eliminação dos defeitos não resultaria em escolha alguma.

Na edição de 1934, podemos verificar o seguinte texto, de autor desconhecido, que traz conselhos e orientações sobre o comportamento a ser adotado pelas esposas diante de seus maridos:

- Evita a primeira discussão, com teu marido, por que a esta, com certeza seguirão outras. Começou mal, continuará mal. – *Lembra-te que não há homem perfeito, e si o escolheste, perdoa os pequeninos serões, evitando cenas deselegantes quando perceberes suas imperfeições humanas.* -Pede o menor número de vezes possível, dinheiro ao teu marido. Procura viver de acordo com o que ele ganha, gastando até, muito menos do que isso. -Quando discutires com teu marido, deixa-o vencer algumas vezes, mesmo que esteja certa de que ele não está com a razão. –Procura cultivar o teu espírito, para que ele aprecie sempre a tua companhia, e a conversa entre ambos nunca decaia ou se torne monótona. –cuida da tua toilette, todas as horas do dia, para que ele nunca te encontre desmazelada ou em desalinho. –tenha sempre uma palavra amável e atenciosa para ele, especialmente quando ele estiver preocupado com negócios. Mas seja oportuna e não imprudente<sup>564</sup>. (Grifo nosso).

Imbuído da perspectiva de que o homem seria o provedor do lar, o texto acima adverte que a mulher deveria se adequar ao padrão econômico e social de seu marido. Uma mulher cujas preocupações deveriam ignorar as imperfeições do marido, sempre contida nos gastos, responsável por não tornar a vida do cônjuge monótona, instruindo-se o necessário e, também,

<sup>562</sup> ARANHA, Aurora Jardim. Não cases com ele. *Almanaque da Parnaíba*, ano 12. Parnaíba, 1935, p. 109.

<sup>563</sup> ARANHA, Aurora Jardim. Não cases com ele. *Almanaque da Parnaíba*, ano 12. Parnaíba, 1935, p. 109.

<sup>564</sup> CONSELHOS. *Almanaque da Parnaíba*, ano 17. Parnaíba, 1940, p. 103.

mantendo-se amável e carinhosa. Ao estudar o tema das representações do feminino no *Almanaque da Parnaíba*, Erasmo Carlos Amorim Morais assevera que muitos dos textos enfatizavam a manutenção do casamento, acrescentando que a preservação do “‘lar feliz’ tem muito a ver com os cuidados realizados pelas esposas na manutenção de suas casas a partir da organização dos afazeres, do cuidado com a higiene dos filhos, manter seu marido com roupa alinhada e alimentação balanceada”<sup>565</sup>.

O *Almanaque* reproduz também outro texto de Paul Doumer, que acrescenta às noções sobre os papéis feminino e masculino no casamento e a ideia de que “a família é a instituição primária, elementar, da humanidade. É a sociedade natural, origem e embrião de todas as sociedades organizadas”<sup>566</sup>. O autor, portanto, destaca a importância que é atribuída à estrutura familiar, sendo criticada qualquer vivência feminina que não se encaixe nesse modelo.

O *Almanaque* enfatizava também a maternidade como destino natural da mulher, representada como parte indelével da essência feminina, ganhando nuance de “missão divina”. Tendo em vista que a natureza feminina, assim como a masculina eram bem definidas, os papéis sociais que homens e mulheres desempenhavam também estavam claramente delimitados.

É preciso apontar que o discurso essencialista em relação ao feminino e à maternidade, colabora, significativamente, para o processo de domesticação da mulher. Isto é, a permanência da mulher no recôndito do lar passa a ser uma prerrogativa do seu gênero, uma vez que ela é considerada “essencialmente” mãe. O *Almanaque* comungava desses valores sociais e de gênero bastante delimitados. Por se tratar de um almanaque de cidade, voltado à cidade de Parnaíba, o anuário difundia um discurso moralista para as mulheres, advertindo as mesmas e se colocando como um guia e investindo em tais concepções de feminino e de maternidade.

Em outro exemplo de colaboração no anuário, discute-se a concepção de feminino, a partir do masculino, tratado também de forma hegemônica e padronizada. O masculino liga-se ao trabalho, ao poder econômico e à força física, no texto de J.G. Camara, que aponta a mulher como “complemento” do homem:

Que seria a vida do homem sem o subsídio desse *complemento tão essencial* a sua existência psíquica e física? Não se deve encarar essa espécie não sei se divindade aparente, não sei de personificação da beleza em sua mais feliz expressão ou de artifício humano, que quer que seja, como uma simples entidade a quem a materialização dos costumes hodiernos privou de seus mais sagrados e veneráveis atributos para obrigá-la implicitamente a dura e triste condição de *instrumento servil, na impiedosa contingência da luta pela*

---

<sup>565</sup> MORAIS, Erasmo Carlos Amorim. *Imagens de Mulheres: as representações do feminino no Almanaque da Parnaíba 1930-1970*. ANPUH, Recife, 2019, p. 12.

<sup>566</sup> DOUMER, Paul. A Família. *Almanaque da Parnaíba*, ano 11. Parnaíba, 1934, p. 13.

*subsistência ou muitas vezes como escrava inconsciente de suas paixões pelo luxo e a ostentação, quando não dominada por uma certa embriaguês de espírito que a conduz a completa anestesia e destarte a mais completa perversão moral, tão comum nos dias que correm!* (Grifo nosso)<sup>567</sup>

O texto inicia com uma indagação: “Que seria a vida do homem sem o subsídio desse complemento tão essencial a sua existência psíquica e física?”. Em sua função de complemento, a mulher é obrigada “implicitamente à dura e triste condição de instrumento servil”. Caso não se dedicasse ao matrimônio, viveria como “escrava inconsciente de suas paixões pelo luxo” e dominada pela “mais completa perversão moral”. Tal condição de instrumento servil, neste texto, resulta precisamente dos costumes “hodiernos”, que obrigam a luta pela subsistência ou a paixão pelo luxo e a ostentação.

O conceito de gênero traz em si o pressuposto de que tanto a concepção de feminino quanto a de masculino são social e historicamente construídas, perfazendo, também, uma relação essencialmente dialética, pois masculino e feminino são colocados como diametralmente opostos. No entanto, um é construído em relação direta ao outro. Tais concepções de gênero podem ser consideradas únicas e normativas, isto é, aqueles e aquelas que nelas não se encaixem são percebidos como “anormais” e/ou “doentes”. Eros de Souza.<sup>568</sup> apresentando um olhar histórico sobre o papel das mulheres no Brasil, compreende que, na década de 1920, os periódicos enfatizavam a “vocação natural das mulheres”- de serem esposas e mães, definindo ao mesmo tempo uma “natureza materna”. O autor aponta que na respectiva década tornou-se bastante recorrente a ideia de que ser mãe ligava-se diretamente ao sagrado, a uma missão atribuída por Deus às mulheres.

Na análise de Souza a perspectiva religiosa presente na década de 1920 permeou o ocidente europeu na Idade Média e em parte da Idade Moderna, quando Eva foi tomada como pecadora, responsável pelos sofrimentos humanos, passando a ser medida a partir do exemplo de Maria, mãe de Jesus. Desenvolve-se o marianismo, ou seja, o entendimento de que as mulheres devam ser admiradas quando se mantêm em vida casta e devotada à família e ao lar, sempre guiadas pela fé cristã. Era o que se esperava das mulheres de acordo com o pensamento cristão tradicional, pelo menos até meados da década de 1960<sup>569</sup>.

---

<sup>567</sup>CAMARA, J.G. A magestade feminil. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 17, 1940, p. 121.

<sup>568</sup>SOUZA. E et all. A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos. IN: *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2000, 13(3), pp.485-496.

<sup>569</sup> SOUZA. E et all. A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos. IN: *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2000, 13(3), pp.485-496.

Elisabeth Badinter procurou demonstrar que a ideia de instinto materno não é “natural” ou “inata”, mas inclui-se em uma perspectiva transhistórica, isto é, construída e reforçada com o passar do tempo. É, propriamente, esse sentimento, reafirmado como essencialmente materno, que daria às mulheres a primazia no cuidado e no ensino das crianças. Tais funções caberiam, especialmente, à mãe, uma vez que ela é supostamente nascida para isso e possui as “ferramentas” necessárias. Badinter nos diz sobre o desenvolvimento desse arquétipo do instinto materno:

Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes “ordenam” amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho<sup>570</sup>.

Dessa maneira, como Badinter aponta, muito tempo depois, já na metade do século XX, permanecia viva a premissa do instinto materno. Tal concepção se faz presente nas páginas do *Almanaque*, tendo em vista que frequentemente o editor ocupou-se em publicar artigos que refletiam sobre a maternidade, enfatizando que esta traz vida e dá sentido à existência da mulher. Destarte, queremos destacar uma passagem do *Almanaque* de 1934, onde o articulista Antonio Dantas Barbosa se expressou:

Deus, o Sumo Pontífice, havia criado *Eva*, a mulher, mas, faltava-lhe a divina essência; não lhe tinha dado encanto, a beleza; nenhuma estética, nem amor. Toda ela representava uma só forma; uma coisa; jazia inerte. Nuvem espessa cobria-lhe o semblante, sem brilho, sem formosura. Não conhecia o amor, essa primavera de aroma eterno e de flor[...]. E em todo o orbi terráqueo soou o mesmo eco uníssono: ‘Mãe’, ‘Mãe’, escrito ainda no céu, nas areias das praias, na lua e nas estrelas, com letras de fogo e redoirado pelo sol: ‘Mãe’[...] Estava salva a humanidade e múltipla vezes múltipla era a geração!<sup>571</sup>

Fica claro que, na concepção expressa por Barbosa, a condição de mãe trouxe vida a mulher, deu sentido a sua existência, a maternidade seria então sua “divina essência”. Se, de um lado, os textos que examinamos no *Almanaque da Parnaíba* incentivavam as mulheres a se dedicarem ao lar e ao matrimônio a partir de uma ideia de “natureza feminina”, de outro, identificavam uma missão divina a ser cumprida pelas mulheres.

Reafirmando a exaltação da maternidade, o *Almanaque* publica um texto de Ernani Fornari que reiterava que após o matrimônio a preocupação e a “prece da recém-esposada”<sup>572</sup> seria por um filho forte, belo, perfeito, bom, justo, afetivo, talentoso, incapaz de bater num

<sup>570</sup> BANDINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p.145.

<sup>571</sup> BARBOSA, Antonio Dantas. Mãe. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 11, 1934, p. 91.

<sup>572</sup> FORNARI, Ernani. Prece da recém-esposada. *Almanaque da Parnaíba*, ano 11, 1934, p. 27.

fraco, seduzir uma mulher ou matar um homem<sup>573</sup>. Observa-se nos textos de alguns colaboradores o receio de que as mulheres “negassem sua natureza” e uma defesa do “destino biológico e espiritual” das mulheres. A negação desse destino acarretava uma ideia de “anormalidade”, atribuída a essas mulheres que se opunham à “natureza feminina”, o que só podia ser explicado, portanto, como desvio ou “patologia”. Nesse discurso sobre a maternidade, como essência, dá-se a construção da ideia de “instinto materno”, isto é, um sentimento de proteção e envolvimento instintivo com a prole. Correntemente, se atribui a esse sentimento uma acepção de natural, inato, como acrescenta Antonio Dantas Barbosa:

E, aquele pequenino nome [mãe], aberto em cristal e ouro, a claridade do sol, exprimindo mais vida que todas as células e plasmas, espalhando mais luz que todas as rosas do firmamento adelgacando a treva e dissolvendo a escuridão, viu Deus que se agregavam e lhe festejavam em torno: Todas as alegrias dos anjos; Todas as bênçãos do céu; Todas as canduras do espírito Todas as delícias da vida; Todos os lances da alma; Todas as gemas do afeto; Todas as harmonias do bem; Todos os idílios do amor; Todas as júrias da Constância; Todos os cosmos da luz; Todos os lirismos da graça; Todos os mimos do coração; Todas as nuances do ser; Todos os orvalhos da gratidão; Todos os xistos do gosto; e todos os zelos do mundo. Tinham atingindo a mulher, *na condição de “Mãe”*, na atitude da *Maternidade* – seu maior sacrifício – sua maior perfeição moral, a perfectibilidade humana.<sup>574</sup> (Grifo nosso)

A maternidade seria, portanto, “perfeição moral” e “perfectibilidade humana”, a condição de mãe como guia, ainda que “seu maior sacrifício seria uma missão necessária. A concepção de “missão divina” abrangerá todas as mulheres, de forma indistinta.

Por outro lado, o *Almanaque* também apresentou a mulher como ameaça, como negativo da condição de mãe, o que também traz um sentido abstrato e religioso:

A mulher, que foi a perdição para o pai Adão, para Sansão a morte e para Salomão uma vingança, é para o médico um laboratório, para o juiz uma ré, para o pintor um modelo, para o poeta uma inspiração, para o militar uma camarada, para o padre uma tentação, para o doente uma enfermeira, para o são uma enfermidade, para o republicano uma cidadã, para o romântico um huri, para o versátil um brinquedo, para o bandido uma vítima, para o gastrônomo uma cozinheira, para o menino um consolo, para o namorado um desejo, para o noivo uma esperança, para o marido uma carga, para o viúvo um descanso, para o velho um desengano, para o rico uma ameaça, para o pobre um flagelo, para o jovem um pesadelo, para um homem um estorvo, para o diabo um agente, para o mundo uma força, e para o tipógrafo uma página.<sup>575</sup>

---

<sup>573</sup> Ibid. p. 27.

<sup>574</sup> BARBOSA, Antonio Dantas. Mãe. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 11, 1934, p. 91.

<sup>575</sup> A MULHER. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 17, 1940, p. 119.

Segundo Michelle Perrot, na obra *Os excluídos da História*<sup>576</sup>, que toma por objeto as representações femininas e os modelos de “mulher” na França do século XIX, a ênfase em determinadas características idealizadas definia a mulher enquanto um sujeito abstrato, destituindo mulheres reais do que cabia nessas descrições. Imagens de fragilidade, por exemplo, ligadas aos modelos de gênero, nada tinham que ver com mulheres pobres e trabalhadoras daquele período.

No texto *A Mulher*, publicado no *Almanaque da Parnaíba*, esta é um sujeito “abstrato”, que, de um lado, é responsável por episódios negativos na vida dos homens, a exemplo dos personagens bíblicos Adão, Sansão e Salomão. Por outro lado, a mulher é também esperança, consolo e força. Conforme assinalado por Jane Soares de Almeida, nessas representações sobre as mulheres “havia um forte sentido edificado sobre um discurso ambíguo, que ora as elevava como preservadoras da raça, ora condenava qualquer ideia de sexualidade, necessária para essa mesma reprodução da espécie”<sup>577</sup>.

## 5.2 AS MÚLTIPLAS FACES DA “MULHER MODERNA”

Conforme referido, no outro extremo do modelo da mulher “complemento” e da mãe de família, encontra-se o modelo da “mulher moderna”. Os atributos ligados a esta variavam entre vaidosa, frívola, determinada e forte, em oposição aos atributos da mulher tradicional descritos anteriormente. Há, assim, uma fronteira tênue tanto na caracterização dessas mulheres quanto na atribuição de valores às mesmas. Muitos adjetivos atribuídos às mulheres de família, classificados na chave da submissão feminina, eram exaltados como “verdadeiros”, contrapondo-se à degradação dos valores nas mulheres classificadas como modernas.

Além disso, vale ressaltar que, segundo Caulfield, a modernidade “encontrava-se claramente condicionada ao gênero do sujeito, assumindo conotação positiva, de racionalidade, quando atribuído ao homem, e significando, de outro lado, desregramento moral quando atribuído a mulher”.<sup>578</sup>

O *Almanaque da Parnaíba*, na edição de 1930, traz uma versão da “mulher moderna”, atrelada à descrição do seu comportamento, como podemos observar no soneto abaixo:

---

<sup>576</sup>PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

<sup>577</sup>ALMEIDA, Jane Soares de. *As gentis patricias: identidades e imagens femininas na primeira metade do século XX (1920-1940)*. Educar em Revista, n 48, abr./jun. Curitiba: editora UFPR, 2013, p. 188.

<sup>578</sup>CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT/FINEP, 2000, p. 28.

Figura 62 - “Mulher Moderna”,



Fonte: B.C. Mulher Moderna. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 7, 1930, p. 104.

O soneto destacado acima elenca características e comportamentos que seriam próprios da “mulher moderna”: saber cruzar a perna, ir ao cinema, fumar, dançar, jogar, remar, usar calças e botas e praticar equitação. Trata-se de uma representação de mulheres ousadas, elegantes, cujas características restringiam-se às práticas de lazer e esportivas de mulheres abastadas. Ao lado do texto está o retrato de Onesy Couto de Mello, professora normalista e poetisa de Parnaíba. O texto do poema, pela menção à “carioca da gema”, parece associar “a mulher moderna” com os costumes da capital do país. A fotografia traz uma jovem de chapéu e cabelos curtos, portando um cordão com uma medalha sobre a blusa, estando a menção a sua profissão no rodapé da fotografia.

Segundo Mary Angélica Costa Tourinho<sup>579</sup>, analisando as representações femininas no *Almanaque da Parnaíba*:

Embora já na década de 1930 fosse perceptível a presença de mulheres fazendo compras, saindo para passear e trabalhar sozinhas esperava-se que essas movimentações, não fossem realizadas fora do expediente do comércio. Esse horário também regulava o período da relativa liberdade de deslocamento, visto que era considerado mais seguro e garantiria uma visibilidade respeitosa. Nos anos subsequentes estas barreiras foram sendo quebradas, não significando o fim, de todo, das interdições costumeiras, como controle de horários e movimentações pela cidade, dirigidos principalmente ao público feminino. Se não era a moral o ponto justificado na tentativa de controle em relação às mulheres, lançar-se-ia mão do pecado, da saúde e ainda da etiqueta[...]<sup>580</sup>.

Ana Beatriz Araújo de Freitas<sup>581</sup>, examinando a mesma publicação, destacou, assim como Tourinho, as transformações em decorrência da atividade comercial em Parnaíba na década de 1940, atestando “os novos costumes, valores e roupas que a elite parnaibana desfrutava, advindos da atividade comercial da cidade”<sup>582</sup>.

O *Almanaque* apresentava a “mulher moderna” através da moda e da etiqueta, o que foi possível acompanhar através de sonetos e fotografias. As mudanças eram visíveis, por exemplo, no corte de cabelo e no vestir, o que inspirou escritores e poetas a manifestarem-se sobre o comportamento feminino e as concepções do que era ou não considerado apropriado.

O *Almanaque* destaca ainda a popularidade do cinema que apresentava às brasileiras novos ideais estéticos e comportamentais. A edição de 1930 traz fotografias de “misses” e textos sobre o uso da maquiagem e os novos padrões de beleza, com fotografias de duas estrelas da *Paramount Pictures*, Kathryn Carver (1899-1947) e Fay Wray (1907-2004).

---

<sup>579</sup> A historiadora pesquisa as mulheres em meio às atividades produtivas, no mundo do comércio da cidade de Parnaíba, apoiando-se em uma documentação diversificada, entre elas o *Almanaque da Parnaíba*.

<sup>580</sup> TOURINHO, Mary Angélica Costa. *Por dentro da história: mulheres operosas no mundo no comércio em Parnaíba (1930 a 1950)*. 2015. 239f. Tese (Doutorado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2015, p. 98.

<sup>581</sup> A historiadora analisou na pesquisa de mestrado o casamento, a família e as práticas de gênero em processos judiciais (1962-1977) da cidade de Parnaíba. No artigo publicado sobre o *Almanaque da Parnaíba* o recorte analisado é de 1940 a 1950.

<sup>582</sup> FREITAS, Ana Beatriz Araújo de. As representações de gênero no *Almanaque da Parnaíba*. *Veredas da História*, v. 13, n. 1, p. 25-46, jul., 2020, p. 29.

Figura 63 – FayWray.



Fonte: FAY WRAY. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 7, 1930. Contra capa da edição

Interessante percebermos que a edição de 1930 utiliza a imagem da atriz norte-americana FayWray logo após a contra-capa da edição. O destaque dado à fotografia da atriz, fornecida pelo estúdio, nos remete a sua função de símbolo de beleza naquele período, no exterior e no país. Assim, o anuário vale-se da fotografia para oferecer às mulheres de Parnaíba um modelo de beleza e aparência, ainda que idealizado. A edição ainda traz, na última página, a fotografia de outra atriz, a americana KathrynCarver:

Figura 64 -KathrynCarver



Fonte:KATHRYN CARVER.*Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 7, 1930, p. 3.

As atrizes com lábios pintados, sobrancelhas delineadas, joias e cabelos curtos expressam a beleza e a vaidade que colocavam em evidência as perspectivas para o feminino difundidas pelo cinema. A forma de apresentar-se em público, o vestuário e a maquiagem, repercutia assim junto a um público não exclusivamente feminino.

O *Almanaque* atesta que a mulher moderna, vista nas fotografias e nas telas do cinema, era fundamentalmente vaidosa<sup>583</sup>. No mesmo período, o anuário apresenta uma diversidade de anúncios direcionados à beleza feminina, como de pó para o rosto, leite de colônia e sabonete. A partir de 1929, os referidos anúncios continham ilustrações de rostos femininos, que

---

<sup>583</sup>O APELO à vaidade. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 11, 1934, p. 239.

expressavam os cuidados com a higiene e a saúde femininas e permitem inferir uma preocupação estética direcionada às leitoras das páginas do *Almanaque*, como vemos abaixo:

Figura 65: Anúncio do sabonete Lever



Fonte: LEVER. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 9, 1934, p. 8.

Os anúncios carregavam um apelo à vaidade. Em texto do *Almanaque da Parnaíba*, atesta-se essa qualidade feminina, reprovando-se, na edição de 1934, “que os anunciantes de produto de higiene, em vés de apelarem para o interesse puramente higiênico, para a questão primacial da conservação da saúde, que eles representam, dedicam o melhor e o principal dos seus apelos à vaidade feminina”.<sup>584</sup>

<sup>584</sup>O APELO à vaidade. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 11, 1934, p. 239.

O *Almanaque* não publicava apenas reclames direcionados ao público feminino, encontravam-se nele também advertências. Um artigo de Jesus Medeiros alertava sobre o perigo do uso de pó de arroz “utilizado por mulheres elegantes”, que causava rinite. O autor alertava que a “doença esta[va] se generalizando em todo o Brasil, consist[ia] em uma infecção no nariz e tem o nome terrível de Rhinitisicca posterior!”.<sup>585</sup> Ao colocar o pó de arroz em excesso ao redor do nariz, para conter o suor, as mulheres ficavam expostas ao risco de doenças, o que tinha como consequências, segundo Medeiros, “secreções abundantes, dores de cabeça sem causa aparente, perda do olfato perturbações nervosas reflexas – que tem por sede o nariz”.<sup>586</sup> O artigo segue afirmado que o pó de arroz serve às mulheres como escudo nos “torneios de graça e do espírito”:

De resto, uma mulher sem a sua camada bem espessa de pó de arroz, é uma mulher desarmada. Observar o seu constrangimento, o seu ar pouco a vontade, se a surpreendem na sua casa, sem ela ter feito antes uma visita preliminar ao toucador. O pó de arroz serve-lhe como que de escudo, de armadura, aparelhando-a excelentemente para os singulares torneios de graça e do espírito.<sup>587</sup>

Assim, nota-se os limites entre a saúde e a vaidade feminina, visto que o artigo alerta a respeito dos riscos do uso inadequado do pó de arroz, mas destaca a importância do seu uso para o público feminino, como artigo indispensável para sua beleza e para que pudesse transitar em público.

A presença em festas, em piqueniques, no cinema e em outros ambientes públicos poderia ser negativa para essas mulheres. Fazendo referência às saídas das mulheres e ao perfil de esposa/mãe, tomamos o soneto do poeta parnaibano Jonas da Silva,<sup>588</sup> *A noiva*, publicado pela primeira vez em seu livro *Czardas* e reproduzido no *Almanaque da Parnaíba* de 1927. Nele o poeta estabelece a condição para se casar, revelando o modo esperado de portar-se de sua futura esposa, bem como a preocupação com sua filha Sulamita:

A condição para eu casar-me é esta,  
Ao meu ideal só este corresponde;  
Não quero a noiva em pic-nic ou festa  
Não mais verá de instante a instante o bonde

---

<sup>585</sup> MEDEIROS, Jesus. Uma surpresa desagradável para as mulheres. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 7, 1930, p. 47.

<sup>586</sup> MEDEIROS, Jesus. Uma surpresa desagradável para as mulheres. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 7, 1930, p. 47.

<sup>587</sup> MEDEIROS, Jesus. Uma surpresa desagradável para as mulheres. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 7, 1930, p. 47.

<sup>588</sup> Jonas da Silva: poeta parnaibano nascido em 17 de dezembro de 1880. Em 1900, habitando o Rio de Janeiro publicou seu primeiro livro de versos, *Ânfora*. Em 1902 publica *Ulanos*, livro de poesias. Em Manaus, em 1923, publica *Czardas*, seu terceiro e último livro. Faleceu em Manaus em 5 de junho de 1947.

Ser a filha do rei, neta do conde  
 Eu não lhe exijo, pode ser modesta;  
 Mas há de ter a boca, o olhar, a testa  
 Da formosura que de mim se esconde

Deverá ter de cor os meus sonetos,  
 Morena a tez, e de cabelos pretos,  
 Sendo alva e loira... acho-a também bonita

Tem de ser boa de bondade infinda.  
 Para acalmar a minha dor e ainda  
 Embalar, quando chora, a Sulamita...<sup>589</sup>

Observa-se, portanto, a desconfiança do poeta para com as mulheres que frequentavam festas e piqueniques. O desejo do autor corresponde à esposa que vive reclusa ao ambiente doméstico, sem interesse pelo movimento da cidade moderna, como no verso “não mais verá de instante em instante o bonde”; ela não necessitava de riquezas, pois sua virtude era ser discreta e tímida e “da formosura que de mim se esconde”. Ademais, sendo loura ou morena ele irá considera-la bonita, desde que tenha a bondade para acalmar sua dor e o choro da criança. Na linha tênue entre a “mulher tradicional” (dedicada ao lar) e a “mulher moderna” (que frequentava o transporte e os espaços públicos – festas, piqueniques e o bonde), vê-se que a segunda se contrapõe muitas vezes ao modelo feminino de honestidade, discrição, modéstia, honra e decência. Outro texto, nessa mesma perspectiva, critica o que denominou de “ilusões funestas trazidas pela civilização”, como vemos abaixo:

Reflexões profundas e naturalmente fatigantes; é que a exploração da mulher, que se deixa ficar prisioneira das ilusões funestas trazidas pela civilização amortecedora do ornamento inato que a caracteriza – reduzindo-a tantas vezes a lamentável situação de condenável mercantilismo, roubara-lhe a república do lar sagrado e naturalmente inviolável para conceder-lhe os foros de mulher moderna, retirando-lhe a elegância feminina tão eloqüente digna da nossa contemplação. [...] Não era preciso a esse “mundo abreviado”, segundo Bernardes, que se mobilizassem tantos e tão variados seres para contemplarem seu ornato e para quem o mesmo omitira o próprio astro rei, que, conquanto não se movimente é indispensável que também concorra justamente com a terra com a sua rotação, para que o mesmo derrame sobre os lindos contornos feminis a luz de seus raios, tornando-lhe a tez menos delicada, porém mais conforme as extravagâncias da *quiplacet*. Não! Bastaria a harmonia do seu todo, a sua forma inata, com que é até mais poética, mais amável, e mais conforme a beleza com que Deus lhe prendára<sup>590</sup>. (Grifo da fonte).

<sup>589</sup>SILVA, Jonas da. A noiva. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 4, 1927, p. 17.

<sup>590</sup>A MAGESTADE FEMINIL. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 17, 1940, p. 121.

Como já mencionado acima, a negação do “lar sagrado” era percebida como “ilusões funestas trazidas pela civilização”, em um contexto de urbanização e avanço técnico-científico que criava novos ambientes, espaços de sociabilidade e oportunidades profissionais. Tentar escapar dos deveres dos papéis de gênero socialmente aceitos traria nefastas consequências.

Segundo Maria Freire “a percepção da maternidade como um instinto inerente à natureza feminina, uma missão divina e um dever social, a recusa ao seu cumprimento tanto poderia implicar patologia, quanto pecado ou crime”<sup>591</sup>. Freire pôde também averiguar que, mesmo afigurando-se, em um primeiro momento, como um contracenso, havia uma relação constante entre instinto e educação, principalmente a educação num modelo moderno.

Os articulistas reconheciam a presença de um instinto maternal inerente à natureza feminina – cuja ausência constituía um desvio da normalidade –, mas este não seria suficiente para garantir a criação adequada dos filhos conforme os novos pressupostos de base científica, guias das sociedades que se pretendiam modernas<sup>592</sup>.

Dessa mesma maneira, fez-se também presente nas páginas do *Almanaque* certo entendimento de que se a mulher era possuidora de um “instinto natural”. Assim, ela também precisava ser educada para alcançar os altos objetivos de sua missão patriótica, pois novas demandas se impunham, como os cuidados dedicados aos filhos.

Ao ler crônicas publicadas no *Almanaque*, em especial “uma crônica contra o feminismo, na qual a mulher, considerada inferior, e subalterna ao homem era ofensivamente depreciada em todas as suas possibilidades físicas, intelectuais e morais”<sup>593</sup>, a jovem escritora parnaibana Alda Cunha<sup>594</sup> sentiu-se na obrigação, enquanto “representante do sexo frágil”, de colocar-se em sua defesa, “defendendo a mulher em seus legítimos direitos”. A escritora assim se dirigiu aos leitores do *Almanaque*:

Aqui me tendes, pois, caros leitores, nas colunas deste Almanaque, a lesar a vossa paciência com estes rabiscos inócuos e descoloridos, brotados, talvez, da mais fraca mentalidade feminina de nossa terra. Natural é, portanto, que deles façais a mais severa crítica, no que em nada me aborrecereis, pois que mantenho a firme convicção de que agi em nome da justiça, sublime faculdade que ordena dar-se a cada qual aquilo que de direito lhe pertence. De todos os seres, é a mulher o que mais tem sido espoliado, maltratado e vitimado pela

---

<sup>591</sup> FREIRE, Maria Martha L. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 104.

<sup>592</sup> Ibid. p. 126.

<sup>593</sup> CUNHA, Alda. Os direitos da mulher. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 17, 1940, p. 283.

<sup>594</sup> Alda Avellino da Cunha (1917-1997) foi a primeira mulher parnaibana a ter o título de bacharela em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Piauí, em dezembro de 1941. Exerceu o cargo de Procuradora Federal do INSS.

calunia e a maledicência. Desde as mais remotas eras, acesas campanhas se tem movido contra ela, figurando, sempre, em primeiro lugar, a de grande inferioridade que lhe atribuem. Os que tem procurado manter a mulher em um servilismo degradante, consideram-na um ser fraco, inferior, incapaz. Essa fraqueza, essa inferioridade, essa incapacidade, porém nada mais são que o produto da educação, da escravidão e dos preconceitos a que se submetem a mulher, rebaixando-a, usurpando-lhe os direitos comuns a todos os seres e colocando-a em um plano inferior a que ela não merece, pois que é indiscutivelmente, um ser equivalente ao homem<sup>595</sup>.

Alda Cunha questiona “por que negar a mulher o direito de instruir-se, de elevar-se, de progredir de exercer, enfim, os mesmos trabalhos, os mesmos cargos e as mesmas carreiras que o homem?”<sup>596</sup> A escritora parnaibana defendia que a educação da mulher não poderia ser restrita a exercícios voltados ao lar e a maternidade.

Na contramão do que defendia Alda Cunha, no que diz respeito aos direitos, à instrução e à liberdade femininas, esperava-se uma conduta adequada, de acordo com preceitos vigentes para as mulheres que, na década de 1940, segundo a autora, eram pautados por um “servilismo degradante”<sup>597</sup>.

Jurandir Freire Costa, ao analisar a norma familiar a partir da terceira década do século XX, ressalta que a função feminina na família foi diretamente impactada pelo discurso higienista, que correspondia a “uma educação física, moral, intelectual e sexual, inspirada nos preceitos sanitários da época”<sup>598</sup>:

Descritivamente, essa reciclagem da função feminina na família operou-se em dois tempos. No primeiro, a higiene, acompanhando a urbanização, retirou a mulher do confinamento doméstico, liberando-a para o convívio social e o consumo comercial. Esta etapa seria representada pela crítica à “mulher de alcova”. No segundo tempo, reforçando a “estatização dos indivíduos”<sup>599</sup>, a higiene procurou reintroduzir a mulher na família, devidamente convertida ao amor filial e ao consumo de serviços médicos. [...] A mãe higiênica nasceu, portanto, de um duplo movimento histórico: por um lado, emancipação feminina do poder patriarcal; por outro, “colonização” da mulher pelo poder médico<sup>600</sup>.

O que estava em discussão era uma educação com um objetivo bem claro, isto é, o de formar e educar as mulheres para a maternidade. No entanto, não se tratava da maternidade de forma comum ou tradicional o que se discutia era uma forma modernizada ou, mais especificamente, cientificizada de maternidade, amparada e embasada pela medicina, em

---

<sup>595</sup> Ibid.p.283.

<sup>596</sup> CUNHA, op., cit. p. 284.

<sup>597</sup>Ibid. p. 284.

<sup>598</sup>COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 12

<sup>599</sup> Estatização do indivíduo é utilizado aqui para sinalizar o domínio do governo sobre a vida do indivíduo.

<sup>600</sup>COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999, 225.

especial pela puericultura: “Além da unanimidade quanto à concepção de que a maternidade representava a função mais importante da mulher, outra opinião consensual sustentava que esta última precisava ser instruída para desempenhar seu papel”<sup>601</sup>.

Era preciso ensinar a mulher a ser mãe. No sentido de promover uma concepção de maternidade moderna, a medicina incidiu sobre os corpos femininos a fim de garantir o pleno desenvolvimento infantil e, assim, assegurar o futuro da nação. Seguindo os ditames da medicina moderna, o *Almanaque* agia para se tornar um canal de comunicação para tais propósitos. É o que podemos observar analisando os títulos dos textos que abrem a edição de 1937.

Quadro 1– *Almanaque da Parnaíba* de 1937

Primeiros cuidados com o recém-nascido
Banho
Exame do recém-nascido
Curativo umbilical
Olhos
Umbigo e asseio corpóreo
Amamentação
Pesagem
Amídalas doentes e adenóides
Proteção contra a varíola

Fonte: Almanaque da Parnaíba. Parnaíba, ano 14, 1937.

Tais artigos apresentavam um programa de ação para a educação da mulher, preparando-a para exercer deveres que se julgava de “natureza feminina”. Foi a partir dos anos de 1930 que passou a haver uma orientação mais específica dentro da publicação nesse sentido: o anuário pautou uma atuação educacional, reforçando uma concepção de maternidade, ou seja, entendendo a participação feminina na sociedade como sempre intermediada por sua capacidade biológica para a maternidade. Entretanto, esta capacidade deveria ser adequada aos ditames de uma maternidade moderna ou científica, amparada pela medicina. Tal investimento era justificado, por sua vez, pela necessidade de se preservar a infância.

É, sem dúvida, atribuída uma importância bastante grande à medicina e às técnicas científicas modernas nas décadas de 1930 e 1940. Trata-se de uma ênfase gradativa em uma

<sup>601</sup>FREIRE, M. op. cit, p. 106-108.

concepção científica desse campo, que passa então a agir sobre os lares e a incidir mais tenazmente sobre os corpos femininos e sobre a maternidade. Tais preceitos educacionais passariam a estar atrelados ao exercício e às experiências da maternidade.

No entanto, como já destacado no início deste texto, o maternalismo é também uma forma de entendimento sociopolítico que parte do pressuposto de que as características ditas femininas permitem às mulheres uma inserção mais efetiva no mercado de trabalho, em sua contribuição no espaço público, como gestoras e educadoras dos futuros cidadãos. Há uma ambivalência implícita em tal entendimento que, ao passo que possibilita maior acesso das mulheres à esfera pública, reforça um conceito essencialista e reafirma uma suposta natureza feminina.

Desse modo, a educação feminina, mesmo que voltada para a maternidade, termina por propiciar uma maior inserção das mulheres no mundo do trabalho, frequentemente em áreas como enfermagem e magistério ou ligadas aos trabalhos domésticos. Segundo Rachel Soihet:

Na época [décadas de 1930/1940], enquanto os rapazes cursavam o ensino secundário, que possibilitava o acesso aos cursos superiores, as moças que prosseguiam os estudos encaminhavam-se para as escolas normais, destinadas ao exercício do magistério elementar (além de serem vistas como uma forma de preparar as mulheres para melhor cuidarem de seus lares)<sup>602</sup>.

Em vista disso, o *Almanaque* não se furtou a advertir/refletir sobre a relação entre educação e a ocupação feminina no lar e fora dele. Fez-se presente, contudo, uma premissa bastante forte de não distanciamento da mulher do lar. Quando realmente fosse necessário ocupar-se de uma atividade remunerada, que está preferencialmente estivesse relacionada ao instinto de “proteção” feminino, no exercício da enfermagem, por exemplo.

Remontando as considerações de Michelle Perrot<sup>603</sup> sobre as esferas pública e privada estarem, respectivamente, associadas ao masculino e ao feminino, podemos observar que essa forma da mulher confinada ao lar alijou-a, em um primeiro momento, do mundo público. Segundo Soihet:

[...] a ciência considerava as mulheres por suas supostas fragilidades e menor inteligência, inadequadas para as atividades públicas, afirmando que o lar era o local apropriado à sua inserção social e o cuidado com a família, sua ocupação prioritária<sup>604</sup>.

---

<sup>602</sup> SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. IN: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. *A nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 222.

<sup>603</sup> PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005

<sup>604</sup> SOIHET, op. cit., p. 219.

É preciso destacar que essa “ideologia da domesticidade”, como conceituou Ana Paula Vosne Martins, “[...] acenou com a possibilidade de participação justamente através de um lugar que sempre as [as mulheres] ancorou fora da vida pública e da política: o lugar dos cuidados”<sup>605</sup>. Seja através da caridade religiosa ou da filantropia secular, destaca Martins, as mulheres das camadas média e alta passaram a se dedicar ao trabalho benemérito, sancionado e validado socialmente, mas que as possibilitava uma participação mais ativa no espaço público. Esses valores de domesticidade e de utilização da “essência feminina” para inserção no mercado de trabalho e na esfera pública também incidiram sobre as mulheres das camadas mais populares.

Podemos observar em uma matéria do *Almanaque* em 1939, referente à Assistência Social em Parnaíba, as ideias de contribuição feminina bastante delineadas:

Parnaíba confirma, com a inauguração do Lactário Suzane Jacobe, a situação de vanguarda de realizações de caráter médico social do Piauí. [...] melhoramentos da Santa Casa, Hospital São Lázaro, instituição da Caixa de Mendigos e Maternidade[...] a Educação Sanitária nas classes desprotegidas. O Lactário Suzane Jacob[...] acha-se aparelhado para atender as necessidades daquela cidade, no caráter de ambulatório de Higiene Infantil, suprimindo as deficiências de orientação das mães ignorantes pelos ensinamentos práticos de dietética, fornecendo permanentemente alimentação gratuita a certo número de lactantes, cujo pais sejam reconhecidamente indigentes, dispondo, além do mais, de um corpo de Enfermeiras diplomadas para completar a excelência do serviço. [...] *Cada um pode, desde que medite sobre o alcance de tão elevado empreendimento, contribuir para a obra de incalculáveis benefícios: organização de serviço de higiene infantil.* [...] feliz a cidade em cuja sociedade se possa aplaudir essas abnegadas Henriette Soter, Laura Veras, Libania Tote, Inês Parente Miranda, e tantas outras pioneiras do bem! Feliz Parnaíba!<sup>606</sup>. (Grifo nosso)

É importante destacarmos que há uma diferenciação de gênero que avulta nessas premissas, pois podemos perceber que aos homens estavam os agradecimentos pela fundação e patrocínio do lactário e pelo exercício da medicina, enquanto, para as mulheres, enfatizam-se principalmente os cuidados e o dom de cuidar dos filhos dos “indigentes” da cidade e o zelo também nos cuidados com a própria instituição. O texto ressalta as diferenças de gênero no que tange à contribuição para a assistência. As mulheres principalmente são destinadas, conforme já apontamos, a exercer seu instinto maternal/inclinação natural para cuidar e proteger.

### 5.3 TRABALHO FEMININO: CONTROVÉRSIAS ENTRE O PROGRESSO E A PROTEÇÃO INFANTIL

---

<sup>605</sup> MARTINS, op. cit., p. 22

<sup>606</sup> CAMPOS, João. A Assistência Social em Parnaíba. Almanaque da Parnaíba, ano 16, 1939, p.143-144.

Em vista dos debates sobre educação feminina, cabe refletir sobre o processo de ressignificação das relações das mulheres com o trabalho, uma vez que essa discussão ocupou, frequentemente, o *Almanaque da Parnaíba*. A questão do trabalho feminino ganhou destaque, quando, de forma mais alargada, as mulheres das camadas médias e altas passaram a reivindicar e a alcançar novos postos de emprego, corolário de um processo de lutas e demandas que transcorria desde fins do século XIX. Rachel Sohiet<sup>607</sup> apontou essa mudança no comportamento feminino:

As aspirações das mulheres brasileiras mudaram significativamente a partir de fins do século XIX, com o advento da República. Ao lado das mulheres pobres, desde sempre inseridas no mercado de trabalho, passaram a buscá-lo também aquelas dos segmentos médios e mesmo mais elevados da sociedade<sup>608</sup>.

É possível também percebermos que passa a haver, progressivamente, uma maior distribuição das mulheres nos diversos setores da economia, diversificando-se, assim, seus postos de trabalho e ocupações. Essa maior variabilidade da atuação feminina foi também constatada por Carla Pinsky, ao se referir ao período de 1945 a 1964.

O aumento da participação feminina nos serviços de consumo coletivo (enfermagem, medicina, magistério, funcionalismo burocrático etc.), que se dá de forma crescente, sobretudo, a partir dos anos 1950 (embora proporcionalmente, seja pequena), representa a medida mais importante da integração das mulheres na atividade produtiva nacional. Marca uma ruptura simbólica com a exclusividade do trabalho doméstico; exige qualificação que coloca as mulheres competindo em relativa igualdade de condições com os homens pelos postos de trabalho; torna as mulheres assalariadas e, portanto, membros remunerados da família<sup>609</sup>.

No entanto, é importante ressaltar, como o fez Heleieth Saffioti, que a mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para a riqueza social<sup>610</sup>. Nesse sentido, a realidade da mulher pobre brasileira, seja no campo ou na cidade, sempre esteve preenchida pela necessidade palpável do emprego fora do lar.

A mulher pobre, cercada por uma moralidade oficial completamente desligada de sua realidade, vivia entre a cruz e a espada. O salário mingauado e regular de seu marido chegaria a suprir as necessidades domésticas só por um milagre.

---

<sup>607</sup> SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. IN: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. *A nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

<sup>608</sup> Ibid. p. 218.

<sup>609</sup> PINSKY, Carla B. *Mulheres dos Anos Dourados*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 176.

<sup>610</sup> SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 61.

Mas a dona de casa, que tentava escapar à miséria por seu próprio trabalho, arriscava sofrer o pejo da “mulher pública”<sup>611</sup>.

A “moralidade oficial”, desligada da realidade da mulher pobre, segundo Cláudia Fonseca, é a que procurava impor certos padrões, fundamentalmente burgueses, ao comportamento feminino, obliterando diferenças étnicas, sociais e culturais entre as mulheres. Por esse motivo torna-se importante evidenciar a ampla participação histórica das mulheres populares no mundo trabalho. Bruno Sanches Silva destaca, por exemplo, que “no momento da participação da mulher nos postos de trabalho, sempre pesou a concepção de que a submissão, a paciência, a docilidade e, sobretudo, a delicadeza para lidar com certos produtos eram atributos naturalmente femininos”<sup>612</sup>. Esse aspecto da atuação feminina foi também analisado por Marcos e Borelli, que pesquisaram o início do século XX:

Na fiação e tecelagem (algodão, seda, juta e lã), mulheres e meninas eram cerca de 70% do total da mão de obra empregada. No setor de vestuário, confecções de roupas, camisas, malharia, produção fabril de redes, fitas, bordados, tamancos, chapéus e alimentos (massas, biscoitos e chocolate), mais da metade dos trabalhadores eram mulheres. Elas também atuavam na manufatura de cigarros, charutos e fumos, tocador, fósforos, velas e sabão. Na construção, na metalurgia, na cerâmica e no setor de vidro, porém, a participação feminina era mais reduzida<sup>613</sup>.

É preciso considerar, assim como o fez Ana Paula Martins<sup>614</sup>, que a associação de características ditas femininas com determinadas profissões pode referir-se a um processo de politização da maternidade, tendo em vista que esta era tida enquanto característica e função social feminina, por excelência e inquestionável. Contudo, muitas mulheres usaram-na como acesso ao espaço público “[...] ao afirmar que não era uma função natural ou restrita à manutenção da família, mas sim uma função social das mais importantes que exigia muita dedicação, tempo e trabalho das mulheres”<sup>615</sup>. Movimentos feministas mundiais, e a concepção defendida por Bertha Lutz no Brasil, apoiavam uma concepção essencialista do trabalho feminino. A enfermagem, por exemplo, era tida como extensão da maternidade<sup>616</sup>.

---

<sup>611</sup>FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto 2010, p. 516.

<sup>612</sup>SILVA, Bruno Sanches Mariante. Tecnicificação e gênero no corpo laboral da Legião Brasileira de Assistência: assistência social e modernidade (1945-1964). *Unisinos*, nov./dez., 2018, p. 611.

<sup>613</sup>MATOS, Maria Izilda; BORELI, Andrea. Espaço feminino no mercado de produtivo. IN: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. *A nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p.128.

<sup>614</sup>MARTINS, Ana Paula V. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, V.18, supl.1, dez.2011. p.15-34.

<sup>615</sup> Ibid. p. 26.

<sup>616</sup>FREIRE, Maria Martha L. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV 2009.

O magistério é a profissão que esteve mais diretamente ligada ao feminino, tendo em vista que uma das funções consideradas primordiais da mãe é educar os filhos. Assim, ser mãe é ser “naturalmente” educadora. Pinsky aponta que a articulação entre a “missão do lar” e a “sagrada missão do magistério” é uma tendência que vigora pelo menos desde os anos de 1920. A professora de crianças, que figura como, tradicionalmente, uma profissão feminina, também contou com sua parcela de resistência e críticas, uma vez que “para muitos parecia uma completa insensatez entregar às mulheres usualmente despreparadas, portadoras de cérebros ‘pouco desenvolvidos’ pelo seu ‘desuso’ a educação das crianças”<sup>617</sup>. No entanto, a partir das primeiras décadas do século XX, o magistério começou, paulatinamente, a ser encarado como tendo em si algo de maternal.

O argumento parecia perfeito: a docência não subvertia a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação. A ele acorreriam aquelas que tivessem “vocação”<sup>618</sup>.

A presença de tais características fez com que a mulher obtivesse aval ou certo “perdão por trabalhar”<sup>619</sup>. Nesse sentido, Raquel Sohiet destaca uma naturalização do trabalho feminino:

Aceitava-se o exercício de certas atividades como mais adequadas à mulher por significarem uma “extensão de suas funções maternas” – ideologia que continuava a reproduzir a concepção acerca da inclinação de cada sexo para tarefas compatíveis com sua “natureza” (sem esquecer que aquelas consideradas mais adequadas ao gênero feminino eram as menos remuneradas). Mantinha-se, dessa forma, em grande medida, a força das ideias que impunham a divisão das atribuições entre mulheres e homens, comprometendo a total emancipação feminina<sup>620</sup>.

Podemos perceber que a inserção efetiva e largamente mais aceita das mulheres de classe média no mercado de trabalho remunerado se deu, mormente, por meio de profissões que não iam contra a dita “natureza feminina”, dentre essas “(...) destacavam-se as funções de professora, enfermeira e costureira, não consideradas ‘desviantes’, visto que eram extensões de seus papéis ‘naturais’ de mãe, esposa e dona de casa”<sup>621</sup>. Havia, contudo, um limite para a completa inserção e participação da mulher no espaço do trabalho: “[e]sse limite estava em não abrir mão da feminilidade nem da maternidade, tampouco colocar em xeque sua moral e

<sup>617</sup> LOURO, Guacira. Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 9ª edição. São Paulo: Contexto, 2010, p. 449.

<sup>618</sup> Ibid. p. 450.

<sup>619</sup> PINSKY, op. cit., p. 188.

<sup>620</sup> SOIHET, op. cit., p. 231.

<sup>621</sup> FREIRE, op. cit., p.56.

reputação, imiscuindo-se em situações que poderiam ser consideradas dúbias ou pouco honestas, especialmente do ponto de vista sexual”<sup>622</sup>.

Carla Pinsky, em sua obra sobre as “mulheres dos anos dourados”, procurou demonstrar como as revistas femininas da época reagiam à participação crescente das mulheres no mercado de trabalho, uma vez que atribuíam cada vez mais espaços para colunas e artigos sobre essa temática<sup>623</sup>. Dessa maneira, queremos refletir como o *Almanaque* tratou em suas páginas o aumento da presença feminina no mundo do trabalho.

A primeira imagem sobre trabalho feminino no *Almanaque da Parnaíba* refere-se à Escola Remington de datilografia. A fotografia mostra o interior do prédio e a legenda descreve o “Grupo de alunos da Escola Remington a cargo da professora D. Nair Pinheiro Castello Branco, diplomada pela Escola Remington do Maranhão”.<sup>624</sup>

Figura 66 – Datilografia em Parnaíba



Fonte: DATILOGRAFIA EM PARNAÍBA. Almanaque da Parnaíba, ano 2, 1925, p. 57.

<sup>622</sup> MARTINS, op. cit. 2011; MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930 – 1945). *Cadernos Pagu*. (16) 2001: p. 199-234.

<sup>623</sup> *Revista Querida*, nov.1954 apud PINSKY, Carla B. Mulheres dos anos dourados. IN: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 9ª edição. São Paulo: Contexto, 2010, p.624.

<sup>624</sup> DATILOGRAFIA EM PARNAÍBA. Almanaque da Parnaíba, ano 2, 1925, p. 57.

A imagem e o enunciado enaltecem o trabalho da professora “diplomada” pela empresa, fabricante das máquinas de escrever. Na imagem, a professora está no centro, cercada por seus alunos, vendo-se mesas sobre as quais há máquinas de datilografar.

No centro das discussões sobre a evolução do espaço urbano em Parnaíba, conforme registrado no anuário, contando com uma forte presença feminina, estava a educação. Jeferson Luís Marinho de Carvalho, em seu estudo sobre o tema no período de 1924 a 1982, evidencia o aparelhamento das escolas e analisa instituições construídas por iniciativa do governo do estado, como o grupo escolar Miranda Osório, e o grupo escolar José Narciso. Segundo o autor, “no final da década de 20, a cidade tinha 20 unidades escolares frequentadas por aproximadamente 1.000 crianças”<sup>625</sup>.

O *Almanaque da Parnaíba* registrava as iniciativas do estado e do município com o objetivo de elevar o número das escolas primárias na cidade, como a criação de vários grupos escolares, dentre eles, o Miranda Osório. Para tal objetivo, noticiava que contrataram em “S. Paulo o notável professor Luiz Galhanoni<sup>626</sup> que veio orientar a instrução primária no município, segundo os modernos métodos pedagógicos usados no seu Estado”<sup>627</sup>.

O grupo escolar Miranda Osório foi inaugurado em 15 de junho de 1927. Contando “com o funcionamento de 10 classes, com a matrícula de perto de 500 alunos. Elevou-se, por conseguinte, ao dobro, o número de classes do referido estabelecimento, que no antigo prédio era de 5 e aumentou grandemente a matrícula de crianças”<sup>628</sup>. Na mesma data, o grupo escolar José Narciso tinha “a frequência de cerca de 300 crianças”<sup>629</sup>. Noticiou-se ainda a criação, naquele ano, das “escolas isoladas da Ilha Grande de Santa Isabel, outro subúrbio da cidade, cuja matrícula já atinge a 80 alunos”<sup>630</sup>.

Ao apontar os entraves para o desenvolvimento da cidade, o *Almanaque* constatava a precariedade e ineficiência do sistema educacional até então existente. Nesse contexto, a capacitação da mulher para o trabalho de professora passou a ser considerada como um sinal de progresso:

As demais escolas, já existentes neste Município, continuaram com o seu regular funcionamento, não correspondendo, embora, a expectativa, pela só

---

<sup>625</sup> CARVALHO, Jeferson Luís Marinho de. *Almanack da Parnahyba: leituras da educação em suas páginas (1924-1982)*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2016, p. 178.

<sup>626</sup>Luís Galhanone: diretor do Grupo Escolar João Kópke da capital paulista. Contratado pelo prefeito José Narciso da Rocha Filho (1921-1928) para orientar a instrução primária no município segundo os métodos que eram usados em seu Estado natal, São Paulo. Cf.: PROFESSOR LUIZ Galhanone. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 6, 1929, p. 8.

<sup>627</sup> PROFESSOR LUIZ Galhanone. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 6, 1929, p. 8

<sup>628</sup> A INSTRUÇÃO PÚBLICA EM PARNAÍBA. *Almanaque da Parnaíba*, ano 6, 1929, p. 9.

<sup>629</sup> Ibid. p. 11.

<sup>630</sup> Ibid. p. 11.

razão de falta de capacidade técnica de suas professoras, justamente porque a sua localização não anima pessoas mais habilitadas a aceitarem a sua regência, dada ainda as circunstâncias dos vencimentos que percebem serem parcos e exíguos. Esta função, por enquanto, só pode mesmo ser exercida por pessoas que residem na própria localidade dessas escolas<sup>631</sup>.

Reconhecia-se a necessidade da formação de turmas de professoras que pudessem colaborar naquele grande empreendimento, o que justificou a criação do Ginásio Parnaibano e da Escola Normal, “onde as candidatas fariam o curso de humanidades e normal ao mesmo tempo”.<sup>632</sup> Com a vinda de Luis Galhanone, professoras de Teresina também foram a Parnaíba “para se capacitarem dos novos métodos de ensino”<sup>633</sup>.

A escola normal foi criada para preencher uma grave lacuna existente, qual seja a falta de professores idôneos e habilitados. A prosseguir nessa diretriz, o Ginásio Parnaibano e a Escola Normal de Parnaíba não só formaram professores em número suficiente para o seu meio, como para as demais localidades que o necessitarem, dado já o impulso que a instrução vai tendo em todo o Estado do Piauí, não podendo, por isso mesmo, sozinha, a escola normal de Teresina, atender a esse movimento<sup>634</sup>.

Segundo Teresinha Queiroz, a Escola Normal era a base da instrução primária e da qualificação do professorado, que dependia em grande medida da alteração do panorama da instrução no estado, secularmente caracterizado pela permanência do analfabetismo. A expectativa era a de que as normalistas elevassem o nível do ensino público e, ao mesmo tempo, o difundissem<sup>635</sup>.

A inserção das normalistas no sistema educacional do estado do Piauí foi uma das transformações mais significativas no campo do ensino das primeiras décadas do século XX. O colaborador do *Almanaque* afirmava que a iniciativa de criação das novas escolas contribuiu “para a permanência dos filhos de Parnaíba em seus lares”. Discorreu também sobre a dificuldade com que lutavam alguns chefes de família para poder dar a seus filhos uma educação integral:

Faziam-no com grandes sacrifícios pecuniários, por terem de enviá-los para fora e sem essa assistência do lar, tão necessária para que sejam mantidos os princípios de família, fator importante na educação do indivíduo, não obstante as condições morais da maioria dos nossos colégios particulares.<sup>636</sup>

---

<sup>631</sup> Ibid. p. 11.

<sup>632</sup> Ibid. p. 11.

<sup>633</sup> A INSTRUÇÃO PÚBLICA EM PARNAÍBA. *Almanaque da Parnaíba*, ano 6, 1929, p. 11.

<sup>634</sup> Ibid. p. 13.

<sup>635</sup> QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo. 2. Ed. Teresina: EDUFPI, 1998, P. 72.

<sup>636</sup> A INSTRUÇÃO PÚBLICA EM PARNAÍBA. *Almanaque da Parnaíba*, ano 6, 1929, p. 13.

Segundo o autor, “o magistério em Parnaíba da década de 1920 era exercido por quem colocava “acima das conveniências pessoais, o bem-estar coletivo e os interesses daqueles cuja causa lhes foi confiada”<sup>637</sup>. O estado não auxiliava o município “em nenhum serviço público. [...] Apenas se limita[va] o Estado a pagar os vencimentos de metade das professoras que exercem o magistério”<sup>638</sup>.

Em 1929, o *Almanaque* trazia uma fotografia dos integrantes do Conselho de Instrução Municipal de Parnaíba, do diretor e das professoras do recém-inaugurado Grupo Escolar Miranda Osório. Na pose escolhida, os homens acham-se sentados, ao centro e na frente, estando as figuras femininas em pé, ao fundo e à esquerda, não sendo possível ver suas feições com clareza.

Figura 67 –Instrução Municipal da Parnaíba



Legenda: Conselho de Instrução Municipal, diretor e professoras do Grupo Escolar “Miranda Osório”.  
Fonte: INSTRUÇÃO MUNICIPAL DA PARNAÍBA. Almanaque da Parnaíba, ano 6, 1929, p. 12.

Na imagem, retratam-se as “abnegadas e dedicadas” professoras do Miranda Osório. O primeiro estabelecimento de ensino de caráter público, instituído no município, teve como sua primeira diretora a professora Raquel de Carvalho Magalhães, que ficou no cargo até maio de 1942. Em 1944, possuía 550 alunos matriculados e a frequência variava entre 89% e 97%. *O Livro do centenário de Parnaíba* traz o nome das professoras do ensino primário:

Professoras: Raquel de Carvalho Magalhães, Benedita Boa-vista Cunha Barros, Clarisse Burlamaqui Oliveira, Júlia Pinheiro Castelo Branco, Elda Furtado de Araújo, Maria Luiza Sampaio Pires de Castro, Maria Elisa

<sup>637</sup> Ibid. p. 11.

<sup>638</sup> Ibid. p. 11.

Sampaio Soares, Maria Edite Sales, Delfina Borralho Boavista, Maria do Carmo Monteiro Sampaio, Afrina Avelino da Cunha, Cléa Furtado de Araújo, Beatriz Carvalho Veiga, Maria Monteiro Sampaio, Maria Magnólia Melo e Filomena Lima Custódio.<sup>639</sup>

A participação das mulheres no ensino público definiu para as mesmas um novo papel social.<sup>640</sup> Aos poucos, os argumentos em favor da instrução feminina tornaram-se mais frequentes, embasados pela necessidade de oferecer educação adequada para os filhos e filhas da cidade. Isso afetava, direta e indiretamente, o caráter do magistério, impondo-se a necessidade de formar mulheres professoras e favorecer a feminização da docência.<sup>641</sup> Entre os saberes atribuídos às professoras estava ler, escrever, contar e conhecer a doutrina cristã. Esses eram os primeiros ensinamentos destinados aos estudantes de ambos os sexos, considerando as devidas distinções de gênero.<sup>642</sup>

A decisão de criação do grupo Miranda Osório representou o interesse do poder público em financiar melhorias na escolarização dos grupos sociais médios, com o objetivo de oferecer à juventude o ensino secundário, preparando-os para o ingresso em um curso superior. A criação da Escola Normal, por sua vez, expressava o desejo de educar as mulheres e integrá-las ao esforço de modernização e crescimento econômico da cidade.

O professor Martins Napoleão, Diretor Geral de Ensino do Piauí, em artigo para o *Almanaque*, apontava que o exercício do magistério “há de ser uma conquista, abnegada e exclusiva, do professorado, tecnicamente seguro das suas irrevogáveis responsabilidades”<sup>643</sup>. O autor elenca alguns problemas da educação no Piauí, entre eles os recursos escassos, a insignificância de salários – que, segundo ele, provocavam o baixo nível de preparo de grande parte dos professores – e os problemas de estrutura física das escolas. Quanto aos profissionais,

---

<sup>639</sup> CORREIA, Benedicto Jonas; LIMA, Benedicto dos Santos. *O livro do centenário de Parnaíba*. Parnaíba: Gráfica Americana, 1944, p. 159.

<sup>640</sup> Guacira Lopes Louro, estudando a criação das escolas normais no Brasil e a inserção das mulheres, afirma que elas deveriam desempenhar o papel de mãe virtuosa e eram responsáveis pela educação das gerações seguintes. Assim, a educação feminina era necessária para que as mulheres fossem capazes de formar futuros cidadãos. Cf.: LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 443-480.

<sup>641</sup> A feminização da docência ocorreu a partir do início do século XX, quando as escolas normais passaram a receber mais mulheres que homens. Cf.: *Ibid.* p. 447.

<sup>642</sup> De acordo com Guacira Lopes Louro, não é correto afirmar que a educação destinada a meninos e meninas naquela sociedade era universal. É importante considerar que as divisões de classe, etnia e raça exerciam influência sobre as formas de educação, que estavam voltadas para transformar as crianças em mulheres e homens, com papéis sociais definidos. Ademais, a autora acrescenta as divisões religiosas entre os fatores que implicavam diversidades nas proposições educacionais. LOURO, op.cit., p. 443-480.

<sup>643</sup> NAPOLEÃO, Martins. O problema educativo piauiense e suas perspectivas. *Almanaque da Parnaíba*, ano 11, 1934, p. 154.

assinhalava “o número reduzidíssimo de professores, fundamentalmente capazes, com algum vigor de inteligência, tinta de cultura e consistência moral”<sup>644</sup>.

Outra questão sensível ao diretor de instrução pública era a “consistência moral” dos estudantes, dado que os mesmos permaneciam longe do ambiente familiar, onde deveriam estar presentes de forma constante pois era lá que tinham o suporte necessário, especialmente as crianças, para se desenvolverem de forma completa<sup>645</sup>.

Elisângela Cardoso, analisando a educação formal e o trabalho feminino em Teresina, na primeira metade do século XX, assinala que ambos eram considerados fundamentais à formação da cidadania.

Somando-se à mãe e encarnando ela mesma a representação de mãe dos alunos e alunas, a professora normalista deveria socializar e formar as novas gerações, conforme os desígnios da pátria. O futuro cidadão honrado e de respeito e a boa mãe de família dependeriam de seu esforço, dedicação e sacrifício. Os esforços públicos, no sentido de expandir o ensino primário através do trabalho da professora normalista e a respectiva abertura de um espaço de escolarização feminina, culminaram no aumento de nível de estudo feminino<sup>646</sup>.

Igualmente, a autora reconhece o objetivo de educar-se, manifesto por um segmento de mulheres das classes abastadas, que buscava ampliar sua cultura intelectual e as possibilidades de inserção na esfera pública. Cardoso afirma que estava difusa nas camadas alta e média “a ideia de que as filhas, assim como os filhos, deveriam ter acesso a educação. A questão central seria, portanto, a qual nível deveriam chegar”<sup>647</sup>. Ressalte--se ainda que, com a valorização da educação escolar, o papel da mãe foi reforçado. Dentre suas inúmeras atribuições, ela agora deveria acompanhar o desenvolvimento escolar dos filhos e das filhas: “o ideal era a mãe educadora. Para que a mulher desempenhasse a contento o papel de mãe, seria necessário que fosse escolarizada. Ademais, sob o impacto do trabalho como valor, circulava no social o ideal da dona de casa profissional, o que implicava sua formação escolar”<sup>648</sup>.

---

<sup>644</sup> Ibid. p. 145.

<sup>645</sup> Segundo Scott, apesar de não alcançar uma plena aderência em todas as camadas sociais, o esforço para incutir este padrão burguês de arranjo familiar parece ter surtido certo efeito. A autora nos apresenta os dados de que “Em 1872 (ano do primeiro recenseamento geral do Brasil), as mulheres constituíam 76% da força de trabalho nas fábricas; já em 1950 somavam pouco mais de 20%”. Cf.: SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. IN: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. *A nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p.18.

<sup>646</sup> CARDOSO, Elisângela Barbosa. Mães educadoras e profissionais: educação feminina em Teresina na primeira metade do século XX. *Revista Outros Tempos*, v. 7, n. 10, dezembro de 2010, p. 158-179

<sup>647</sup> Ibid. p. 162.

<sup>648</sup> Ibid. p. 162.

Além do aspecto moral, os colaboradores do *Almanaque* destacavam outras características do professorado. Segundo Edson Cunha, o professor deveria ser paciente para lidar com o cotidiano escolar e com as demandas de pais e da família:

quem ensina[va] era tido e havido como um pária, a quem se faz favor em pagar uma ninharia para alfabetizar. Paciência é a principal condição para professar-se o magistério, especialmente o particular. Paciência, não para conciliar, dirigir, corrigir, observar as inclinações multifárias dos educandos, que essa é inerente a profissão; mas, além dela, a que é absolutamente indispensável, sob pena de fracasso, para atender as insinuações paternas, as reclamações mais dispare e mais absurdas, sobre métodos de ensino, pedologia, conduta e orientação do aluno no estabelecimento escolar. A noção dos pais sobre a disciplina escolar é absurdamente extravagante, variável de indivíduo a indivíduo. [...] Deles há que afastam os filhos de colégios porque não compreendem instrução sem pancadaria, que é, como afirmam, o que concerta o menino. Outros se deixam levar pelo que dizem os filhos, a cujas narrações prestam uma credulidade cega. E o professor é responsável por tudo, não havendo argumentos satisfatórios<sup>649</sup>.

O professor deveria ser disciplinado, uma vez que o exemplo de conduta dado aos alunos era tão importante quanto o exercício de lecionar. Afinal “tal seja o mestre, tal o discípulo”<sup>650</sup>.

Um professor irritadiço, grosseiro, impaciente e violento, serve de triste modelo para os alunos. Perde a autoridade e, as vezes, o próprio respeito. O bom educador precisa, sobretudo, ser disciplinado, dominar os seus impulsos, corrigir os seus defeitos, aperfeiçoar a sua personalidade. Na formação moral do professor está a pedra de toque da tese que defendemos. A criança impressiona-se melhor com o que vê, não com o que ouve. É um princípio científico preconizado pelos melhores pedagogos do mundo, desde Comenius e Pestalozzi aos mais modernos, como FélixPecant, Claparède, Decroty, e Ferrière. A circunspeção, a serenidade e a afetividade de um educador, são pontos luminosos que alcançam a alma infantil, nela deixando pirogravado o modelo que se apresenta<sup>651</sup>.

O anuário dedicava-se a temas como a necessidade de capacitação das professoras e as inaugurações dos grupos escolares, divulgando estatísticas de matrícula, como vemos na tabela abaixo:

Tabela 6 - O Ensino em Parnaíba, estatística.

MATRÍCULAS	1930
Colégios particulares	831
Escolas oficiais	1.128
Particulares primários	801
Ditos secundários	30
Oficiais primários	1.013

<sup>649</sup>CUNHA, Edson. Vida Aperreada. *Almanaque da Parnaíba*, ano 6, 1929, p. 27-29.

<sup>650</sup>MENEZES, E. S. Disciplina escolar. *Almanaque da Parnaíba*, ano 14, 1937, p.196.

<sup>651</sup> Ibid. p. 195.

Ditos secundários	115
Resumo:	
Primários	1.814
Secundários	145
Total	1.959

Fonte: O ENSINO EM PARNAÍBA. *Almanaque da Parnaíba*, ano 9, 1932, p. 160.

Para exercer a docência os professores, de modo geral, além do magistério, exerciam outras funções públicas. Assim, “médicos, advogados, engenheiros, funcionários públicos dos Governos Federal, Estadual e Municipal, entre outras, eram as principais profissões de muitos professores, sobretudo das escolas particulares no Piauí, e em Parnaíba”.<sup>652</sup> O *Almanaque* traz, por exemplo, uma homenagem ao professor Lima Rebelo, “provetto advogado, tribuno fluente e eminente educador piauiense, fiscal do Governo Federal junto ao Ginásio Parnaibano”<sup>653</sup>.

Os colaboradores do *Almanaque* registravam a crescente participação feminina no mercado de trabalho. É o que se observa, por exemplo, em artigo do interventor federal em Pernambuco, Agamenon Magalhães:

A concorrência econômica assume, no século XX, formas curiosas. Uma delas é a concorrência feminina do emprego. Nas repartições públicas, nos bancos, nos escritórios, no comércio em grosso ou a retalho, nas fábricas, nos restaurantes, nos cafés, em toda a parte, enfim, a porcentagem das mulheres empregadas é cada vez maior<sup>654</sup>.

No texto em referência, Agamenon Magalhães defende a existência de “um novo matriarcado[...] [assinala a] Luta que lhe dá[às mulheres] independência econômica diante do outro sexo. Independência econômica vai formando outra personalidade”.

Há profissões das quais a mulher expulsou o homem. A datilografia e a de stenografia, por exemplo, já foram totalmente ocupadas pelas mulheres. Não sei se esse fato está concorrendo aqui e alhures para o celibato ou para as restrições da natalidade. Não sei também se ele é uma das causas sociais do desemprego, que tanto aflige o outro sexo<sup>655</sup>.

Nos textos do *Almanaque* das décadas de 1920 e de 1930, é possível identificarmos, num primeiro momento, uma representação conservadora sobre a mulher que trabalhava fora de casa, delimitando que seu lugar era essencialmente no lar. Do seu afastamento, decorriam sérios prejuízos para o bom andamento da família, especialmente para o desenvolvimento dos filhos.

<sup>652</sup> O ENSINO EM PARNAÍBA. *Almanaque da Parnaíba*, ano 9, 1932, p. 160.

<sup>653</sup> DR. LIMA REBELO. *Almanaque da Parnaíba*, ano 7, 1930, p. 64.

<sup>654</sup> MAGALHÃES, Agamenon. Emprego e sexo. *Almanaque da Parnaíba*, ano 17, 1940, p. 79.

<sup>655</sup> Ibid. p. 79.

Já em 1940, o trabalho das mulheres era apontado enquanto uma necessidade e passou a ser justificado, uma vez que a maioria das mulheres se via forçada a trabalhar em função da conjuntura social em que estavam inseridas. O artigo do interventor pernambucano, por exemplo, acima referido, encontra uma justificativa econômica para sua ocorrência: “No Brasil, como a fortuna do pobre é filho, o emprego do pessoal feminino é uma forma de melhorar as condições econômicas da família”.<sup>656</sup>

Nas edições de 1940 e 1941, quando se registravam diversas iniciativas relativas à saúde, com o governo de Mirócles Vêras e suas propostas desenvolvimentistas, temos novamente o registro da atuação feminina nos espaços da cidade.

A edição de 1940 é dedicada, entre outros assuntos, a apresentar o trabalho do Mirócles Vêras e das instituições por ele encabeçadas “em prol da saúde de seus patricios, em benefício do saneamento da cidade e na defesa da eugenia da raça”<sup>657</sup>. Tem destaque no anuário o Lactário Suzanne Jacob, cuja diretoria era composta por Roland Jacob, presidente; Luiz Barros de Souza, tesoureiro; e Raul Mazulo de Melo, secretário. Além dos mencionados, a “direção do Lactário esta[va] a cargo de D. Analia Rios, senhora de muita competência e abnegação, e que, além de muita prática, possui, ainda, um curso especializado de alimentação e higiene infantis”<sup>658</sup>.

Esta casa [o Lactário] se transformou num templo, onde o remédio que estanca a dor, o leite que sacia a fome e o carinho que entenece o enfermo, representa a oferenda de um culto e a veneração à dignidade de uma mulher, às virtudes de uma esposa e a meiguice de uma mãe<sup>659</sup>.

O texto refere-se também à figura de Suzanne Jacob, falecida esposa do mencionado Roland Jacob, comerciante, “talvez a primeira mulher que se envolveu publicamente com a face da pobreza da cidade”<sup>660</sup>.

O ideal burguês de organização familiar que se fortalece no século XIX, após a abolição, definiu papéis específicos para as mulheres. Apoiado na ciência oitocentista -em especial na medicina, que assegurava a existência de características próprias femininas, como a fragilidade, o recato e a vocação maternal -, esse modelo se impôs não somente às mulheres de classes abastadas, mas também às das camadas populares. Conforme apontado por Margareth Rago:

---

<sup>656</sup> Ibid. p. 79.

<sup>657</sup> LACTÁRIO SUZANNE JACOB. *Almanaque da Parnaíba*, ano 17, 1940, p. 266.

<sup>658</sup> Ibid. p. 266-267.

<sup>659</sup> Ibid. p. 267.

<sup>660</sup> JACOB, Marc Theophile. A pequena e brava família Jacob. In: ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de; EUGÊNIO, João Kennedy. (Orgs.). *Gente de longe: histórias e memórias*. Teresina: Halley, 2006, p. 294.

Frágil e soberana, abnegada e vigilante, um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX, prega novas formas de comportamento e de etiqueta, inicialmente, às moças das famílias mais abastadas e paulatinamente às das classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual<sup>661</sup>.

Esse ideal foi instituído com o passar do tempo por meio das ações de instituições como a Igreja e a escola e apoiado em saberes como a medicina, a literatura e o direito. Havia, contudo, um choque no cerne desse conceito de família burguesa. A ideia de plena inserção no mundo do trabalho, de realização pessoal para além do espaço doméstico, começava, paulatinamente, a ganhar mais espaço nos anseios e desejos das mulheres brasileiras dos segmentos médios e altos da sociedade.

No *Almanaque* é possível constatar a presença do discurso sobre a essência da feminilidade atrelada ao lar e, mais importante, a concepção de que o trabalho, por mais necessário que fosse, não poderia subtrair às mulheres sua feminilidade. Há uma clara delimitação dos papéis de gênero que procurava reforçar representações sobre masculino e feminino e, conseqüentemente, funções ditas naturais para homens e para mulheres. Ambos deveriam estar voltados ao lar, atentos ao:

[...] importantíssimo trabalho educativo que se processa dentro do emaranhado laboratório do lar. [...] Em todas as épocas a história do Homem nos deu exemplo da influência da educação privada sobre o destino da humanidade. Assim, cada indivíduo, cada povo, tem de, por força, estar ligado aos princípios básicos instituídos pela família, princípios esses que se encarregam de esclarecer ao ente humano o sentido da verdadeira finalidade social. Vimos, nos albores da história contemporânea, o Homem, mais preocupado do que nunca, a estudar um novo plano de ação no qual pudessem ser aplicadas as novas teorias sociológicas, que então principiavam a inquietar o pensamento. [...] Entretanto, ele, o homem, persiste em seguir a rota aventureira que traçara, provavelmente no momento em que a prudência e a justeza eram aniquiladas pelo entrecchoque de ideias avassaladoras. [...] figura o lar como fator preponderante no destino da humanidade.<sup>662</sup>

Nesta passagem, vemos com clareza a delimitação do espaço para ambos, isto é, respectivamente, às mulheres, o privado e a incumbência sobre o lar e os filhos; aos homens, o espaço público e do trabalho e a proteção e manutenção da família e do lar. A preocupação com o lar e a família é assim estendida também ao gênero masculino. Mesmo com tantos afazeres e liberdade, o espaço educativo seria o lar, para onde sempre se retornaria.

---

<sup>661</sup>RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista*. Brasil (1890-1930). 4ª edição. São Paulo: Paz & Terra, 2014, p. 88.

<sup>662</sup>LIMA, Raimundo de Souza. O lar e o homem. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 18, 1941, p. 62-63.

O artigo de Raimundo de Souza Lima, acima citado, defende que o lar é um laboratório, um espaço de aprendizado. Nessa perspectiva, podemos citar também o artigo do literato Berilo Neves<sup>663</sup>, que refuta “as mentiras convencionais de nossa Civilização” e acrescenta:

O pai, de chinelos e cigarro caseiro, é bem diverso do pai vestido de boa roupa que vai para a repartição fazer jus ao pagamento mensal... A mãe, com o cabelo em falripas, sem educação, sem gramática, é muito diferente daquelaque, num dia de festa, recebe, com frases decoradas, as outras pessoas igualmente mentirosas, das suas relações...[...] A Vida, para um grande número de pessoas, só implica em obrigações, deveres, aborrecimentos. Os prazeres naturais – que são os mais simples – já ninguém os goza, pois que se convencionou que só o rádio, a geladeira e o automóvel é que fazem a felicidade dos homens.<sup>664</sup>

O escritor defende que se repense a educação que se dá aos filhos e na escola, aconselhando o fim do que chama de *farsa social*, onde muitos pais e mães representam apenas um personagem usando boa roupa para cada exposição pública:

A escola é a única esperança de um mundo quase sem esperança. A educação atual é tão estúpida quanto contraproducente. Ensinamos as crianças um sem número de noções que nada lhes adianta para sua felicidade na vida. Em vez de Higiene, que ensina a ter saúde; de Fisiologia, que é a base da Higiene; da História, que é a “mestra da vida”; da Física, da Química, da História Natural, que ensinam a dar a cada coisa o seu valor real no seio da mãe Natureza, que ensinamos a nossos filhos? O direito, que habilita os velhacos a enganar os homens honestos; crônicas de reis e batalhas, que em nada nos interessam; línguas estrangeiras, que deveriam ficar resumidas aos diplomatas, políglotas de profissão e intérpretes de ofício; a matemática bastante a fazer de cada guri sardento um Pascal de gênio; uma moral sem exemplos e uma Filosofia sem... toda uma série de noções pesadas, indigestas, recheadas de nomes difíceis que só servem para cansar a memória e para enjoar o entendimento...<sup>665</sup>

Para Berilo Neves, “a educação atual é tão estúpida e quanto contraproducente”. Defendendo o ensino de ciências, recusava o modo de ensino praticado nas escolas, resumido a “uma série de noções pesadas e indigestas”.

A discussão sobre educação, atribuída à família, é encontrada também no artigo do articulista J. Custódio, “Instruir ou Educar”. Nele se lê: “instruir é tão somente transmitir conhecimento a outrem desta ou daquela ciência. Educar é desenvolver e aperfeiçoar as faculdades físicas, intelectuais e morais de outrem. É, em suma, preparar, hoje, o homem de amanhã, a lutar pela vida e saber vencer na luta”<sup>666</sup>.

<sup>663</sup>NEVES, Berilo. crônica. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 16, 1939, p. 187.

<sup>664</sup> Ibid. p. 187.

<sup>665</sup>NEVES, Berilo. crônica. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 16, 1939, p. 187.

<sup>666</sup>CUSTÓDIO, J. Instruir ou educar?. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 17, 1940, p. 53.

Segundo o articulista, a educação compreendia não só a formação intelectual mas, sobretudo, o aperfeiçoamento do caráter individual e coletivo e da integridade moral e social. Fundava-se em uma concepção moral e católica, identificando três formas de sociedades distintas:

Duas dessas formas de sociedade, em cujo seio vive o homem, são de ordem natural: a Família e o Estado. A Família, instituição divina, tem um fim próprio que é a procriação e a educação da prole. O Estado, organização civil, tem como fim precípua o bem comum temporal. A terceira, em que nasce o homem para a vida da graça, mediante o batismo, é a Igreja Católica. Sociedade de ordem puramente espiritual, que dispõe de meios suficientes a realização do seu fim supremo, que é a salvação da humanidade.

Custódio condenava “o deplorável estado de espírito da humanidade”. Desse modo, para o desenvolvimento do homem, reiterava a importância do lar, da família e da Igreja, evitando-se que em uma “formação mental incompleta, o indivíduo é[fosse] levado a abandonar a verdade, dando preferência a mentira, a calúnia, e ao erro; integrando-se, desta maneira, numa sociedade superficial e viciosa”.

É preciso, no entanto, salientar, como bem evidenciou Ana Silvia Scott<sup>667</sup>, as nuances que marcam os padrões morais e familiares das diferentes camadas sociais brasileiras, dificultando a imposição absoluta de um único padrão para que todos se adequassem.

Esses valores, contudo, não adquiriam a mesma importância na vida de todos os brasileiros e suas famílias. Nem todos quiseram ou puderam adaptar-se aos modos burgueses. Em uma sociedade profundamente diversa e desigual, hierarquizada a partir de elementos socioeconômicos e étnicos (com base, sobretudo, na “cor da pele” – herança do escravismo), não é de espantar que, ao se comparar famílias de áreas mais urbanizadas com as de áreas predominantemente rurais, as compostas por negros, brancos ou mestiços, as imigrantes e as locais, as ricas e as pobres, houvesse diferenças. Entretanto, embora não tenha sido abraçado (pelo menos com a mesma intensidade) por toda a população, o ideal de família que as novas classes dominantes, com seus modos burgueses, estimulavam tornou-se o novo parâmetro<sup>668</sup>.

No cerne dessa discussão, uma das questões que avulta, sem dúvida, é a da adequação das organizações familiares, isto é, do arranjo e da composição familiar ao padrão burguês.

A organização familiar dos populares assumia uma multiplicidade de formas, sendo inúmeras as famílias chefiadas por mulheres sós. Isso se devia não apenas às dificuldades econômicas, mas igualmente às normas e valores diversos, próprios da cultura popular. A implantação dos moldes da família burguesa entre os trabalhadores era encarada como essencial, visto que no regime capitalista que então se instaurava, com a supressão do escravismo, o

---

<sup>667</sup>SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. IN: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. *A nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

<sup>668</sup> Ibid. p. 17-18.

custo de reprodução do trabalho era calculado considerando como certa a contribuição invisível, não remunerada do trabalho doméstico<sup>669</sup>.

Nas famílias populares o papel que a mulher desempenhava tendia a ser bastante diferente daqueles esperados para as jovens e mulheres das famílias burguesas. Tal diferenciação dava-se, sobretudo, em face de uma anterior, e já consolidada, participação efetiva das mulheres populares no mundo do trabalho remunerado – mesmo que reduzidas a determinados postos específicos –, bem como de uma maior circulação pela cidade, em razão, propriamente, de seus trabalhos.

Como era grande sua participação no “mundo do trabalho”, embora mantidas numa posição subalterna, as mulheres populares, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao sexo frágil<sup>670</sup>.

A crítica, mais generalizada, ao trabalho feminino vai se dar de forma contundente precisamente em razão de tentar alcançar o papel burguês da mãe-doméstica. Segundo Rago, “[...] a necessidade do trabalho fora de casa constitui um obstáculo à realização da nova função de ‘guardiã do lar’<sup>671</sup>. Às mulheres que tentavam se desvencilhar dessa posição e ocupar postos de trabalho – a maioria por real necessidade de sustento às suas famílias – era lançada a pecha de “desvirtuadas” e “irresponsáveis”.

[...] quanto mais ela [a mulher popular] escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho<sup>672</sup>.

Na edição de 1940<sup>673</sup> do Almanaque da Parnaíba, conforme apresentado, a mulher figura como complemento do papel do homem/marido e às vezes como ameaça de ‘perdição’, sendo exceção o artigo da escritora Alda Cunha<sup>674</sup>. A edição de 1941<sup>675</sup> apresentava também a essência

<sup>669</sup>SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. IN: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 9ª edição. São Paulo: Contexto, 2010, p. 363.

<sup>670</sup>Ibid. p. 367.

<sup>671</sup>RAGO, op. cit., p. 105.

<sup>672</sup> Ibid. p. 89.

<sup>673</sup>MAGALHÃES, Agamenon. Emprego e sexo. *Almanaque da Parnaíba*, ano 17, 1940, p. 79. /A MULHER. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 17, 1940, p. 119. /CAMARA, J.G. A magestade feminil. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 17, 1940, p. 121.

<sup>674</sup>CUNHA, Alda. Os direitos da mulher. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 17, 1940, p. 283.

<sup>675</sup>LIMA, Raimundo de Souza. O lar e o homem. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 18, 1941, p. 62-63.

da feminilidade atrelada ao lar, das mulheres mães, donas de casa, habituadas e por “natureza” preparadas para o ato de cuidar, ensinar e limpar.

As edições do *Almanaque* compartilhavam, como se procurou demonstrar nesse capítulo, de padrões bastante claros sobre os papéis de gênero, não só no que diz respeito à atuação feminina, como procuramos evidenciar, mas também sobre o trabalho feminino que, para uma classe específica, aparece bastante marcado como um tabu na sociedade brasileira das décadas de 1920 a 1940. O trabalho é socialmente permitido, desse modo, quando não se opõe à “natureza” da mulher.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O *Almanaque da Parnaíba*, durante o período de 1924 a 1941, como se observou nessa pesquisa, voltava-se aos interesses econômicos dos comerciantes parnaibanos e procurava expressar as transformações econômicas, sociais e políticas do período. O mesmo se propunha a ser um guia<sup>676</sup>, “um livro de necessidade em toda casa”<sup>677</sup>, por meio do qual o “sertanejo”<sup>678</sup> poderia administrar melhor seu tempo, com os calendários, e obter informações úteis sobre as instituições, a educação, as reformas no centro da cidade, o comércio, as demais cidades do Estado e a gestão do município.

Influenciado pelas mudanças sociais, econômicas e políticas que se deram no período, o *Almanaque* empreendeu estratégias e táticas que garantiram a circulação de seu posicionamento social e político. Com o intuito de identificar o posicionamento do anuário, desenvolvemos um estudo para que fossem compreendidas peculiaridades do contexto estudado e o papel exercido pelo *Almanaque* em Parnaíba. Para isso, inicialmente, buscamos entender aspectos do contexto econômico e social, tanto em âmbito nacional quanto local, que impactaram a cidade. Consideramos que essa foi uma etapa importante na construção da pesquisa, uma vez que viabilizou a compreensão do contexto urbano, da circulação do anuário e dos temas por ele discutidos. Além desses aspectos, a contextualização foi imprescindível para que fossem compreendidas as condições de surgimento do objeto de estudo. Também procuramos analisar algumas particularidades da dimensão comunicacional, publicista, literária, jornalística e política do *Almanaque*.

A principal hipótese que norteou a construção dessa pesquisa é de que o periódico anual buscava representar, de acordo com expressões recorrentemente utilizadas em suas publicações, uma cidade “moderna” e “civilizada”, que avançaria na direção do “progresso” econômico por meio de seu potencial comercial, além de procurar guiar e influenciar práticas e identidades femininas e masculinas em suas formas de atuação no espaço urbano.

O anuário era produzido para um público com maior poder aquisitivo, e englobava poucas questões sociais que atingiam a maioria da população parnaibana, posto que ao longo das edições percebemos que, poucas vezes os problemas sociais que atingiam a população urbana mais pobre foram abordados, compromisso que não era uma questão central da publicação.

Por meio deste estudo notamos, inicialmente, quais os tipos de conteúdo foram mais apresentados nesse anuário, um periódico destinado a abordar conteúdos de interesse geral:

---

<sup>676</sup> LIMA, Benedicto dos Santos Lima. Ao público. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 1, 1924.

<sup>677</sup> *ibid.*

<sup>678</sup> *ibid.*

cultura, eventos e entretenimento (curiosidades, medicamentos, charadas). Diferente dos tipos de almanaques surgidos no Brasil com temáticas mais especificamente definidas, como os almanaques de farmácias, os de escolas, o *Almanaque da Parnaíba*, como um almanaque de cidade, apresentou uma estrutura bem diversificada, abordando calendários, biografias, dados históricos, geográficos e estatísticos. O anuário, com seu formato de livro, circulava entre as famílias, como um livro-guia. Esse enfoque diversificado, no entanto, não desviava a atenção da sociedade, principalmente, de valores sociais e políticos que permearam aquela conjuntura.

O *Almanaque* empenhou-se na aproximação com o leitor a partir, por exemplo, da criação da Página Religiosa e da Página Infantil, que publicavam os registros fotográficos enviados pelo leitor, como apresentado no capítulo dois deste trabalho. Desse modo, o *Almanaque* adotou uma tática diferenciada e apesar de voltar-se às pautas comerciais e econômicas, dedicou-se também, assim como os almanaques de outros gêneros, a publicar sobre os leitores, os papéis de gênero, e esteve repleto de representações recorrentes da mulher/esposa (ou mãe), no seu papel junto ao cônjuge e aos filhos, permeado de ideários conservadores, como buscamos demonstrar no quarto e último capítulo desta tese. Contudo, apesar de o *Almanaque* adotar como foco um conteúdo diversificado, esta abordagem, para o anuário, significava portar-se cada vez mais como um almanaque de cidade.

Com as transformações no cenário político a partir da década de 1920, observa-se que os artigos do *Almanaque da Parnaíba* passaram a destacar uma noção de identidade e defesa da região Norte, apresentando uma perspectiva geopolítica de interesses específicos. Na década de 1930, com ascensão do Governo de Provisório de Vargas, o periódico assumiu uma posição favorável ao governo, apoiando e valorizando suas ações políticas, econômicas e sociais, e demonstrando adesão aos novos grupos no poder e ao regime instaurado. Apesar do fortalecimento dos mecanismos de censura e repressão durante o Governo Provisório e o Estado Novo, o *Almanaque* conseguiu circular de forma ininterrupta, evidenciando sua adaptabilidade ao novo contexto político.

Em 1937, quando ascendeu o Estado Novo, a publicação continuou abordando conteúdos econômicos, embora o conteúdo político não tenha desaparecido totalmente. Porém, sua abordagem política não se voltava para o debate. Ao definir-se como um órgão voltado às questões econômicas caras à elite comercial local, esse veículo explorava um conteúdo que se afastaria de possíveis constrangimentos políticos, econômicos e sociais daquele momento político e institucional, buscando uma aproximação com o Governo.

A aproximação do Governo foi a tática mais utilizada pelos veículos de então, desse modo eles construíam uma boa relação com o Estado e se afastavam de possíveis punições. Nas

edições analisadas, constatamos que o *Almanaque*, durante o Estado Novo, não se choca com os governantes e com os órgãos do aparelho estatal. Nas publicações eram comuns elogios às autoridades, como uma forma de negociação entre o anuário e o Estado, pois, naquela conjuntura, as contestações e críticas eram alvo de punições do regime e seus órgãos de censura.

Os elogios às autoridades foram constantes nesta publicação, conforme procuramos demonstrar. Esta relação de proximidade garantiu interesses deste anuário durante o regime estado novista e o manteve com circulação regular. Constatamos que anuário dialogou com esse regime, os nomes dos representantes do Governo foram constantemente mencionados e até mesmo suas agendas políticas eram citadas. Assim, o *Almanaque da Parnaíba*, nos anos de 1937 a 1941, atuou buscando construir versões e opiniões favoráveis à ideologia estado novista, exaltando em suas páginas a atuação do Estado e seus representantes.

Este estudo traz a relevância documental do *Almanaque da Parnaíba*, as edições analisadas ao longo dessa tese apresentam características diferenciadas do gênero almanaque-informação, seu editorial não estava somente alinhado aos interesses econômicos do comércio como um veículo de publicidade, mas, suas edições apresentavam discussões dos mais variados assuntos, instigavam o consumo, procuravam divulgar padrões de comportamento, dialogavam com a política, bem como as informações úteis para a vida cotidiana, características ao gênero almanaque, no empenho de representar a cidade e seus habitantes.

## REFERÊNCIAS

## Livros e Artigos

ALBUQUERQUE JR. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009.

ALMANAQUE COSTUMES E CURIOSIDADES. Rio de Janeiro: Warner International Corporation, 1939.

ALMEIDA, Jane Soares de. *As gentis patricias: identidades e imagens femininas na primeira metade do século XX (1920-1940)*. Educar em Revista, n 48, abr./jun. Curitiba: editora UFPR, 2013.

ALVARENGA, Antônia Valtéria Melo. *Nação, país moderno e povo saudável: política de combate à lepra no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2013.

ANASTÁCIO, Vanda. *Almanaques: origem, gêneros, produção feminina*. Santiago de Compostela: Veredas 18, 2012.

ARAÚJO, Renata M. *O Piauí e sua cartografia*. IV Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica, Porto, 2011. Disponível em <http://eventos.lettras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/49.pdf>

ARAÚJO, Erick Assis de. *Nos labirintos da cidade: estado novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza*. Fortaleza: INESP, 2007.

ARAKEN, Carlos. *Estórias de uma Cidade muito amada*. Parnaíba: [s.e.], 1988.

ARRAES, Esdras. *Plantar povoações no território: (re) construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697-1761*. *Anais do Museu Paulista*, v.24, n.1. jan-abr.2016. São Paulo.

BACZKO, Bronislaw. *Utopia*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 5, 1985.

\_\_\_\_\_, *Los Imaginarios Sociales*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

BANDINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio*. Imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 2000.

BARBOSA, Edson Gayoso Castelo Branco. *O Parnaíba: contribuição à história de sua navegação*. 1 ed. Recife, 1978. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

BARBOSA, Edson Gayoso Castelo Branco. *O Parnaíba: contribuição a história de sua navegação*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1986.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. Zonas de contato no Piauí Oitocentista: rotas de retirantes e escravizados. *Revista Vozes, Pretérito & Devir*. Teresina: Universidade Estadual do Piauí. ano 1. v.2, n.1, 2013.

BARRETO, Aparecida de Lourdes Paes. *Higienismo e educação escolar na Paraíba republicana: do discurso médico à prática educativa*. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2010.

BASTOS, Cláudio. *Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí*. Teresina: Fundação cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BERGER, Paulo. *A Tipografia no Rio de Janeiro: impressores bibliográficos 1808-1900*. Rio de Janeiro: Cia. Industrial de Papel Pirahy, 1984.

BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BONFIM, Washington Luís de Sousa; SANTOS JÚNIOR, Raimundo Batista dos. Formação política. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de (Org.). *Piauí: formação, desenvolvimento e perspectiva*. Teresina: Halley, 1995.

BORDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRESCIANNI, Maria Stella M. *História e historiografia das cidades, em percurso*. São Paulo: Contexto, 1998.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CAIMI, Flávia Eloisa. *Conversas e controvérsias: o ensino de História no Brasil (1980-1998)*. Passo Fundo: UPF, 2001.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANDEIRA FILHO, Alcenor. *Almanaque da Parnaíba*. Teresina: Gráfica e Editora da UFPI, 1997.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

CARDOSO, Elisângela Barbosa. Mães educadoras e profissionais: educação feminina em Teresina na primeira metade do século XX. *Revista Outros Tempos*, v. 7, n. 10, dezembro de 2010.

CARVALHO, Jeferson Luís Marinho de. *Almanack da Parnahyba: leituras da educação em suas páginas (1924-1982)*, 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio do Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2016.

CASA NOVA, Vera Lúcia. *Lições de Almanaque: um estudo semiótico*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996. p. 18.

CASTELO BRANCO, Renato. *Tomei um ita no Norte (memórias)*. São Paulo: LREditores, 1981.

CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da frota; NABUCO, Maria Regina. (Orgs.). *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT/FINEP, 2000.

CENTRO PIAUIENSE. Oito anos de governo: a administração de Leônidas de Castro Melo no Piauí. Teresina: D.E.I.P., 1943.

CERQUEIRA, Daniel Lemos. *Nestablos Ramos*. APEM – Acervo Digital, 2014.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer*. 13. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.5, n. 11, jan./abr., 1991, p. 17.

\_\_\_\_\_. Introdução: o livro dos livros. In: PARK, Margareth Brandini. *Histórias e leituras de Almanques no Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. *A beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRS, 2002.

\_\_\_\_\_. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

\_\_\_\_\_. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Apontamentos Biográficos e Outros*. 2.ed. Teresina: FCMC, 2013.

\_\_\_\_\_. *Teresina: subsídios para a história do Piauí*. Teresina: FCMC, 2013.

COLLARO, A.C. *Produção gráfica: arte e técnica da mídia impressa*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CORREIA, Benedicto Jonas; LIMA, Benedicto dos Santos. *O livro do centenário de Parnaíba*. Parnaíba: Gráfica Americana, 1944.

CÔRTEZ, I. R. A trilha legislativa da mulher. In PINSKY, C.B.; PEDRO, J.M. *A nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia Histórica do Estado Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

CUNHA, Edison. Um lutador. In: SANTOS, Orphila Lima dos (Org.). *Benedicto dos Santos Lima: intelectual autodidata*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1993.

DARNTON, Robert. *Censores em ação: como os estados influenciaram a Literatura*. Tradução Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

\_\_\_\_\_. *O beijo de Lammourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 9ª edição. São Paulo: Contexto, 2010.

DODT, Gustavo. *Descrição dos Rios Parnaíba e Gurupi: Relatórios sobre a exploração dos mesmos seguidos de uma memória sobre o porto de São Luís do Maranhão*. Maranhão: Tip. Do País. Impresso por M.F.V. Pires, 1 de maio de 1873.

DOMINGOS NETO, Manoel. A trajetória do Almanaque da Parnaíba. In: SANTOS, Orphila Lima dos (Org.). *Benedicto dos Santos Lima: intelectual autodidata*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1993.

DURÃO, Antonio José de Moraes. Descrição da capitania de São José do Piauí. Apud FIGUEREDO, Diva Maria Freire. *O monumento habitado: a preservação de sítios históricos na visão dos habitantes e dos arquitetos especialistas em patrimônio*. O caso de Parnaíba. Recife, 2001.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13. Ed. São Paulo: Edusp, 2009.

FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. Comércio de Livros: livreiros, livrarias e impressos. *Escritos*. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, v. 5, n. 5, 2011.

FERREZ, Gilberto. A obra de Eduardo Laemmert. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 329, n. 331, abr./jun. 1981. p. 192-201

FIGUEREDO, Diva Maria Freire. *O monumento habitado: a preservação de sítios históricos na visão dos habitantes e dos arquitetos especialistas em patrimônio*. O caso de Parnaíba. Recife, 2001.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto 2010.

FRANCO, José Patrício. *O município no Piauí. 1761-1961*. Teresina: Fundação de Teresina, 1968.

FREIRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1948.

FREIRE, Maria Martha L. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FREITAS, Ana Beatriz Araújo de. As representações de gênero no *Almanaque da Parnaíba*. *Veredas da História*, v. 13, n. 1, p. 25-46, jul., 2020.

FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: FCMC, 1988.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GANDARA, Gercinair Silvério. *Rio Parnaíba... Cidades-beiras: (1850-1950)*. Teresina: EDUFPI, 2010.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549-2003*. Teresina [s.n.],2003.

GOMES, Angela de Castro. Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: o caso de festa. *Luso-Brazilian Review*, v. 41, n.1, 2004.

\_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOMES, Mário Luiz. Vendendo saúde! Revisitando os antigos almanaques de farmácia. *História, Ciência, Saúde*, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, out./dez. 2016.

GOULART, Silvana. *Sob a Verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo. Marco Zero 1990.

GRAHAM, Richard. *Sociedades em contrastes: A Grã-Bretânia e o Brasil*. In: Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1973.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp,2005.

HERSCHMANN, Micael M., PEREIRA, Carlos Alberto Messenger. O imaginário moderno no Brasil. IN. HERSCHMANN, Micael M., PEREIRA; MESSENDER, Carlos Alberto (org.) *A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital: 1848-1875*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O semeador e o ladrilhador. In: *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAMBEIRO, Othan. *Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação*. Salvador: EDUFBA, 2003.

JACOB, Marc Theophile. A pequena e brava família Jacob. In: ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de; EUGÊNIO, João Kennedy. (Orgs.). *Gente de longe: histórias e memórias*. Teresina: Halley, 2006.

JÚNIOR, José de Arimatéa Freitas Aguiar; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. Entre reverências e descontentamentos: modernização, ufanismo e os embates na interventoria de Leônidas de Castro Melo no Piauí (1935-1945). *Cadernos do tempo presente*, v. 13, n. 01, São Cristóvão - SE, jan/jun. 2022.

LACERDA, Aline Lopes de. “A obra getuliana” ou como as imagens comemoram o regime. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n 14, 1994.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. Um mergulho no passado. *OBSERVATÓRIO da Imprensa*, 2016. Disponível em: <<http://www.observatordaimprensa.com.br/memoria/um-mergulho-no-passado/>>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

LIMA, Elys Regina de Oliveira. Impactos da Modernidade: Parnaíba no início do século XX. In: SOUZA, Francisco de Assis de. (Org.). *Fragmentos históricos: experiência de pesquisa no Piauí*. Parnaíba: Sieart, 2005.

LIMA, Frederico Osanam Amorim (Org.). *A cidade que nos habita*. Parnaíba: Sieart, 2013.

\_\_\_\_\_. Frederico Osanam Amorim. Um pirilampo nas páginas do Almanaque: Imagens reluzentes de uma Parnaíba que deseja ser, se vendo. In: SOUSA, Cleto Sandys Nascimento de; LIMA, Frederico Osanam Amorim Lima. *Parnaíba: a cidade que nos habita*. Parnaíba: Sieart, 2013.

LIMA REBELO, Goethe Pires de. *Tempos que não voltam mais: crônicas sobre a Parnaíba antiga*. ??

LIMEIRA, Aline de Moraes. *Educação particular e publicidade no Almanak Laemmert (1844/1859)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. p. 18. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/producao-intelectual/documentos/educacao-particular-publicidade-almanak-laemmert>>. Acesso em 26 de agosto de 2022.

LOPES, Raimundo Hélio. *O Vice-Rei do Norte: Juarez Távora entre inimigos e aliados*. Tempo, vol. 23, n.1, jan/abr, 2017.

LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da. 2012. Apud HERSCMANN, M.; PEREIRA, Carlos Alberto. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30*. Rio de Janeiro: Rocco.

LOURO, Guacira. Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 9ª edição. São Paulo: Contexto, 2010.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN PINSKY, C. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_, Mulher em revista. IN: PINSK, Carla B.; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

MAGALHÃES, Guido. *Força e luz: eletricidade e modernização na República Velha*. São Paulo: Editora UNESP/FAPESP 2000.

MARTELETO, Regina Maria; DOURADO, Stella Moreira. Os Almanques e a circulação social dos objetos culturais: bibliografias, coleções, rastros de leitura. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 25, 17 out. 2019. p. 354-372. Edição Especial V Seminário Internacional, A Arte da Bibliografia.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, V.18, supl.1, dez. 2011.

MARQUES, José da Guia. *O papel da Igreja na colonização do Norte do Piauí*. Teresina: Secretaria Estadual da Cultura, 1987.

MATOS, Maria Izilda; BORELI, Andrea. Espaço feminino no mercado de produtivo. IN: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. *A nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o império. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

MAVIGNIER, Diderot dos Santos; MOREIRA, A. M. *Conhecendo história e geografia do Piauí*. Parnaíba: Gráfica Ferraz, 2007.

MENDES, Francisco Iweltman. *Porto de Luís Correia: histórico de um sonho*. Parnaíba: SIEART, 2008.

MEYER, Marlyse (Org.). *Do Almanak aos Almanques*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2019.

MOLINA, Matías M. *História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MONTEIRO, Charles. Imagens sedutoras da modernidade urbana. Reflexões sobre a construção de um novo padrão de visualidade urbana nas revistas ilustradas na década de 1950. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 7, n. 53, 2007.

MONTELEONE, Joana. O tempo dos almanaques: imprensa e cotidiano na Belle Époque carioca. In: BESSONE, Tânia; RIBEIRO, Gladys Sabina (org.). *Imprensa, livros e política no Oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2013.

MORAIS, Erasmo Carlos Amorim. Imagens de Mulheres: as representações do feminino no Almanaque da Parnaíba 1930-1970. *ANPUH*, Recife, 2019.

MOREL, Marco. O surgimento da imprensa periódica: ordenar um espaço complexo. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 2008

MOTT, Luiz. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. 2 ed. Teresina: APL, 2010.

MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930 – 1945). *Cadernos Pagu*. (16) 2001.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A Revolução de 1930 no Piauí (1928-1934)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

\_\_\_\_\_. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina(1937-1945)*. Teresina-Pi: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

NEVES, Berilo. Parnaíba...Cartago Piauiense. In: *Estado do Piauí*. Departamento Estadual de Estatística/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico. Teresina, 1942.

\_\_\_\_\_. O Piauí histórico e paisagístico. In: BASTOS, João. *O Piauí e o IBGE*. Departamento estadual de Estatístico, Teresina, 29 de maio de 1946.

NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.21, n.40, 2001.

NEVES, Lúcia Maria B. P. das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia M. Bessone da C. (orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A / FAPERJ, 2006.

NETO, Adrião. *Geografia e História do Piauí para estudantes: da pré-história à atualidade*. 3 ed. Teresina: Geração 70, 2004.

NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel. *Direito Constitucional, teoria, história e métodos de trabalho*. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

NETO, Lira. *Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NUNES, Celso Augusto de Moura. *Exmo. Snr. Getúlio Dornelles Vargas*. Parnaíba, 10 de abril de 1940. n.p.

NUNES, Maria Cecília Silva de Almeida. A influência britânica em Parnaíba. In: ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). *Gente de longe: histórias e memórias*. Teresina: Halley, 2006.

NUNES, Maria Célis Portela; ABREU, Irlane Gonçalves de. Vilas e cidades do Piauí. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. (Org.). *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: Halley, 1995.

NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí: pré-história, primeiros contatos com a terra, primórdios da colonização e ausência de governo*. Teresina: FUNDAPI, 2007.

\_\_\_\_\_. *Pesquisas para a História do Piauí*, v. 4. Teresina: Imprensa Oficial do Estado do Piauí, 1974.

OLIVEIRA, Jônatan Coutinho da Silva de. Oswaldo Aranha e a política externa de Getúlio Vargas (1934-1944). *XIV Encontro Regional da Anpuh*, Memória e patrimônio. Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, Marina. *Produção gráfica para designers*. 2. ed. Rio de Janeiro: AB Editora, 2002.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. 4ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

PANDOLFI, Dulce. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: Gomes, Angela de Castro (Org.). *Regionalismo e Centralização política: partidos e constituintes nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

PARK, Margareth Brandini. *Histórias e leituras de Almanques no Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1999.

PASSOS, Caio. *Cada rua sua história*. Parnaíba: IOCE, 1982.

PELLEGRINI FILHO, Américo. *Comunicação popular escrita*. São Paulo: Edusp, 2009.

PENNA BOTTO, Carlos. *Meu exílio no Piauí*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

PEREIRA, Magnus Roberto de Melo. Considerações sobre a situação urbanística do período pombalino. *Ágora*. Santa Cruz do Sul, v.1, mar. 1995.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_, *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_, A conquista do espaço público. IN: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. *A nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

PINHEIRO FILHO, Celso. *História da Imprensa no Piauí*. 3ed. Teresina: Zodiaco, 1997.

PINSKY, Carla B. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 9ª edição. São Paulo: Contexto, 2010.

PINSKY, Carla Bassanezi. Imagens e representações: a era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016.

PORTO, Carlos Eugênio Porto. *Roteiro do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

QUADROS, Eduardo. *A Letra e a Linha: a cartografia como fonte histórica*. Goiânia, Mosaico, jan/jun, v.1, 2008

QUEIROZ, Teresinha. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2006.

\_\_\_\_\_. *A importância da borracha de maníçoba na economia do Piauí: 1900-1920*. Teresina:FUNDAPI, 2006.

\_\_\_\_\_. *Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo*.3. Ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista*. Brasil (1890-1930). 4ª edição. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

RASPANTI, Márcia Pinna. O que “eles” vestem: moda, vaidade e masculinidades no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (Org.). *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

RAMA, Angel Rama. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil (1520-1720)*. São Paulo: EDUSP, 1969.

RENK, Valquíria. A Escola, o Estado Novo e o Patriotismo analisado através da imprensa escolar. X Congresso Nacional em Educação – EDUCERE, 2011. p. 2. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5288\\_2700.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5288_2700.pdf) Acesso em: 19 de maio de 2022.

RIBEIRO, Antonio Rodrigues. *Parnaíba, presente do passado*. Parnaíba: Gráfica Ferraz, 2003.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos*. Teresina: FUNDAPI, 2008.

\_\_\_\_\_, (Org.). *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: Halley, 1995.

SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. (Coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Júnior, 2002.

SANTOS, Fabiano V. dos. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. São Paulo: Annablume, 2011.

SANTOS, Lourival de Carvalho. *Cronologia histórica da Assembléia Legislativa do Piauí*. Teresina: Assembléia Legislativa do Piauí, 2021.

SANTOS, Orphila Lima dos (Org.). *Benedictos Santos Lima: intelectual autodidata*. [S.l.: s.n.], 1993.

SANTOS, Sólida Genuína dos. Benedicto dos Santos Lima – sua vida, uma história. In: SANTOS, Orphila Lima dos (Org.). *Benedicto dos Santos Lima: intelectual autodidata*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1993.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. IN: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. *A nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n.2, jul/dez. 1995.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989. 3.ed.

\_\_\_\_\_. *Pindorama revisitada: cultura e sociedade em tempos de virada*. São Paulo: Petrópolis, 2000.

SILVA, Bruno Sanches Mariante. Tecnicificação e gênero no corpo laboral da Legião Brasileira de Assistência: assistência social e modernidade (1945-1964). *Unisinos*, nov./dez.,2018.

SILVA, Maria da Penha Fonte e. *Ademar Gonçalves Neves: “O remodelador da cidade”*. Parnaíba, PI: Gráfica Americana, 1983.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí*. v. 3. Belo Horizonte: [s.n.].

SILVA, Josenias dos Santos. Almanack da Parnaíba: Política, sociedade e cultura em revista. In: LIMA, Frederico Osanam Amorim (Org.). *A cidade que nos habita*. Parnaíba: Sieart, 2013.

SILVA, Roberto John Gonçalves da. *Metamorfose das oligarquias: o caso do Piauí*. São Paulo, 1999.

SOHIET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência*. Mulheres pobres e ordem urbana. 1890-1920. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

\_\_\_\_\_, Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. IN: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 9ª edição. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_, A conquista do espaço público. IN: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. *A nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

SOUSA, Cleto Sandys Nascimento de. Ressonância dos experimentos radiofônicos em Parnaíba: das amplificadoras à rádio pirata. *Contraponto*, Teresina, v 5, n 2, jul/dez, 2016.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no nordeste do Brasil (1930-1945). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v 23, n. 46, 2003.

SOUZA, Simone. As interventorias no Ceará (1930-1935). In. SOUZA, Simone (Org.). *História do Ceará*. Fortaleza: FDR, 1994.

SOUSA, Thamyres. O silenciamento dos jornais piauienses durante o Estado Novo. In: Rêgo, Ana Regina; QUEIROZ, Teresinha; MIRANDA, Marcela. *Narrativas do jornalismo & narrativas da história*. Porto: Mediaxxi, 2014.

TAJRA, Jesus Elias; TAJRA FILHO, Jesus Elias. O Comércio e a indústria no Piauí. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. (Org.). *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: Halley, 1995.

TAVARES, Elisângela. Saraiva. O ‘rapazola’ que transferiu a capital. In: SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Júnior, 2002. p. 17; CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Apontamentos Biográficos e Outros*. 2. ed. Teresina: FCMC, 2013.

TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas: a caminhada no altiplano*. Rio de Janeiro: José Olimpio Editora, 1974.

TITO FILHO, Arimathea. *Governos do Piauí: capitania, província, estado*. 2ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. v.1. São Paulo: Siciliano, 1995.

VIDAL, Laurent. *Mazagão: a cidade que atravessou o atlântico*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VIEIRA, Lêda Rodrigues. *Cidade ferroviária: história e memória da ferrovia piauiense na cidade de Parnaíba, 1916 a 1930*. ANPUH – Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

VILCHES, L. *La lectura de la imagen: prensa, cine, TV*. Barcelona: Ed. Paidós, 1992 apud MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, n.1, p. 133-174, jan./jun. 2005.

VISCARDI, Cláudia. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

ZEMON DAVIS, Natalie. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

### **Teses e Dissertações**

ASSUNÇÃO, Rosângela. A política trabalhista na Era Vargas e a construção da memória dos portuários de Teresina (1930-1954). 2005. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal-UFPI. Teresina, 2005.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. *Amarras e desamarras: cotidiano e modernização em Amarração no litoral do Piauí. (1880-1930)*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal-UFPI. Teresina, 2019.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)*. Tese (Doutorado) Universidade Federal Fluminense- UFF. Rio de Janeiro, 2010.

CARVALHO, Jeferson Luís Marinho de. *Almanack da Parnahyba: leituras da educação em suas páginas (1924-1982)*, 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio do Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2016.

CASA NOVA, Vera Lúcia. Leituras de almanaques de farmácia: Biotônico Fontoura e A Saúde da Mulher. 1990. 200f. Tese (Doutorado) – UFRJ, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 1990.

COSTA, Verônica Albano Viana. Entre *imagens e palavras: educação e nacionalismo no Estado Novo* (1937-1945). Dissertação (Mestrado em Conhecimento e Inclusão Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LIMA, Nilsângela Cardoso. Invisíveis Asas das Ondas ZYQ-3: sociabilidade, cultura e cotidiano em Teresina (1948-1962). Teresina, 2007. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2007.

MARTINS, Ana Paula V. A medicina da mulher: visões do feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX. Tese (Doutorado em História). Campinas: Unicamp, 2000.

MELO, Antonio Maurenir Vaz Verçosa de. *Compartilhando idéias e tecendo o poder: atuação dos intelectuais piauienses na Era Vargas no Piauí (1930-1945)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. UERJ/FFP, São Gonçalo, 2021.

MELO, Neuza Brito de Arêa Leão. *O Eclétismo Parnaibano: hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século*, 2011. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2011.

MELO, Salânia Maria Barbosa. *A construção da memória cívica: as festas escolares espetáculos de civilidade no Piauí (1930 – 1945)*. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade do Estado do Ceará – UFC. Fortaleza, 2009.

MORAIS, Erasmo Carlos Amorim. *Memórias do cais: Parnaíba, a cidade, o rio e a prostituição (1940-1960)*. Teresina, 2012. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí, 2012.

OLIVEIRA, Thamyres Sousa de. *O jornalismo piauiense e a censura em tempos de Estado Novo*. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí -UFPI. Teresina, 2016.

REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. *Dos Sertões aos Mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1850 – 1950)*, 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense(UFF), Niterói, 2010.

SILVA, Roberto John Gonçalves da. *Metamorfose das oligarquias: o caso do Piauí*. Tese (Doutorado em Ciência Política) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SILVA, Josenias dos Santos. *Parnaíba e o avesso da belle époque: cotidiano e pobreza (1930 – 1950)*. Dissertação apresentada a Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2012.

SOUSA, Cleto Sandys Nascimento de. *O rádio como sotaque piauiense: História e memória da Rádio Educadora de Parnaíba em meados do século XX*. / Teresina, PI, 2009. Dissertação (Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Piauí) Teresina - PI, 2009.

SOUSA, Cleto Sandys Nascimento de. *Almanack da Parnaíba: desejo de modernidade sob o véu da barbárie- Piauí (1924-1941)*, 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia(UFU), Niterói, 2010.

SOUZA, Priscila de Moura. *Assis Brasil entre a História e a Ficção: transformações urbanas, sociabilidades de gênero e representações de Parnaíba nas décadas de 1930 e 1940*. 2018. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

TOURINHO, Mary Angélica Costa. *Por dentro da história: mulheres operosas no mundo no comércio em Parnaíba (1930 a 1950)*. 2015. 239f. Tese (Doutorado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2015.

VIEIRA, Lêda Rodrigues. *Caminhos de ferro: a ferrovia e a cidade de Parnaíba, 1916 1960*. Teresina: 2010. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí, 2010.

\_\_\_\_\_. *O progresso vem de jegue: modernização no Piauí entreânsia e inércia (o caso de Parnaíba, 1889-1930)*. 2007. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

### **Almanaque da Parnaíba**

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba: Academia Parnaibana de Letras, nº 63, 1996. p. 220.

ARAÚJO, José Luís Lopes. O rastro da carnaúba no Piauí. *Almanaque da Parnaíba*, 1985.

VASCONCELOS, Zacarias de Góis e. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Piauí em 11 de julho de 1846 [S.l.: Sn.],1846; SARAIVA, José Antônio. Relatório à Assembléia Legislativa Provincial em 3 de julho de 1851. Oeiras: Ssquarema, 1851.

PÁGINA INFANTIL. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 191, 1939.

PINTO, José Vieira. O município de Amarração. *Almanaque da Parnaíba*, ano 4, 1927.

JUNQUEIRA, João José de Oliveira. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Piauí em 2 de julho de 1857.[S.l.:s.n.].

JUNQUEIRA, João José de Oliveira. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Piauí em 2 de julho de 1857.[S.l.:s.n.],1857.

JUNQUEIRA, João José de Oliveira. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Piauí em 1º de julho de 1858. [S.l.:s.n.], 1858; AMARAL, José Mariano Lustosa do. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Piauí em 27 de junho de 1859. [S.l.:s.n.], 1859; ALMENDRA, Antônio de Sampaio. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Piauí em 28 de maio de 1864. [S.l.:s.n.], 1864.

CRIANÇAS. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 133, 1934.

TODOS GUIAM Carros Ford. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 183, 1934.

RIO BRUMADO a melhor manteiga do mundo. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 42, 1937.

SAPATARIA IRACEMA. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 68, 1937.

ORION. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 78, 1932.

FÁBRICA DE ARTEFATOS de couro e sapataria Elite. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 106, 1937.

É COMERCIANTE? *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 33, p. 234, 1934.

LIMA, Benedicto dos Santos. Ao público. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 3, 1926.

ESTADO DO PIAUÍ. *Almanaque da Parnaíba*, ano 1, 1924, p. 11.

IMPrensa EM PARNAÍBA. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 1, n. 7, 1929.

PINTO, José Vieira. O município de Amarração. *Almanaque da Parnaíba*, ano 4, 1927.

MEDEIROS, Jesus. Uma surpresa desagradável para as mulheres. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, n. 7, n.p., 1930.

COLABORAÇÃO. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 222, 1933.

CORREIA, Benedicto Jonas; LIMA, Benedicto dos Santos. *O livro do centenário de Parnaíba*. Parnaíba: Gráfica Americana. 1944.

SANTA Casa de Misericórdia. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba: Academia Parnaibana de Letras, n, 63, 1996.

### **Revista *O Malho***

ALMANAQUE DA PARNAÍBA PARA 1932. *O Malho*, ano XXXI. Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1932, n.p.

ASPECTOS DO PIAUÍ. *O Malho*. Rio de Janeiro, ano 11, n.p., 28 dez. 1912.

NOTAS DA SEMANA. *O Malho*. Rio de Janeiro, ano 21, n.p., 4 mar. 1922.

O CENTENÁRIO EM PARNAÍBA. *O Malho*. Rio de Janeiro, ano XXI, n. 1.058, 23 de dezembro de 1922.

O CENTENÁRIO EM PARNAÍBA (PIAUHY). *O Malho*. Rio de Janeiro, ano XXII, n. 1060, 6 de janeiro de 1923.

PROGRESSO DO PIAUHY. *O Malho*. Rio de Janeiro, ano 12, n.p., 11 jan. 1913.

PROGRESSO DO BRASIL. *O Malho*. Rio de Janeiro, ano 12, n.p., 11 jan. 1913

UM SURTO DE progresso no Piauí. *O Malho*. Rio de Janeiro, ano 22, n.p., 27 jan. 1923.

VAI SER UMA BELEZA. *O Malho*. Rio de Janeiro, n.p., 3 nov. 1923.

### **Ofícios**

OFÍCIO DE CARLOS CÉSAR BURLAMAQUI A D. RODRIGO DE SOUSA COUTINHO, de 30 de maio de 1809.

OFÍCIO DA JUNTA GOVERNAMENTIVA AO CAPITÃO-GENERAL JOAQUIM DE MELO PÓVOA, de 4 de março de 1775.

PIAUI. *Mensagem apresentada á Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira*. Estado do Piauí. Teresina: Tipografia do Piauí, 1902.

### **Relatórios**

ALMENDRA, Antônio de Sampaio. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Piauí em 28 de maio de 1864*. [S.l.:s.n.],1864.

AMARAL, José Mariano Lustosa do. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Piauí em 27 de junho de 1859*. [S.l.:s.n.],1859.

JUNQUEIRA, João José de Oliveira. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Piauí em 2 de julho de 1857*. [S.l.:s.n.],1857.

JUNQUEIRA, João José de Oliveira. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Piauí em 1º de julho de 1858*. [S.l.:s.n.],1858.

PIAUI. Relatório apresentado ao presidente Getulio Vargas pelo interventor Landry Sales Gonçalves – 1931-1935. Teresina: Imprensa oficial, 1935.

PIAUI. Mensagem de Governo apresentada a Assemblia Legislativa do Piauí pelo interventor Leônidas Melo. Teresina: Imprensa Oficial, 1936.

PIAUI, Relatório apresentado ao presidente Getúlio Vargas pelo interventor Leônidas de Castro Melo. Teresina: Imprensa Oficial, 1938.

RELATÓRIO DE GUSTAVO LUIZ GUILHERME DODT, 1871. BRASIL. Ministério da Agricultura, n.p.

VASCONCELOS, Zacarias de Góis e. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Piauí em 11 de julho de 1846* [S.l.: Sn.],1846; SARAIVA, José Antônio.

RELATÓRIO À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL EM 3 DE JULHO DE 1851.  
Oeiras: Saquarema, 1851.

### **Jornais**

A IMPRENSA, Teresina, ano 16, n. 647, 10 jul.1880.

BAPTISTA, Benjamin de Moura. *O Piauí*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1920.

COMO SE MORRE de fome na Parnaíba. *A Época*. Teresina, 24 de agosto de 1878.

DIÁRIO OFICIAL, Teresina 12 de março de 1940, p. 01.

DIÁRIO OFICIAL, Teresina 11 de fevereiro de 1941

DO ESTADO. Diário do Piauí. Ano IV, n. 109. Teresina, de 16 de maio de 1914.

EDITORIAL. A seca e os imigrantes. *A Época*. Teresina, 13 de abril de 1878.

LIMA, Benjamim dos Santos Lima. Natal de 1923: nascimento do Almanack da Parnaíba. *O Bemem*. Parnaíba, ano 1, n. 7, p. 10, 21 jul. 2008.

LIMA CAVALCANTI. Caio de. Juarez Távora, general de Brigada do Exército Brasileiro. In: *Diário da Manhã*. Recife, ano 4, 8 de jan. de 1931, p. 1.

NEVES, Berilo. Parnaíba...Cartago Piauiense. In: *Estado do Piauí*. Departamento Estadual de Estatística/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico. Teresina, 1942, n.p.

NOTICIÁRIO. O governo e os imigrantes. *A Época*. Teresina, 13 de abril de 1878.

*O Apóstolo*. Ano I, n. 12, Teresina, 19 de dezembro 1907, p.1.

Fontes

A IMPRENSA, Teresina, ano 16, n. 647, 10 jul.1880, p. 3

BAPTISTA, Benjamin de Moura. *O Piauí*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1920. p. 154.

VASCONCELOS, Zacarias de Góis e. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Piauí em 11 de julho de 1846 [S.l.: Sn.],1846; SARAIVA, José Antônio. Relatório à Assembléia Legislativa Provincial em 3 de julho de 1851. Oeiras: Saquarema, 1851.

### **Documentos pessoais (não publicados)**

CORREIA, Constantino de Moraes. *Carta a Juarez Távora*. Parnaíba, 12 de novembro de 1930. n.p.

MELO, Leônidas. *Telegrama ao Sr. Presidente*. Teresina, 7 de abr. de 1940.

NUNES, Celso Augusto de Moura. *Exmo. Snr. Getúlio Dornelles Vargas*. Parnaíba, 10 de abril de 1940

VERAS, Mirócles Campos. *Carta ao Sr. Presidente*. Parnaíba, 10 abr. 1940.

VISCARDI, Cláudia. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

